

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

CRISTIANO DE JESUS FERRONATO

**DAS AULAS AVULSAS AO LYCEU PROVINCIAL:
as primeiras configurações da instrução secundária na
Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**



Desenho: Luyse Costa, 2012.

JOÃO PESSOA, MARÇO DE 2012

CRISTIANO DE JESUS FERRONATO

DAS AULAS AVULSAS AO LYCEU PROVINCIAL:
as primeiras configurações da instrução secundária na
Província da Parahyba do Norte (1836-1884)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

JOÃO PESSOA, MARÇO DE 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

396d Ferronato, Cristiano de Jesus.

Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte/ Cristiano de Jesus Ferronato. - João Pessoa: [s.n.], 2012.

263 f. : il

Orientador: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro.

Tese (Doutorado) – UFPB/CE.

1. Educação – Paraíba – História. 2. Educação – Paraíba – Instituições. 3. Brasil – História do Brasil Imperial.

UFPB/BC

CDU: 37 (81) (091)

Nome: FERRONATO, Cristiano de Jesus

Título: **DAS AULAS AVULSAS AO LYCEU PROVINCIAL:** as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Doutor em Educação.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Orientador – Universidade Federal da Paraíba – PPGE-UFPB

Profa. Dra. Claudia Maria Costa Alves de Oliveira
Universidade Federal Fluminense -PPGE-UFF

Profa. Dra Maria Juraci Maia Cavalcante
Universidade Federal do Ceará – PPGE-UFC

Profa. Dra Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Universidade Federal da Paraíba- PPGH-UFPB

Profa. Dra Mauricéia Ananias
Universidade Federal da Paraíba – PPGE-UFPB

À minha mãe, Neuza, que mesmo nos momentos mais difíceis da vida sempre deu seu apoio e carinho e que, repetindo palavras essenciais – como dedicação, amor, compreensão, alegria –, infundiu-me a confiança necessária para realizar os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Concluído o trabalho, chega o momento de expressar meus sinceros agradecimentos a instituições e a muitos e tantos amigos e companheiros daqui e d'além mar, feitos durante esse percurso.

Primeiramente, devo agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), pelo apoio financeiro, que me acompanhou, primeiro, no mestrado e, depois, durante todo o doutorado. Esse apoio foi essencial, uma vez que possibilitou que pudesse desenvolver o trabalho com mais tranquilidade. Agradeço à CAPES ainda a concessão de bolsa de estudos no âmbito do programa de Doutorado com Estágio no Exterior (PDDE), com vigência entre janeiro a maio de 2010, que possibilitou que me deslocasse para Lisboa, Portugal, com o intuito de aprimorar a pesquisa.

Meus agradecimentos ao meu orientador, professor Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, que, além de professor e orientador, tornou-se um amigo. Antonio, obrigado por ter confiado a mim um estudo tão especial. Obrigado por ser para mim um exemplo a ser seguido, uma referência como homem e como profissional e pelo estímulo que sempre incutiu em minha formação nesses quase 10 anos de convívio. A admiração que é dirigida a Antonio vai além do seu profissionalismo e da sua disposição em desvendar a História da Educação paraibana e a sua competência, mas é no seu caráter impecável que todas as suas qualidades são apoiadas. Antonio, muito obrigado.

Um agradecimento aos colegas do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), ao qual estou vinculado, pela alegre convivência e pelas sugestões no desenvolvimento deste trabalho. A vocês, muito obrigado.

Um agradecimento especial à Professora Dr^a Cláudia Engler Cury, que, desde minha chegada à Paraíba, me recebeu com muito carinho e se tornou uma grande amiga e que, como pesquisadora, foi uma das responsáveis pela minha inserção na História da Educação e me acompanhou atenta ao desenvolvimento deste trabalho, sempre com observações importantes a fazer. Obrigado, Cláudia.

Aos professores, colegas, e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, pela acolhida, amizade e convívio.

Aos companheiros do HISTEDBR-PB.

Aos funcionários da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG), da UFPB.

Às instituições e aos funcionários das instituições visitadas, tais como: na Paraíba, o Arquivo Público Waldemar Bispo Duarte, da Fundação Espaço Cultural – FUNESC, a Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, a Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba; em Portugal, a Universidade de Lisboa, o Instituto de Educação daquela Universidade, as Bibliotecas do Instituto de Educação e da Faculdade de Letras, na mesma Universidade, a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional de Portugal, pela atenção e presteza.

Um agradecimento especial ao professor Dr. Justino Magalhães, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Portugal, pelo acolhimento, indicações e criteriosas observações. Nossas conversas no duro frio de Lisboa, esquentadas apenas com um cafezinho quente, são de viva memória.

Ao professor Jorge Ramos do Ó, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pelo carinho e atenção e a todos os integrantes dos Seminários Temáticos por ele conduzidos.

Ainda de minha passagem por Lisboa, ficam os agradecimentos aos amigos que lá fiz e que tornaram o tempo passado por lá muito mais prazeroso.

De volta à Paraíba, meus agradecimentos às professoras Mauricéia Ananias e Juraci Maia Cavalcanti, que aceitaram integrar a banca de qualificação no fechar de 2011, num momento de cansaço para todos. Obrigado pelas correções e pelos apontamentos.

À Prof^a Dr. Carla Mary S. Oliveira, companheira de aventuras gastronômicas, pelo auxílio em vários momentos do trabalho e ao Prof. Luzimar Goulart Gouvêa pela leitura e correção do texto final.

Finalmente e não menos importante, não poderia deixar de agradecer a Marcelo Ono, companheiro de mais de uma década que acompanhou todo o processo de construção deste trabalho, sempre paciente e sempre solícito nos momentos mais difíceis.

De uma maneira geral, gostaria de agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, participaram de alguma das etapas para a realização deste trabalho. Qualquer trabalho científico somente se realiza com a dedicação de um grupo de pessoas, e com este não foi diferente.

A todos, muito obrigado.

RESUMO

Esta tese ocupa-se em discutir as transformações ocorridas no ensino secundário paraibano – por que não brasileiro – no período compreendido entre as primeiras iniciativas de organização do Estado Nacional Brasileiro imperial e às vésperas da República. Traduzidas em datas, mais precisamente, esses dois momentos que têm início em 1836, com a criação do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, e 1884, quando esta instituição foi transformada em Escola Normal. Esses marcos temporais, consideramos, são centrais na história do Lyceu Provincial, uma vez que representam o nascimento, a consolidação e a luta empreendida por professores, homens letrados e administradores públicos para que continuasse existindo enquanto principal instituição de ensino secundário da Província. Desse modo, a pesquisa aponta que, na Província da Parahyba do Norte, a criação do seu Lyceu Provincial, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado *pacto imperial*, estabelecido entre as elites provinciais com o poder central, particularmente, conduzido pelos liberais. O trabalho foi construído, tomando como referências historiográficas, os estudos realizados por Dolhnikoff, Gouvêa e Haidar, e assimilamos a linguagem conceitual de Bourdieu, sobre os “sistemas simbólicos” e as suas compreensões acerca do conceito de configuração. Além desses referenciais, os estudos desenvolvidos por Magalhães nos auxiliaram em relação às discussões empreendidas em torno da história das instituições educacionais. Sobre as diversas histórias de liceus criados no Brasil imperial, os autores consultados para este estudo têm assinalado as dificuldades e a morosidade para a sua instalação nas províncias, cuja efetiva consolidação e funcionamento regular apresentam uma cronologia bem diversa em cada uma delas, uma vez que apresentaram urgências específicas e particulares, além das boas intenções, que acreditamos estiveram presentes entre aqueles que contribuíram para a produção legislativa e normatizadora tanto mais geral quanto específica para este tipo de instituição escolar. Nesse sentido, é unânime, no Brasil, a noção de que a criação destas instituições marcou o início de um novo momento da organização do ensino secundário brasileiro, que estamos considerando como um período de modernização do referido nível de ensino. Para a efetivação dos nossos objetivos utilizamos como principal base documental as falas e relatórios dos presidentes de província, dirigidas à Assembleia Legislativa provincial; as leis, regulamentos, portarias e decretos sobre a instrução secundária; mapas; dados estatísticos; orçamentos; listas de alunos, professores e diretores, entre outros que nos auxiliaram em nossa *operação historiográfica*. Acreditamos que pelas peculiaridades da Instituição aqui investigada e resultados alcançados, o trabalho contribui para um primeiro vislumbamento da história do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte e para a história do ensino liceal no Brasil.

Palavras-chave: Ensino secundário, Lyceu, Pacto Imperial, modernização.

ABSTRACT

This thesis discuss the secondary education transformations in Parahyba – why not in Brazil – in the period between the first initiatives of the Brazilian Imperial National State Organization trough the eve of the Republic. Translated into dates, these two descriptions correspond to two moments which commence, respectively, in 1836, with the creation of Parahyba do Norte Provincial Lyceu, and 1884, when this institution was transformed into Normal School. These dates are central in the Provincial Lyceu history, since they represent the birth, consolidation and the struggle undertaken by teachers, men of letters and public administrators to continue to exist as the main secondary education institution in the province. Our research points which, in the Northern Parahyba creation of its Provincial Lyceu and problems of the Regency period, was inserted in the process called *imperial Pact*, established between provincial elites with the central power, in particular, led by Liberals. The work was constructed, based on historical references, studies carried out by Dolhknikoff, Gouvêa and Haidar, and conceptual language taken from Bourdieu, about the "symbolic systems", in addition to the field and configuration concepts. The authors consulted for this study have pointed out the difficulties and the delay in installation of several colleges by the provinces of Brazil Empire, whose effective consolidation and regular functioning and chronology are diverse in every province, as they present specific emergencies and individuals, apart from the good intentions, which we believe were present among those who contributed to the production of legislation and all the more specific overall for this type of educational institution. In this sense, is unanimous, in Brazil, the notion that the creation of these institutions marked the beginning of a new time of Brazilian secondary school organization, which we are considering as a period of modernization of that level of education. For the fulfillment of our goals we use as the main documentary base: speeches of Presidents' reports addressed to the province Legislative Council; provincial laws, regulations, ordinances and decrees about the secondary statement; maps; statistical data; student lists; budgets, teachers and directors, among others that helped us in our *historiographical operation*. The documentation was crafted in the light of the interpretative and conceptual referential proposed by Bourdieu and Magalhães. We believe that by the peculiarities of the Institution here investigated and the results achieved, the work contributes to a first view of the history of secondary education in the Parahyba Province and history of Lyceum institutions in Brazil.

Keywords: Secondary Education; Lyceu; Imperial Pact; Modernization; Paraíba.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Aulas avulsas públicas de Latim na Parahyba do Norte – 1839-1877	58
QUADRO II - Número de alunos matriculados, por matéria, no Lyceu Provincial no ano de 1883	70
QUADRO III - Número de alunos matriculados nas aulas avulsas particulares no ano de 1833	70
QUADRO IV - Mapa da Demonstração de despesa com a Instrução Secundária, de 1843.	74
QUADRO V - Salários dos professores públicos da Província da Parahyba do Norte, em 1843	75
QUADRO VI - Cadeiras Avulsas Públicas	76
QUADRO VII - Liceus criados no período de 1825 a 1879	89
QUADRO VIII - Orçamento da Despesa Provincial para o ano financeiro de 1845	93
QUADRO IX - Demonstração da despesa com a instrução secundária, para o ano de 1845	93
QUADRO X - Planos de Estudos do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte 1836-1864	103
QUADRO XI - Fluxo dos resultados dos exames ocorridos em 1854	109
QUADRO XII - Relação dos Livros existentes na Biblioteca do Lyceu da Parahyba do Norte, no ano de 1853	147
QUADRO XIII - Professores do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte	171
QUADRO XIV - Alunos matriculados por ano e por matérias no Lyceu Provincial. 1842-1884	173
QUADRO XV - Total de alunos matriculados no Lyceu Provincial entre os anos de 1851 a 1884 ...	175

LISTA DE FOTOS

FOTO I - Aspecto da Universidade de Coimbra	36
FOTO II - Liceu Provincial de Pernambuco.	88
FOTO III - Conjunto Jesuítico da Paraíba,	127
FOTO IV - Aspecto atual do antigo pátio interno. A azulejaria e alguns adornos, tais como a fonte e os postes de iluminação, foram acrescentados em meados do século XX.....	128
FOTO V - Da esquerda para direita: Palácio do Governo, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Lyceu Parahybano. Montagem realizada por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro a partir de duas fotos tiradas, provavelmente, na década de 1910.	131
FOTO VI - Porta de entrada do prédio do antigo Lyceu Parahybano, onde funcionou até 1939.	135

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I - Colégio Pedro II, em 1861.....	91
IMAGEM II - Planta – Cidade da Parahyba, 1855. Fonte: Mapa feito sobre base levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros.1855.	121
IMAGEM III - Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque	188
IMAGEM IV - Antonio Alfredo da Gama e Mello	189
IMAGEM V - Manoel Pedro Cardoso Vieira.....	190
IMAGEM VI - Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, Barão do Abiahy.	192
IMAGEM VII - Maciel Pinheiro.	194
IMAGEM VIII - Capa do livro <i>Do Poder Moderador</i> , de Brás Florentino Henrique de Souza, 1864.	196
IMAGEM IX - Capa do livro <i>Lições de Philosophia Elementar</i> , de José Soriano	198

LISTA DE ORGANOGRAMAS

ORGANOGRAMA I - Estrutura organizacional do poder executivo da Província da Parahyba do Norte antes da criação da Diretoria da Instrução Pública	49
ORGANOGRAMA II - Estrutura organizacional a partir da criação da Diretoria da Instrução Pública	50
ORGANOGRAMA III - Estrutura organizacional administrativa do Lyceu Provincial	163
ORGANOGRAMA IV - Estrutura da Diretoria da Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte	165

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I - Capa do livro, <i>Novo Methodo da Gramatica Latina</i> , do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo (1753).....	151
FIGURAS I, III e IV - Capas dos livros, <i>Eneida</i> , de Virgílio; <i>Odes e Epodos</i> , de Horácio, e <i>Fábulas</i> , de Phedro.	152
FIGURA V - Capa do <i>Compêndio de Gramática Francesa</i> , de Emílio Sevene, livro de exercícios (Tomo II).....	153
FIGURA VI - Capa de <i>As aventuras de Telêmaco</i> , de Fénelon,	154
FIGURA VII - Capa do livro <i>História da Inglaterra</i> , de Oliver Goldsmith.	155
FIGURA VIII. - Capa do <i>Compêndio Resumo de História do Brasil</i> , de Bellegarde (1834).....	156
FIGURA IX - Capa do <i>Novo Curso de Philosophia redigido segundo o novo programma para o bacharelado em letras</i> , de Geruzes (1840).....	1568
FIGURA X e XI - Capas dos livros <i>Álgebra</i> , de Lacroix, e <i>Elementos de Arithmética</i> , por M. Bezout.....	1599

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
LISTA DE QUADROS.....	IX
LISTA DE FOTOS.....	X
LISTA DE IMAGENS	XI
LISTA DE ORGANOGRAMAS.....	XII
CAPÍTULO I - UM TEMPO, UM ESPAÇO E UM OBJETIVO	1
1.1. Os caminhos teóricos e metodológicos.....	9
1.2- Mapeando os estudos liceais no Brasil e em Portugal	21
1.3- Dos recursos, ou das fontes.....	30
CAPÍTULO II - O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: as aulas avulsas públicas e particulares e a criação do Lyceu Provincial. Mudanças e permanências	35
2.1- O Lyceu Provincial e as aulas avulsas: uma nova forma de organização da instrução secundária e as permanências.	45
2.1.1 - As aulas avulsas públicas e particulares: tradicional organização escolar secundária	55
2.1.2 - As aulas avulsas públicas: os seus alunos e os seus professores	73
CAPÍTULO III - O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL NO SÉCULO XIX: a ascensão do ensino liceal.....	79
3.1- A criação dos lyceus no Brasil.....	86
3.2- Ensino propedêutico ou técnico? Um dilema do ensino secundário brasileiro.	102
3.3 - Os exames de preparatórios no Brasil e na Parahyba do Norte.....	106
CAPÍTULO IV - A CASA DO LYCEU: inserção no espaço urbano, sua arquitetura e biblioteca.....	116
4.1- Uma <i>urbs</i> paraibana: sede da capitania e da província.....	117
4.2- O Conjunto Jesuítico na <i>urbs</i>	125
4.3 - O Lyceu Provincial, símbolo do ensino secundário paraibano: Glorioso Templo de Sabedoria	131
4.3.1 A biblioteca do Lyceu e os compêndios	140
CAPÍTULO V - O LYCEU PROVINCIAL DA PARAHYBA DO NORTE: os seus agentes educativos.....	160
5.1 - O corpo docente.....	166
5.2- Os liceanos: as matérias estudadas, a disciplinarização e os exames.....	172

5.3- Os egressos do Lyceu: o cumprimento do papel social e cultural que lhes foi atribuído	185
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	207
FONTES	219
LEGISLAÇÃO	219
DOCUMENTOS MANUSCRITOS	219
DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO	219
RELATÓRIOS, MENSAGENS, FALAS, DISCURSOS E OFÍCIOS DOS PRESIDENTES, DIRETORES E INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE:	220
IMAGENS.....	224
ANEXOS.....	225

CAPÍTULO I

UM TEMPO, UM ESPAÇO E UM OBJETIVO

Sapientia aedificavit sibi domum.
Prov 6º. Madre dea mnostrante vian.
Aeneid, 1º.¹

O presente trabalho se constitui no resultado de uma pesquisa de caráter histórico realizada sobre uma instituição escolar – o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte –, entre os anos de 1836 a 1884, localizado na antiga Cidade da Parahyba, capital da então Província da Parahyba do Norte.

A questão inicial do trabalho foi a de saber se havia a possibilidade de pesquisar, partindo das fontes que tínhamos em mãos, os fenômenos sociais e educativos de uma instituição de ensino secundário, partindo de uma abordagem cultural, ou, mais particularmente, acerca da cultura organizacional que, entendemos, se constituiu diferenciada no universo do ensino liceal existente em outras províncias no Brasil do século XIX.

Consideramos o ensino secundário² liceal como o nível de ensino que melhor poderia responder aos nossos propósitos em virtude de, pela sua “missão”, objetivos e currículo formativo, configurar um nível intermediário entre o ensino de primeiras letras e o nível superior. Por outro lado, o ensino liceal denota uma particular identidade

¹ Inscrição esculpida no frontispício do prédio onde funcionou o Lyceu Provincial, de 1839 a 1939, atribuída por Nóbrega (1985, p. 13) ao poeta romano Virgílio. Segundo pesquisa feita pelo professor Raimundo Barroso, a frase pode ser traduzida como: “A sabedoria construiu para si uma casa”, ou “O saber edificou sobre si seu próprio domínio.” No entanto, segundo o mesmo pesquisador, no sermão de Santa Catarina (1633), do Padre Antonio Vieira, encontra-se: “324, A casa que edificou para si a sabedoria: “Sapientia Aedificavit sib domum”. Essa inscrição identificava a parte mais interior e mais sagrada do Templo de Salomão, também chamada: Sancta Sanctorum. Levantavam-se no meio dela dois grandes querubins, que significam sábios. São eles, entre todos os coros dos anjos, os mais eminentes na sabedoria. Com as suas asas, cobriam a Arca do Testamento, e com as mãos sustentavam o propiciatório, que eram os tesouros e o assento da Sabedoria Divina. A Arca era o tesouro da Sabedoria Divina em letras, pois nela estavam encerradas as tábuas da lei, primeiro escritas, e depois, ditadas por Deus: o propiciatório era o assento da mesma Sabedoria em voz.

² A designação “ensino secundário” tem sua origem na *séconde* classe e surgiu na Europa em fins do século XVIII. Todavia, inspirados no século XIII, nos estatutos monásticos, eram asilos para estudantes pobres e não tinham como objetivo o ensino, apenas se restringia à formação moral e religiosa (mas, não de religiosos). A organização dos estudos identificados como “secundários” teve sua origem nos colégios, dos estudos de humanidades, com um sentido de intermediário e propedêutico aos estudos superiores de retórica, o que de certa forma justifica a utilização do termo como estudos menores.

escolar, dados os regimes de acesso dos alunos e da formação dos seus professores que se diferenciava das demais instituições escolares³, existentes na Parahyba do Norte, no período aqui em estudo.

Além do aspecto acima apontado, a sua escolha para este estudo deu-se em virtude do seu estatuto formal, pela sua história de longa duração, e pela sua especificidade no contexto da organização escolar na Província da Parahyba do Norte. Ela, também, foi facilitada, não em virtude da proximidade física, uma vez que somos estrangeiros em terras paraibanas, mas, sim, pela documentação que encontramos⁴, pelo seu importante patrimônio simbólico, ainda presente na sociedade paraibana, e pela falta, até o momento, de um trabalho que o analisasse, partindo das novas premissas teórico-metodológicas do campo da História da Educação.

Desse modo, a nossa tese é a de que, na Província da Parahyba do Norte, a criação do seu Lyceu Provincial, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado Pacto Imperial⁵ estabelecido entre as elites provinciais com o poder central, particularmente conduzido pelos liberais. Todavia, em terras paraibanas, ocorreu uma precedência das ideias do grupo conservador, articuladas aos interesses da

³ Entre estas instituições, podemos citar o Colégio de Educandos e Artífices, o Colégio Nossa Senhora das Neves e o Colégio dirigido pelo Padre Rolim, na cidade de Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano.

⁴ Essa documentação foi coletada pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO. Este grupo denominava-se História da Educação na Paraíba Imperial (século XIX), adotou a atual nomenclatura a partir de janeiro de 2010. Fazem parte do grupo de estudo e pesquisa: Profa. Dra. Cláudia Engler Cury (coordenadora), Profa. Dra. Mauricéia Ananias (vice-coordenadora), Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro, Prof. Dr. Jean Carlo Carvalho Costa, Profa. Dra. Rose Mary de Souza Araújo, Cristiano Ferronato (doutorando – PPGE-Capes), Profa. Ms. Surya Aaronovich Pombo de Barros, Naiana Mariano (doutoranda), Itacyara Viana de Miranda e Thiago Oliveira de Souza (mestrando – PPGH) e os graduandos em Licenciatura em História: Maday de Souza Martins e Michele Lima da Silva.

⁵ Dolnikoff (2005) chama esse processo de Pacto Imperial, argumentando que a consolidação da monarquia não abriu mão do poder e da autonomia das elites provinciais, muito pelo contrário, foi na negociação da elite política imperial com as elites provinciais que a monarquia pode firmar-se como nação independente. Para a autora, as elites provinciais participaram da composição política imperial por meio da Câmara dos Deputados, para onde ambos os projetos convergiam. Desse modo, as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua própria província, fosse na participação na estrutura política e administrativa imperial, centralizada na Corte. E, ao fazê-lo, constituíram-se como elites políticas nacionais. Dolnikoff (2005) demonstra, ainda, que as elites provinciais, com raízes familiares e de linhagens do exercício do poder que vinha desde o período colonial, estavam atreladas ao projeto de construção do Estado Nacional e não excluídas, porque conseguiram articular-se a um arranjo institucional consagrado nas reformas de 1830 e na revisão de 1840, evitando a fragmentação da nação. Conseguida a unidade nacional, houve um fortalecimento dos grupos provinciais no interior do aparato estatal, a partir do estabelecimento das forças oligárquicas que, no final do século XIX, vão reivindicar mais autonomia. Há a participação das elites provinciais no interior do Estado, com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e, ao mesmo tempo, comprometidas com uma determinada política nacional.

elite local, que vislumbrou a criação da referida instituição e, com isso, a oficialização do ensino secundário na Província. Nesse sentido, com a instalação da referida instituição, ocorreu um processo de modernização do ensino secundário, aspecto que gerou nos seus primeiros 41 anos de existência uma disputa com as aulas avulsas, que, neste estudo, caracterizamos como uma tradicional forma de organização do ensino secundário.

A problemática central do nosso trabalho foi sendo construída a partir de uma estratégia de crítica e de avaliação contínua das fontes documentais referentes ao Lyceu Provincial, encontradas no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, por um lado. Do balanço de problemáticas possíveis, realizado a partir da análise da produção em matéria de organizações escolares e de ensino secundário, por outro lado. Era, pois, nossa intenção desenvolver uma pesquisa que, orientada pelos critérios de confrontação com o documento e de explicitação metodológica, significasse inovação, atualidade e pertinência científica no quadro dos estudos histórico-educativos.

A periodização originalmente estabelecida visava recobrir o período que ia desde a fundação do Lyceu, em 1836, até 1939. Porém, ponderadas a diversidade de políticas destinadas à instrução, ocorridas nesse longo período da história, bem como as várias reformas, soluções curriculares e algumas mudanças de instalações, fomos levados a abandonar essa intenção inicial e a concentrar o nosso esforço de investigação em um período histórico que consideramos relevante para entendermos como foi sendo configurada a mais importante instituição pública de ensino secundário na Província até 1884, quando foi fundada a Escola Normal Oficial da Parahyba do Norte⁶, outra instituição de nível secundário, todavia, com perfil predominantemente voltado para a formação de professores/as.

Dessa forma, este estudo foi restringido aos anos de 1836 a 1884, para entendermos o papel que desempenhou esta instituição na dinâmica da política provincial e, mais particularmente, para entendermos acerca da sua participação na organização da instrução local e imperial, além dos seus possíveis contributos no processo de constituição do Estado Nacional.

Partindo dessa formulação mais ampla, pretendemos aqui entender

O papel central das províncias na formação da monarquia constitucional brasileira, na medida em que instituições como as

⁶ Sobre a Escola Normal da Parahyba do Norte, consultar o estudo realizado por Araújo (2010).

assembléias provinciais serviram como espaço essencial para a consideração e a acomodação da extraordinária diversidade de interesses que pululavam nos espaços provinciais. (GOUVÊA, 2008, p.10).

Nessa perspectiva, voltamos o nosso olhar para a história da educação na província, considerando, principalmente, o Lyceu Provincial, criado no período Regencial⁷, momento de formação e de base para o Pacto Imperial, que foi estabelecido entre as elites⁸ provinciais e o poder imperial, a partir do movimento político e institucional que teve como pano de fundo o Ato Adicional de 1834, que possibilitou a criação das assembléias legislativas provinciais, conforme analisa Dolhnikoff (2005).

Vale salientar que, pelo Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, passaram líderes provinciais importantes em âmbito provincial e imperial, como Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Cavalcanti, Eugenio Toscano de Brito, Gama e Mello, Ivo Magno Borges da Fonseca, os filhos do Barão de Maraú, José Teixeira de Vasconcelos, Padre Leonardo Antunes Meira Henriques e, principalmente, alguns integrantes da tradicional família Carneiro da Cunha. Esta última teve um papel significativo na Província, por ser a fundadora do Partido Conservador e por ter, entre seus membros, Manuel Maria Carneiro da Cunha, o presidente, que assinou o decreto de criação do Lyceu Provincial. Todos esses indivíduos estiveram fortemente presentes na vida política da Província durante boa parte do século XIX. Foram alguns desses indivíduos capazes de se inter-relacionar com os vários grupos políticos, econômicos e sociais em apoio dos interesses do grupo conservador e que visavam à manutenção da própria monarquia.⁹

⁷ O Período Regencial (1831 a 1840) compreende a transição política do governo de D. Pedro I para o de D. Pedro II, durante a qual o Brasil foi administrado pelas seguintes regências: Regência Trina Provisória – de sete de abril a 17 de junho de 1831; Regência Trina Permanente – de 17 de junho de 1831 a 12 de outubro de 1835; Regência Una – de 12 de outubro de 1835 a 23 de julho de 1840, subdividida em: Regência Una de Feijó (1835-1837) Regência Una de Araújo Lima (1837-1840). Sobre esse período, consultar: Morel (2003) e Dolhnikoff (2005).

⁸ Ao falar sobre a elite, Murilo de Carvalho expõe que “não nos referimos a grandes homens [...] falamos de grupos especiais de elite que se distinguem tanto das massas como de outros grupos de elite” (CARVALHO, 1980, p. 20), a qual se caracteriza pela homogeneidade social, já que boa parte dela partia dos setores sociais dominantes, ou seja, havia uma vinculação entre a elite e a dinâmica social, a qual mantém seu domínio na medida em que controla alguma ‘força social’, tal como dinheiro, terra, conhecimento ou religião. No entanto, no momento em que a distribuição dessas forças é modificada, a classe política desaparece para ceder lugar a outra que controle a nova força social dominante.

⁹ Há um importantíssimo estudo realizado por Mattos (2004), que elaborou uma tese na qual defende que o Grupo Squarema arregimentou para si tanto “a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de estado – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos

A Província da Parahyba do Norte, à época da criação do Lyceu Provincial, assim como todo o Norte (que incluía a atual região Nordeste¹⁰), encerrava um grande número de indivíduos qualificados, que, articulados com o “novo grupo de políticos que surgia na região sudeste, conseguiram organizar recursos e estratégias capazes e promover estabilização da monarquia.” (GOUVÊA, 2008, p. 21). A mesma autora afirma, ainda, que “isso foi alcançado por meio da construção de um complexo emaranhado de instituições políticas e administrativas.” (2008, p. 23). No entanto, a autora não faz menção ao papel desempenhado pela instrução. Esses homens da política nortista, de formação intelectual, na sua maioria realizada em Coimbra, lançaram os projetos de criação dos liceus e ateneus¹¹ por toda a região. Entendemos, portanto, que não foi simplesmente por um acaso que foi criada nessa região uma boa parte desse tipo de instituição escolar, a partir de 1835. Aspecto que retomaremos mais detidamente no capítulo seguinte.

O trabalho foi construído, tomando, como referências historiográficas, os estudos realizados por Dolhnikoff (2005) e Gouvêa (2008), além do clássico trabalho sobre o ensino secundário no Império brasileiro, de Haidar (1972)¹², no qual a autora analisa o referido nível de ensino, partindo da perspectiva de que houve uma “desoficialização” desse ramo no Brasil. Defendemos, portanto, neste estudo, que, na Parahyba do Norte, houve um movimento contrário àquele defendido pela referida autora, uma vez que,

dirigentes imperiais, além dos professores, médicos, jornalistas, literatos e demais agentes não públicos — um conjunto unificado tanto pela adesão aos princípios de Ordem e Civilização quanto pela ação visando a sua difusão.” O referido autor delimita esse período, isto é, entre os anos de 1837 a 1870, como o momento de consolidação da monarquia apoiada pela referida elite dirigente. Apesar de considerarmos essa perspectiva analítica plausível, não comungamos com ela em toda a sua plenitude. Na verdade, nos consorciamos à perspectiva interpretativa elaborada por Dolhnikoff (2005) e por Gouvêa (2008).

¹⁰ Para Durval Muniz de Albuquerque, a região Nordeste surge na “paisagem imaginária” do país, no final da primeira década do século XX, substituindo a antiga divisão regional do país entre Norte e Sul, e foi fundada na saudade e na tradição. Surgiu da construção de uma totalidade político-cultural como reação à sensação de perda de espaços econômicos e políticos por parte de produtores tradicionais de açúcar e algodão, dos comerciantes e intelectuais a eles ligados. Assim, lança-se mão de topos, de símbolos, de tipos, de feitos para construir um todo que reagisse à ameaça de dissolução, numa totalidade maior, agora não dominada por eles. (ALBUQUERQUE JR., 1999).

¹¹ Além de nos liceus, entendidos aqui como estabelecimentos públicos de instrução secundária, custeados e administrados pelo Estado, o ensino secundário era ministrado nos colégios e nos ateneus, que, em sua origem, estão ligados ao lugar público onde os poetas e os retóricos liam as suas obras. Por ateneus, designam-se alguns estabelecimentos de instrução pública, fundados por particulares ou associações. Finalmente, existiam as aulas avulsas, que vinham a ser qualquer ramo dos conhecimentos humanos, considerados como objeto do ensino de um lente ou professor.

¹² Segundo Cury (1998), o ensino secundário necessita de investigações desde sua constituição até os dias de hoje, para que possamos responder as constantes questões sobre a estruturação e a finalidade desse tipo de ensino no Brasil. Ainda não são muitos os trabalhos no Brasil sobre esse nível de ensino. Dentre eles, destacamos: Dallabrida (2001); Gasparello (2004). Os trabalhos mais citados, no que se refere ao ensino secundário, além do de Haidar (1972), são os de Silva (1959) e Nunes (1962).

nessa Província, o ensino secundário oficial, ou seja, o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, se sobrepôs às instituições particulares ou não oficiais, tais como o Colégio do Padre Rolim, que se localizava na Vila de Cajazeiras, além de algumas cadeiras de Latim particulares, que apresentavam pouco alcance cultural e social no âmbito da Província. Todavia, na Província, o ensino secundário particular foi oferecido desde longa data, como em outras Províncias, nas chamadas aulas avulsas, herdeiras das antigas Aulas Régias (HAIDAR, 1972). No entanto, ao contrário dessas outras Províncias, na Parahyba do Norte, essas aulas não tiveram o mesmo alcance social, educativo e cultural. Portanto, no nosso entendimento, o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, fundado em 1836, portanto antes da criação, na Corte, do Colégio Pedro II, tornou-se a ponta de lança do processo de modernização e de normatização do ensino secundário.

A referida instituição contou, em todos os anos, com um número significativo de alunos e com um apoio constante da sociedade local, o que o fortaleceu e lhe deu um importante cabedal simbólico¹³, muito importante para o seu continuado funcionamento durante o todo século XIX e, de certa forma, barrando o crescimento da iniciativa particular nesse segmento de ensino, enquanto, em outras Províncias, mesmo nas mais ricas, os liceus não tiveram uma longevidade em relação a seu funcionamento tão significativo quanto o que teve lugar no Lyceu Provincial.

Retornando às questões referentes às relações políticas entre as elites locais e as que se constituíram no Município da Corte, sede do poder imperial, entendemos que a abordagem realizada por Dolhnikoff (2005) e Gouvêa (2008) nos remetem à compreensão de que a criação desse tipo de instituição se constituiu como um importante apoio para a formação das elites locais e da inserção das mesmas, em vários momentos históricos, no contexto nacional. Essas elites, portanto, buscaram ocupar seus espaços na condução do poder na perspectiva de contribuir para o processo de construção do Estado Nacional.¹⁴

¹³Segundo Bourdieu, Durkheim afirma que a função social do simbolismo é política, não se realizando a função de comunicação. “Os símbolos são instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos do conhecimento e de comunicação”. (cf. a análise durkheimiana da festa), eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘ilógica’ é a condição da integração ‘moral’.” Todavia, segundo análise procedida por Durkheim, ao discutir sobre a festa, é possível construir “o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘ilógica’ é a condição da integração ‘moral’.” (1989, p. 10).

¹⁴ Para Mattos (2004), o grupo Saquarema, nas vertentes local e nacional, chamava para si a tarefa de salvar a sociedade brasileira da anarquia e da desorganização que atingia o país naqueles anos

No século XIX, após a publicação do Ato Adicional de 1834¹⁵, coube às províncias a responsabilidade pela organização do ensino secundário, enquanto o ensino superior ficou sob a responsabilidade da administração imperial nacional em todo o território.

Após dois anos da publicação do Ato, em 1836, foi oficializado, pelo então Presidente da Província da Parahyba do Norte, Manuel Maria Carneiro da Cunha, a criação de um liceu. Essa nova instituição passou a ser a principal responsável pela formação secundária oferecida aos jovens da elite local. Nesse sentido, os pais e/ou tutores desses jovens desejavam, ansiosamente, inseri-los, em um futuro próximo, no jogo nacional, no sentido de participar e de, ao mesmo tempo, fortalecer o Pacto Imperial.

A instituição, que veio a ser a terceira deste tipo criada no país recebeu a designação de Lyceu Provincial da Parahyba do Norte¹⁶ e seu funcionamento oficial se deu a partir do ano de 1837, desenvolvendo as suas atividades de forma ininterrupta até o ano de 1884, quando o mesmo foi fechado pelo Regulamento nº 30, de 30 de Julho, em virtude da Lei nº 761, de 7 de Dezembro de 1883, isto é, por apenas um ano, para dar lugar a uma das primeiras tentativas para a criação de uma Escola Normal Oficial. A sua necessidade de criação há muito já havia sido anunciada, especialmente nos relatórios elaborados pelos diretores da instrução, bem como naqueles encaminhados para a Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte.

Todavia, a restauração da instituição como Lyceu se deu logo em 1885, com a Resolução Provincial de 11 de Novembro de 1885, autorizada pela Lei nº 799, de 6 de Outubro do mesmo ano.¹⁷

conturbados da Regência, ou seja, para o referido grupo, a desorganização social e política poderia levar o país ao rompimento de sua integridade territorial e de seu próprio domínio.

¹⁵Segundo Pinheiro (2008, s/p), a publicação deste Ato trouxe “muitas incertezas e inseguranças institucionais no sentido de que faltava uma tradição administrativa, isto é, uma cultura política histórica que servisse de referência de como deveria ser conduzida a coisa pública de forma descentralizada. Essa dificuldade se acentuou em virtude dos vários movimentos sociais que começaram a eclodir em diversos pontos da Monarquia.”

¹⁶ Como nossa pesquisa se situa no período de 1836 a 1884, utilizaremos, para identificar a instituição, o seu primeiro nome, ou seja, Lyceu Provincial da Parahyba do Norte. Após 1884, o mesmo começa a ser identificado apenas como Lyceu Parahybano. Para permitir uma leitura mais tranquila ao leitor, identificaremos apenas como Lyceu Provincial durante todo o texto.

¹⁷ Nova grande modificação na vida da instituição só aconteceria em 1895, com a sua transformação em Ginásio. A partir de 1930, o antigo Ginásio torna-se colégio, mantendo, todavia, o nome Liceu Paraibano, que continuará funcionando de forma ininterrupta até os dias atuais. No entanto, sem aquele simbolismo que a antiga instituição representava no período aqui estudado, uma vez que não havia mais aquele *consensus* acerca da importância da instituição.

Neste estudo, percebemos a existência de dois sub-períodos no transcorrer dos primeiros quarenta anos de existência do Lyceu Provincial, mas que os trataremos como um *continuun* histórico temporal. O primeiro período teve início com sua criação, em 1836, finalizando em 1873, com a publicação do Decreto Imperial nº 5.429, de 2 de outubro, quando o Lyceu Provincial passa a ter exames válidos para os cursos superiores do país. O segundo vai de 1873 até 1884, momento em que ocorreu o crescimento do número de alunos que se matricularam no Lyceu, tornando-a, por conseguinte, uma instituição de referência, não somente na própria Província paraibana, mas, também, nas circunvizinhas. A importância da referida instituição se tornou ainda maior quando ocorreu a validação dos seus exames preparatórios.

A tentativa de analisar o Lyceu Provincial, no século XIX, implica comungar com Petitat (1994), que afirma que a produção da escola está intimamente ligada à produção da sociedade e que o modelo de escolarização tem raízes nas realidades históricas específicas. É, portanto, compreendendo esses contextos que se entende porque as ideias de renovação do ensino secundário se fizeram tão presentes em várias nações e no Império Brasileiro em muitas das suas províncias, e a Parahyba do Norte acompanhou esse movimento.

Em que pesem as particularidades locais, o fenômeno da escolarização secundária, configurado a partir da década de 1820, apresentou muitos aspectos comuns de abrangência global, entre eles: a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, o respeito à nação e à pátria como princípios norteadores da cultura escolar, enfim a educação concebida como um projeto de integração ideológica e política.

Ao analisarmos os aspectos relativos à construção do ensino secundário na Parahyba do Norte, tentamos problematizá-lo a partir de sua perspectiva acerca da “cultura pedagógica”. Essa expressão foi utilizada por Durkheim (1995, p. 12), ao se referir ao ensino secundário na França. Segundo ele, os professores desse nível de ensino necessitariam ter uma “cultura pedagógica” particular, ou seja, mais que saber sobre um programa de ensino, os professores deveriam conhecer os problemas do ensino e propor soluções, “a fim de que [pudessem] formar uma opinião com pleno conhecimento de causa”. Nesse sentido, o ensino secundário, na visão durkheimiana, deveria ser estruturado de maneira mais complexa do que o ensino voltado para as primeiras letras. Segundo o referido autor, isso levaria à necessidade de uma maior

reflexão pedagógica, no sentido, inclusive, de adaptá-la ao meio ao qual estava a escola inserida.

(...) não se vê porque o ensino secundário gozaria de uma espécie de privilégio que lhe permitisse dispensar qualquer cultura pedagógica; eu acredito que seja o lugar onde ela é mais indispensável: é precisamente nos meios escolares, onde sua falha é maior, que ela é mais necessária. (DURKHEIM, 1995, p. 14)

Nesse sentido, para Durkheim (1995), o ensino secundário não existiria apenas na figura de um professor, e, sim, numa verdadeira divisão do trabalho, enquanto o ensino primário possuiria uma unidade natural e simples, que seria a própria unidade da pessoa que ensina. Assim, a cultura pedagógica¹⁸ do ensino secundário deveria formar “mentes unificadas.” No caso deste estudo, as “mentes unificadas” consubstanciariam um projeto da elite local, vinculado a um projeto maior, isto é, nacional, que somente seria possível de ser efetivado a partir de um Pacto Imperial.

Definidas as coordenadas de espaço (a Parahyba do Norte e o Lyceu) e da temporalidade (1836-1884), importa-nos chamar a atenção para o fato de que a sua legitimidade científica não vem somente dessas escolhas, mas, sim, especialmente, pelas problemáticas por nós elaboradas e que, conseqüentemente, marcaram a sua organização textual (a narrativa) que se encontra permeada pelas escolhas teóricas e metodológicas. Aspectos esses que passamos a discutir no próximo item.

1.1. Os caminhos teóricos e metodológicos

Todas as fontes por nós consultadas passaram a ser lidas e interpretadas não somente como simples peças elaboradas pelo poder provincial ou institucional-escolar, mas, sobretudo, com o interesse de adentrarmos no terreno orientado pelas noções de configuração, poder simbólico e representação, percebidas a partir das formulações elaboradas por Bourdieu. Aspectos teóricos estes dos quais nos apropriamos, no sentido de nos ajudar a compreender como foi sendo *configurado* o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte nos seus primeiros quarenta anos de existência.

¹⁸ Nesta discussão, utilizamos apenas a noção de “cultura pedagógica”, elaborada por Durkheim, sem, contudo, haver uma filiação teórica às suas proposições sociológicas.

Todavia, consideramos ainda necessário ressaltar que um princípio de orientação nos guiou durante toda a feitura desta tese, qual seja: o de pensarmos a história como uma ciência social aberta ao diálogo interdisciplinar como nos ensinam todos aqueles vinculados à *nouvelle histoire* dos *Annales*. Como afirmaram Le Goff e Nora (1984, p. 10),

O que obriga a história a redefinir-se é, antes de mais, a tomada de consciência, pelos historiadores, do relativismo da sua ciência. Não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Este caráter singular de uma ciência que tem apenas um único limite para o seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os historiadores, conscientes dessa relação original, a interrogarem-se de novo sobre os fundamentos epistemológicos da sua disciplina.

Nesse sentido, o levantamento bibliográfico inicial foi ampliado ao longo do processo investigativo. Nesse percurso, procuramos capturar os pensamentos, as ideias daqueles que contribuíram com o processo de organização e estruturação do Lyceu Provincial, nosso objeto de estudo.

Como instrumento de comunicação e de conhecimento, “os sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação ou de manutenção de uma determinada situação política e social. Para tanto, partimos do pressuposto de que os primeiros quarenta anos de funcionamento do Lyceu Provincial foram marcados pela sua coexistência com as aulas avulsas. Tal coexistência assumiu particularidades, imbricadas aos aspectos culturais, políticos e sociais. Para tanto, aqui se faz necessário traçarmos algumas explicações acerca do conceito, configuração de Bourdieu que vem a ser um extrapolamento do conceito de, de Norbert Elias¹⁹, e o de representação.

¹⁹ O termo configuração ou figuração foi cunhado por Elias como contraponto à noção de *homo clausus*, expressão que, em seu entender, traduzia bem o estágio das ciências sociais no final do século XIX e início do XX. A noção de *homo clausus*, que tanto incomodava Elias, pode ser entendida como a dualidade entre sujeito e objeto, entre indivíduo e sociedade e significa o entendimento do indivíduo como um ser atomizado e completamente livre e autônomo em relação ao social. O conceito de figuração, em contraposição, busca expressar a idéia de que: a) os seres humanos são interdependentes, e apenas podem ser entendidos enquanto tais. Suas vidas se desenrolam nas, e em grande parte são moldadas por, figurações sociais que formam uns com os outros; b) as figurações estão continuamente em fluxo, passando por mudanças de ordens diversas – algumas rápidas e efêmeras e outras mais lentas e profundas; c) os processos que ocorrem nessas figurações possuem dinâmicas próprias – dinâmicas nas quais razões individuais possuem um papel, mas não podem de forma alguma ser reduzidas a essas razões

A noção de configuração ou figuração nos auxilia a romper com as distâncias entre as lógicas internas e externas da análise que por ventura, possam estar presentes na definição do campo. (Bourdieu, 2000). O poder é chamado de capital, cuja essência pode ser tanto material, quanto simbólica.

O termo representação, na formulação dada por Bourdieu, é utilizado para descrever fenômenos dos campos culturais, sociais, históricos e, neste estudo, mais particularmente instrucionais secundários. Assim, o conceito é utilizado, considerando a própria historicidade do Lyceu Provincial, ou melhor, quais representações lhes foram atribuídas, logo após a sua criação e que tipo de representação passou a ter no universo cultural, social, político e instrucional, no período aqui proposto neste estudo.

A ideia de representação implica, portanto, na exteriorização de algo interior, ou seja, do que lhe é próprio. No entanto, como é possível crer na representação apenas como traço exterior? Bourdieu (1989), ao analisar as noções de identidade e de representação, identifica o poder desta última como construtora de uma “realidade” subjetiva, na medida em que ela pode contribuir para produzir aquilo que lhe é designado ou representado.

Para Bourdieu, as representações podem ser tanto mentais quanto objetais. As representações mentais são os atos de percepção, de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e seus pressupostos. As representações objetais, por sua vez, ganham materialidade em símbolos como bandeiras, insígnias, livros, ou manifestações públicas que objetivam organizar, manipular e sancionar as imagens mentais.

Com essa perspectiva é que buscamos, neste estudo, compreender como as representações mentais produziram as representações objetais, no caso, como o Lyceu Provincial nasceu a partir da intencionalidade de um grupo, a elite local, que o legitimou como uma instituição que se propunha modernizar, a partir de suas representações organizacionais, o ensino secundário paraibano. Entretanto, esse processo dependeu de inúmeros fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que permearam as diversas configurações educacionais. Destarte, há de se considerar que o Lyceu Provincial ocupou um lugar privilegiado tanto no campo instrucional como no campo político e,

(GOUDSBLOM e MENNELL, 1998). De forma resumida, o termo figuração pode ser definido como “redes formadas por seres humanos interdependentes, com mudanças assimétricas na balança de poder.” (BENTHAM VAN DEN BERGH, 1971 *apud* MENNELL 1998, p. 252), enfatizando o caráter processual e dinâmico das redes criadas por indivíduos. (ELIAS, 2008, p. 140-145).

por isso mesmo, sua criação merece a nossa atenção e destaque no âmbito da história educacional paraibana.

Ao analisarmos o Lyceu Provincial, entre os anos de 1836 e 1884, a partir desta perspectiva, acreditamos ser importante também introduzir a noção de identidade, uma vez que a mesma costura as representações que circularam no meio social dos sujeitos (alunos, professores, diretores, administradores públicos, homens letrados) envolvidos com a sua constituição. Hall (2003), Martín-Barbero (2003) e Canclini (2003) compreendem a identidade como um processo cultural, social e material determinado por condições históricas específicas. Por isto, de antemão se refuta a perspectiva essencialista dessa noção, que postula a existência de uma identidade fixa, uma espécie de essência imutável incrustada, quase biologicamente, no sujeito, acompanhando-o ao longo da vida. Partimos, portanto, da perspectiva de que as identidades são cambiáveis, podendo mudar ao longo da vida, conforme as disposições e posições do sujeito no meio do qual faz parte. Isso permite pensar-se em identidade profissional ao lado de outras tantas identidades, como a nacional, a sexual, a étnica etc.

A representação é responsável, neste estudo, por construir identidades vinculadas à elite local, bem como os sistemas simbólicos nos quais elas se baseiam, pois os indivíduos se posicionam a si próprios, quando sujeitados pelos discursos, assumindo-os. No interior do campo social, mais particularmente, no âmbito da história do ensino secundário, o Lyceu, a partir das suas condições reais de existência, é apresentado numa miríade de discursos para os quais é forçado ou deliberadamente convocado a assumir um papel político-social e educacional-cultural, especialmente nos seus primeiros cinquenta anos de existência. Em algumas dessas representações discursivas, ele foi negligenciado, porém, em outras, ele foi convocado a assumir para si uma certa identidade e representação vinculadas aos grupos minoritários pertencentes à estrutura de poder e à elite.

Afinal, quem tem o poder de representar tem o poder de configurar e reconfigurar a identidade desejada pela própria elite, aqui em estudo – a elite paraibana. Sobre o poder da representação, Bourdieu (1988b) dirá que as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta simbólica para imporem a definição de mundo mais conforme aos seus interesses. Assim, o poder simbólico, que é a capacidade de um grupo impor um determinado significado, dependerá, como já foi dito, não apenas das formas simbólicas, mas das crenças daqueles que as produzem.

Para Bourdieu (1989, p. 14), poder simbólico é “o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força.”

Bourdieu, concebeu a “história das representações”, ou, como se tornou comum falar, “construção” ou “produção” da realidade, por meio das representações (BOURDIEU *apud* BURKE, 2005, p. 84). O pensamento de Bourdieu é chamado de “estruturalismo construtivista”, ao admitir que existem no mundo social estruturas objetivas, que podem coagir a ação e a representação dos indivíduos, mas que estes, no seu cotidiano, podem transformar ou conservar tais estruturas. Nessa perspectiva, as representações são incorporadas como um sinal e uma manifestação do coletivo nos indivíduos e são relevantes para a auto-organização objetivo-subjetiva dos sujeitos, na sua ação prática, já que expressam a sua compreensão originada da observação do real (BOURDIEU, 2004).

Tais referenciais, buscados nos estudos de Bourdieu, podem ser observados no contexto provincial paraibano do século XIX. Assim, para a inteligibilidade do contexto histórico, num período de fortes embates entre os grupos políticos locais e “num estado de campo onde se vê o poder por toda a parte” (BOURDIEU, 1989, p. 7), foi decisivo, para o encaminhamento desta pesquisa, a leitura acerca da face do poder, que pode

se deixa[r] ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto reconhecido: **o poder simbólico**, é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (idem, p. 7)

Assim, além das relações existentes entre a instituição Lyceu Provincial com o poder local, é importante não desconsiderarmos as relações desta com elites situadas na Corte.

Num contexto de “integração fictícia da sociedade no seu conjunto”, podemos sentir a presença forte de setores como a Igreja e o Estado, que tem fundação na prática do “monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação, [sendo], a esse título, investida de um poder propriamente espiritual, exercendo *ex-officio*, na base de uma transação permanente com as expectativas dos leigos.” (BOURDIEU, 2001 [1994], p. 149).

As ambiguidades do poder na Província, ancoradas em diferenças culturais, podem ser percebidas nas lutas simbólicas da elite provincial paraibana, a chamada ou seja, os letrados ou intelectuais e artistas que tenderam sempre a colocar o capital específico a que ela deve sua posição no topo da hierarquia dos princípios de hierarquização”, (BOURDIEU, 2001, p. 12).

Especificamente aqui, podemos afirmar que este foi o objetivo principal das lutas pela manutenção e valorização do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, o “Glorioso Templo da Sabedoria”, como o nomeou um de seus diretores. Como capital simbólico de prestígio e de utilidade social, o Lyceu Provincial cumpriu a finalidade que lhe foi proposta: a de transmitir os princípios de uma cultura geral, ou seja, o de uma aculturação específica que permitiu passar de uma cultura familiar e de grupo para uma cultura geral e social, marcadamente de origem iluminista.

Não podemos, todavia, deixar de manifestar que esses referenciais interpretativos foram incorporados pelos historiadores da educação que se vincularam ao movimento de renovação historiográfica, hoje conhecido como Nova História Cultural. Assim sendo, nunca será demais lembrar que os desafios decorrentes de tal aproximação, sobretudo em relação às correntes teóricas identificadas sob o epíteto de História Cultural, abriram caminho para a formulação de novas perspectivas de investigação. Igualmente ao que vinha acontecendo no domínio da História, assiste-se já há algum tempo, no que se refere ao campo da educação, à emergência de novas perspectivas de investigação sobre os fenômenos educativos, levando-nos a refletir, no que diz respeito especificamente à História da Educação, sobre questões de explicação histórica, de definição temática e de fontes.

Em geral, a história das ideias que dominou durante muito tempo a investigação histórico-educativa consistiu numa interminável procura das origens, das influências e de um esforço para interpretar o pensamento dos grandes educadores do passado. Em contraposição, um movimento baseado numa nova concepção de história intelectual passou a interessar-se por explorar a construção, a reconstrução, a transmissão e a recepção das ideias. Neste sentido, volta a sua atenção para as práticas discursivas, particularmente nos momentos de ruptura e de conflito.

Portanto, a História da Educação passa atualmente no Brasil por um desenvolvimento acentuado, e a História das Instituições Educativas acompanha esse desenvolvimento.

Temos, então, que, no percurso de aprendizagem da História da Educação, nos últimos dez anos, foram sendo removidas as certezas e idéias feitas num campo historiográfico tradicionalista. Os pesquisadores foram confrontados com aparatos inovadores e desafiantes, com uma abordagem multidimensional do objeto crítico e com uma viragem linguística (*linguistic turn*), que privilegia as fontes discursivas. A abertura à interdisciplinaridade convergiu para o desenvolvimento do processo heurístico e metodológico, do arquivo à narrativa historiográfica.

Nas décadas de 1960 a 1980, tivemos um desenvolvimento nas análises que tinham como base a história econômica e a social. A partir da década de 1970, a História Cultural teve o seu avanço que, podemos dizer, foi tentacular, tanto que Le Goff (1998, p. 16) ressalta que esta se tornou “*a tarte à la creme*” da historiografia francesa. Tal desenvolvimento dos estudos nessa área não se realizou somente pela mão das temáticas próprias dessa área. Isso se fez também a partir das abordagens culturais de fenômenos sociais, demográficos e políticos. A história cultural desenvolveu essa imagem tentacular a partir de conceitos como os de representação, de prática e de apropriação.

Dito isso, podemos afirmar que as estruturas da sociedade, assim como as categorias intelectuais, não são um dado objetivo. São todas construídas historicamente em relação de interação com as práticas sociais e políticas.

Essas demarcações constituem, dessa forma, o objeto da história cultural, que é a reflexão da relação entre o social, “identificando como um real bem real, existindo por si próprio, e as representações supostas como refletindo-o ou dele se desviando” (CHARTIER, 1988, p. 27), o estudo dos processos e práticas que, sob várias tensões, atribuem significado a determinadas cosmovisões. Situamo-nos, então, nos campos do social e do cultural, pois precisamos compreender se esses enraizamentos exigem, na verdade, que se tenha em conta as especificidades do espaço próprio das práticas culturais, que não é, de forma nenhuma, possível de ser sobreposto ao espaço das hierarquias e divisões sociais (*idem*, p. 28).

Em primeiro lugar, com relação à elites provincial paraibana, essas, no percurso pela absorção plena de direitos como cidadãos da nova Nação que se estava em construção no Brasil, convergem sentimentos de lealdade à Nação brasileira e de afirmação de uma identidade local que vai ao encontro dessa identidade nacional. Outra questão que levantamos aqui é que a reconstituição da gênese e das configurações da organização escolar paraibana revela uma ação determinante da elite local, letrada, na

criação de condições para a existência de um ensino prestigiado socialmente. O Lyceu Provincial foi um espaço de dominação e marcou uma nítida divisão social da sociedade paraibana. Esse ensino secundário que estava em construção a partir da criação do Lyceu insere-se, assim, no que podemos chamar de um paradigma da educação imperial marcado por lógicas de conformação social.

Para a elite brasileira e paraibana do Oitocentos, o ensino técnico e profissional era reservado para os estratos sociais mais baixos, e o estudo no Lyceu estava reservado para aqueles que iriam desempenhar um papel profissional que correspondia à sua posição de classe.

A produção do saber humanista do Lyceu o transforma na mais prestigiada instituição educativa e cultural da Província. O estudante liceal, modelado num campo humanista-disciplinador, projeta o ideal de um cidadão cumpridor e reflexivo. Enfim, foi a partir de tais referenciais que realizamos nossa investigação sobre a história dessa instituição educativa e cultural.

Mas, para falarmos de aspectos relacionados à estruturação e ao funcionamento do Lyceu, faz-se necessário nos prendermos à abordagem em torno da história das instituições em si mesma, isto é, no nosso caso, ao Lyceu Provincial. Para tanto, trabalhamos com alguns pressupostos interpretativos elaborados por Magalhães (2004).

Dessa forma, buscando um entendimento e uma compreensão da organização do ensino secundário na Província, durante os anos de 1836-1884, veremos o papel desempenhado especialmente pelo Lyceu Provincial, baseados nas observações realizadas por Magalhães (1996, p. 2):

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

A partir das assertivas elaboradas por Magalhães sobre instituição escolar, destacamos que a educação é percebida como ato de humanização do ser que se dá por

um processo epistemológico e de conhecimento, já que é pela educação que o ente humano se torna pessoa, capaz de conhecer, simbolizar, comunicar, racionalizar e responsabilizar-se; é pela educação que cresce e amadurece, como é pela educação que desenvolve as suas capacidades cognitivas e técnicas e que participa e

se investe de cidadania e de humanidade. (MAGALHÃES, 2004, p. 29).

Em todas as sociedades, “a educação consagra integração, preparação, formação das gerações novas na cultura, regras e linhas de rumo das gerações adultas, assegurando estabilidade, permanência, equilíbrio [...] A educação confere à ação humana o sentido instituinte.” (MAGALHÃES, 2004, p. 59).

A história das instituições educativas não é o somatório de instituições escolares, mas, segundo o referido autor, “a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente”, já que

A matriz teórica que fundamenta a história das instituições escolares e das práticas educativas, tal como vem sendo referida, não reduz o conhecimento à internalidade da instituição, sua descrição, representação e avaliação curricular e processual. E por assim ser a síntese educacional é, por consequência, cultural, antropológica, e materializa-se por referência ao contexto, à instituição e às instituições, num plano sociopedagógico mais amplo. (p. 114),

Ainda segundo Magalhães (2004, p. 7), “A história da educação é um domínio científico que se estrutura por referência à história e à educação”. Temos então que, nas manifestações teóricas, nos princípios, nos conteúdos e nos públicos, a história da educação se constitui como uma segmentação da história cultural e da história política. A história da educação não fornece dados somente à historiografia, mas também às práticas e à formação docente, quando encontram na história fundamentação e informação. “Foi como conhecimento teórico-prático, com objetivos didáticos e pedagógicos em contexto de formação, aberto à inovação e à interdisciplinaridade, que a história da educação se foi erigindo como domínio científico” (MAGALHÃES, 2004, p. 80).

O processo de instituição corresponde à conversão de uma instância organizacional em instituição de existência [...] A instituição educativa se constitui e organiza as relações institucionais e os poderes instituintes, que funcionam no marco institucional e assim mesmo o tipo de relação que a própria instituição mantém contexto social em que se desenvolve. (MAGALHÃES, 2002, p. 38)

Na tentativa de dar uma conceituação ao que se define como instituições educativas, Boudon e Buricaud (2000, p. 01) afirmam que “as instituições são maneiras

de fazer, de sentir e de pensar “cristalizadas”, quase constantes, socialmente coercitivas e distintivas de um grupo social dado”.

No que concerne ao plano histórico, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, que relaciona elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciadas, entretecendo e projetando futuros pessoais, através de expectativas institucionais (MAGALHÃES, 1998, p. 61). Podemos, dessa forma, afirmar que as instituições são formadas por uma sociedade e expressam essa sociedade, por quem é formada.

Verifica-se em grande parte da produção relativa a estes estudos uma renovação metodológica e novas perspectivas problematizantes face às instituições educativas e às práticas pedagógicas. A identificação das grandes linhas de continuidade ou do ritmo das transformações educativas exige dos investigadores uma nova dinâmica e uma nova atitude sócio-histórica no domínio da historiografia e no quadro atual da História da Educação. As novas correntes historiográficas exigem, antes de qualquer coisa, um novo olhar historiográfico para chegarmos às respostas de muitas das novas questões que hoje são formuladas. Assim como afirma Magalhães, “o historiador não apenas deixou de resistir como aderiu conscientemente à transversalidade das conceptualizações e das problemáticas” (1992, p.1).

A renovação da historiografia legitima, para além das tradicionais categorias de espaço e tempo que lhe são peculiares, outros olhares praxeológicos que têm a ver com seu cotidiano, sempre, que o historiador

aceita os desafios interdisciplinares e se envolve em problemáticas e projectos de investigação actuais “existenciais”, procurando comunicar-se com as diversas formações sócio-culturais (MAGALHÃES, 1992, p.1)

Tal atitude, segundo Magalhães (1992, p. 1), não traduz de modo algum “o fim da história, mas antes converte o historiador num ente mediador porque questionador lúcido entre o passado e o futuro”. No Brasil, há algum tempo a História da Educação tem praticado estes novos rumos, por meio de um conjunto significativo de investigadores.

Nessa nova apresentação da História da Educação, existem novas interrogações, que só poderão ser respondidas no âmbito de uma dinâmica educativa e tendo em conta que a realidade é extremamente complexa. Surge daí a necessidade de um alargamento e de um cruzamento de informações de origem muito diversa.

Muitos investigadores apontam para a necessidade de mais trabalhos sobre as instituições educativas, devido ao fato de haverem grandes lacunas nesse campo. Contudo, segundo Magalhães (1995, p. 2), esse estudo

Passa, entre outros aspectos, por uma problematização da relação das instituições educativas com o meio sócio-cultural envolvente e pelo questionamento e (re) construção das representações simbólicas das práticas educativas que marcam a sua identidade histórica.

Neste trabalho, abordamos uma instituição que teve um impacto educacional significativo no destino da elite paraibana. Do ponto de vista historiográfico, tal impacto educacional está escrito e impregnado com uma vivência material, financeira e arquitetônica própria. O estudo de uma instituição que tem um memorial de fontes e informação que a legitimam como objeto historiográfico e pedagógico. A partir dessas ponderações mais amplas, o referido autor propõe que a instituição escolar seja percebida enquanto objeto epistêmico.

Finalizando esta parte, afirmamos que o objetivo que perseguimos neste trabalho foi o de construir “uma história” do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, que exigiu de nós “utensílagens” cognitivas e metodológicas que visavam apresentar um *modus operandi* mais adequado à inteligibilidade dos resultados que obteríamos na pesquisa.

Para responder à problemática principal do presente trabalho, partimos de três procedimentos metodológicos estratégicos para a efetivação desta pesquisa:

1. Realizar um balanço das pesquisas desenvolvidas em matéria de estudos histórico-educativos sobre instituições educativas;
2. Identificar as problemáticas possíveis de serem analisados num trabalho sobre instituições educativas;
3. Construir uma problemática de análise, partindo do diálogo constante com as fontes que tínhamos à nossa disposição.

Assim, tendo chegado a esse último procedimento, a nossa problemática central foi ganhando uma configuração mais clara à medida que o *corpus* documental tomou volume e nitidez. O que mais nos auxiliou no processo foi o diálogo constante entre as fontes, os conceitos e as categorias que indicamos acima. Isso foi fundamental para o

desenvolvimento da pesquisa, quando passamos da fase sincrética inicial para a análise e crítica à documentação consultada.

O que fizemos, então, nessa fase inicial, foi uma avaliação da qualidade das fontes e da problemática a estudar, atitude importante devido às exigências heurísticas do próprio objeto de estudo. Pois, como avalia Evans (2000, p. 175):

Relacionar uma fonte com seu contexto depende, acima de tudo, das questões que lhe forem dirigidas; a consequência de colocar um determinado conjunto de questões em detrimento de outro verifica-se ao nível dos contextos a examinar, e, neste sentido, uma vez mais, o historiador depara com a existência de certos caminhos obrigatórios. Sob esta perspectiva, os historiadores reconstroem os contextos históricos de onde são originárias as fontes, mas as possibilidades de reconstrução revelam-se muito mais ilimitadas depois de estabelecido o rumo da pesquisa.

1.2- Mapeando os estudos liceais no Brasil e em Portugal.

O século XIX estava impregnado pelas noções de secularização e de laicidade e a força do Estado, cada vez mais, se impunha naquele momento na sociedade brasileira. A escola, ao ser reestruturada, teve também de repensar os seus princípios, métodos e fins. Foi naquele período que começou a nascer uma forma de organização educacional e escolar pública com a característica de ter sido submetida ao Estado e articulada em graus e níveis, a saber: primário, secundário e superior. Os programas produzidos no âmbito do poder estatal, e a ele mesmo submetido, acolhem novos conhecimentos das ciências e o estudo de línguas vivas.

Surgem, naquele momento, novos processos de ensino-aprendizagem que vinham sendo difundidos a partir de formulações de pensadores, como John Locke (1632-1704), Jean Jacques-Rousseau (1712-1778), Pestalozzi (1746-1827), Herbat (1776-1841), Froebel (1782-1852), apenas para citar os mais importantes.

Inspirada pelas construções iluministas, a elite brasileira acreditava que era sua missão espalhar as luzes do conhecimento para que as trevas do despotismo e da ignorância fossem dispersas e elevassem o Brasil ao mesmo nível das nações européias, transformando-o em uma nação civilizada. As elites ligadas ao processo de independência política se percebiam como herdeiras naturais das elites européias e, por isso, visualizavam a instrução como a chave para a difusão da civilização e do progresso na nova e atrasada Nação que se estava construindo. Assim, novos ordenamentos políticos, sociais e culturais se apresentaram a partir das imposições de princípios liberais que subjazem à transformação da ex-colônia num novo Império. Temos, então, uma convergência entre cultura e política na construção do Estado Nacional do novo Império.

No Segundo Reinado, segundo Alonso (2002, p. 63), o liberalismo se apresentou de uma forma que podemos chamar de “realismo conservador”, epíteto que os saquaremas deram ao seu partido. Seu epicentro estava antes na idéia de ordem que na de liberdade. Esta concentração do pensamento na palavra ordem tinha como objetivo manter, sem alteração, as liberdades constitucionais e as bases do sistema de representação. Os princípios deviam ser moldados a pedido das circunstâncias. Liberdade sob controle. Entre os liberais mais destacados da época, podemos identificar Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, entre outros, e o paraibano Manoel Pedro Cardoso Vieira.

Este último era homem “pardo”, que fez seus estudos secundários no Lyceu Provincial e, depois de seus estudos feitos no Recife, finalizados em 1870, retornou à Parahyba e se tornou professor particular de Matemática e de Retórica e Geometria daquela Instituição.

Rocha (2009), em sua tese de doutorado, *Gente negra da Paraíba Oitocentista. População, família e parentesco espiritual*, elaborou um perfil desse professor do Lyceu. Liberal, apesar de seus pais serem conservadores, vivenciou, na sua volta, grandes embates políticos com um outro professor do Lyceu, o ex-conservador e novo liberal Padre Lindolfo José Correia das Neves, que a autora acompanhou por meio da imprensa. A referida autora elaborou o perfil de Cardoso Vieira, partindo das informações contidas na obra de Eduardo Martins, seu biógrafo.

O biógrafo de Cardoso Vieira registrou que ele conhecia duas línguas estrangeiras (francês e inglês), também era muito erudito, lia abundante e desordenadamente os autores mais notáveis de ambas as literaturas, além de ter um “orgulho que tocava as raias da empáfia”. Esta última característica o levou a afrontar os professores da Faculdade de Direito do Recife, o que resultou na suspensão de seu curso por vários meses e atrasou o processo de conclusão de seu bacharelado. (ROCHA, 2009, p. 83).

A partir da década de 1870, começam a surgir demandas que poderíamos chamar de estranhas, ou mesmo paradoxais, entre os clamores por liberdade de ensino defendida por parte de liberais, dos católicos e dos positivistas.

No caso dos católicos, estes pretendiam desligar-se do controle do Estado e, assim, dar força ao surgimento de uma rede privada de ensino sob seu controle. Os segmentos ligados à Igreja Católica acreditavam que, somente desligada do Estado, a Igreja poderia ter novamente um papel de protagonista. A relação entre o Estado e a Igreja, dentro do modelo liberal nascente, foi uma questão central durante o século XIX, uma vez que este modelo recomendava a separação entre o poder laico e o poder religioso.

O século XIX é, no Brasil, o século da queda dos valores lusitanos e da ascensão da cultura gálica por meio da moda, da arquitetura, da arte e da literatura. O modo de vida francês seduziu os brasileiros nas suas práticas sociais, como nos salões e saraus. Essa influência chegou até mesmo no que tange à construção das instituições culturais. O Instituto Histórico e Geográfico (1838) e a Academia Brasileira de Letras (1897), e mesmo os Lyceus, são parte dessa influência.

Como afirma Needel (1993, p. 49), “Para os brasileiros do século XIX, a civilização era a França e a Inglaterra”. Essa civilização vinha na forma de novos modos de pensar, de se vestir, entre outros. A vida de Corte lusitana foi substituída pelos teatros, concertos, salões, bailes e cafés.

Os futuros dirigentes da nação aprendiam o passado de seu país no Colégio Pedro II e nos Lyceus Provinciais, também de inspiração francesa, espalhados pelas províncias. A influência européia se apresentava principalmente no que se refere à forma de pensar. O século XIX brasileiro é, portanto, o século francófono. Nesse período, tudo que era produzido em França, em termos de cultura, de artes e da moda, era consumido com grande efervescência pelos povos brasileiros, principalmente na Corte. Com relação ao que nos interessa neste trabalho, ou seja, a educação, temos uma influência muito significativa, segundo Bastos (2000, p. 80), no campo das ideias e das inovações pedagógicas. Muitos autores de origem francesa são apropriados pela elite local.

No que tange propriamente ao ensino secundário nesse período, Haidar (1972), nos informa que, quando na presidência da Província do Rio de Janeiro, Couto Ferraz, em 1853, defendeu a política de “desoficialização do dispendioso e improfícuo ensino secundário oficial”. Segundo Couto Ferraz,

A prática tem demonstrado [...] que os liceus e colégios oficiais são, em regra, pouco freqüentadas e cujos professores, ainda quando escrupulosamente nomeados, não têm par aos ativar o incentivo do lucro, ou porque não recebem a perda do lugar desde que são vitalícios, ou porque graças à posição em que se acham de empregados públicos pagos por ano, e não pelo número mais avultado de alunos, como sucede aos professores particulares, não temem diminuição de vencimentos e assim, com honrosas exceções, não se dedicam muitas vezes ao ensino tão desveladamente como aqueles. (COUTO FERRAZ, *apud* HAIDAR, p. 1972, p. 171).

Couto Ferraz defendeu a supressão gradual desses estabelecimentos para dar lugar a estabelecimentos particulares. Uma fala que estava inserida nos confrontos políticos daquele momento. Segundo Arriada (2007), em sua tese de doutoramento intitulada *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*, o modelo de educação adotado no Brasil ocasionou, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a desoficialização do ensino secundário. Dentro desse modelo, os liceus, as instituições oficiais, como os colégios e

as instituições particulares teriam travado uma disputa constante no intuito de formar as elites.

Com esses ideais é que o grupo iria imprimir sua marca na direção do Estado e do Império. É nesse contexto que a instrução²⁰, e principalmente o ensino secundário, se tornam pontos importantes de discussão, uma vez que começam a ser percebidos como a forma de assegurar a ordem e os princípios conservadores.

É nesse contexto de expansão saquarema que, segundo Cunha Júnior (2008, p. 23), se insere e se explica a criação do Colégio Pedro II e, em nossa percepção, se insere também a criação do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.

Na Cidade da Parahyba, naqueles anos, predominavam as Aulas Avulsas públicas do tempo do Brasil Colônia. Havia, portanto, a necessidade de se criar uma instituição de ensino secundário moderna, mas sob o controle do Estado e que fornecesse à elite conservadora local uma formação secundária abrangente e distintiva, próprias para este grupo, que, no futuro, ao passar pelas Academias superiores, iria ocupar o mundo do governo imperial e provincial, de forma a garantir a sua hegemonia e a sua expansão.

O Lyceu Provincial foi, dessa forma, idealizado para servir de referência na Província, inserido na tentativa do governo central de exercer a direção sobre o ensino secundário no país. Tentativa esta que, consideramos, no caso paraibano, foi vencedora, uma vez que nessa Província, como dissemos anteriormente, esse ramo de ensino continuou nas mãos oficiais durante todo o período imperial.

Obviamente, não nos esquecemos aqui de outras questões que poderiam explicar essa predominância do ensino oficial na Província paraibana, como, por exemplo, a falta de recursos do setor privado para que pudesse se impor ao ensino oficial.

No entanto, a nossa tese é de que o que tem predominância é o que envolve a precedência na Parahyba do Norte de um pacto liberal-conservador tradicional-modernizador, na sua vertente local, uma vez que o Lyceu Provincial foi fundado já em 1836, portanto um ano antes do Colégio Imperial Pedro II, e a força da elite local atrelada à elite nacional, que tinha esse nível de ensino como importante para a conformação e para a construção do Estado Nacional.

²⁰ O termo instrução era comumente utilizado no discurso da época, inclusive na designação de setores governamentais, como Diretoria da Instrução Pública, dependente da Presidência da Província.

O Lyceu Provincial, assim como o Imperial Colégio Pedro II para o poder central, era visto como a menina dos olhos da elite local. Assim como o Pedro II, o Lyceu Provincial ofereceu uma formação abrangente e um conjunto de conhecimentos que iam além das matérias que eram exigidas nos exames preparatórios, como Gramática Latina, Retórica e Filosofia racional e moral, Matemática, Francês, Inglês, Geografia, Cronologia e História, Álgebra, Geometria e Trigonometria e Desenho, para o acesso aos cursos superiores. Defendemos também a idéia de que, durante o período imperial, o Lyceu Provincial assumiu um papel significativo, local, como o Pedro II em âmbito nacional, no projeto de formação e de recrutamento da elite provincial e brasileira, respectivamente, de reprodução dos ideais dos dirigentes conservadores. Essas elites tiveram papel fundamental na formação e na construção do Estado Nacional devido a uma dada unidade, que lhe deu condições de agir no campo político com grande eficácia, devido à sua homogeneidade.

Como veremos mais adiante, de forma mais detalhada, Carvalho (1980, p. 97) demonstra, a partir de um esquema, como era a entrada dessa elite no que ele denominou de “clube do governo imperial”, destacando aí a importância que o ensino superior propiciou para formar essa elite dirigente. Para entrar nesse grupo, era necessário o bilhete de entrada (o diploma, o certificado), as escadarias seriam a magistratura, a imprensa e a deputação provincial. O vestibulo (o pátio), a deputação geral e, por fim, o senado, as presidências de Província, os Ministérios, os Conselhos e o Senado, que eram os que formavam o “Clube”.

Mas o que era preciso para se conseguir o bilhete de entrada para se adentrar a esse clube? Cunha Junior (2008, p. 24) afirma que o Colégio Pedro II foi uma instituição que preparava os jovens antes da aquisição do bilhete de entrada, seguindo a mesma formulação do autor acreditamos que tanto o Pedro II, quanto os liceus provinciais podem ser vistos como a antessala desse clube. Sem passar por essas instituições, não era possível conseguir este “bilhete”, por isso a importância de tais instituições.

Investigar o funcionamento de uma instituição de ensino secundário provincial como o Lyceu Provincial, no período aqui proposto, de 1836 a 1884, e suas possíveis articulações com o modelo de ensino secundário proposto pelo Colégio Pedro II, e com as instituições particulares por si sós, nos daria a justificativa para tal pesquisa no campo da História da Educação.

Outra justificativa, que, cremos, é pertinente são os poucos trabalhos produzidos sobre o ensino secundário liceal, no século XIX, e principalmente sobre a Instituição que nos propusemos a investigar neste trabalho.

Nóvoa (2003) nos esclarece que, apesar de alguns congressos terem se dedicado ao ensino secundário, muito ainda resta por ser feito. O que melhor traduz a história de um poderoso império do meio é essa idéia de meio, apesar da ambivalência, da ambiguidade do termo. Ao contrário do ensino secundário liceal, sobre o qual os estudos são poucos, é mais fácil encontrar estudos dos extremos, o ensino primário e superior, do que sobre este campo intermediário da vida dos alunos.

Não pretendemos, aqui, fazer uma revisão exaustiva dos trabalhos de investigação que, nas últimas décadas, têm analisado a gênese e a evolução dos liceus no Brasil e em Portugal. Destacamos apenas aqueles que marcaram o nosso processo de preparação para a construção desta tese.

Em Portugal, assinalamos os contributos importantes das obras de Adão (1982), Fernandes (1999; 2004), Justino Magalhães (1998; 2004; 2005), Antonio Nóvoa (2003; 2005), João Barroso (1995) e Jorge Ramos do Ó (2003).

O pensamento crítico de Rogério Fernandes sobre os percursos da educação influenciou a nossa reflexão sobre os padrões institucionais, reformas e adaptações, e conferiu uma visão holística do processo de edificação do liceu: um projeto de cidadania e os percursos de submissão e de autonomia.

Antonio Nóvoa²¹, que chamou a atenção para a “amnésia no debate educativo [...] a amnésia do excesso e amnésia da ausência”, situou-nos no processo de edificação do liceu moderno em Portugal, “a mais importante instituição especializada na formação dos alunos entre a infância e a vida adulta” (2005, p. 71).

Esta formulação ajudou-nos a compreender o fascínio exercido por instituições como o Lyceu Provincial na *intelligentsia* local. Nóvoa organizou, em companhia de Ana Teresa Santa-Clara, o trabalho *Liceus de Portugal. Histórias, Arquivos, Memórias* (2003), em que se constrói uma genealogia das instituições liceais lusas.

Em nossa estada em Portugal, lemos de forma atenta o estudo de João Barroso (1995), intitulado *Os Liceus: organização pedagógica e administrativa (1836-1960)*. Para além de nos introduzir na organização e no funcionamento interno, nas estruturas formais da administração, nos seus níveis central e local, nos auxiliou, na forma de

²¹ Prefácio ao *Governo de si mesmo*, de Jorge Ramos do Ó, 2003.

explorar com rigor metodológico, um *corpus* documental constituído por um conjunto de relatórios de presidentes de província e de diretores da instrução pública da província da Parahyba do Norte. A metodologia aqui utilizada ajudou-nos a compreender as configurações organizacionais do Lyceu Provincial.

A tese de doutoramento do professor Jorge Ramos do Ó (2003), *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*, proporcionou-nos uma leitura desafiante, pois o pesquisador centrou seu trabalho na figura do aluno do liceu e no que ele chama de *governo de si mesmo*. Esta pesquisa nos auxiliou numa interpretação “nova sobre fatos conhecidos” e elucidou-nos como interrogar criticamente, como reelaborar as fontes e reinterpretar os processos de construção da instituição liceal.

Além desses, tivemos contato também com os trabalhos que se propõem a uma discussão sobre os Liceus da República em Portugal, como Viana (2001), *A mocidade Portuguesa e o Liceu* e *Os liceus do Estado Novo. Arquitetura, Currículo e Poder*, de Marques (2003), entre outros.

No Brasil, existe, já no âmbito acadêmico, um bom número de trabalhos sobre o ensino liceal, no que tange a trabalhos em nível de mestrado e textos publicados em Anais de Eventos científicos da área de História da Educação. No entanto, as pesquisas desenvolvidos no âmbito do doutorado ainda são escassos. Em nossa pesquisa bibliográfica, conseguimos identificar, além de textos produzidos para eventos, livros de memórias, trabalhos em nível de mestrado e doutorado:

Dentre os trabalhos de memórias sobre Lyceus a que tivemos acesso, destacamos: *Lyceu do Ceará. Memórias*, de Gustavo Barroso; *História do Liceu Alagoano*, e *Acréscimos e retificações à “História do Liceu alagoano”*, de Abelardo Duarte”, de 1963; *Memórias do Ginásio Pernambucano*, de Olívio Montenegro, (1943).

Em nível de mestrado podemos relacionar:

De Alves (1990), *A reforma de 1847 no quadro da instrução provincial: significado da criação do Liceu Provincial de Niterói. (1847-1851)*; de França (1997), *Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: o Liceu Paraense. 1840-1889*; de Zanelli (2001), *A criação do Liceu Cuiabano e a formação dos intelectuais no curso de línguas e ciências preparatórias*; de Fagundes (2004), *A reconstrução da nacionalidade: uma análise do Liceu de Humanidades de Campos - RJ. (1931-1942)*; de Leite (2005), *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX. Uma filosofia de compêndio: Um estudo sobre a disciplina de filosofia no*

Liceu Mineiro. (1854-1890); de Ribeiro (2006), A implantação do ensino secundário público maranhense. Liceu Maranhense; de Bernardelli (2007), História e Memória do Liceu de Uberlândia, 1928-1942; de Vasconcelos (2007), Liceu Piauiense. (1845-1970). Desvendando aspectos de sua memória e História.

Em nível de doutorado, os trabalhos de Dick (2001), que analisou o Lyceu Provincial da Bahia na tese: *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia – O liceu provincial 1860-1890*, onde a autora afirma que:

Durante a primeira metade do século XIX, a província da Bahia passava por momentos de tensão social, com diversas lutas que afetaram o desenvolvimento da instrução pública. Do ponto de vista da política nacional, também foi um momento de formação e afirmação do Estado Brasileiro. Nesse período de origem das políticas públicas para o ensino secundário ocorreu a criação do Liceu Provincial em 1836, que desenvolveu tais políticas. (DICK: 2001, p. 229)

A autora conclui, afirmando que:

[...] compreendemos que o Liceu Provincial criado para formar uma camada intermediária, capacitando-a para o trabalho na administração do Estado, tinha um currículo propedêutico, que não habilitava para o ingresso nas Academias do Império. Assim, o ensino secundário público não atendia nem às necessidades de trabalho, nem àquelas referentes à formação acadêmica, passando a ser até supérfluo, levando à argumentação a favor de sua extinção, não servindo, portanto, aos dois objetivos. (DICK, 2001, p. 229)

O Ginásio Pernambucano, primeira instituição de ensino liceal no Brasil, fundado em 1825, na cidade do Recife, foi analisado por Laroche (1992), na tese *A ideologia liberal e o Ginásio Pernambucano: uma proposta de transformação social no século XIX*, que incluiu o Ginásio em um projeto liberal de educação.

O Ginásio Pernambucano, fundado como Lyceu Provincial de Pernambuco, teve como idealizador o Padre João Ribeiro de Melo Montenegro, um dos chefes da Revolução de 1817. Seu primeiro corpo docente era quase todo constituído de sacerdotes, sendo, alguns, revolucionários desse movimento, que contou com a atuação de cinquenta padres seculares e cinco frades, muitos com passagem pelo antigo Seminário de Olinda.

Portanto, a D. Azeredo Coutinho e ao grande número de sacerdotes-professores se deve a eclosão das idéias liberais francesas, em Pernambuco, sendo alguns deles futuros docentes do Lyceu, servindo de exemplo na utilização de um modelo francês

contra a nobreza portuguesa, pressionadora e abusiva na luta pela manutenção do poder.

A ideia da criação de um Lyceu em Pernambuco remonta, segundo Laroche (1992, p. 94), a 1817 e é renovada, em 1824, pelos liberais. Segue a autora:

Detectamos que a primeira idéia de criar um Liceu Provincial em 1817, neste momento de 1824, devidamente registrada e enviada ao poder central, em 15 de junho, torna-se concreta através de uma proposta liberal modernizadora a nível de governo. Eça traduz um comportamento do grupo liberal, numa fase de adaptação ao conservadorismo tradicional ao modernizante.

O Lyceu Provincial de Pernambuco teve um papel importante no que se refere à formatação de um conjunto de instituições com característica liceal no Brasil oitocentista.

Em *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos. (1870-1908)*, de Alves (2005), e no livro *O Atheneu Sergipense: traços de uma história*, a autora destaca que foi uma instituição singular, pois se dividia em dois tipos de cursos: o de Humanidades e o Normal. Na pesquisa, a autora teve como objetivo, partindo dos planos de estudos da instituição:

Conhecer esse cenário, a história do Atheneu Sergipense no período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, investigando o espaço formador de vultos que se projetaram no panorama político e social, foi a meta da pesquisa.
(ALVES, 2005, p. 15),

A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: A desoficialização do ensino público, de Arriada (2007), foi outro trabalho em nível de doutorado que utilizamos e foi muito importante, uma vez que estivemos em constante diálogo com ele para a construção de nosso próprio trabalho.

Outras teses sobre liceus, ou que tratam sobre estas instituições foram por nós identificadas: *O Atheneu Norte Rio-Grandense: práticas culturais e formação de uma identidade (1892-1924)*, de Barros, (2000); *Gênese e expansão do magistério público na Província de Santa Catharina nos anos de 1836-1889*, de Luciano (2001); *A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a História ensinada. (1876-1905)*, de Toledo (2005), entre outros trabalhos.

No esforço de busca da literatura que nos desse apoio na construção de nosso trabalho, foi muito importante a coleção organizada pela Sociedade Brasileira de História da Educação, sob a direção dos professores Wenceslau Gonçalves Neto e

Regina Helena Silva Simões: *Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Dessa coleção, utilizamos o volume: *Educação e instrução nas províncias e na corte imperial*. (Brasil, 1822-1889), organizado por José Gonçalves Gondra e Osmar Schneider. Esse trabalho nos deu a possibilidade de vislumbrar a instrução secundária no Brasil Imperial, a partir das novas pesquisas que vêm sendo realizadas no país.

Para o entendimento das instituições educacionais do período imperial, seria necessário um conhecimento da organização daquela que é considerada a mais importante do período, o Colégio Pedro II, por isso lemos atentamente a tese de Andrade (1999), *Colégio Pedro II: um lugar de memória*, e de Cunha Junior (2008), *O imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*.

No que concerne propriamente ao Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, as pesquisas de cunho acadêmico são muito escassas, resumindo-se a trabalhos apresentados em congressos por Pinheiro (2005), Cury (2008) e Ferronato (2011). Há, também, um estudo recentemente publicado por Pinheiro (2011), intitulado: *Lyceu Provincial da Parahyba do Norte – escolarização secundária e projetos instrucionais em disputa (1836-1885)*. Recorremos, também, ao mais tradicional estudo sobre essa instituição na Paraíba, escrito por Menezes (1983), a *História do Lyceu Parahybano*, no qual autor faz um passeio por toda a história da instituição, destacando sua importância como principal centro de cultura da Paraíba por todo um século.

É importante destacar a pesquisa realizada por Rodrigues (1980), intitulado: *Profissão: professor secundário – estudo histórico-sociológico de uma categoria profissional*. Nesse estudo, o referido autor destina o primeiro capítulo sobre a importância do Lyceu Paraibano no processo de formação de professores.

1.3- Dos recursos, ou das fontes

Em sua aproximação com a Nova História Cultural, o pesquisador precisa sempre ter o cuidado para não ser seduzido pelo “canto das sereias” e ter a prudência de Ulisses²². Nessa aproximação, existe a necessidade de saber instrumentalizar as novas

²² Ulisses (em latim: *Ulysses* ou *Ulixes*), ou Odisseu (em grego: *Odysseýs*), foi, nas mitologias grega e romana um personagem da *Iliada* e da *Odisséia*, de Homero. É a personagem principal desta última obra, e uma figura à parte na narrativa da Guerra de Tróia. É um dos mais ardilosos guerreiros de toda a epopéia grega, mesmo depois da guerra, quando do seu longo retorno ao seu reino, Ítaca, uma das numerosas ilhas gregas. (HOMERO, 2000)

ferramentas que o campo oferece, tendo o cuidado para não cair num vale-tudo acadêmico e que não seja produzida uma “salada” epistemológica. Como historiadores, sabemos da impossibilidade de reconstituir o passado tal como ele foi vivenciado. O máximo que podemos é recuperar algumas facetas, parte de um todo muito mais complexo e dinâmico. As fontes que um historiador vai utilizar já estão pré-estabelecidas, ou seja, no processo de manutenção e tentativa de preservação, alguns documentos foram mais valorizados que outros, sobrevivendo os documentos com um caráter mais oficial. Isso se deve ao fato de, por muito tempo, os historiadores da Educação, terem privilegiado muitos mais estes documentos em detrimento dos que permitissem apreender a cultura escolar.

O processo de construção de uma pesquisa só é possível quando o pesquisador dispõe de um *corpus documental* que possa buscar as informações que lhe ofereçam respostas para as problemáticas levantadas. A busca incessante nos arquivos não constitui por si só a solução para os problemas que permeiam o campo da história da educação. É necessário, portanto, ler as fontes e interpretá-las a partir de alguns referenciais teórico-metodológicos.

Partindo desse cuidado epistemológico, buscamos e analisamos as “Falas e Relatórios dos presidentes de província”, dirigidas à Assembleia Legislativa Provincial. Nelas, nos defrontamos com os discursos dos presidentes de província sobre o ensino secundário, por meio dos quais procuramos problematizar as estratégias discursivas adotadas para a normatização, organização, regulação e manutenção do ensino secundário na Província paraibana e, mais especialmente, sobre o Lyceu Parahybano.

Ao longo do período investigado, ou seja, 1836 a 1884, observamos temas recorrentes, peculiaridades próprias da escrita dos relatos, assim como a formalidade e o sentido burocrático com que a instrução era muitas vezes tratada. Esses documentos, de certa forma, exprimem as mudanças ocorridas na legislação. Na análise das leis, regulamentos, portarias e decretos da instrução secundária paraibana, quisemos confirmar como se deu sua normatização. Nesse sentido, a legislação produzida representa uma das formas mais significativas de tentativa de controle do Estado sobre a organização da educação escolar. Esses documentos são expressões das ideias das elites e como também um espaço de ordenação para a prescrição de práticas que podem ou não ter ocorrido no cotidiano escolar.

Os estudos sobre a História da Educação da Paraíba, no século XIX, têm demonstrado que, no período imperial, havia na Província uma preocupação por parte das elites de escolarizar este segmento social. Na Assembleia Legislativa Provincial, os debates em torno desse tema foram intensos e deles nos apropriamos para a realização deste estudo.

Além desses documentos, muitos outros foram consultados, tais como: as correspondências oriundas dos termos e localidades, encaminhadas ao poder provincial, bem como mapas, dados estatísticos, orçamentos, programas de ensino, requerimentos, listas de alunos, professores e diretores entre outros.

Os jornais produzidos no período, tais como *O Imparcial*, *A Regeneração*, *Jornal da Parahyba*, *Diário da Parahyba*, *Gazeta da Parahyba*,²³ bem como os textos de memórias foram nos seduzindo e nos instigando a realizarmos a nossa operação historiográfica.

O principal arquivo pesquisado foi o Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Estado da Paraíba, vinculado à Fundação Espaço Cultural – FUNESC.²⁴ Pesquisamos também na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – Seção de Obras Raras e Coleção Paraibana, no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), na Biblioteca Pública Juarez da Gama Batista.

Durante a realização do meu estágio doutoral, realizado na Universidade de Lisboa, trabalhamos na Biblioteca do Instituto de Educação da referida Universidade, além de na Biblioteca Nacional de Portugal e na Torre do Tombo, todos localizados em Lisboa.

As ferramentas da internet também nos foram muito valiosas para a realização desta pesquisa. Assim sendo, consultamos exaustivamente a Coleção dos Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Províncias, disponibilizado pelo site da Universidade de Chicago.²⁵

²³ Estes jornais foram catalogados e analisados por Souza (2010) em *A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em história. Universidade Federal da Paraíba, DH, 2010, João Pessoa: Laborhis.

²⁴ A documentação do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte do Estado da Paraíba foi coletada ao longo de quatro anos pelo Grupo de Pesquisa sobre a História da Educação no Nordeste Oitocentista – GHENO. O Grupo tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas no que tange à instrução das primeiras letras, à instrução secundária e às escolas de ensino superior, tanto públicas como particulares. É coordenado pelas professoras Cláudia Engler Cury e Mauricéia Ananias e está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba e mantém estreita relação com o Grupo de Estudos e Pesquisas de História da Educação na Paraíba, vinculado ao HISTEDBR-PB.

²⁵ O site pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>

Para finalizar, queremos dizer que sempre observamos toda essa documentação, munidos da perspectiva da não neutralidade dos seus conteúdos, uma vez que tais documentos são reflexos dos modos de pensar daqueles grupos sociais e foram produzidos por pessoas letradas, vinculados à estrutura de poder provincial.

Na análise dessa documentação, apoiamo-nos na contribuição de Le Goff (1984) ao propor a ideia de documento como monumento. A proposta de Le Goff é que procuremos desvendar, a partir dos documentos, os sujeitos que os produziram, as relações de poder que foram estabelecidas por estes na sociedade e como o documento/monumento se firma e afirma o poder daqueles que os produziram. Nesse sentido, o referido autor afirma que :

[...] [o] dever principal [do historiador é] a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. (LE GOFF, 1984, p.102).

Dessa forma, pressupomos a incorporação na análise do documento dos indícios do seu processo de produção. Toda a construção de um registro, seja ele de qualquer origem, tem dentro de si uma intenção daqueles que o produziram e que pretendem deixar a sua marca para o futuro. Ainda nesse processo, há a possibilidade de elaboração de um registro que evidencia a afirmação daqueles sujeitos sobre os outros membros da sociedade que não participam da construção do registro.

Portanto, na medida em que procuramos analisar o documento como monumento, temos de levar em consideração os seguintes elementos: a intencionalidade do registro, a afirmação de uma determinada imagem para o futuro e a relação de poder ao definir quem, como, para quem ou o que registrar.

Para a coleta dos dados, elaboramos fichas de registro que se diferenciavam pela sua natureza de origem, como relatórios de presidentes de província, de diretores da instrução pública e de diretores do Lyceu. Consideramos ser importante marcar a diferenciação dessas fontes, pois implicam em encaminhamentos diferenciados no poder político local. Em seguida, procedemos à compilação, organização e ordenação em categorias como: contexto político, social e cultural; organização do ensino; ensino secundário; Lyceu-prédio; alunos; professores; funcionários; cadeiras; biblioteca.

Essa classificação não foi dada *a priori*. Ao contrário, o trabalho de seleção foi orientado pela afinidade das atividades políticas locais com a questão geral da

construção do Lyceu Provincial, por meio da reflexão sobre o material coletado, respaldada por variadas leituras paralelas, que nos ajudaram a perceber os seus conteúdos específicos.

Na sua forma final, o trabalho se divide quatro em capítulos. Neste primeiro, como foi visto, traçamos os caminhos percorridos na construção desta tese. No segundo, intitulado “O ensino secundário na Província da Parahyba do Norte: as Aulas Avulsas públicas e particulares e a criação do Lyceu Provincial. Mudanças e Permanências”, realizamos uma análise acerca da permanência das Aulas Avulsas, mesmo após a criação do Lyceu Provincial, demarcando, portanto, uma relação de coexistência de formas de organização do ensino secundário paraibano.

No terceiro capítulo, “O ensino secundário no Brasil no século XIX: a ascensão do ensino liceal”, discutimos a implementação do ensino liceal no Brasil e na Província da Parahyba do Norte, destacando a sua importância como nível intermediário entre o ensino de primeiras letras e o superior, no que concerne à realização dos exames preparatórios.

No quarto capítulo, “A Casa do Lyceu: inserção no espaço urbano, sua arquitetura e biblioteca”, analisamos o local onde funcionou o Lyceu Provincial, o conjunto jesuítico, e sua relação com a *urbs*, abordando alguns aspectos relativos à história da Cidade da Parahyba e a constituição de sua biblioteca.

No quinto capítulo, “O Lyceu Provincial da Parahyba do Norte: os seus agentes educativos”, nosso objetivo principal foi discutir como foram construídos os papéis e as relações desempenhadas pelos atores sociais envolvidos com o funcionamento do Lyceu Provincial, especialmente os professores, os alunos, os funcionários e as demais autoridades.

Nas considerações finais, retomamos os resultados do estudo em articulação com as opções e a problemática inicial. A partir das questões formuladas para tornar inteligível a escrita da tese, sublinhamos as trajetórias fundamentais do Lyceu Provincial Parahybano.

CAPÍTULO II

O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: as Aulas Avulsas públicas e particulares e a criação do Lyceu Provincial. Mudanças e permanências

Antes de adentrarmos na discussão acerca do perfil do ensino secundário no Brasil e, mais particularmente, na Província da Parahyba do Norte, consideramos necessário traçar alguns aspectos acerca do ensino superior vigente no Brasil e a sua articulação, como nível formador da elite letrada que teve um papel preponderante no processo de organização do Estado Nacional, durante todo o século XIX. Todavia, não podemos nos esquecer da influência que a Universidade de Coimbra exerceu sobre a primeira geração de administradores que se constituiu logo após a independência política brasileira.

A Universidade de Coimbra²⁶, em Portugal, foi fundada em 1290, e teve um papel fundamental na formação das elites portuguesas e brasileiras. A base da formação recebida por essas elites naquela instituição foi o Direito Romano, que tinha como finalidade a justificação da superioridade dos reis e a sua autonomia em relação à Igreja e aos barões feudais. Este tipo de educação criou uma certa homogeneidade no âmbito do pensamento, legitimando e garantindo, assim, a manutenção do absolutismo português. (CARVALHO, 1980).

²⁶ Segundo Boschi, (1991), no exaustivo levantamento dos estudantes na Universidade de Coimbra nascidos no Brasil a que procedeu Francisco Moraes, constata-se a matrícula, apenas ao longo do século XVIII, de 1.752 brasileiros, dos quais 347 eram mineiros, 572 eram baianos e 445 eram cariocas e fluminenses.



Foto I
Aspecto da Universidade de Coimbra
Acervo do autor – 2010.

Durante as primeiras décadas do século XIX, as elites brasileiras foram quase todas formadas naquela instituição, seguindo as normas traçadas pelo Direito positivo, para no futuro fazer parte do corpo da administração pública. A formação jurídica recebida em Coimbra fez com que a elite brasileira desenvolvesse uma dada homogeneidade de pensamento, ao mesmo tempo em que a afastava de doutrinas perigosas e revolucionárias, como o Iluminismo Francês, que propunha em linhas gerais o fim do Estado absolutista. Segundo Boschi (1991, p. 108), aqueles integrantes da elite

[...] Sentiam-se perfeitamente cômicos de seu privilegiado acesso à educação e integrados na Metrópole, particularmente em Coimbra, os membros das elites intelectuais da colônia que para lá se deslocavam.

Na Universidade de Coimbra,

[...] estimulava-se um clima de entrosamento entre metropolitanos e brasileiros, em benefício dos interesses estatais. Intelectualmente, aliás, mesmo depois de retornados ao Brasil, os parâmetros e os padrões que seguiam eram os da urbe coimbrã, em patente evidência da fusão de comportamento que aglutinava as elites dos dois pólos do império (BOSCHI, 1991, p. 108).

Assim, no momento da Independência política brasileira, a elite que a protagonizou tinha essa formação intelectual originada dessas influências coimbrãs.

Alcançada a Independência, os cursos jurídicos, criados em 1827, nas cidades de São Paulo e de Recife, passaram a incumbir-se da tarefa de formar as “elites nacionais”.

A clientela desses cursos era proveniente de famílias de recursos, que podiam pagar professores particulares para os seus filhos, ou os encaminhava para algum seminário, colégio ou liceu. Nesses casos, a preferência recaía sobre o Colégio Pedro II (1837), uma vez que o título de bacharel em Letras, conferido por este estabelecimento, era garantia para o ingresso nas faculdades isoladas existentes no país.

Para aqueles que dispunham de recursos, existiam várias opções. Podiam estudar numa universidade européia, ou mesmo escolher uma entre as faculdades de Medicina que haviam sido criadas no período de D. João VI, ou as das recém-criadas faculdades de Direito. Os que decidiam cursar Direito tinham de arcar com o alto custo das taxas de matrícula, que chegavam a 54\$200 reis, sem incluir o deslocamento e a fixação de residência, para os alunos oriundos de outras províncias. (CARVALHO, 1980).

Para os alunos de menos recursos, não no sentido de serem pobres, mas no de não terem tantos recursos para se manterem na Europa, ficava a possibilidade de ingressar no ensino secundário em escolas públicas ou nos seminários religiosos.

Ao contrário do que acontecia nas escolas de Direito, os alunos dessas instituições não pagavam anuidades e ainda recebiam bolsas de estudos, para se manterem durante a realização dos cursos. Os alunos que ingressavam na Academia Militar eram provenientes de famílias de militares ou que tinham alguns recursos. Nesses estabelecimentos, eles recebiam uma formação técnica e profissional, que seguia ainda os princípios estabelecidos pela reforma pombalina, em Portugal, no que diz respeito à tradição do Colégio dos Nobres²⁷, fortemente marcado pela formação em ciências exatas e naturais. A Academia não tinha como objetivo apenas formar oficiais capazes, mas também engenheiros que pudessem construir estradas, portos, pontes etc.

O caráter profissional que assumiu a Academia repercutiu no próprio tratamento que era dado aos militares por ela formados que, apesar de receberem diplomas de bacharel em Matemática e Engenharia, não obtinham o prestígio social da elite política, formada pelas duas faculdades de Direito.

O Estado Imperial reforçou e manteve a supremacia do poder civil nas decisões do país. Essa situação era patente nos ministérios militares, tendo em vista que seus

²⁷ O Real Colégio dos Nobres, geralmente designado por Colégio dos Nobres, foi um estabelecimento de educação pré-universitário, fundado em Lisboa, por carta de lei de 7 de Março de 1761, voltado especificamente para a formação inicial dos jovens aristocratas portugueses. A instituição foi extinta pelo decreto de 4 de Janeiro de 1837, tendo em conta que os seus objetivos não podiam subsistir no enquadramento criado pela implantação do regime liberal em Portugal, sendo as suas instalações e equipamentos atribuídos à então criada Escola Politécnica de Lisboa (atual Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). (RIBEIRO, p. 322)

ocupantes, em sua maioria, eram provenientes da elite civil. Geralmente, os generais e almirantes que eram convidados a assumir cargos políticos não representavam a corporação, mas os interesses civis subjacentes aos partidos.

A preponderância da cultura jurídica sobre as demais áreas do conhecimento não favoreceu a criação de uma nova mentalidade; pelo contrário, manteve a tradição do ensino puramente literário, livresco e retórico enraizada na educação formal brasileira, desde o período colonial.

Fernando Azevedo, ao analisar essa tradição humanista e abstrata enraizada na instrução colonial, diz que:

é tão persistente que, as escolas técnicas, como as academias médico-cirúrgicas, militares e as de agricultura fundadas no tempo de D. João VI (1808-1821), não determinaram quaisquer transformações sensíveis dessa mentalidade, reorientando-a para as ciências e as aplicações às atividades técnicas e industriais [...]. Enquanto, porém, as faculdades de direito, instituídas já no primeiro Império, entraram a participar e a influir intensamente na vida social e intelectual e a favorecer, em larga medida, as agitações nacionais de alcance social e político, todas essas fundações científicas e técnicas lançadas por D. João VI (...) não exerceram influência eficaz no sentido de imprimir à cultura um novo espírito, melhorar as condições econômicas da sociedade e quebrar os quadros a que habituara, de bacharéis, letrados e eruditos (AZEVEDO, 1963, p. 289).

As profissões liberais, consideradas como ocupações nobres, exerciam uma supremacia sobre os de caráter técnico, manual e mecânico. Como as elites eram constituídas basicamente de advogados, médicos e engenheiros, os que obtinham maior prestígio e autoridade eram os bacharéis e doutores, que assumiam o primeiro lugar na escala social e profissional.

Os primeiros professores das escolas de Direito foram formados pela Universidade de Coimbra, e se constituíam na primeira geração de políticos que atuou durante a fase da consolidação política do Império. Apesar da base de formação desta intelectualidade ter sido marcada pelo Direito Romano, a nova elite absorveu também o Direito Mercantil, Marítimo e a Economia Política. A idéia dos legisladores brasileiros era de formar não apenas o jurista, mas de fazê-los, também, deputados, senadores, diplomatas e para ocupar os mais altos postos na estrutura do Estado.

Era uma intelectualidade educada para dirigir e controlar os destinos do país e que encontrou, no ensino superior, as condições ideais para a sua reprodução. A

educação superior foi a base de sustentação da elite nacional que assumiu e assumiria, por muito tempo, a burocracia e administração.

A estrutura política montada pelos homens de Direito contribuiu para aprofundar ainda mais a distância entre as culturas das elites e das classes populares. Fernando de Azevedo, analisando a distinção entre essa elite do restante da população, diz que:

a classe dirigente distingui-se excessivamente do resto da população do país, não só do ponto de vista do aspecto exterior, do nível e estilo de vida e dos interesses essenciais, sobretudo da cultura. Uma minoria de letrados e eruditos, e uma enorme massa de analfabetos (AZEVEDO 1963, p. 576-77).

Os desníveis culturais existentes entre a elite e a população eram bastante acentuados, e foram se agravando com o desenvolvimento da organização escolar, que preparava para as profissões liberais, sem que houvesse o desenvolvimento paralelo e suficiente para atender às demandas das camadas populares.

Enquanto a maioria da elite política imperial, constituída de ministros, senadores, conselheiros de Estado e deputados etc., possuía curso superior, com predominância na formação jurídica, o grosso da população se encontrava num analfabetismo quase total e sem acesso à escola.

As faculdades de Direito, como formadoras de uma elite de cultura e urbanidade,

recrutaram numerosos elementos a administração e a política, o jornalismo, as letras e o magistério (ate mesmo o teatro) infiltrados de bacharéis, desertores dos quadros profissionais de que guardara, com a ilustração, apenas o título e o anel no dedo, como sinais de classe e de prestígio [...] Focos de idéias e de campanhas políticas essas faculdade em cujo regaço se nutriam na ciência da justiça, gerações de jurisconsultos, advogados e estadistas [...] nelas se encontravam e se entendiam brasileiros de todos os estados. (AZEVEDO 1963, p. 288).

A fiscalização e o controle marcaram esse ensino, cujos diretores e professores eram nomeados pelo Ministro do Império, e cujos programas e compêndios, antes de serem utilizados, tinham que ser aprovados pelo Parlamento. Esse procedimento, semelhante ao que ocorria em Portugal, conforme mencionamos anteriormente, tinha como objetivo impedir que idéias consideradas revolucionárias invadissem as faculdades e contaminassem os alunos. (CARVALHO, 1980).

Assim, uma certa homogeneidade de ideais, baseados no liberalismo, que era garantida pela formação jurídica, conferiu à elite política da primeira metade do século XIX as habilidades e capacidades necessárias para a construção do Estado Nacional. Apesar das escolas de Direito terem quebrado, em parte, as barreiras do isolamento a que eram submetidos os brasileiros que se formavam na Universidade de Coimbra, permitindo um contato maior entre os alunos de várias províncias, mantiveram o seu conservadorismo. As ações docentes, discentes e administrativas eram severamente controladas, a fim de que os valores ligados à adaptação e ao compromisso com a ordem, impregnados na formação dessa intelectualidade, mantivessem intactas as estruturas da sociedade, extremamente hierarquizada e assentada no escravismo.

Algumas autoridades daquele período mostravam preocupação com a formação de uma sociedade bacharelesca. Em 1835, Lino Coutinho, então Ministro do Império, dizia que

[...] a experiência tem demonstrado que a existência de dois Cursos Jurídicos dá um número de pessoas habilitadas muito superior ao que as necessidades do país exigem; o que se deixa bem conhecer pelo fato, já acontecido, de bacharéis formados solicitarem empregos, e bem pequenos, mui diversos de sua profissão, por falta de lugares na magistratura. (MOACYR, 1939, p. 371-72)

Além do excesso de bacharéis formados pelas escolas de Direito, o Ministro denunciou, também, em 1847, a situação de relaxamento que imperava nas escolas, por parte de alguns professores. Vejamos:

Nos Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda está longe de ser satisfatório o estado do ensino. A suma indulgencia de alguns lentes confere não raras vezes à ignorância e à inércia o premio só devido ao talento e à aplicação [...] Em Olinda, é ainda maior o escândalo: lente já houve que no anno não foi a sua cadeira mais de 20 ou 30 vezes, pretextando moléstia, que alias não o impediu de se ocupar de outras negócios. Com tais exemplos, não era de esperar que os estudantes fossem submissos às leis, respeitadores dos lentes, e applica dos aos estudos [...] (MOACYR, 1939, p. 382-83).

Tal desequilíbrio tendeu a aumentar com o passar dos anos, o que levou a implementação da Reforma de 1879, que dividiu o Curso de Direito em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais. As primeiras tinham a incumbência de formar os

magistrados e advogados, enquanto as segundas tinham de formar diplomatas, administradores e políticos. Apesar da reforma ter visado equilibrar o descompasso existente entre o número de formados e a oferta de cargos do principal empregador, que era o Estado, não conseguiu contornar o impasse da saturação do mercado. Os dados do censo de 1872 revelaram que:

havia no país, 968 juízes e 1647 advogados, num total de 2642 pessoas. Ora, só a escola de Recife formara, entre 1835 e 1872, 2290 bacharéis, quase cobrindo sozinha o número acima, o que significa que muitos bacharéis não encontravam colocações nas duas ocupações. (CARVALHO, 1980, p.71)

A oferta de profissionais formados levou a uma grande busca pelo emprego público, o que não se devia a uma suposta “vocação”, como afirmava Joaquim Nabuco, mas ao fato de se constituir no único canal encontrado pelos letrados para garantir a sua sobrevivência. Há que se considerar que o sistema econômico vigente, baseado na grande propriedade, não possibilitava a ascensão das camadas intermediárias, daí encontrarem na burocracia estatal a via preferencial para obterem sucesso e prestígio, tanto profissional quanto político.

A educação superior treinou, portanto, a intelectualidade brasileira para assumir as funções públicas no Estado, dando-lhe uma certa homogeneidade ideológica que a distinguia do resto da população, sem acesso à instrução e dispersa no imenso território brasileiro.

Outro fator que se somou à educação superior e que possibilitou dar essa unidade cultural à elite imperial brasileira foi a sua ocupação, principalmente, organizada em profissão e que

[...] pode constituir-se em importante elemento unificador através da transmissão de valores [...] Na medida em que o recrutamento de uma determinada elite política dê limite aos membros de algumas poucas ocupações, aumentarão os índices de homogeneidade tanto ideológica, como de habilidade e de interesses. (CARVALHO, 1980, p.73).

Assim, os letrados, formados pelo Estado, eram por ele absorvidos, uma vez que se constituiu o seu principal empregador. Os cargos públicos existentes eram privilégios dos letrados, deixando de fora vastos setores da sociedade. A grande maioria da sociedade ficou submetida ao desemprego e à falta de instrução. Todavia, alguns poucos puderam adentrar nas raras instituições destinadas, prioritariamente, aos segmentos

populares, como foi a experiência do Colégio de Educandos Artífices, da Província da Parahyba do Norte, criado pela Lei Nº 6 de 1º. de setembro de 1859 e inaugurado em 1865, mas que não logrou grande êxito, uma vez que enfrentou grandes dificuldades orçamentárias, bem como sofreu com a falta de profissionais especializados para ensinar os ofícios que o Colégio oferecia.

Segundo Lima (2008), no caso Colégio de Educandos Artífices, da Parahyba do Norte, esta instituição foi criada num momento de proliferação da marginalidade e de banditismo, tanto no litoral quanto no sertão, devido a problemas no setor agrícola e,

[...] Para as elites, andar nas ruas e encarar essa massa de indigentes e mendigos, que a cada dia se tornava mais espessa, era algo extremamente incomodo. Passaram a exigir do Governo que se fizesse alguma coisa para “limpar” as ruas dessas pessoas que enfeavam praças e logradouros públicos”. [...] Os institutos, casas ou Colégios de educandos artífices ofereciam formação profissional e o ensino de primeiras letras, utilizando os mesmo métodos pedagógicos das escolas de guerra (p. 152-3).

Entre os homens letrados, eram, especialmente, os magistrados os que mais apresentavam condições indispensáveis para ocupar o poder público, uma vez que eram intelectualizados, possuíam referenciais ideológicos bem definidos e tinham a capacidade para a prática do exercício do poder a partir do domínio da legislatura e experiência na aplicação legal. Assim sendo, esses burocratas foram importantíssimos no processo de construção do Estado, bem como do seu posterior fortalecimento.

Além dos magistrados, numa proporção menor, existiam os diplomatas, os militares e os padres. Estes últimos, em decorrência da formação religiosa, distinta da elite civil, mostravam-se dúbios em suas ações, uma vez que eram ao mesmo tempo funcionários da Igreja e do Estado, mas quase sempre mantinham-se fiéis aos ditames da Igreja, o que ocasionava alguns conflitos.

Aqueles que adentravam ao mundo da política, quase sempre, reuniam condições, tais como educação superior, com destaque para a formação jurídica, e almejavam a nomeação vitalícia para o Senado ou para o Conselho de Estado.

Outros segmentos sociais que tinha proximidade com o Estado eram os outros tipos de profissionais liberais, tais como os advogados, os jornalistas, os médicos, os engenheiros e os professores que ensinavam nas poucas faculdades existentes no Brasil, até então. Estes últimos, mesmo apresentando uma certa capacidade de criticar os valores e instituições vigentes, mantiveram-se, também, vinculados ao Estado.

O maior contingente desses professores era composto por advogados, que se distinguiam dos magistrados, em termos de treinamento e orientação política. A diferenciação devia-se, principalmente, ao local de sua formação, tendo em vista que a grande maioria era educada no Brasil, enquanto o núcleo dos magistrados era formado em Coimbra. Além disso, mantinham relações bem específicas com o Estado. A estes cabia a tarefa de aplicar a lei e defender os interesses da ordem, enquanto os advogados poderiam ser tanto representantes de interesses individuais, como de algum grupo social.

A dependência econômica em relação ao emprego público fez com que esses profissionais defendessem a todo custo o fortalecimento e a ampliação da complexidade do Estado. Assim, foi necessário, a partir da Independência, criar instituições secundárias para ajudarem na formação dessas elites locais, para que fosse garantida, em seus locais de origem, a constituição da presumível futura burocracia provincial.

Para salvaguardar seus interesses individuais, em termos de sobrevivência política, ou simplesmente para manterem-se no poder, a “traição” era encarada como uma prática natural e rotineira. A manutenção dos cargos era algo prioritário, nem que para isso tivessem de aliar-se ao Imperador, negando suas próprias origens de classe, como acontecia, por exemplo, em relação àqueles que se originavam das camadas médias urbanas.

As elites paraibanas²⁸, integrantes deste Pacto Imperial, apesar de terem as suas particularidades, não diferiam de forma significativa da elite nacional, uma vez que eram também constituídas, na sua maior parte, de bacharéis em Direito com formação em Coimbra.

²⁸ Essas elites foram forjadas nos movimentos revolucionários ocorridos entre 1817 e o período da Regência (1831-184). A Província da Parahyba do Norte esteve ligada aos movimentos que agitaram a região Norte do Brasil, em 1817 e 1824, e às lutas pela Independência. O movimento de 1817 teve um caráter republicano e separatista e logo se espalhou pelas Províncias de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Influenciados pela Revolução Francesa e pelo exemplo da república norte-americana, os revoltosos queriam a emancipação do Brasil. Segundo Gouvêa (2008, p. 21), os principais setores da região nordeste do país foram cruciais no processo de ajustamento político daquele momento por dois fatores: um econômico, pois a região tinha um forte papel neste setor, e outro, cultural, uma vez que era grande o número de indivíduos qualificados na região, no que tange à prática política. Esses grupos, reunidos aos seus congêneres no centro-sul, conseguiram organizar recursos e estratégias capazes de promover a estabilização do sistema. Ainda segundo a autora, aquela estabilização seria conseguida apenas com a construção de um “emaranhado de instituições políticas e administrativas”, no que podemos incluir, uma vez que a autora não levanta a questão, as instituições instrucionais, uma vez que esta questão era importante na formação desses grupos e esses, por sua vez, dão início ao processo de criação de algumas dessas em suas Províncias.

Foram esses que regeram a vida pública da Província. Dessa forma, essas elites locais se apressaram para criar os mecanismos que iriam garantir as suas participações, no futuro aparato burocrático provincial. Nesse contexto é que compreendemos a importância que tiveram a criação dos inúmeros liceus e ateneus no Brasil e, no caso da Parahyba do Norte, a criação do Lyceu Provincial, em 1836, nos momentos conturbados da Regência, já que foi o que deu o suporte para a formação de parte significativa das elites locais. Tal aspecto pode ser inferido a partir do relatório de 1845, elaborado pelo então presidente da Província, Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos:

Aqui cumpre fallar de uma espécie, que é própria deste artigo, e vê a ser: Sendo preenchidos na Thesouraria de Fazenda os logares vagos da Contadoria por meio de concurso, no qual o aspirante se mostra habilitado em contabilidade e escripturação, pareceria muito conveniente que o mesmo se adoptasse na Administração de rendas, vistas as boas razões, em que se funda esta disposição geral, e da mesma sorte que se desse acesso, quando este podesse ter lugar pela falta de qualquer dos empregados, na classe dos escripturarios, ficando ao arbítrio dos Srs. Presidentes o tirarem qualquer dos concurrentes, que, tendo sido approvados, lhes fossem apresentados em proposta pela respectiva Repartição; ou talvez fosse mais conveniente que as pessoas, que para o futuro se houvessem de empregar na Administração de Rendas, tamsomente fossem tiradas d'entre aquelles, que tivessem um diploma passado pelo Lyceo Parahibano; desta maneira, ao passo que adquiríamos empregados com habilitações precisas para occupar os diversos lugares da Repartição, estimulávamos a mocidade a freqüentar o único estabelecimento literário que temos na Província; mas em qualquer dos casos seria muito conveniente que se desse aos novos empregados uma garantia de perduralidade nos empregos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1845) (grifo nosso)

Percebemos, portanto, a preocupação do presidente em dotar a contadoria com os egressos do Lyceu. Essa mocidade que quase sempre carregava os sobrenomes mais importantes da Província estaria assim com seus lugares sociais garantidos na burocracia, uma vez que, ao final, ele pede que seja garantida sua “perdularidade nos empregos”. A justificação para que os antigos alunos do Lyceu Provincial fossem encarregados de tão importante área, como a contadoria, foi utilizada pelo Presidente para estimulá-los a frequentar a referida instituição de ensino secundário. Segundo Nunes (2000, p. 39), o ensino secundário teria como missão

Formar a elite ilustre, inserida mais plenamente nos atributos de liberdade e propriedade, portadora de privilégios do pequeno círculo que participava do poder de Estado, tanto no nível local, quanto no nível amplo do Império.

Feitas essas considerações mais gerais acerca do possível papel social que o Lyceu Provincial desempenhou na Parahyba do Norte, passemos agora a nos deter em como se configurou o seu ensino secundário, tomando também como referência as Aulas Avulsas ou cadeiras de ensino secundário.

2.1- O Lyceu Provincial e as Aulas Avulsas: uma nova forma de organização da instrução secundária e as permanências.

Segundo Haidar (1971), com a fundação do Colégio Pedro II, a Corte recebia uma nova instituição de ensino baseada no modelo francês, que tinha como objetivo servir de padrão para os demais estabelecimentos (público e privados) de ensino secundário no Império. Contudo, essa intenção não se efetivou na sua totalidade, visto que o ensino particular possuía características próprias, tendo sua “liberdade aumentada” com a reforma Couto Ferraz, de 1854.

Desse modo, quando foram criados os liceus, estes reuniram, organizaram e complementaram, com outras matérias, as Aulas Avulsas que deixaram de ser isoladas. Assim sendo, os liceus estavam mais aptos para responderem às demandas de escolarização, assentadas em novos estudos científicos e de línguas modernas, que passaram a ser requisitos para a preparação aos estudos superiores, em qualquer especialidade, ou seja, no campo do Direito, da Medicina, das Engenharias ou das Letras. Dessa forma, quando foi criado o Colégio Pedro II, o enciclopedismo era a sua característica principal, tendo como referencial o ensino de latim.

Com a implantação do Lyceu, o governo da Província da Parahyba do Norte esperava que as Aulas Avulsas públicas e privadas diminuíssem até chegarem ao seu fim. Entretanto, essas ainda possuíam um grande número de alunos matriculados em relação ao Lyceu, em 1839.

Dessa forma, o ensino secundário na Província da Parahyba do Norte, antes da criação do Lyceu Provincial, era composto basicamente pelas chamadas Aulas

Avulsas²⁹. Nos relatórios de presidentes da Província, elas foram tratadas mais frequentemente como aulas de Latim, uma vez que essa foi a cadeira que predominou.

Na sua maioria, essas aulas estavam localizadas nas cidades e vilas mais populosas. Sobre a sua regulamentação, os relatórios não tecem informações importantes, ficando apenas restrito aos números de alunos e gastos financeiros com as mesmas. No entanto, como essas aulas estavam organizadas também em outras Províncias, acreditamos que sua regulamentação deveria seguir a norma em vigor, ou seja, deveriam estar localizadas onde não existissem colégios e tivessem uma frequência de, no mínimo, dez alunos. Esses alunos admitidos deveriam ter mais de 10 anos e habilidades comprovadas, que eram adquiridas nas cadeiras de primeiras letras. Essa comprovação se dava por meio da averiguação feita pelos professores³⁰.

O valor financeiro empregado no custeio dessas aulas era considerado muito alto para a Província, e o seu retorno muito discutível. Nesse sentido, os presidentes de província e, posteriormente, os diretores da instrução pública pediam à Assembleia autorização para que tais aulas fossem extintas. Esses pedidos geraram, de certa forma, uma tensão política entre os que queriam a normatização do ensino secundário na Província e os interesses dos deputados em manterem suas regiões servidas pelas aulas, o que os levava muitas vezes a não darem importância aos insistentes pedidos de seu fechamento e, ainda, tratavam de criar mais aulas. Esse conflito na Assembleia ficou mais evidenciado com a criação do Lyceu Provincial, já que, com a criação da referida Instituição, dar-se-ia exatamente no sentido de que houvesse a centralização do ensino secundário entre os muros da Casa do Lyceu.

No momento da criação do Lyceu, todos os setores da administração pública estavam sendo repensados e reformulados. A organização da instrução pública era, portanto, um dos segmentos mais significativos das reformas, no conjunto de todos os setores da administração e da vida pública. As estruturas políticas que estavam ainda em sua fase de formação não possibilitavam uma remodelação profunda no ensino, até porque elas também não existiam, por isso é compreensível que as várias reformas e

²⁹ Estas aulas eram conhecidas no Brasil também como aulas menores, cadeiras avulsas, aulas públicas, Aulas Régias, ou, simplesmente, aulas de Latim, como na Parahyba do Norte. Sobre as Aulas Régias, ver Cardoso (2004).

³⁰ Como essas aulas careciam de uma fiscalização efetiva do número de alunos, os métodos eram sempre uma incógnita para os presidentes de província.

tentativas de reforma tenham sido frágeis e, muitas vezes, de concretizações lentas ou mesmo inconclusivas³¹.

Não devemos nos surpreender por não encontrarmos grandes mudanças nas rotinas do Lyceu ou da Instrução Pública como um todo, depois de ter sido promulgada uma reforma. Em suma, a intervenção ao nível do ensino, isto é, do cotidiano escolar, reflete as dificuldades gerais que se colocavam na reorganização política geral e reproduz os principais problemas que dominavam a agenda política.

O cenário que desenhemos para o período ao qual nos dedicamos, autoriza-nos a construir o argumento de que as transformações ocorridas se traduziram essencialmente numa reorganização institucional, organizacional e não tanto no âmbito das reformulações pedagógicas ou didáticas, ou seja, o que esteve em pauta foram as mudanças na teia das condições normativas, de regulamentações e de disciplinarização do funcionamento das aulas do que na destinada ao ensino propriamente dito.

A partir da análise das fontes consultadas, foi se impondo a noção de que, independentemente do que os diplomas legais se propuseram implementar, o essencial foi o encerramento de professores e de alunos em um dado espaço escolar, caracterizando as atividades desenvolvidas na lógica escolar moderna.

Tal caracterização pode ser feita a partir da identificação dos domínios em que efetivamente ocorreram transformações a partir da criação do Lyceu Provincial. Vejamos:

- a) Uma modificação estrutural quanto ao local e ao contexto de funcionamento das aulas ou cadeiras de ensino secundário.
- b) Uma transformação expressiva dos instrumentos de diálogo entre os professores e os legisladores, a partir da utilização de relatórios.

Esse dois aspectos levaram, no nosso entendimento, a gerar a necessidade de criação de uma Diretoria da Instrução Pública, alguns anos depois, isto é, em 1849,³² já que, desta feita, passou a se configurar de fato a existência de dois níveis de ensino – o de primeiras letras (instrução primária) e o secundário (liceu), portanto ainda no nível mais organizacional do que pedagógico, ou didático. Esse processo de estruturação pode

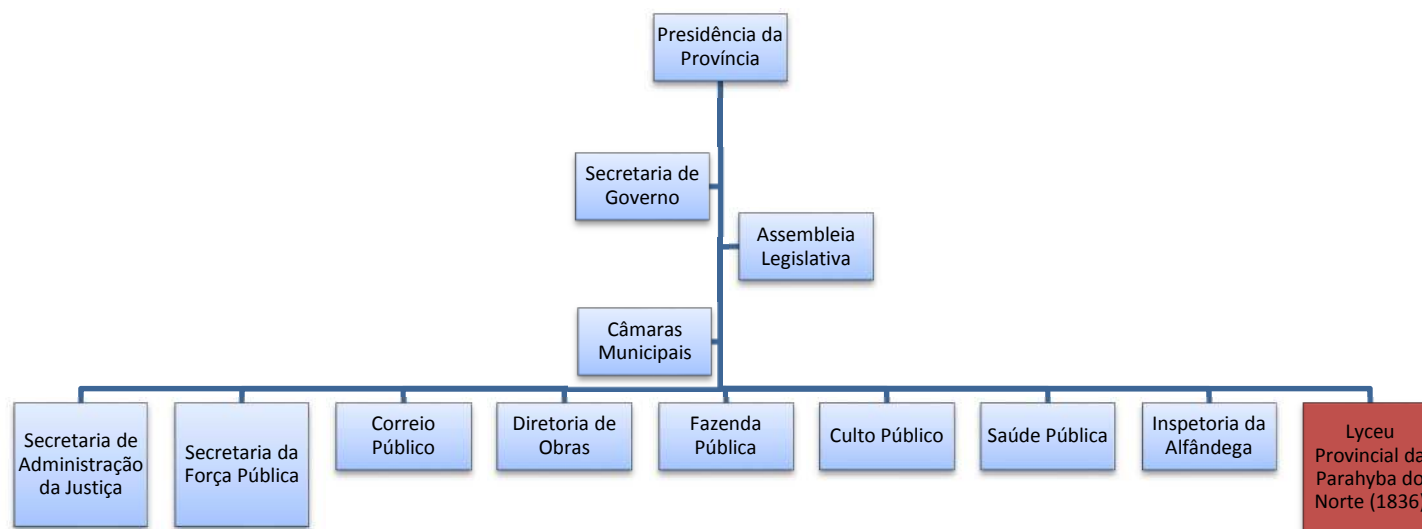
³¹ A ligação imediata entre a promulgação de uma lei e sua regulamentação e sua entrada em vigor não é um problema que afeta apenas a questão do ensino, foi um fenômeno que perpassou a vida pública nos momentos em que estão em construção ou transformação.

³² Para o conhecimento acerca da criação desse órgão da administração pública destinada à instrução, consultar o Regulamento de 15 de janeiro de 1849 e o Regulamento de 20 de janeiro do mesmo ano. Cf. Pinheiro e Cury (2004).

ser observado no Organograma I,³³ no qual percebemos que, nos primeiros anos de seu funcionamento, o Lyceu Provincial respondeu diretamente junto à Presidência da Província no mesmo nível das outras repartições administrativas que também estavam sendo criadas. À medida que a administração provincial foi se tornando mais complexa, foram sendo criados novos órgãos, como foi o caso da Diretoria da Instrução, que apareceu como parte da estrutura provincial administrativa doze anos depois da criação do Lyceu e que, na administração superior da Província, passou a ser, muitas vezes, dirigido pelos antigos professores ou alunos egressos do Lyceu. Nesse sentido, compreendemos que a criação da Diretoria da Instrução foi marcadamente influenciada pela criação do Lyceu Provincial, levando, portanto, a uma significativa transformação/modificação da estrutura de administração da Província. Essas mudanças organizacionais da estrutura administrativa e de poder da Província da Parahyba do Norte podem ser observadas a partir dos dois organogramas que se seguem:

³³ Organograma montado pelo autor, inspirado em Gouvêa (2008, p. 92-96), com dados recolhidos nos Relatórios de Presidentes de Província da Parahyba do Norte.

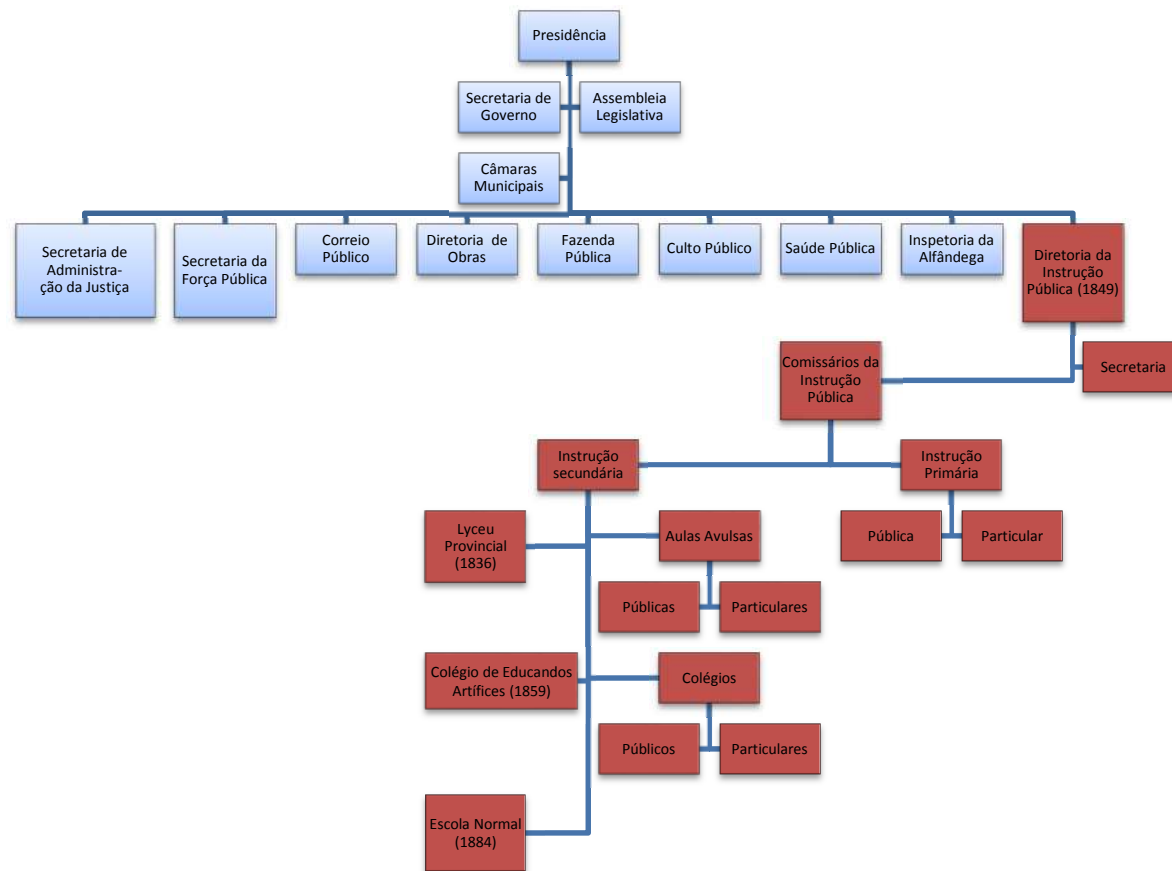
Organograma I
Estrutura organizacional do poder executivo da Província da Parahyba do Norte antes da criação da Diretoria da Instrução Pública



Fonte: Organograma montado pelo autor a partir dos Relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12

Organograma II

Estrutura organizacional a partir da criação da Diretoria da Instrução Pública



Fonte: Organograma montado pelo autor a partir dos Relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12

Essas modificações e a necessidade da obrigatoriedade da frequência escolar, considerando a exigência da certificação no Lyceu Provincial, para ter acesso aos domínios das faculdades do Império, deu origem a uma série de práticas de registro e de recuperação documental que inauguraram a organização de arquivos escolares e que consagraram a diferenciação do papel do reitor e, principalmente do secretário, como funções não letivas, mas imprescindíveis ao funcionamento de uma organização escolar secundária.

A esse respeito, quando se analisa a lei³⁴ que criou o Lyceu, é impossível não observar que ela foi portadora de um importante conjunto de propostas inovadoras, inclusive considerando-se o plano de estudos destinados aos futuros liceanos. Nesse sentido, a criação do Lyceu Provincial implicou uma significativa transformação da prática efetivada nas Aulas Avulsas, nas quais predominavam o ensino de Latim, aspecto esse que será retomado de forma mais detalhada um pouco mais adiante.

A partir da publicação da referida Lei, tem-se a tentativa de substituição desse conjunto de cadeiras ou de Aulas Avulsas por uma instituição escolar, denominada Lyceu – bem à imagem e semelhança dos *lycées* franceses criados no início do século XIX –, onde se ensinariam todas as matérias que eram consideradas importantes para conduzir os alunos ao ensino superior.

Ao iniciarmos a nossa discussão acerca da permanência das Aulas Avulsas ou das cadeiras, mesmo após a criação do Lyceu Provincial, necessário se faz tecermos alguns questionamentos, tais como: o movimento de modernização do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte, associado à criação do Lyceu Provincial, em 1836, levou ao desaparecimento das Aulas Avulsas de instrução secundária ou estas vão resistir? Se não foi interrompido, como essas duas formas de organização conviveram? Como foi essa coexistência? Além de serem ministradas no Lyceu Provincial, as aulas de Latim eram ministradas em outros estabelecimentos? Havia, na Província, escolas particulares de ensino secundário? São essas algumas das questões a que procuramos responder.

Conforme já anunciado anteriormente, antes da criação, em março de 1836, do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, o ensino secundário na Província consistia em um conjunto de aulas e cadeiras espalhadas pela Província, que foram criadas no molde do que foi recomendado pelas reformas pombalinas, ocorridas no século XVII. As

³⁴ Lei nº 11 de 24 de março de 1836. Cf. Pinheiro e Cury (2004).

cadeiras ou as aulas recebiam a denominação articuladas aos próprios conteúdos que eram ensinados. Assim, existiam as aulas ou cadeiras de latim, de grego, de retórica e filosofia, primordialmente. No momento da criação do Lyceu Provincial, funcionavam apenas aulas de Latim, nas cidades de Souza, Patos, Mamanguape, Areia, Pombal e Cajazeiras. E uma de Francês, que, segundo os relatórios por nos consultados, funcionou até o ano de 1841.³⁵

Para o observador comum, à primeira vista, pode parecer que, com a criação do Lyceu Provincial, as Aulas Avulsas, acima mencionadas, estariam destinadas à extinção, pois o ensino secundário seria todo concentrado na recém-criada Instituição, visto que, parece, fora para isso que o mesmo havia sido criado, como percebemos pelo Relatório do Diretor da Instrução Pública Manrique Victor de Lima, em 1861,

Em minha opinião todas essas cadeiras avulsas devem ser suprimidas logo, que vaguem afim de que a instrução secundaria se concentre no Lyceo, como é de summa conveniencia.

Além de que é manifesto e nenhum proveito que da existencia dessas cadeiras pode resultar para a população, cuja vida e profissão nada tem de commum com os estudos classicos.

Em lugar dessas inuteis cadeiras de Latim, muito converia que se creassem n'essas localidades, ou nas que se julgasse mais apropriadas algumas escolas, onde se ensinassem os rudimentos indispensaveis ás opiniões industriaes. O conhecimento d'essas noções seria sem duvida de summa vantagem para os habitantes d'essas localidades, que ahi vivem abandonados sem a menor educação profissional; mas infelizmente os nossos fracos recursos tornão por ora impossivel a adopção dessa medida e forçoso é por tanto esperar para melhroes tempos. (PARAHYBA DO NORTE, Relatórios, 1861, p. AJ6)

O ensino secundário da Província conviveu, a partir de 1836, com duas formas de organização escolar secundária, até o ano de 1877, quando foram definitivamente extintas. Todavia, durante essa coexistência, percebemos que ela não foi das mais tranquilas.

O Lyceu Provincial, representante maior da nova forma de organização escolar secundária, não teve força suficiente para alterar totalmente o mapa do ensino secundário desenvolvido na Província, uma vez que não houve um investimento por parte do poder provincial em estender esse novo tipo de instituição escolar secundária

³⁵ Infelizmente, não dispomos de informação precisa da cidade onde esta cadeira funcionou.

para o interior do território da Parahyba do Norte, ou seja, não deu conta da totalidade dos alunos paraibanos que desejavam ingressar nesse nível de ensino.

Isso fica claro ao percebermos que, além das Aulas Avulsas públicas, existiam também algumas aulas particulares, que, acreditamos, atendiam a uma parcela da população estudantil que, tanto as aulas de Latim públicas, quanto o Lyceu Provincial, não conseguiam acolher. No entanto, as referidas Aulas Avulsas, do setor privado, funcionaram de forma muito discreta na Província, pois não conseguiram se impor como setor dominante, mas, ao mesmo tempo, não se deixaram extinguir. No entanto, no período de 1838 a 1877, encontramos, nos relatórios elaborados pelos presidentes de Província e pelos diretores da instrução pública paraibana, frequentes pedidos ou indicações da necessidade do encerramento das Aulas Avulsas públicas, como se lê no relatório do Diretor da Instrução Pública, Joaquim Moreira Lima, no ano de 1871, que afirmou: “Quanto às aulas de latim de Mamanguape, Areia e Pombal devem ser extintas; visto que quase nenhuma utilidade prestam.” (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1871, p. AIV-15).

Outro aspecto que consideramos importante ressaltar é que a manutenção do Lyceu representava também o poder da Capital sobre o interior e, ainda, como mais um elemento simbólico do poder da Corte nas províncias, uma vez que os presidentes de província eram nomeados pelo Imperador. Nesse sentido, foram esses homens que defenderam irrestritamente o fortalecimento do Lyceu Provincial. Em contrapartida, as Aulas Avulsas representavam exatamente o contrário, ou seja, uma organização, muito provavelmente, controlada e mantida pelo poder local, uma vez que o Estado Imperial não conseguia interferir na autonomia que tinham esses professores, na condução dessas cadeiras ou Aulas Avulsas. Nesse sentido, compreendemos que elas continuaram a funcionar como uma forma de resistência da extensão do poder oriundo da Capital (da província) e da Corte sobre os interesses políticos e culturais das elites interioranas. Portanto, as cadeiras e as Aulas Avulsas continuaram funcionando unicamente pelo prestígio de alguns líderes locais. Senhores de posse, mas não tão ricos para poderem enviar os seus filhos para a capital da Província da Parahyba do Norte e muito menos para Olinda, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro ou Coimbra.

Analisando de outro lado, quando falamos de Aulas Avulsas públicas de instrução secundária, o que podemos observar é que o número dessas aulas, que realmente

funcionaram, era diverso, uma que vez muitas foram criadas, mas nem todas providas com professores e efetivamente frequentadas³⁶. Assim, compreendemos que o funcionamento dessas cadeiras ou Aulas Avulsas tinha um caráter privado, mesmo que fossem mantidas com recursos públicos, uma vez que reuniam um grupo, normalmente reduzido, de discípulos, em torno de um único professor ou mestre e que, quase sempre, funcionavam na residência do próprio professor. Ora, ao se transferirem os estudos secundários para o Lyceu, o que se fez foi retirar essa atividade do contexto residencial (espaço privado) para colocá-los em um edifício público destinado especificamente para aquela atividade.

Todavia, vale a pena destacar que, mesmo quando se apresentaram as dificuldades para a escolha do edifício que acolheria a nova instituição escolar secundária, considerando que a capital da Província não dispunha de muitos edifícios públicos desocupados, terminou por vir a ocupar um prédio da ordem dos Jesuítas, um signo arquitetônico da Província. A instalação do Lyceu neste prédio tinha como objetivo a capitalização do simbolismo do mesmo, como tentaremos demonstrar no capítulo IV, deste trabalho. Ainda assim, tratar-se-ia de um edifício público, no sentido de ser um local distinto das residências dos professores, ou seja, era o professor que passava a ocupar o edifício da escola e não mais a escola que “habitava” o edifício do professor.

Consideramos, ainda, relevante destacar, neste estudo, que a criação do Lyceu Provincial, conforme já mencionado anteriormente, significou um importante movimento de busca da modernização do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte, que veio acompanhada de uma lógica de desprivatização desse nível de ensino, tanto no sentido de ampliar o papel do Estado no processo de organização do ensino secundário, quanto no sentido de passar a ter um espaço exclusivamente destinado ao funcionamento do Lyceu Provincial.³⁷ Com essa nova configuração, não apenas os professores públicos deixaram de lecionar na intimidade e no isolamento das suas residências – com tudo o que isso implicou na dificuldade com que o Estado se

³⁶ Os relatórios da Instrução Pública são econômicos quando tratam dessas aulas. As informações são apenas sobre sua localização, nome do professor, número de alunos. Os dirigentes provinciais não gastaram muito tempo discorrendo sobre seu funcionamento, ao contrário do Lyceu Provincial, que tinha nos relatórios um ponto específico para tratar de seu funcionamento.

³⁷ Esse movimento também ocorreu em relação ao nível de ensino primário, muitos anos depois, especialmente a partir da criação do primeiro grupo escolar paraibano, em 1916 – Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello. Pinheiro (2002) denominou esse novo momento da história do ensino primário de Era dos Grupos Escolares. Consultar também, sobre a história desse Grupo Escolar, o estudo realizado por Lima (2010).

deparava no sentido de um maior controle sobre as atividades desenvolvidas pelos professores. Assim, deu-se o processo de ensinar sob um teto comum, em um local onde, conjuntamente, outros professores também passaram a ensinar a diferentes agrupamentos de alunos, formando ali um corpo coletivo. Nessa perspectiva, o ensino público no Brasil, mesmo depois da expulsão dos jesuítas, se utilizou tanto de professores que eram religiosos, como de edifícios onde funcionavam, ou tinham funcionado, ordens religiosas, gerando, conseqüentemente, uma série de contaminações entre a lógica do ensino público e os recursos do ensino particular.

Concluimos este item, ressaltando mais uma vez o significativo movimento de modernização do ensino secundário, ao ser criado o Lyceu Provincial. Conforme destaca Magalhães (2000, p. 26), essa esfera do ensino começou a ser encarada como condição do desenvolvimento e de prosperidade, numa identificação entre modernização e civilização, em que “educado e escolarizado se tendem a contrapor.” Todavia, consideramos importante tratar de forma mais amíuade acerca da permanência das Aulas Avulsas, que eram legítimas representantes de uma organização tradicional do ensino secundário e que coexistiu durante alguns anos após a implementação de uma organização escolar moderna – o Lyceu. É, portanto, sobre essas Aulas Avulsas que deter-nos-emos no próximo item.

2.1.1 - As Aulas Avulsas públicas e particulares: tradicional organização escolar secundária

Inicialmente, queremos destacar que, na historiografia acerca do ensino secundário no Brasil, há uma predominância em identificar essa modalidade de ensino como caótico, desorganizado, marcado pela inorganicidade, inconsistência e incoerência. Essa visão, evidentemente, encontra-se assentada nos relatos e descrições elaboradas tanto pelos letrados, quanto pelos legisladores e administradores do poder público imperial. Associada a esse tipo de análise, encontramos, ainda, ordinariamente, uma explicação para tal situação devido aos poucos recursos financeiros, falta de instalações e de equipamentos, a baixa quantidade de alunos interessados em seguir os estudos secundários, além do baixo rendimento escolar daqueles que frequentavam as Aulas Avulsas.

O ensino secundário, no Brasil e nas províncias, mereceu alguma atenção por parte da história da educação, especialmente no que diz respeito à criação e à instalação dos liceus. Todavia, há ainda poucos estudos relacionados às Aulas Avulsas. A quantidade desses estudos fica ainda mais restrita quando se trata das aulas particulares.

Semelhantemente à historiografia brasileira, em Portugal também há uma predominância de estudos que se dedicam aos Liceus e poucos são os relacionados às cadeiras ou Aulas Avulsas secundárias.

Como em Portugal, o Brasil se quedou durante muitos anos num estado de falta de clareza dos objetivos e funções do ensino secundário, da estrutura e dos conteúdos que este devia ter bem como das designações a que se recorreu para o identificar. Entre essas identificações, podemos identificar o uso de expressões como Estudos de Gramática, de Latim, de Humanidades, ou ainda como ensinos preparatórios, ensino secundário ou instrução secundária. Tais problemas de nomenclatura, acreditamos, nos revelam uma certa dificuldade em se consolidar como parte da organização escolar que definisse os seus objetivos claramente, ocorrendo, assim, ambiguidades de função social.

Por ter tido, essa modalidade de ensino, em princípio, um conteúdo humanista, ou literário, se destinava a preparar uma elite para as faculdades nas quais vigoravam um conjunto de matérias que apresentavam esse desenho, ou seja, vinculadas, prioritariamente, às humanidades. A vertente científica somente apareceu muitos anos depois, e imposta por mudanças na sociedade brasileira, quando o secundário foi ganhando valor por si mesmo e não somente como uma passagem, que nem sempre era obrigatória para ingressar nos estudos superiores. Nessa perspectiva, o ensino secundário, mesmo reconceitualizado, manteve-se por muito tempo vigoroso na sua organização tradicional.³⁸

Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento de estudos relacionados com as Aulas Avulsas ou cadeiras secundárias se deve ao fato de que, muitas vezes, os professores, ou os Comissários da Instrução Pública, não enviavam para a Diretoria da

³⁸ Existia também o regime de “preceptorado”. A palavra preceptor vem do latim *praecipio*, “mandar com império aos que lhe são inferiores”. Era aplicada aos mestres das ordens militares, mas, desde o século XVI (já aparece com este sentido em 1540), é usada para designar aquele que dá preceitos ou instruções, educador, mentor, instrutor. Mais tarde, passou a identificar alguém que educa uma criança ou um jovem, geralmente na casa do educando. Sobre essa questão, é interessante consultar as obras de Binzer (1994); Rousseau (2004); Oliveira (2008); Vasconcelos (2004). Entretanto, neste estudo não discutiremos essa outra forma de escolarização no século XIX.

Instrução Pública os mapas com informações sobre os alunos ou sobre o funcionamento geral da sua cadeira ou aula avulsa. Esse problema, parece, se agravava em virtude do mal funcionamento do Correio Público da Província, que, muitas vezes, não chegavam nos locais onde as referidas aulas estavam instaladas, conforme relatou Manrique Victor de Lima, em 2 de Março de 1853, no seu Relatório encaminhado ao Presidente da Província da Parahyba do Norte.

Mas a dificuldade das comunicações, a falta de correios públicos para algumas das localidades onde existem escolas tem feito com que os officios expedidos pela Directoria ou sejam entregues com tanta demora e tão fôra de tempo que muitas vezes se frustram as ordens e requisições nelles contidas, ou, o que mais ordinariamente succede, se extraviem quando são remettidos, ficando não poucos estagnados quer no Correio, quer na Secretaria da Instrucção Publica por falta de portadores. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório 1853, p. 22).

Além dessa dificuldade, detectamos alguns problemas relacionados a discrepâncias nos dados existentes em parte dos mapas estatísticos que consultamos, como, por exemplo, em relação aos totais de alunos matriculados.

Os professores eram obrigados por lei a confeccionarem um mapa, ou mapas, que deveriam ser enviados à Diretoria da Instrução Pública, pelos chamados Comissários da Instrução Pública, que eram pessoas importantes da sociedade local, como padres, coronéis ou outras autoridades, nomeados pelo Diretor. Todavia, esses Comissários, não raras vezes, eram criticados por não realizarem um trabalho elogiável, conforme podemos observar no mesmo Relatório do Diretor da Instrução Pública de 1853, elaborado por Manrique Victor de Lima. Acompanhem-lo:

Apezar da mocidade da instituição, que data apenas da publicação do Regulamento de 11 de Março do anno findo, não havendo anteriormente a essa época organização que tal nome merecesse em relação a instrucção publica da Provincia; apesar de me achar no exercicio effectivo da Directoria durante o curto espaço de um anno, as minhas informações seriam muito mais precisas e satisfactorias se na deligencia de obter os esclarecimentos indispensaveis houvesse sido melhor coadjuvado pelos Commissários da Instrucção Publica, não que cousa alguma me tenha revelado defeito de vontade de suas partes. (PARAHYBA DO NORTE. Exposição, 1853, p 23)

Como a maior parte das Aulas Avulsas, públicas e particulares, localizadas no interior da Província, funcionavam nas casas dos professores, havia, muito

possivelmente, uma certa inibição ou constrangimento dos Comissários de as inspecionarem. Donde concluímos resultava numa conveniência em ter perante a massa de informação um duplo resultado: primeiro, por não apresentarem todas as informações relativas ao funcionamento da aula; segundo, em virtude dos dados apresentados e registrados não serem seguramente fidedignos.

Postas essas dificuldades em se trabalhar com os dados oficiais sobre as Aulas Avulsas ou cadeiras secundárias, passamos a discutir acerca da sua caracterização e funcionamento.

As Aulas Avulsas, públicas e particulares, quase nunca funcionavam nas condições mais desejáveis, visto que lhes faltavam infraestrutura para o funcionamento de uma instituição escolar de fato. No que concerne à quantidade de Aulas Avulsas públicas, o seu número não variou muito ao longo do período deste estudo, conforme podemos observar no quadro na página seguinte. Nos anos de 1839 a 1841, existiam seis aulas em funcionamento, ocorrendo, nos três anos seguintes, uma queda para apenas duas aulas. Contudo, ocorreu o aumento, a partir de 1845 até 1856, de mais uma aula, isto é, passando de duas para três, em toda a Província. No ano seguinte, ou seja, em 1857, foi criada outra aula avulsa na cidade de Mamanguape, totalizando, assim, quatro aulas até 1859. Todavia, nos anos de 1861 e 1862, duas aulas não funcionaram (as de Souza e Pombal). Um novo crescimento ocorreu a partir do ano de 1866, prolongando-se até o ano de 1869, com quatro aulas. Na década de 70, novamente ocorreu uma diminuição, chegando a ficar apenas com duas aulas até a sua definitiva extinção, em 1877.

QUADRO I **AULAS AVULSAS PÚBLICAS DE LATIM NA PARAHYBA DO NORTE – 1839-1877**

Anos Letivos	Número Alunos	N. de Aulas de Latim Públicas	Localidades	Média Aula/aluno
1839	-	5*	-	-
1840	-	5*	-	-
1841	-	5*	-	-
1842	24	2	Vila do Brejo da Areia Vila do Pombal	12
1844	44	2	Vila do Brejo da Areia Vila do Pombal	22
1845	23	3	Vila do Brejo da Areia Vila de Souza Vila de Pombal	7,6

1846	23	3	Vila do Brejo da Areia Vila de Pombal Vila de Souza	7,6
1847	26	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	8,6
1848	44	3	Cidade de Areia Vila do Pombal Vila de Souza	14,6
1851	54	3	Cidade de Areia Vila do Pombal Vila de Souza	18
1852	34	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	11,3
1853	24	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	8
1854	41	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	13,6
1855	49	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	16,3
1856	45	3	Cidade de Areia Vila de Pombal Vila de Souza	15
1857	39	4	Cidade de Areia Vila de Souza Vila de Pombal Cidade de Mamanguape	9,75
1858	30	4	Cidade de Areia Vila de Souza Vila de Pombal Cidade de Mamanguape	7,5
1859	38	4	Cidade de Areia Vila de Souza Vila de Pombal Cidade de Mamanguape	9,5
1861	22	2	Cidade de Areia Cidade de Mamanguape	11
1862	48	2	Cidade de Areia Cidade de Mamanguape	24
1863	37	3	Cidade de Areia Cidade de Mamanguape	12,3
1864	34	3	Cidade de Areia Cidade de Mamanguape Vila de Pombal	11,3
1865	40	3	Cidade de Areia Cidade de Mamanguape Vila de Pombal	13,3
1866	28	4	Cidade de Areia Vila de Piancó Cidade Mamanguape	7

			Cidade de Pombal	
1867	98	4	Cidade de Areia Vila de Piancó Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	24,5
1868	59	4	Cidade de Areia Vila de Piancó Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	14,75
1869	51	4	Cidade de Areia Villa de Piancó Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	12,75
1871	47	3	Cidade de Areia Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	15,66
1873	52	3	Cidade de Areia Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	17,33
1874	52	3	Cidade de Areia Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	17,33
1875	25	4	Cidade de Areia Villa de Piancó Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	6,25
1876	25	4	Cidade de Areia Vila de Piancó Cidade Mamanguape Cidade de Pombal	6,25

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:

<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

OBS: Os anos de 1839 a 1841, 1843, 1849, 1860 e 1877 não tiveram os dados enviados pelos Comissários à Diretoria da Instrução Pública.

*Somava-se ainda mais uma aula avulsa de Francês, perfazendo um total de seis Aulas Avulsas públicas.

O caráter público das Aulas Avulsas de instrução secundária pode ser apreendido a partir da documentação oficial consultada, ou melhor, produzida no âmbito da Diretoria da Instrução Pública, na qual aparecem, de forma indistinta, as seguintes nomenclaturas: aula régia, aula pública, aula avulsa e ainda cadeira seguida no nome da matéria (... de Latim, ... de Francês etc.). Além desse aspecto, a documentação nos possibilitou também distinguir esses outros que se seguem:

- a) as aulas eram criadas por lei ou decreto provincial;
- b) os professores eram nelas providos pelo governo da Província;
- c) o governo provincial pagava os vencimentos dos professores e

- d) as aulas integravam uma estrutura vinculada à Diretoria da Instrução Pública. (Observar, novamente, o organograma II).

As aulas públicas, entretanto, funcionavam na casa do próprio professor. Esse fato tinha também uma vantagem para o poder público: não onerava o Tesouro Provincial com despesas em instalações/mobília escolar, material didático, além de viabilizar a sua existência em localidades mais distantes da Província, como Souza, Pombal e Cajazeiras, ou em locais de relativa importância política e econômica, tais como Areia e Mamanguape. Talvez isso explique a longevidade de funcionamento dessas cadeiras, mesmo após ter sido criado o Lyceu Provincial. Nesse sentido, essas cadeiras revelaram uma notável capacidade de resistência ao esforço da concentração dos estudos secundários no Lyceu Provincial.

Apesar dos relatórios de presidentes de Província e dos Diretores da Instrução Pública não gastarem muitas linhas com essas aulas, elas continuaram e mantiverem uma presença globalmente significativa no conjunto do ensino secundário da Província paraibana.

No ano de 1867, essas aulas tiveram o maior número de alunos matriculados: 98, em quatro aulas, o que dá uma média de 24,5 alunos por aula, num ano em que o Lyceu Provincial já contava com 121 alunos, e as aulas particulares, com 49 alunos. Somados os alunos das Aulas Avulsas públicas e particulares com as do Lyceu, teremos um total de, aproximadamente, 313 alunos frequentando o ensino secundário na Província, que contava com uma população de 300.000 habitantes, segundo dados recolhidos no Relatório elaborado pelo Presidente da Província, Barão de Maráu, do ano de 1867.

Partindo destes números, concluímos que o ensino secundário na Província, apesar de ainda ter um número muito reduzido, vinha crescendo e que o Lyceu, ainda em 1867, não conseguia agregar todo o alunado do ensino secundário. Vale salientar, também, que o prédio onde funcionava o Lyceu não tinha espaço suficiente para aquele montante de alunos.

Observando o quadro anterior, podemos perceber que, no período aqui em estudo, ocorreu uma certa constância de alunos que frequentavam as Aulas Avulsas, mesmo após a constituição do Lyceu Provincial, ou seja, com a sua criação não houve uma mudança significativa no quadro dessas aulas que funcionavam no interior da Província. Assim sendo, correndo o risco de sermos repetitivos, podemos afirmar que o Lyceu, apesar de sua força simbólica como instituição modernizadora, não veio a determinar a

redução das Aulas Avulsas públicas, mas, sim, acrescentou uma outra forma de organização do ensino secundário público.

O fato de a oferta dessas aulas não ter sofrido quebras assinaláveis até sua extinção, em 1877, talvez encontre explicação no papel social que desempenhavam e que ainda não havia se esgotado. Assim, remeter para a capital da Província todo o ensino secundário foi um projeto educacional e escolar que os legisladores da Província não conseguiram efetivar tão rapidamente.

Pode-se dizer que as Aulas Avulsas ofereciam uma razoável cobertura territorial, se considerarmos as localidades mais importantes da Província, do ponto de vista geográfico, político, econômico e cultural: o Vale do Mamanguape, a Região do Brejo paraibano (Areia) e o Sertão (Souza, Pombal e Piancó), locais onde as Aulas Avulsas funcionaram de forma constante.

A oferta pública de instrução secundária na Província da Parahyba do Norte fora da capital padecia de certos desajustamentos para os quais algumas autoridades e homens letrados chamavam a atenção. O número de Aulas Avulsas existentes era grande, se considerarmos o número de alunos que as frequentavam, que era diminuto. Esse baixo número dificultava, inclusive, o seu próprio funcionamento.

Todavia, as lideranças políticas locais pediam sempre a criação ou restabelecimento das aulas, quando ocorria o seu fechamento. Esse aspecto, podemos percebê-lo a partir do Relatório de 1845, elaborado pelo Presidente Frederico Carneiro de Campos:

Pelas representações das Câmaras Municipaes, de que já vos fallei, ficareis ao facto das reclamações, que á cerca da criação de varias Cadeiras, tanto de ensino primário, como secundário, ellas fazem; confio em vossa illustração que pesareis se convem supprimir os artigos 12 e 13 da Lei nº 8 de 8 de Novembro de 1841, e facultar ao Governo o provimento de algumas das Cadeiras mencionadas nesses artigos, nos lugares em que entender de absoluta necessidade. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1845, p 15)

Em 1856, tanto o Presidente da Província, Antonio da Costa Pinto Lisboa, quanto o Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, utilizaram o argumento do baixo número de alunos para fechar a aula da Vila de Pombal, que era regida pelo professor Manoel Luiz dos Santos. Segundo o Diretor,

As aulas públicas de Latim das Cidades de Arêa e de Souza são frequentadas por 42 alumnos, sendo 14 na primeira, e 28 na segunda.

A de Pombal porem conta apenas 3 estudantes; pelo que julgo conveniente suprimil-a, como opina o Director, jubilando o respectivo Professor, ou removendo-o para esta Capital, onde poder aproveitado como auxiliar na Cadeira de Latim. (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1856, p. 19).

No relatório de 1871, na parte intitulada CREAÇÃO DE CADEIRAS, o Diretor da Instrução Pública se mostra irritado com esse fato da criação e extinção das cadeiras. cremos que, em sua fala, está também inserida a questão das cadeiras de ensino primário, tanto quanto das Aulas Avulsas, uma vez que estas também apresentavam uma situação semelhante ao que descreve o referido Diretor. Sobre esse aspecto, o Diretor Joaquim Moreira Lima reclamou da intromissão dos políticos e ressaltou que

Nenhuma regra ou principio regula este objecto. As cadeiras cream-se, ou suprimem-se á arbítrio das assembléas provincieaes, que usam desse direito conforme bem entendem; do que alias não poucos males tem provido á instrucção. As vezes há pruido de estabelecerem-se cadeiras e outras de supprimerem-se. Nada de fixo e estável. E, como bem se comprehende, a justiça nem sempre é respeitada. Lugares existem ornados de aulas publicas, onde elas são verdadeiras sinecuras, ao passo que outros, ricos de população, vêem-se privados de tão apreciável melhoramento, apesar de instantes reclamos de seos habitantes!

Semelhante anomalia desaparecia desde que, autorizada a presidência, com as devidas cautellas, para regular o assumpto, se fixasse o mínimo da frequencia das aulas, segundo se pratica em outras províncias com vantagem para a regularidade e boa direcção do ensino. (PARAYBA DO NORTE, Falla. 1871, p. AIV 7-8).

Uns faziam esses pedidos porque, apesar de a Província ser pequena em termos territorial, havia algumas localidades em que o número de habitantes exigia mais cadeiras de instrução secundária. Outros pedidos se faziam devido ao fato de as condições geográficas e climáticas impedirem os alunos de frequentarem as aulas que funcionavam em localidades distantes.

Os mapas da instrução pública mostram-nos que, afora a aula de Francês que funcionou de 1839 a 1841, todas as Aulas Avulsas, nos anos posteriores, eram de Latim. Para as elites locais, o estudo do Latim era importante no que se refere ao seu *status* social, uma vez que a referida matéria era a base para aqueles que desejavam ter acesso à vida acadêmica. As Aulas Avulsas de Latim eram as mais frequentadas pelo alunado, inclusive no Lyceu.

Essas aulas tinham um caráter mais lisonjeiro, sendo que as outras matérias tinham um caráter mais moderno, e ficavam desertas na maior parte do tempo. As aulas de Latim, a partir de um certo momento, passaram a ser criticadas por alguns integrantes do poder local, uma vez que defendiam que fossem criadas aulas ligadas aos conhecimentos *industriais*, conforme podemos depreender no Relatório do Diretor da Instrução Pública, redigido por Manoel Porfírio Aranha, em 1861.

Em minha opinião todas essas cadeiras avulsas devem ser suprimidas logo, que vaguem afim de que a instrução secundária se concentre no Lyceo, como é de summa conveniência. Além de que é manifesto e nenhum proveito que da existência dessas cadeiras pode resultar para a população, cuja vida e profissão nada tem de commum com os estudos clássicos. Em lugar dessas inuteis cadeiras de Latim, muito converia que se creassem n'essas localidades, ou nas que se julgasse mais apropriadas algumas escolas, onde se ensinassem os rudimentos indispensaveis ás opiniões industriaes. O conhecimento d'essas noções seria sem duvida de summa vantagem para os habitantes d'essas localidades, que ahi vivem abandonados sem a menor educação profissional; mas infelizmente os nossos fracos recursos tornão por ora impossivel a adopção dessa medida e forçoso é por tanto esperar para melhores tempos. (PARAHYBA DO NORTE. Relatório, 1861, AJ-6)

Podemos considerar que, a partir da segunda metade do século XIX, começou a se fechar o ciclo do latim no ensino secundário, na Parahyba do Norte, uma vez que algumas Aulas Avulsas, como a de Pombal, apresentaram baixo número de alunos. Sobre essa questão, avaliou o presidente da Província, Sinval Odorico de Moura, ao passar a administração para Felisardo Toscano de Britto, 1.º Vice-Presidente da Província, o seguinte:

A frequencia desta ultima cadeira [Pombal] é insufficiente, e não vale por tão pouco manter-se um Professor. Parece-me, pois, conveniente a supressão d'ella, passando o respectivo Professor para a cadeira de Latim de Souza, que neste caso deve ser restabelecida.(PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1865, p. 16).

No entanto, na mesma Exposição, o diretor da Instrução Pública, Fructuoso da Solidade Segismundo, apesar de afirmar não ter informações detalhadas sobre as Aulas Avulsas, parece não ter a mesma opinião que o Presidente que entrega a administração da Província, com relação à utilidade daquelas aulas, uma vez que afirma,

Além dessas aulas do ensino secundário existentes no Lyceu, são dotadas de cadeiras de Latim as cidades de Mamanguape, Arêa, e Pombal onde aprendem 40 alumnos. Se essas aulas correspondem á expectativa do Poder, que as creou, e se é bem merecida a despesa, que com ellas se faz, é o que bem não posso affirmar, porque a longa distancia de sua sede me inibe dessa vantagem; porém os esclarecimentos que se hão podido obter opinião pela affirmativa. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1865, p. S1-27).

Todavia, a referida aula não foi desativada, sendo, inclusive, criada, pela Lei Provincial n. 216 de 9 de Outubro de 1865, uma outra cadeira em Piancó. E, em 1874, foi restabelecida, pela Lei Provincial n. 559 de 18 de Setembro, a aula avulsa na Cidade de Souza³⁹.

Dispondo de mecanismos de criação, restabelecimento, transferência, extinção, provimento ou não de Aulas Avulsas, a administração provincial procurou gerir os diferentes interesses e as necessidades da Província. Agir assim implicava estabelecer equilíbrios de forças sociais que lutavam pela modernização do ensino secundário e a manutenção de uma organização escolar tradicional, representada pelas Aulas Avulsas.

Assim, o jogo de pressões foi deixando em funcionamento essas aulas que, a despeito da instalação do Lyceu Provincial na capital, se mantiveram em funcionamento quase sem sofrerem quebras substanciais em sua frequência. Até o ano de 1877, temos notícias da frequência nessas aulas. Em 1877, todas as Aulas Avulsas (cadeiras de Latim) foram suprimidas, como se vê pelo Relatório assinado pelo Barão de Mamanguape:

De conformidade com a lei n. 633 de 26 de Julho ultimo [...] foram supprimidas as cadeiras de latim do interior da provincia, e jubulado o professor da de Mamanguape, Padre Antonio Baptista Espinola.

A instrucção secundaria parece animar-se e desenvolver-se na provincia com a salutar providencia do Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873, que mandou considerar e acceitar como validos nos estabelecimentos de instrucção superior os exames de preparatorios feitos na provincia.

Desde então o número de matriculas no Lyceu tem consideravelmente augmentado, a frequencia dos estudantes nas aulas é mais regular, e a sua applicação mais satisfactoria. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1877, p.18).

³⁹ O movimento de criação e recriação das aulas de Latim pode ser percebido pelo Quadro (XII) nos Anexos deste trabalho.

Com a publicação do Decreto nº 5429, de outubro de 1873, consideramos que se iniciou uma segunda fase da história do Lyceu Provincial. Esse Decreto parece ter dado, naquele momento, a força propulsora para que ele finalmente se impusesse no processo de centralização do ensino secundário e marcasse o fim das Aulas Avulsas no interior.

A partir de 1877, todos os alunos do interior teriam, então, de se dirigir à capital, a Cidade da Parahyba, para realizar seus estudos no Lyceu, que poderia também não oferecer as melhores condições de ensino e de aprendizagem, mas era, a partir daquele momento, a única instituição pública que ofereceria o ensino secundário e abria as portas para as academias do Império.

As Aulas Avulsas públicas estabelecidas em localidades menores acolhiam alunos provenientes de povoações do mundo rural. A vida do homem do campo tinha suas estações e ciclos e nem sempre eles podiam se afastar dos seus afazeres. A frequência escolar, tanto nas Aulas Avulsas, quanto no Lyceu, refletia esse modo de vida e essa cultura campesina. A procura da instrução secundária, o regime de assiduidade e o aproveitamento escolar, as saídas e os destinos pessoais têm de ser compreendidos nesse contexto.

Até o momento, tratamos mais das Aulas Avulsas públicas do que das particulares. Assim, cabe-nos, agora, tratar desse outro ramo do ensino secundário com mais acuidade.

No ano de 1859, foram celebrados os 100 anos da Reforma Pombalina da instrução secundária. As ideias estatizantes do ensino, de centralização da direção dos estudos, de uniformização dos conteúdos, dos métodos, dos processos de avaliação das aprendizagens e de transição dos alunos de uma escola para outra estiveram sempre presentes no discurso das autoridades, ao longo do período. Esses propósitos foram, todavia, perpetuados por estratégias diferentes.

Esse ramo do ensino na Província da Parahyba do Norte não passou por grandes avanços nesse período devido ao processo de oficialização do ensino secundário que houve na Província. A Província, com uma clara influência conservadora, mas inserida no pacto das elites, chamou para si o trabalho de formar os seus integrantes, aqueles que iriam fazer parte da elite burocrática local. Assim, o ramo do ensino secundário particular careceu de maiores desenvolvimentos. Esse ramo do ensino encontrava-se estabelecido na Província desde o período português, embora de maneira fragmentada, com Aulas Avulsas. O número de alunos que as frequentavam foi sempre muito baixo, como podemos perceber pelo relatório da Instrução Pública de 1865, em que o Diretor

Interino, Fructuoso da Solidade Segismundo, diz: “Relativamente às aulas particulares de ensino secundário, pouco há que observar, tanto pelo seu exíguo numero, como pelos poucos estudantes que as frequentão, e não excedem ao numero de 27.”

Neste caso, foi interessante para aqueles que estiveram na estrutura de poder provincial paraibano que o ensino particular não tivesse o desenvolvimento que se processou em outras Províncias que sofreram influências mais liberais, e, nelas, o ensino passou por um movimento “desoficializador”, com o desencorajamento de criação, tanto de Aulas Avulsas públicas, quanto de lyceus mantidos pelo poder público.

Nos primeiros anos, após a implantação do Lyceu Provincial, ocorreu um certo estímulo para que os seus egressos criassem Aulas Avulsas particulares, conforme podemos acompanhar, a partir do relatório da Instrução Pública de 1869, redigido pelo seu Diretor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Vejamos:

Entendo [...] que se não deve conceder licença para ensinar particularmente às aulas de instrucção secundaria, senão áquele que exhibir attestados de exames no Lyceu, nos quaes tenha sido plenamente aprovados, ou outros titulos litterarios, que o habilite para o exercicio de tão importante magisterio. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. AB-8)

Todavia, ao mesmo tempo, no caso específico da Província da Parahyba do Norte, ocorreu o desestímulo para que professores do Lyceu oferecessem aulas particulares. Essa foi uma das bases da política implementada pelos conservadores no que tangeu ao ensino secundário, ou seja, o processo de formação da elite local esteve, prioritariamente, nas mãos dos conservadores.

Num segundo momento, isto é, já na década de oitenta do século XIX, quando foi necessária a criação de cadeiras relativas aos exames de preparatórios que não eram ensinadas no Lyceu, foi reforçada a ideia de se proibir que os seus professores oferecessem aulas particulares. Contudo, a documentação consultada não nos deixa claro se esta proibição se deveu em virtude da necessidade de fortalecer a instituição, ou se em apenas deixar o campo de ensino particular livre para ser ocupado pelos egressos do Lyceu, que, assim, não teriam a concorrência de seus mestres, que eram considerados os melhores professores da Província. Essa proposta de proibição foi apresentada em 1881, no relatório redigido pelo Diretor da Instrução Pública, Ivo Magno Borges da Fonseca.

E para que um tão grande beneficio, seja mais sensível a população, convém evitar por todos os meios possíveis, que ensinem particularmente os lentes do Lyceu. Há grande clamor a este respeito da parte de todos, em geral; os ricos clamam que a educação de seus filhos lhes é penosa; os pobres, que lhes é impossível. Urge quanto antes extirpar semelhante mal: mas só vejo um recurso, é augmentar-lhes os ordenados, porque privar-os de ensinar particularmente com exíguos ordenados, que elles teem é uma crueza sem nome. Dando-se isso convinha impor-lhes severas penas, até perda da cadeira, como sancção penal a transgressão do preceito, e dar a varias autoridades a faculdade de lhes impor a pena, supondo-se que não o podia fazer um Director, mais fraco, e menos zeloso no cumprimento se seus deveres; tanto mais quando devendo o Director ter certa effectividade, fazer da Directoria carreira, de sorte que tivesse certas garantias, que assim como são convenientes aos professores dever ser com maioria de razão ao Director, porque o chefe não deve ter menos garantias que seus subordinados, muitas vezes um Director sem garantias algumas, deixasse de applicar a penalidade devida. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1881, p. S1-17)

Em 1884, Eugenio Toscano de Brito, Diretor da Instrução Pública, nos dá notícia da Lei n. 761, de 7 de Dezembro de 1883, que tratava da proibição dos lentes do Lyceu de oferecerem aulas particulares, uma vez que a atuação desses professores causava a evasão de alunos da instituição. Essa Lei teria o objetivo de proteger a Instituição da concorrência com o ensino particular, e

Tem produzido, como esperava eu, os melhores effeitos as salutare disposições da Lei n. 761 de 7 de Dezembro de 1883.

A prohibição do ensino particular aos lentes do Lyceu era uma necessidade que impunha-se por si, e só assim podia ser levantado do abatimento em que jazia o único estabelecimento de instrucção secundária existente na Provincia, antigo, e onde estudaram com muito proveito os mais illustres filhos da Parahyba. Estabelecendo essa prohibição, a Lei augmentou-lhes os vencimentos. Foi justo e razoável isto. Este augmento porém (400\$000 rs, annuaes) ainda não me parece regular, nem pode pôr o professor do Lyceu em uma inteira e completa independência, como é mister. Si não hoje, amanhã será uma necessidade elevar o ordenado dos professore do Lyceu á 2:400\$000 rs, annuaes, necessidade esta que já era reconhecida , em 1875, pelo ex-Presidente desta Provincia, Commendador Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, e seu Relatório apresentado á Assembléa Provincial.

“Como sabeis, não pode continuar, ou antes deve ser prohibido absolutamente o ensino particular dos professores do Lyceu. Esta medida, porém, para ser justa, e não arrancar fundadas reclamações, exige a elevação dos vencimentos dos professores á não menos de 2:00\$000rs., si não de 2:400\$000 rs., annualmente”.

Seja como for, há hoje mais gosto para o ensino do Lyceu, e os lentes sem excepção cumprem com muita regularidade os seus deveres.

(PARAHYBA DO NORTE, Officio, 1884, p A-62)

No entanto, apesar dos efeitos positivos iniciais, a contenção da evasão de alunos do Lyceu não é contida com a proibição de seus lentes oferecerem aulas fora da instituição, uma vez que no relatório da Diretoria da Instrução Pública da Parahyba do Norte, em 1º de Setembro de 1883, o Diretor da Instrução Pública, Eugenio Toscano de Britto, chamou a atenção para a baixa frequência de alunos na Instituição. Acompanhemos:

É desanimador ver o primeiro e único estabelecimento de instrução secundaria que possui a Provincia, e dirigido alias por um pessoal que faz honra ao magistério publico pela sua moralidade e provada habilitação ser tão pouco frequentado pela mocidade, pois muito diminuta é a frequência e não corresponder as despesas que com elle faz a Provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1883, p. AD-3).

Em sua análise, a causa para os problemas do Lyceu era o ensino particular, que, a partir daquele momento, já começava a se mostrar mais forte na Província, e podemos perceber que, mesmo com a vigência da Lei n. 761, de 7 de Dezembro de 1883, os professores do Lyceu continuavam a oferecer suas aulas fora da instituição,

Creio que a única causa que para isto concorre é o ensino particular secundário, e que é dado nesta capital pelos próprios professores do Lyceu.

Mas, não seria curial prohibir o ensino particular a esses professores sem melhorar as suas precarias condições, pois não é com o parco ordenado que percebem (1:400\$000 annuaes) que homens de certa posição se poderão manter decentemente na sociedade, e a necessidade mesmo indica-lhes a applicação de praticas, illustrações e habilitações em outros lugares que não o Lyceu.

Assim pois, entendo que é urgente necessidade o augmento dos vencimentos dos lentes do Lyceu ficando elles prohibidos de ensinar particularmente.

Só assim poderá esta instituição corresponder ao despendio que com ella faz a Provincia (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1883, p. AD-3).

Pelos mapas, elaborados pela Diretoria da Instrução, dos alunos matriculados nas matérias do Lyceu, podemos perceber que, neste ano, ou seja, em 1883, o ensino secundário particular já superava a velha Instituição em número de matrículas. Como se pode perceber, a partir do quadro II, o Lyceu contou com 147 alunos, enquanto o ensino secundário particular contou com 234 alunos, ou seja, o Lyceu começava a perder a sua posição para o ensino particular, a sua força simbólica como o Templo da Sabedoria já

não era mais suficiente para a manutenção do antigo *status*. Observemos os quadros (mapas) abaixo:

QUADRO II

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS, POR MATÉRIA, NO LYCEU PROVINCIAL NO ANO DE 1883

Nome da matéria	Número de alunos matriculados
Portuguez	31
Latim	27
Francez	15
Inglez	7
Arithmetica	18
Álgebra	1
Geometria	12
Philosophia	3
Geographia	22
Historia	8
Rhetorica	<u>3</u>
Total	147

Fonte: (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1883, p. AD-3).

QUADRO III

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS AULAS AVULSAS PARTICULARES NO ANO DE 1883

Aulas particulares do ensino secundário	18
Número de alunos	234

Fonte: (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1883, p. AD-3).

Antes desta mudança de posição, a Província da Parahyba contava com pouca oferta de ensino secundário no campo privado, o que chamava a atenção de alguns presidentes de Províncias,

Poderoso auxiliar do ensino publico, acha-se entretanto mui pouco adiantada a instrucção particular. Convem animal-a. Nesse propósito já deixei consignadas diversas providencias, quando occuppei-me do ensino publico primário, as quaes entendo deverem ser adoptadas. Está sujeita á inspecção official e outras exigências administrativas que a entravam. É mister desprendel-a desses laços. O ensino particular deve ser livre. É uma profissão como qualquer outra, a qual cumpre tornar accessível a todos que a pretendam. Apenas convem se imponha aos respectivos professores o dever de fornecerem dados para a estatística. (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1871, p. AIV-15).

Com relação a esse tipo de ensino, o Presidente Venancio José de Oliveira Lisbôa chamou a atenção para a falta de regras do ensino particular e, principalmente, para a formação dos professores, neste ponto se referindo ao Lyceu,

Convem estabelecer regras para a concessão de aulas do ensino particular primario e secundario, e decretar a inspecção necessária. Os proprios sectarios do ensino livre não prescindem da inspecção do estudo no que diz respeito a moralidade, Hygiene e salubridade; entendo que ella deve se estender a capacidade do professorato, e a tudo mais entende com a instrucção, na qual a sociedade é interessada muito vivamente. Este ensino na provincia é quase nullo. Entendo tambem que se não deve conceder licença para ensinar particularmente ás aulas de instrucção secundaria, senão áquele que exhibir attestados de exames no Lyceu, nos quaes tenha sido plenamente approvados, ou outros titulos litterarios, que o habilite para o exercicio de tão importante magistério. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1869, p. 13).

Seja quais tenham sido as opiniões dos responsáveis pela instrução na Província, o que importa para nossa investigação é que, durante o período de 1836 a 1884, o Lyceu Provincial foi na Província o modelo no processo de formação no ensino secundário, devido ao fato de que, nele, desde a década de 1830, formou-se uma parte significativa da intelectualidade provincial, por isso a importância da manutenção desse estabelecimento, ou mesmo desse ramo de ensino, em mãos estatais.

Quando esse processo já parecia findado, com a Província tendo uma elite intelectual e política formada e seus órgãos burocráticos tomados pelos seus egressos, a

Instituição começou a perder força junto à sociedade, o que vai ocasionar seu fechamento, em 1884, aspecto esse que retomaremos em outro momento deste trabalho.

A nova situação do ensino secundário particular na Província é relatada, em 1883, pelo Diretor da Instrução Pública, Eugenio Toscano de Britto,

Felizmente o ensino particular é dado muito regularmente em quasi todas as localidades da Provincia, que vê por esse meio supprida a deficiencia do ensino publico. Dirigindo-me já official, já particularmente a todos os commissarios da Provincia, consegui formar uma estatistica das aulas particulares da Provincia, com o respectivo numero de alumnos.

Conheço que é imperfeita esta estatistica, pois commissarios houveram que não attenderam aos meos instantes pedidos, e de localidades como Independencia onde sei existirem 4 aulas particulares; Pirpirituba 2 etc. não recebi os respectivos mappas. Mas julgo não exagerar augmentando ao numero total de alumnos particulares mais um terço. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1883, p. AD-3).

A historiografia sobre o processo de escolarização no Brasil, relativamente ao século XIX, especialmente sobre o período imperial, aponta que havia muitas escolas particulares espalhadas pelo Império. Na Parahyba do Norte, essas escolas também existiam, mas em menor número. Contamos algumas aulas na capital, o Colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, e um Colégio na cidade de Mamanguape, do qual apenas temos algumas referências sem, contudo, maiores detalhes.

À medida que o número de alunos aumentava, ampliava-se a necessidade de aumentar as cadeiras de outras matérias para além das de Latim. Os alunos precisavam ter acesso ao estudo das línguas vivas, de cadeiras industriais, na medida em que havia uma complexidade da economia e o comércio se desenvolvia. Daí as Aulas Avulsas particulares responderem a essa demanda da sociedade.

O que percebemos é que, em alguns momentos, essas aulas nos parecem ser um sintoma de atraso e, em outro momento, um ponto de pujança. Um atraso, na medida em que resistem ao movimento de concentração dos estudos secundários no Lyceu Provincial, e, de certa forma, prejudicando o seu desenvolvimento, uma vez que ministravam aulas de cunho essencialmente literário e humanista. Mas a sua persistência nos demonstra uma força que tiveram em nível local, pelo menos até o final dos anos de 1877, quando as Aulas Avulsas públicas foram extintas. Mas, ao que tudo indica, as particulares permaneceram funcionando.

2.1.2 - As Aulas Avulsas públicas: os seus alunos e os seus professores

Como já dissemos anteriormente, os professores tinham de, anualmente, enviar à Diretoria da Instrução Pública os mapas contendo informações relativas ao funcionamento das suas aulas. Esses mapas não são muito ricos em informações sobre os alunos, mas podemos tecer algumas considerações sobre o perfil dessa população escolar. Optamos, aqui, por não tratar todo o material, para todos os anos, porque a acumulação de dados não iria nos acrescentar muito e nem aumentar nosso conhecimento sobre o tema.

O público que frequentava essas aulas era composto só de rapazes, uma vez que não encontramos nenhuma referência, na documentação consultada, a moças matriculadas nessas aulas. A média de frequência era em torno de 20 a 25 alunos, no conjunto das Aulas Avulsas existentes. Em alguns anos, todavia, esse número se elevava, como no caso do ano de 1867, em que chegaram a ter, nas quatro Aulas Avulsas em funcionamento, 92 alunos. Os problemas climáticos, como as secas, faziam com que o número de alunos que as frequentavam diminuísse consideravelmente.

Houve localidades em que o número de alunos era muito constante, nunca abaixo de 20. Inclusive, algumas dessas firmaram-se como centros escolares importantes, tais como as de Cajazeiras, Areia e Souza. Todavia, outras apresentavam números muito pequenos, o que deixava os dirigentes da instrução pública paraibana não muito satisfeitos, uma vez que a Província despendia razoáveis somas de recursos com o funcionamento do Lyceu, e a permanência dessas Aulas Avulsas interferiam na quantidade de alunos que o frequentavam. Outro fator que influenciava o nível de permanência de funcionamento das aulas eram as doenças, ou melhor, as frequentes epidemias que assolavam a Província.

As características de funcionamento das Aulas Avulsas nas vilas e cidades do interior da Província, nos parecem, permaneceram as mesmas até quando foram extintas. A média de duração, isto é, de permanência do aluno no ensino secundário ficava em torno dos cinco anos, ocorrendo algumas oscilações, para menos, ou para mais anos.

As esperanças de que o quadro se modificasse eram poucas, haja vista o fato de a Província ter sua economia baseada na agricultura e ser uma das mais pobres do Império. Os pais não podiam, em muitos casos, prescindir da ajuda dos filhos no campo,

em épocas de colheitas. Este era um problema que afetava, tanto as cadeiras de primeiras letras, como as Aulas Avulsas secundárias do interior. O Presidente Frederico Carneiro de Campos chamou a atenção para esse problema na Instrução Pública da Parahyba, em 1846,

[...] instrucção publica tem tido grandes irregularidades, já por effeito de licenças dos Professores, á que fui levado por elles mesmo as haverem pedido, pretextando, além do outras cauzas, impossibilidades de assistência no lugar das escolas, já por ficarem ellas desprovidas de discípulos, os quaes tiverão de acompanhar seos paes e famílias, que se haviam mudado para outros pontos da Província, onde menos soffressem dos effeitos da Seca. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1846, p. 11).

Os professores dessas cadeiras eram indicados pelo Presidente da Província, ou pelo Diretor da Instrução Pública. Entre os candidatos a uma cadeira, era dada a preferência para aqueles cujas habilidades fossem análogas às matérias da cadeira e se, mesmo assim, houvesse igualdade de circunstâncias, era preferido o que mais tempo tivesse de bom serviço no ensino, possivelmente nas Aulas Avulsas particulares.

Os vencimentos dos professores do ensino secundário variavam, se exercessem as suas funções nas Aulas Avulsas ou no Lyceu. Os que ensinavam Latim nas Aulas Avulsas tinham o ordenado anual de 400\$000⁴⁰, enquanto um professor do Lyceu recebia 720\$000⁴¹, como nos mostra o quadro a seguir.

QUADRO IV MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DE DESPESA COM A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA, DE 1843.

OBJECTOS DE DESPEZA.	Importância
Com o ordenado do Professor de latim da Villa de Pombal.....	400\$000
Idem da Villa do Brejo d'Arêa.....	<u>400\$000</u>
	800\$000
Com o Ordenado do Director do Lycêo.....	720\$000
Idem do Lente da 1ª Cadeira.....	720\$000
» » » da 2ª »	720\$000
» » » da 3ª »	720\$000
» » » da 4ª »	720\$000
» » » da 5ª »	720\$000
» » » da 6ª »	800\$000

⁴⁰ Lei Provincial n. 3 de 19 de Maio de 1835. Cf. também o art. 12º da Lei de 28 de novembro de 1841. (PARAHYBA DO NORTE, Discurso, 1843)

⁴¹ Lei Provincial n. 12 de 27 de Janeiro de 1843, e Cf. Tabela anexa ao Regulamento de 21 de fevereiro de 1842. (Idem)

Idem de dous Substitutos.....	400\$000
Idem do Porteiro.....	400\$000
Idem do Continuo.....	400\$000
Compra de generos para o expediente.....	40\$000
SOMMA.....	<u>7:560\$000</u>

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1843.

Eram vencimentos que podemos chamar de baixos, se comparados com os dos professores do Lyceu, e, durante todo o período investigado, esses vencimentos muito raramente chegavam em dia. Os atrasos eram motivo de várias reclamações por parte dos docentes.

No quadro V, podemos observar os valores dos salários dos professores do Lyceu, de primeiras letras e das Aulas Avulsas.

QUADRO V
SALÁRIOS DOS PROFESSORES PÚBLICOS DA
PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE, EM 1843

Professores	Importância
Ensino Primário	
Professor da Cidade Alta.....	450\$000
Professor da Villa do Conde.....	350\$000
Professora de meninas da Cidade Alta.....	460\$000
Aulas Avulsas de Latim	
Professor de latim da Villa de Pombal.....	400\$000
Professor de latim da Villa do Brejo d'Arêa.....	400\$000
Lyceo Provincial	
Com o Ordenado do Director do Lycêo.....	800\$000
Lentes	720\$000
Substituto.....	400\$000

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1843.

Como se pode observar, no quadro acima, os professores das Aulas Avulsas recebiam quase a metade do salário dos lentes do Lyceu, ficando quase no mesmo valor que os professores de primeira letras, e menos que de uma professora de ensino para meninas, na capital. Seus salários só se equiparavam com o dos substitutos do Lyceu.

Os baixos provimentos recebidos pelos professores das Aulas Avulsas públicas faziam com que os mesmos desenvolvessem atividades paralelas, principalmente ensinando nas escolas particulares, levando, inclusive, os professores a tentarem interferir na legislação, pedindo a revogação das proibições que se encontravam em vigor.

Mas, quem eram esses professores? No quadro abaixo, identificamos alguns, a partir da documentação encontrada sobre as Aulas Avulsas.

QUADRO VI
CADEIRAS⁴² AVULSAS PÚBLICAS

Nome do professor	Anos dos quais encontramos informações	Localidade (Cidade ou Vila)	Nome da Cadeira
Amaro Gomes dos Santos	1843/1844/1845/1846/1847/1848/1849/1850/1851/1852	Souza	Latim
Antonio da Costa Rego Moura		Souza	Latim
Antonio Gonçalves de Andrade	1845/1846		Latim
Joaquim José Henriques da Silva	1843/1844/1845/1846/1847/1848/1849/1852		Latim
José Berardo dos Santos Leal		Piancó	Latim
José Francisco Alves Gama	1865	Arêa	Latim
Manoel Caetano Veloso	1832*		Francês
Manoel Luiz dos Santos	1849/1850/1851/1852	Villa do Pombal	Latim
Pe. Amancio Leite da Silva		Cidade da Areia	Latim
Pe. Antonio Baptista Espinola	1865	Mamanguape	Latim
Pe. Felis Aurelio Arnauld Formiga	1847	Souza	Latim
Traiano Pires de Hollanda Cavalcante	1865	Pombal	Latim

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

* Esse professor fazia parte do corpo de professores do Curso de Humanidades, criado em 1831, que foi extinto ao ser criado o Lyceu Provincial, em 1836.

Observando-se este quadro, percebemos que não havia nenhuma professora lecionando uma cadeira ou aula avulsa secundária, estando, portanto, esse nível de ensino, sob a responsabilidade de professores. Outro aspecto que nos chama a atenção é

⁴² Os termos cadeiras e disciplinas, que hoje podemos considerar sinônimos, são, no vocábulo do Oitocentos, designações distintas e complementares no sentido que lhes vimos a dar. Vários documentos se referem, explicitamente, às “disciplinas que compõem uma cadeira”. Por exemplo, a cadeira de História e Geografia era composta por duas disciplinas: a Geografia e a História.

a existência de três professores vinculados ao clero, formando, assim, um pequeno quadro que a historiografia denomina de padres-mestres.

Quanto ao vínculo laboral desses professores, percebemos, a partir da documentação consultada, que era muito estável, uma vez que a maior parte das Aulas Avulsas eram providas de forma vitalícia ou tiveram a vitaliciedade implementada durante o período investigado. No caso do fechamento das Aulas Avulsas, acontecia de alguns professores serem deslocados para o Lyceu Provincial, na função de adjuntos, como foi o caso do Professor Trajano Pires de Hollanda Cavalcante:

Serve no Lyceu como professor adjunto da cadeira de latim, em virtude do art. 25 da lei n. 636 de 26 de Julho de 1876, o professor da extinta cadeira de Pombal Trajano Pires de Hollanda Cavalcante. (PARAHYBA DO NORTE, Falla, 1886, p. 28).

Esse professor já tinha sido deslocado como substituto para a cadeira de Souza, em 1883,

Não haverá inconveniente, caso tenha de ser provida a cadeira de Latim da Cidade Souza, para o que está a Presidencia autorizada pelo art. 4.º da Lei n. 745 de 21 de Março ultimo, em ser designado o professor adjunto do Lycêu, Trajano Pires de Hollanda Cavalcante, pois esta medida não importará augmento de despeza. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1883, p. 11).

Além disso, havia também a aposentadoria, como foi requerida pelo Professor da Cidade de Areia Joaquim José Henriques da Silva, em 1865, que tinha uma situação interessante, uma vez que era um professor particular que era subvencionado pela Província para lecionar.

Requerendo o Professor de Latim da cidade d'Arêa, Joaquim José Henriques da Silva, a sua aposentadoria autorizada pela lei n. 155 do anno passado, tive de concedê-la, e nommei interinamente para substitui-lo o cidadão José Francisco Alves Gama, proposto pelo Director. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1865, p 16).

No entanto, não temos muitas informações sobre a formação desses professores, já que a documentação a que tivemos acesso não nos possibilitou adentrarmos nessa questão. Supomos, no entanto, que os saberes que os candidatos apresentavam nesses exames teriam sido adquiridos pela experiência ou pela reprodução dos modelos com

que tiveram contato quando estudantes, visto que não havia cursos específicos destinados à formação de professores na Província⁴³.

⁴³ Muitos foram os apelos por parte de presidentes da Província e de diretores da instrução para a criação de um curso normal. Sobre a criação de cursos e aulas de ensino normal no interior do Lyceu Provincial, trataremos mais cuidadosamente no capítulo V deste trabalho. Sobre essa questão, consultar o minucioso trabalho desenvolvido por Araújo (2010).

CAPÍTULO III

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL NO SÉCULO XIX:

a ascensão do ensino liceal

No capítulo anterior, tratamos mais detidamente acerca das Aulas Avulsas públicas e particulares que continuaram a existir, mesmo após a criação do Lyceu Provincial na Parahyba do Norte, em 1836.

Na busca pela historicidade da educação na Província aqui em estudo, propomos reconstruir um passado que proporcione um entendimento maior da constituição do ensino secundário na Parahyba do Norte, articuladamente ao processo de institucionalização e de organização do ensino liceal no Brasil.

Para tanto, faz-se necessário tecermos algumas considerações acerca do processo que antecedeu à criação da referida instituição secundária, discutindo sobre o Curso de Humanidades. Todavia, não é demais ressaltarmos que os primeiros anos de organização do Estado Imperial, ou seja, logo após o nosso processo de independência política de Portugal, em 1822, ocorreram muitos conflitos e tensões sociais em várias províncias.⁴⁴ Num primeiro momento, essas tensões se deram em virtude do não reconhecimento do novo poder instituído por parte de alguns segmentos sociais mais conservadores e vinculados aos interesses da coroa portuguesa, especialmente dos lusitanos aqui residentes, que não aceitaram de imediato a emancipação da antiga colônia.

Amainados alguns desses conflitos do período da Independência, dos quais a Província paraibana participou de maneira intensa, era necessário começar a reorganizar toda estrutura política, social e econômica, sendo incluída, naquele momento, a necessidade da instrução pública, que já havia se mostrado um ponto de discussão e de embates na Assembléia de 1823. Logo, surgiu a preocupação das autoridades

⁴⁴ A consolidação da Independência ocorreu em poucos anos, mas foi marcada por conflitos militares relativamente graves. Os brasileiros que eram favoráveis à Independência reuniram forças para lutar contra as tropas portuguesas que estavam no Brasil desde 1808. Os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia, onde movimentos separatistas e conflitos com os portugueses causaram algumas disputas violentas. Por conta dessas dificuldades no processo de consolidação da Independência, alguns historiadores têm feito objeções à tese de que o processo de Independência ocorreu de forma tranquila. Sobre esta temática, conferir: Holanda (1976); Dias (1972); Carvalho (1998 e 2007); Mattos (2005); Jancsó (2000); Dolhnikoff (2005a e 2005b) e Gouvêa (2008).

provinciais paraibanas, com a criação de uma instituição que formasse as novas gerações, de líderes políticos e futuros membros da burocracia provincial.

Essa Instituição deveria reunir em um só local todas as matérias que fossem exigidas nos exames de preparatórios para o posterior ingresso nas Academias do Império. Dessa forma, os filhos dos homens de poder na província não teriam de se deslocar em direção a outras províncias onde esse nível de ensino era oferecido (MELLO, 1956).

Alcides Bezerra Cavalcanti,⁴⁵ em 1922, foi encarregado de escrever sobre a instrução pública no período imperial na Parahyba do Norte e é ele quem nos informa que, no ano da Independência, a Cidade da Parahyba contava com uma escola de Latim, que tinha como professor o Pe. Antonio da Trindade Antunes Meira, que, no mesmo ano, pediu demissão, sendo substituído pelo Pe. José Ignácio de Brito Baracho. Em 21 de junho de 1823, a Junta Provisória do Governo publicava o seguinte edital:

Desejando a junta provisória do governo, propagar as luzes nesta província, promovendo e criando cadeiras scientificas para a instrução da sociedade, faz público que vai estabelecer concurso de philosophia racional e moral nesta cidade. (UNIÃO, 26 de março de 1936).

No entanto, não temos notícia se a referida cadeira foi de fato preenchida. Semelhantemente, ocorreu com a cadeira de Geometria, criada em 1825, para a qual, se foi ocupada, o professor receberia um ordenado de 300\$000 anuais.

No interior, também, no sentido de organização do ensino secundário, já no ano de 1823, foram criadas as cadeiras de Latim nas vilas de Pilar, Nova da Rainha e Souza. Seus professores, no entanto, teriam um ordenado menor, isto é, em torno de 245\$00 anuais.⁴⁶

Os ordenamentos iniciais para a organização do ensino secundário na Província teve continuidade em 1831, durante o governo do Dr. José Thomaz Nabuco de Araújo, um período marcado pelas efervescências das lutas partidárias devido à queda do primeiro Império. Portanto, foi nesse contexto conturbado politicamente que ascendeu

⁴⁵Em decorrência das comemorações dos 100 anos da Independência dos estados da federação, foram convidados alguns intelectuais para participarem da elaboração de um *Dicionário* que relatasse as principais características desses estados. Na Paraíba, o responsável foi o professor Coriolano de Medeiros, que convidou o professor do Liceu Paraibano Alcides Bezerra Cavalcanti. Grafamos, aqui, Liceu Paraibano, devido ao fato de que, no século XX, a Instituição era desta forma denominada.

⁴⁶Em 1824, esse ordenado foi para 300\$00 e, em 1839, passou para 400\$00 anuais, valor que ficou em vigência até 1877, quando essas aulas no interior foram abolidas.

na Província a ideia da criação de um curso secundário com uma organização diferenciada da simples existência das Aulas Avulsas.⁴⁷ Nessa perspectiva, o padre-mestre Dr. Joaquim Antonio das Mercês foi quem relatou a tentativa de institucionalização do Curso de Humanidades, na Província.

Porque há um currículo, um método e textos nessas aulas de junho de 1832: aí ensinei a lógica e a metafísica por Genuese, e Ética por Job e fazendo certas explicações do Contrato social.⁴⁸

O Curso foi criado na Sessão do Conselho Adjunto do Governo, em 7 de junho de 1831, contudo o decreto foi publicado no dia 14 do mesmo mês. Mello (1956, p. 29) nos informa que o referido Curso foi constituído pelas cadeiras de “Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e elementos de História, Francês” e Geometria, que fora criada no mês de abril e acrescentada no mesmo ano à programação de ensino.

Interessante notar que, nesse conjunto de matérias, verifica-se a ausência da cadeira de Latim, o que nos faz supor que somente poderiam adentrar no Curso quem já tivesse algum conhecimento de Latim.

As cadeiras foram postas a concurso em edital publicado em 22 de Setembro de 1831, contudo somente se apresentaram candidatos para a cadeira de Francês, que foi preenchida pelo professor Manuel Caetano Velloso. Essa cadeira teve, inicialmente, uma frequência de 103 alunos, o que podemos considerar um número bem elevado, se considerarmos os padrões de frequência nas Aulas Avulsas da época, conforme analisamos no capítulo anterior.

Entretanto, o mesmo não aconteceu com o segundo edital, publicado em 22 de dezembro do mesmo ano, o que levou à publicação de um terceiro, no ano seguinte, ou seja, em 10 de fevereiro 1832, quando as cadeiras foram preenchidas e as aulas tiveram início.

Os professores receberiam um ordenado anual de 500\$000. Essa informação, podemos lê-la a partir da perspectiva de que a economia da Província se encontrava em boa situação, possibilitando, portanto, pagar melhores ordenados aos professores desse

⁴⁷É comum encontrarmos na documentação a utilização dos termos ensino superior ou instrução superior, quando, na verdade, está se referindo ao ensino secundário, hoje denominado ensino médio. Cf. PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1852, p. 11e Relatório, 1866, p. 44.

⁴⁸ Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano, Vol. II, 2. Parahyba 1910, p. 320.

nível de ensino, ou seja, especialmente, aos professores que passariam a ensinar no Curso de Humanidades, que era considerado o mais importante curso da Província.

A criação do Curso de Humanidades se apresentou como um primeiro movimento que levaria alguns anos, isto é, quatro anos depois, para ser criado o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte. Essa ideia foi pensada, primeiramente, pelo padre José Antonio Lopes da Silva, que apresentou, em 19 de dezembro de 1832, ao Conselho Geral da Província, um projeto de criação de uma instituição nos moldes de um lyceu a partir do seguinte projeto:

Art 1: Fica creado na capital da Província da Parahyba um Liceu, onde se reunirão as Aulas de Gramática Latina, Francesa, Retórica, Filosofia, Geometria e outras quaisquer que se houverem decretar.

Art. 10: Enquanto não organizar os Estatutos, reger-se-á as cadeiras pelos Estatutos do Seminário de Olinda, no que forem aplicáveis.

Art.11: O Presidente da Província será o Diretor do Liceu e o Professor mais antigo em exercício, o Vice-Diretor.

Paço do Conselho Geral da Província da Paraíba, 19 de dezembro de 1832.

(As. S.R Pe. José Antonio Lopes da Silva)

(SOBRINHO, 2006, p. 54).

Dois pontos se destacam nesse projeto. Em primeiro lugar, a Instituição seria regida, inicialmente, pelo mesmo Estatuto do Seminário de Olinda, o que demonstra que a referida instituição tinha grande influência cultural e educacional.⁴⁹ Outro aspecto que nos chamou, também, a atenção é o fato de o proponente do projeto indicar que o diretor seria o próprio Presidente da Província, o que nos indica um possível jogo de barganha, de ampliação de poder do Presidente, mas sob o controle da Igreja, já que o projeto foi formulado por um religioso. No entanto, a pretensão da reunião das Aulas Avulsas numa instituição única demorou mais alguns anos, conforme já analisamos no capítulo anterior deste estudo.

As décadas de vinte e trinta do século XIX foram marcadas pelo movimento do poder imperial criar leis com o objetivo de normatizar a instrução. As leis começaram a ser elaboradas cada vez mais em níveis tanto imperial como provincial. No que se refere às leis destinadas a todo o Império, destacamos a de 1827 e a de 1834. A lei número 15,

⁴⁹ Sobre a história do Seminário de Olinda, consultar importante estudo realizado por Alves (1993).

de 15 de novembro de 1827, foi a primeira lei geral da instrução pública elementar do Brasil. Ela previa o estabelecimento e a criação de escolas de Primeiras Letras nas principais vilas das Províncias e a obrigação da utilização do método mútuo. Todavia, essa lei foi omissa em relação ao ensino secundário.

Já o Ato Adicional de 1834 conferiu às províncias o direito de legislar sobre a instrução elementar secundária pública e particular, no entanto excluiu as províncias ao legislar sobre o ensino superior, que ficou a cargo do poder central.

A partir de 1834, as províncias passaram a legislar sobre instrução pública, pelo menos até o ensino secundário. Por outro lado, nota-se que essa descentralização administrativa e legislativa, apresentou, ao mesmo tempo, uma permanência do ponto de vista da centralização política, visto que as autoridades máximas nas províncias, os presidentes, eram indicados diretamente pelo imperador.

No período regencial, as reivindicações descentralizadoras sacudiram o Império de norte a sul, na forma de movimentos separatistas⁵⁰. Estes ameaçaram o poder imperial e, de certa forma, foram os impulsionadores da reforma constitucional de 1834.

Assim, a emenda constitucional teve como objetivo principal diminuir os conflitos do período regencial, dividindo o poder ao criar as Assembleias Provinciais e ao dar a estas, no artigo 10.º, parágrafo 2.º, o direito de legislar,

sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral.

Essa reforma expressava um compromisso existente entre os radicais e os conservadores, uma vez que não influía em questões como o poder moderador, a vitaliciedade do Senado e a rejeição da autonomia municipal. No entanto, aquelas reivindicações levaram à implantação de medidas descentralizadoras, como a extinção do Conselho de Estado e a criação das Assembléias Legislativas Provinciais, que então começaram a exercer várias atribuições. Dentre elas, a competência de legislar sobre questões relativas à instrução pública.

⁵⁰ Entre 1832 e 1850, eclodiram diversos movimentos caracterizados por demandas locais. Dois deles foram sublevações de escravos: a Revolta das Carrancas, em Minas Gerais (1833), e a Revolta dos Malês, na Bahia (1835). Também merecem destaque, pela participação popular, a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838), no Maranhão, Ceará e Piauí; a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a mais longa de todas, a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1835-1845).

A descentralização do ensino trazida pelo Ato Adicional de 1834, no artigo 1º, parágrafo 2º da reforma da constituição, conferia às províncias

O direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promove-la excluindo, porém, de sua competência as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral.⁵¹

Castanha (2006, p. 170-195) destaca que

Há, pode-se dizer, quase uma unanimidade na historiografia da educação brasileira em relação ao grau de influência das medidas descentralizadoras desencadeadas pelo Ato Adicional de 1834. A maioria desses historiadores argumenta que a instrução pública ou elementar no período imperial foi um fracasso geral.

Entre aqueles que viram o Ato como um fracasso perfila José Ricardo Pires de Almeida, que, após fazer as críticas ao Ato Adicional, procura mostrar algumas iniciativas do governo imperial para combater as medidas descentralizadoras desencadeadas pelo mesmo. Outros autores que se juntam à mesma perspectiva são: Xavier (1985); Tobias (1986); Azevedo (1963); Santos (1999); Teixeira (1999); Ribeiro (2001) e Saviani (2004).

De outro lado, autores como Cunha (1980), Faria Filho (2010), Sucupira (1996) e Pinheiro (2008) relativizam a perspectiva anterior, apontando, a partir de pesquisas acadêmicas, que a publicação do Ato Adicional de 1834 trouxe também alguns benefícios ao desenvolvimento da instrução nas provinciais. Vieira e Freitas (2003, p. 62) afirmam que

Atribuir a uma lei como o Ato Adicional de 1834 todas as mazelas que dificultam e postergam o desenvolvimento de um sistema nacional de educacional de ensino significa secundarizar o impacto das determinações externas sobre o processo educacional. (2003, p. 62)

Especificamente, sobre a organização da instrução na Província da Parahyba do Norte, Pinheiro (2008, p.11) destaca que

⁵¹ Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, *apud* Haidar, (1972, p.17).

Para além dessas constatações, é também relevante lembrarmos que a historiografia mais clássica enfatiza, reiterativamente, o fato de que o “Ato Adicional de 1834” levou a uma descentralização do poder imperial e, que isto teria propiciado, conseqüentemente, dificuldades para a estruturação e organização de um “sistema” escolar no Brasil. Se esse aspecto pode ser considerado como negativo em relação ao movimento de fortalecimento da nação imperial, o mesmo não pode ser compreendido quando tratamos das especificidades e das realidades objetivas em que se encontravam as províncias brasileiras. É o caso da Parahyba do Norte, que somente depois do ano de 1834, é que o poder provincial, adotou uma série de iniciativas que muito contribuíram para a organização escolar pública. E aqui tomamos como maior indicativo dessa possibilidade de leitura a criação do Lyceu Parahybano, como um dos momentos mais significativos do processo de escolarização paraibana.

O artigo 83 da Constituição Imperial vedava às Assembléias Legislativas Províncias a proposição e a deliberação sobre assuntos classificados como de interesse geral da nação (RIBEIRO, 1993, p. 47). A partir dessa constatação, passou-se a entender que a instrução primária e a secundária não eram consideradas como de interesse geral da nação. Assim, ao serem delegadas, às províncias, tal interpretação deu origem a uma divisão de competências entre o governo imperial e os provinciais.

Tem-se, então, configurada uma dualidade nas responsabilidades sobre o ensino no período aqui analisado: as Assembléias Provinciais, que eram responsáveis pela instrução primária e secundária, e o Governo Central, legislando sobre o ensino primário e secundário na Corte e sobre o ensino superior. Podemos concluir que, com o descomprometimento do Governo imperial com o ensino primário e secundário provinciais, criar-se-ão dificuldades para o fortalecimento de uma possível estruturação de um sistema imperial de instrução/educação.

A Província da Parahyba do Norte, por exemplo, não dispunha de recursos pecuniários e humanos suficientes para modelar e aperfeiçoar um “sistema” das cadeiras isoladas⁵², que caminhava de forma um tanto desordenada desde 1759. No caso do ensino secundário (Aulas Avulsas), as dificuldades também foram muito grandes, conforme discutimos no capítulo anterior.

O Governo Imperial exerceu um controle excessivo sobre o ensino superior e isso serviu de inspiração aos poderes provinciais para estruturarem o ensino secundário, uma vez que eram obrigados a reproduzir, em seus programas e matérias, aquelas que

⁵² Sobre as cadeiras isoladas, consultar o trabalho de Pinheiro (2002).

eram fixadas pela Corte, se quisessem que seus estudos possibilitassem aos alunos o terem acesso às academias do Império. Para tanto, os secundaristas provenientes das províncias tinham de passar, ainda, ao final de cada matéria cursada, por avaliações realizadas nos cursos superiores e, posteriormente, pelos exames gerais.

Conclui-se, então, a partir desses dados, que a descentralização para o ensino secundário foi, de certa maneira, relativa, uma vez que o poder imperial, emanado da Corte, tinha o controle, mesmo que indireto, do ensino secundário em todas as províncias.

Antes da promulgação do Ato Adicional de 1834, o ensino secundário se encontrava fragmentado e se resumia às aulas régias ou avulsas de Latim, Retórica, Filosofia, Geometria, Francês e Comércio. Essas aulas estavam espalhadas por todo o Império e não ultrapassavam o número de cem. A promulgação do Ato desencadeou as primeiras medidas, no sentido de os estudos secundários tomarem uma certa organicidade. Essa organicidade viria, a partir da criação de instituições de ensino secundário, como os liceus ou os ateneus, que, em muitos casos, reuniram as Aulas Avulsas existentes nas capitais dessas províncias. (HAIDAR, 1972).

Assim, como uma das primeiras consequências, após a publicação do Ato Adicional de 1834, discutiremos alguns aspectos relacionados à chegada do ensino liceal no Brasil, salientando as semelhanças e especificidades ocorridas na Província da Parahyba do Norte.

3.1- A criação dos lyceus no Brasil

A instituição liceal, surgida na Grécia antiga, percorreu um longo caminho, passando pela França até adentrar em terras portuguesas. Aristóteles foi o fundador do Lyceu. Seu nascimento se deu na cidade de Estagira, na costa leste da Calcidia, na Trácia, no ano de 384 a. C. O Lyceu era sua própria escola, que foi construída também próxima a um pequeno bosque, onde se rendia culto ao deus Apolo. Os epítetos devocionais a Apolo, Liceio, Liceo ou Lício, deram origem ao nome Lyceu. Desde a Antiguidade Clássica, o ensino sempre foi dirigido a uma pequena parte da sociedade. Na Atenas clássica, são criadas as duas das mais importantes instituições de ensino que eram a Academia de Platão e o Lyceu de Aristóteles. (FASSÒ, 1978, p. 60).

Em Portugal, ao ascender ao trono português, D. José I levou consigo para o governo Sebastião José de Carvalho e Melo. Em 12 de Janeiro de 1759, foi proclamada a sentença de expulsão da Companhia de Jesus e, em 28 de junho, foi publicado o alvará em que os integrantes da ordem eram privados de praticar o ensino. Com isso, foram extintas todas as classes e escolas que haviam sido confiadas a esses religiosos. No momento da expulsão, os jesuítas possuíam, no Reino e nos domínios, quase 50 colégios, entre estes o Seminário da Parahyba. No mesmo alvará, criava-se como alternativa à expulsão as chamadas aulas régias, que eram baseadas nas cadeiras de Gramática Latina, Grego e Retórica. Devido à influência que a França exercia sobre a Europa naquele período, o modelo francês de educação se espalhou pelo continente. Um dos países ao qual essa influência chegou foi Portugal. E essa influência se apresentou na reformulação proposta pelo deputado Passos Manuel, em 1834, que modificou os graus de ensino e deu origem aos lyceus portugueses. Em Portugal, os lyceus eram instituições de nível secundário, destinadas, sobretudo, ao estudo das ciências e tinham um papel destacado na sociedade. Os integrantes da elite que tinham como manter seus filhos os enviavam para essas instituições para se prepararem para a Universidade. A reformulação proposta pelo deputado Passos Manuel tinha como base antigos projetos que haviam sido arquivados pela Câmara sem terem sido colocados em prática. Por isso, cremos que o lyceu português teve inspiração nos franceses, pois Portugal passava por uma revolução liberal, havendo talvez uma igualdade de ideais com os mesmos.

Sofrendo influências francesas⁵³ e portuguesas, o liceu chegou no Brasil. Todavia, a sua criação aqui no Brasil assumiu características e especificidades que atenderam às demandas sociais e culturais de uma nação que se encontrava em processo de constituição. Na primeira década do século XIX, a instrução secundária, especialmente a promovida nos liceus, teve como base, principalmente, o ensino das

⁵³ A França do início do século XIX tinha uma elite que se apresentava como profissões liberais dos mais diversos tipos, entre estes o ofício de professor nos lyceus e nas universidades. Essas instituições terão seu corpo docente formado quase exclusivamente por filhos destes. Isso se deve ao fato de que o objetivo dos lyceus franceses era formar o novo cidadão francês e este novo cidadão teria sua formação baseada, além de no poder aquisitivo, no conhecimento formal. O Imperial Colégio Pedro II e os liceus provinciais tiveram como modelo principal o *lycée* francês. A criação dos liceus na França, em 1802, constitui uma referência para o conjunto dos países europeus, bem como o aparecimento dos “reais-ginásios” alemães. Estes dois diferentes modelos foram se impondo progressivamente, durante o século XIX. Sobre as reformas destinadas à instrução, ocorridas após a Revolução Francesa (1789), consultar os estudos realizados por Compère (1985 e 2001), Chervel (1992), Durkheim (1995), Japiussu e Marcondes (1996), Boto (1996), Vechia e Cavazotti, (2003), Boudon (2004), Nóvoa, (2003) e Vechia e Cavazotti (2003).

matérias de Latim, Grego e Retórica. Na organização escolar promovida por D. João VI, a partir de 1810, o ensino liceal correspondia ao terceiro nível e abarcava os conhecimentos científicos e literários pautado numa perspectiva erudita. O último grau desse nível de ensino era reservado ao ensino das ciências abstratas, marcadamente as morais e as políticas.

A partir de 1834, todas as províncias criaram instituições secundárias no modelo liceal com o objetivo de oferecer uma formação predominantemente humanística. Entretanto, apenas a Província de Pernambuco já havia criado o seu Lyceu Provincial em 1825, logo após os conflitos de 1823 e de 1824, que tiveram uma face liberal.



Foto: II
Liceu Provincial de Pernambuco.
Fonte: Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br>
Acessado em 24/09/2011.

Entretanto, foi, de fato, após a publicação do Adicional de 1834 que começou a ser criado um conjunto de ensino liceal no Brasil, conforme podemos observar no quadro da página seguinte,

QUADRO VII
LICEUS CRIADOS NO PERÍODO DE 1825 A 1879

Ano de criação	Local
1825	Liceu Provincial de Pernambuco
1834	Ateneu no Rio Grande do Norte
1836	Lyceu Provincial da Bahia
1836	Lyceu Provincial da Parahyba do Norte
1837	Colégio Pedro II ⁵⁴
1838	Lyceu Maranhense
1839	Liceu Provincial de Angra dos Reis
1841	Lyceu Paraense
1844	Lyceu Provincial do Ceará
1845	Lyceu Provincial do Piauí
1846	Lyceu Provincial do Espírito Santo
1846	Lyceu Provincial de Goyas
1846	Lyceu de D. Afonso Rio Grande do Sul
1846	Lyceu Provincial de Curitiba
1847	Liceu Provincial de Niterói ⁵⁵
1847	Lyceu Provincial de Campos dos Goytacazes
1847	Lyceu de Taubaté
1847	Atheneu de Sergipe
1849	Lyceu Provincial de Alagoas
1854	Lyceu Minas Gerais
1857	Liceu Provincial de Santa Catarina
1869	Lyceu Provincial Amazonense
1879	Lyceu Cuiabano

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: Gondra e Scheneider (2011).

Apesar do Colégio Pedro II ter sido a quarta instituição desse nível de ensino a ser criada no Brasil, não podemos deixar de fazer algumas referências sobre o mesmo, uma vez que, por estar localizado no município da Corte, passou a receber muitas

⁵⁴ O Colégio Pedro II foi criado em 02 de dezembro de 1837, a partir do Seminário de São Joaquim, na Corte. O Imperial Colégio, como também ficou conhecido, criado durante a Regência, deveu-se principalmente à iniciativa do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, juntamente com o então Regente Araújo Lima. O discurso foi publicado no Anuário nº 1 do Colégio. Sobre esse assunto, consultar os estudos realizados por Doria (1997) e Andrade (1999).

⁵⁵ Em 1847, com a finalidade de dar novo impulso à instrução na Província, decide-se fundir a Escola Normal, o Liceu de Artes Mecânicas e a Escola de Arquitetos e Medidores, compondo o Liceu Provincial, que deveria ser uma escola modelo na preparação de quadros administrativos para o Estado Imperial. Porém, a maior expectativa girava em torno do curso de formação de professores oferecido pelo Liceu. O projeto do Liceu de Niterói acabou fracassando, conforme observa Villela (1990), não obstante o empenho dos dirigentes em organizar um instituto tão complexo. E como a relação primordial era com o magistério público de nível primário, o Liceu veio pouco a pouco assumindo identidade de curso de formação docente, até novamente se transformar em Escola Normal – embora mantivesse o nome de Liceu –, vindo a ser desativada em 1851. (ALVES, 1989).

atenções do poder imperial bem como tornou-se um modelo de referência para todo o Brasil. Sobre esse aspecto, Gasparello (2002) destaca que

O Colégio Pedro II, por diversas razões, teve uma história institucional marcada por um caráter *nacional*, detentora de referenciais que o ligavam ao restante do país. Fundado na cidade-capital, o Rio de Janeiro, que na historicidade dos seus referenciais primários espaço e tempo, consolidou-se como sede do governo central desde os tempos coloniais, continuou, na formação do Império, como lugar privilegiado em sua dimensão social. O elemento simbólico de sua localização - a Corte - era reforçado com o nome escolhido, o do Imperador. Por sua vez, o próprio D. Pedro II ajudou a fortalecer o caráter *imperial* do Colégio - termo que em geral precedia a referência ao estabelecimento - estreitando sua ligação com o regime, ao prestigiar com sua presença e apoio as atividades do Colégio. Além disso, a política empreendida pelas autoridades imperiais, em coerência com o discurso do ministro-fundador Bernardo Pereira de Vasconcelos, que justificara a iniciativa pela necessidade de *um modelo de instrução secundária*, a ser seguido pelos demais estabelecimentos, alimentou a centralidade exercida pelo Colégio nesse tipo de ensino. Se por determinação constitucional competia às províncias legislar sobre a instrução primária e secundária, a política adotada pelo governo imperial foi a de promover uma ação reguladora no setor, com a criação de dispositivos de controle do ensino secundário, cujos veículos foram as regulamentações sobre os exames de preparatórios e a instituição da categoria de colégios *equiparados* ao Pedro II.

O referido Colégio teve como base, na sua criação, as matérias de Línguas Latina, Grega, Francesa, Inglesa, Retórica, princípios ementares de Geografia e de História, Filosofia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Química, Física, Aritmética, Álgebra, Geometria e Astronomia.



Imagem 1
Colégio Pedro II, em 1861.
Fonte: Museu Mariano Procópio, MG.

Os alunos formados por essa Instituição recebiam o título de Bacharel em Letras. Isso os dispensava de realizar os exames de preparatórios que eram exigidos para ingressarem nas Academias do Império. Segundo Silva (1956; 1969) e Haidar (1972), os exames de preparatórios se constituíram a tradicional via de acesso oficial ao ensino superior e persistiram durante todo o Império.

No caso dos liceus provinciais, os alunos formados nessas instituições, que tinham o desejo de partir para os cursos superiores, eram obrigados a prestar os exames de preparatórios, ou podiam se transferir para estudar no próprio Pedro II. Ao fazerem isto, concluiriam os estudos no Colégio e poderiam usufruir do mesmo direito dos alunos⁵⁶ ali matriculados, ou seja, poderiam se matricular automaticamente nos cursos superiores. Dessa forma, o ensino secundário limitava-se ao ensino das matérias que eram exigidas pelos exames de preparatórios para ingresso nas Academias do Império. Isso levava a um certo descaso para com as que não concorriam para esse fim.

Podemos notar isso ao analisar o que escreveu Gonçalves Dias no seu relatório sobre a instrução pública secundária das províncias do Norte, em 1851. Acompanhemos:

Se alguns dos liceus provinciais [...] têm querido introduzir no quadro do ensino secundário noções de ciências naturais e exatas como as matemáticas puras, a química, a física, a botânica, a agricultura, a agrimensura, vêm definhando esses estudos, por que não são

⁵⁶ Os alunos de Províncias distantes, e mesmo de outras cidades da província fluminense, formavam, em geral, o grupo dos alunos do internato, que também era pago e que foi criado em 1857.

necessários para nenhum grau literário. As duas cadeiras de química e física e a de botânica e agricultura da Bahia contam um aluno apenas [...] (DIAS, 1851, *apud* MOACYR, 1939, p. 494-8).

Gonçalves Dias havia sido encarregado, no ano 1851, pela Secretaria dos Negócios do Império da “missão” de examinar “com o maior cuidado” todos os “estabelecimentos destinados ao ensino e educação da mocidade, sejam públicos ou particulares, com exceção somente da Academia Jurídica de Olinda e da Escola de Medicina da Bahia”. A investigação de Gonçalves Dias foi dirigida para as principais Províncias do Norte, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande [do Norte], Paraíba, Pernambuco e Bahia, devendo apontar, em detalhes e sem nada omitir, a real situação do ensino e da educação naquelas províncias⁵⁷.

Na realidade, naquele momento fundador, os liceus provinciais não passavam de um aglomerado de Aulas Avulsas sem nenhuma seriação. Os alunos estudavam o que entendiam ser o mais importante para, posteriormente, irem para as Academias do Império e como queriam, já que não havia um tempo determinado para o término dos estudos liceais. Na visão de Dias, *apud* Moacyr (1939, p. 495-8), o maior obstáculo para o desenvolvimento dessas instituições seria o fato de “serem escolas preparatórias das Academias, sem, contudo, as consideremos aptas para darem um título de aprovação.”

Ao relatar a situação da instrução pública secundária nas províncias, Gonçalves Dias atribuiu ao Governo Imperial a responsabilidade por aquela situação, uma vez que a Reforma Constitucional de 1834 não havia dado as necessárias possibilidades para que as Províncias tivessem uma efetiva autonomia financeira. As Províncias, principalmente as do Norte, passavam constantemente por problemas financeiros, e os recursos que eram destinados à instrução, muitas vezes, foram desviados, como o fim de minimizar os problemas causados pelas frequentes secas, por exemplo.

No caso mais específico, neste trabalho da Parahyba do Norte, o que percebemos é que, em matéria de investimento pecuniário, a Província, apesar de seus poucos recursos, investia um grande montante no ensino secundário, especialmente no Lyceu Provincial. Tal aspecto pode ser constatado, a partir da análise que realizamos sobre as receitas e despesas da Província, observando os valores destinados a esse nível de ensino. Vejamos os quadros VIII e IX, na página 93.

⁵⁷ Cf. Almeida (1989).

No ano financeiro de 1845, foi previsto um total de investimentos de 97:156\$400; deste total, foram reservados para a instrução primária 9:754\$800 e, para a instrução secundária, 7:656\$800, ou seja, 17:411\$600 para as duas modalidades. Considerando que havia muito mais cadeiras isoladas e professores de primeiras letras, é possível constatar o quanto o ensino secundário, e especialmente o Lyceu Provincial, recebeu uma peculiar atenção, por parte tanto dos legisladores quanto dos administradores da Província da Parahyba do Norte, já que, do total de 7:656\$800, destinados à instrução secundária, 6:856\$000 foram destinados à Instituição.

QUADRO VIII

ORÇAMENTO DA DESPESA PROVINCIAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 1845

N. das Tabelas	OBJECTOS DE DESPEZA	IMPORTÂNCIA	TOTAL
1	Assembléia Provincial	7:840\$000	97:156\$400
2	Secretaria da Presidencia	6:200\$000	
3	Instrução Primaria	9:754\$800	
4	Instrução Secundária	7:656\$800	
5	Camaras Municipaes	2:200\$000	
6	Saúde Publica	600\$000	
7	Culto Publico	9:730\$000	
8	Administração de Rendas Provinciaes	13:443\$600	
9	Força Policial	29:900\$550	
10	Soccorros de Beneficencia	2:300\$000	
11	Aposentados	3:224\$005	
12	Eventuaes	4:307\$445	
Somma			97:156\$400
Secretaria do Governo da Parahyba 2 de Maio de 1844. No impedimento do Secretario José Antonio Baptista, Official maior.			

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1844.

QUADRO IX

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA COM A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA, PARA O ANO DE 1845

OBJECTOS DE DESPEZA.	Importância.	LEGISLAÇÃO
Com o ordenado do Professor de latim da Villa do Pombal	400\$000	Lei Provincial n. 3 de 19 de Maio de 1835, e art. 12 da Lei de 28 de novembro de 1841.
Idem da Villa do Brejo d'Arêa.....	400\$000	
Com o Ordenado do Director do Lycêo..	800\$000	
Idem do Lente da 1ª Cadeira.....	720\$000	
» » » da 2ª »	720\$000	
» » » da 3ª »	720\$000	

» » ». da 4ª »	720\$000	Lei Provincial n. 12 de 27 de Janeiro de 1843, e tabella annexa ao Regulamento de 21 de fevereiro de 1842.
» » ». da 5ª »	720\$000	
» » ». da 6ª »	720\$000	
Com o ordenado de dous substitutos.....	800\$000	
Gratificação de hum dito pelo serviço de Secretario.....	86\$000	
Com o ordenado do Porteiro.....	400\$000	
Idem do Continuo.....	400\$000	
Compra de gêneros para o expediente.....	50\$000	
SOMMA.....	<u>7:656\$800</u>	
Secretaria do Governo da Parahyba 2 de Maio de 1844. No impedimento do Secretario José Antonio Baptista, Official maior.		

Fonte: Tabela nº 4, contida em PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1844.

A discussão sobre centralização e descentralização foi retomada em 1837, como “reação centralizadora”. Esta “reação” levou o governo central a interferir nos direitos conquistados pelas províncias na reforma constitucional de 1834 (Ato Adicional). Na década de 1840, houve uma intensificação desse movimento, que apoiava o retorno de uma maior centralização sob o discurso de garantir uma unidade nacional. Segundo o Visconde do Uruguai, “sem centralização não haveria Império”.

É interessante ressaltarmos que esse discurso centralizador refletiu sobre vários aspectos da vida administrativa do Estado Imperial e das províncias. No caso da Parahyba do Norte, em Relatório elaborado pelo presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, em 1841, este entendia que somente ocorreria o melhoramento da instrução provincial caso fosse criado um órgão centralizador das atividades destinadas à instrução. Para tanto, como medida centralizadora sugeriu a criação da Diretoria da Instrução Pública, o que, de fato, somente veio a ocorrer oito anos depois, isto é, em 1849. De qualquer forma, acompanhemos o discurso proferido pelo referido presidente:

Falta porem um Centro, que dê direcção e movimento a todas as estas Escóllas. He mister creal-o, dando lhe direito de inspecção, a escolha de Livros, dos métodos, e dos meios de ensino e de disciplina. Quanto fizerdes n'este sentido, e bem assim terdes Mestres instruídos, zelosos, e dedicados, acreditai, que há hum beneficio real para o Paiz. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1841, p. 4).

O processo de centralização do poder teve início no Segundo Reinado. Naquele momento, apareceram algumas propostas para diminuir os problemas do ensino

secundário nas províncias. Uma dessas propostas foi a criação de estabelecimentos gerais⁵⁸ nas províncias, apresentada na Assembléia Geral de 1840, por Francisco Ramiro D'Assis, então Ministro do Império. Segundo essa proposta, esses “estabelecimentos gerais” seriam criados nas capitais das Províncias e dariam aos alunos diplomas que os retiravam da obrigatoriedade de prestar novos exames nas Academias do Império. Essa medida, mais que uma solução, na realidade criava mais problemas para os liceus, que viviam, em alguns casos, uma situação muito difícil. Uma vez que, criando esses estabelecimentos gerais nas províncias, os alunos seriam levados a se matricular em essas instituições e os liceus, que as províncias tentavam manter, ficariam num limbo, do ponto de vista legal da instrução pública.

Outra proposta apresentada com o intuito de resolver os problemas da instrução secundária foi a equiparação dos liceus provinciais ao Colégio Pedro II, os quais deveriam seguir rigorosamente, para serem equiparados, a forma de funcionamento do referido Colégio, ou seja, deveriam ter o mesmo plano de estudos e a mesma estrutura organizativa.

No caso de as Províncias adotarem tais medidas traçadas pela Corte, os alunos egressos dos liceus teriam o acesso garantido nos estabelecimentos de ensino superior. A medida trazia, também, em sua premissa, um caráter centralizador, uma vez que as Províncias teriam de seguir as normas vindas da Corte. No entanto, foi bem aceita nas províncias.

No ano de 1843, a Câmara dos Deputados debateu os artigos 234 e 235 dos Estatutos do Colégio Pedro II, relativos ao livre acesso aos cursos superiores, e foi levantada a necessidade de se conceder aos alunos dos liceus as mesmas prerrogativas. No entanto, devido à baixa qualidade do ensino praticado nas províncias, segundo os legisladores, o reconhecimento não foi atribuído para efeito de matrícula nos cursos superiores. Os defensores dos interesses provinciais propugnaram então para que a equiparação dos liceus provinciais fosse assentada na constituição de uma similar

⁵⁸ As dificuldades apresentadas pelo ensino secundário levaram a apontar duas soluções de cunho centralizador, mas que, na realidade, não feriam a Constituição. Seria a criação de estabelecimentos gerais nas províncias e a equiparação dos liceus provinciais ao Colégio Pedro II. Outra idéia foi o reconhecimento, para fins de matrícula nos cursos superiores, dos títulos conferidos pelos liceus provinciais que adotassem a estrutura e os planos de estudo do Colégio Pedro II. Isso contou com a aprovação das províncias. Apesar de encontrarmos essa proposta, não conseguimos identificar que tipo de instituição deveria ser criada.

estrutura organizativa bem como adotassem o mesmo plano de estudo do Colégio da Corte.

No ano de 1846, surgiu, por meio da Comissão de Instrução Pública⁵⁹, um projeto que previa a criação de um Liceu Nacional na Corte e a equiparação dos liceus provinciais, que deveriam adotar a estrutura e o plano de estudos da referida Instituição. No entanto, a proposta não avançou, uma vez que a Assembléia deliberou que: “a ocasião não era propícia à discussão de questões relativas à instrução pública.” (HAIDAR, 1972, p. 27).

Na década de 1850, a preocupação com o estado da instrução pública volta a ser assunto de discussões entre aqueles que faziam parte da Assembléia Geral e Legislativa do Império e surgiram novas propostas de uniformização do ensino para que este adquirisse uma feição nacional. Sobre essa preocupação, Haidar chama a atenção para a obra *Cartas do amigo ausente*, de Paranhos (1953), que, numa passagem, refletiu:

Todos reconhecem que a instrução carece de centro e carece de unidade para que possa, como convém, tomar caráter de uma instituição nacional. É a instrução comum, a identidade de hábitos intelectuais e morais que se adquirem nas escolas que, no parecer do ilustrado Sr. Cousin, constituem a unidade e a nacionalidade. (PARANHOS, 1953, *apud* HAIDAR, 1971, p. 27)

Percebemos que a possibilidade de as instituições provinciais do ensino secundário se equipararem ao Colégio Pedro II passou a ser vista pelos congressistas, e especialmente pelo mineiro Dias de Carvalho, como o meio, mesmo que indireto, de dar uma uniformidade a esse ramo do ensino no país, tendo a vantagem de não ferir as prerrogativas constitucionais das Assembléias Legislativas Provinciais.

No âmbito dessa discussão, surgiu o projeto de Couto Ferraz (1854). Ele foi apresentado no contexto de uma emenda constitucional que autorizou o Governo Imperial a reformar o ensino primário e o secundário na Corte e a criar um Liceu de externos no município do Rio de Janeiro. Também foi proposto, mais uma vez, o reconhecimento dos diplomas conferidos pelos liceus provinciais que estivessem equiparados ao Colégio Pedro II e seu externato.

Foi proposto, também, que o Governo garantisse aos alunos dos liceus que conquistassem, pela equiparação, o grau de Bacharel em Letras, que era uma condição

⁵⁹ A Comissão era composta pelos legisladores: Torres Homem, Dias de Carvalho e Domingos José Gonçalves de Magalhães.

básica para a matrícula nas Academias. Contudo, tal proposta não obteve aprovação, já que havia ainda sérias resistências de perspectivas centralizadoras.

Em 1870, o Ministro do Império, Paulino de Souza, apresentou um relatório à Assembléia Geral e Legislativa do Império, dando notícia do estado assustador em que se encontrava a instrução pública brasileira (HAIDAR, 1972, p. 31). Nesse sentido, no que se refere ao ensino secundário nas províncias, o relatório chamava a atenção para o atraso em que se encontrava esse nível de ensino. Para o referido legislador, esse atraso se devia, entre outros fatores, à descentralização administrativa, aos poucos recursos financeiros e ao não reconhecimento dos graus conferidos pelos liceus provinciais. Em sua análise, era impossível que essas instituições continuassem em funcionamento em tais condições. Muitos liceus foram fechados justamente por tais problemas, como foi o caso do Ateneu de Sergipe.

Em 1854, o Presidente da Província da Parahyba do Norte, João Capistrano Bandeira de Mello, chamou a atenção para este problema, conclamando para que se atentasse para essa questão,

O curso regular dos estudos estabelecido pelos estatutos para que se possa obter diploma conferido pelo Lyceo não tem atrahido pretendentes. Os estudantes seguem nas matriculas a ordem que cada um julga mais conveniente ao fim a que se propõe. Em verdade a submissão por seis annos a uma regularidade que pode contrariar ás conveniencias individuaes, não pode ser aceita se não em vistas de uma compensação que o título conferido pelo Lyceo não offerece. Esta compensação poderia ser a admissão em nossas academias dos alumnos que o tivessem, assim como é permittido aos Baxareis do Collegio Pedro Segundo. Este favor porem depende da Assembléa Geral, e o Lyceo da Bahia não pôde obte-lo. O Colegio Pedro Segundo é uma instituição nacional dirigida pelo mesmo espírito que anima as academias, é a mesma superintendencia de ambos os estabelecimentos. Isto explica o favor de que goza. Os Lyceos Provinciaes porem tem cada um a sua norma, uma direcção individual. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1854, p.15)

Como estas instituições não gozavam da equiparação, os pais dos alunos, quando tinham recursos, preferiam enviá-los a outras localidades, como para o da Bahia e, principalmente, para o de Pernambuco, no caso da Província da Parahyba do Norte.

Na outra ponta do Império, o Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Rio Grande do Sul, que teve seu relatório citado no do Ministro do Império, relata:

Concorre para o atraso em que se acha a instrução Pública secundária a falta de garantias aos alunos que freqüentam e estudam no Liceu,

pois ainda depois de aprovados nas matérias do curso aí seguido, têm necessidade de sujeitar-se a um concurso, se querem dedicar-se à carreira de empregado público [...] Se o Governo Geral e Provincial dispensassem esses concursos e exames aos que se mostrassem aprovados no Curso do Liceu desta Província, como é tão razoável, concorreriam muito poderosamente para que a frequência nas aulas destes estabelecimentos fosse maior, e o ensino se difundisse mais. (SOUZA, 1870, *apud* HAIDAR, 1972, p. 31)

No entanto, na Província paraibana as críticas eram feitas, mas sempre com o cuidado de que a instituição não fosse o alvo, mas, sim, a estrutura, como se pode perceber no Relatório Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, em 1853, que diz,

Posto que o numero dos estudantes examinados annualmente tenha muito decrescido nestes quatro annos ultimos a ponto de somente haverem sido examinados quatro em 1849, e outros tantos no anno seguinte, quando em épocas passadas esse numero chegou, como em 1844, a 40, este facto não deve ser interpretado em desabono do Lyceo cujo pessoal é o mesmo com pouca differença; a deliberação que teem tomado há alguns annos os estudantes do Lyceo de fazerem seos exames preparatorios na Academia d'Olinda, convencidos afinal da inutilidade dos aqui feitos, é a natural e verdadeira explicação da diminuição que se nota, sendo somente examinados os que não pretendem seguir estudos superiores, como os que se não dedicão ao estudo sacerdotal; e é claro que, eliminados uns e outros, bem mingoado deve ser o numero excedente. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1853, p. 24-25).

O caso dos liceus provinciais do Rio Grande do Sul e da Parahyba do Norte não foram casos isolados. Eles apresentaram problemas que eram comuns a quase todos os liceus existentes no Império.

Na década de 1870, a preocupação com os problemas da instrução pública no Império se intensificou, sendo marcada por um grande esforço na tentativa de recuperação do tempo perdido, desde quando desvaneceram os grandes planos concebidos, após a Independência e a descentralização, que haviam propiciado a omissão do Império, deixando todo o país entregue às administrações provinciais que, com seus poucos recursos, não encontravam ou não queriam encontrar condições para o seu aprimoramento.

Podemos perceber essa preocupação nessa década, a partir da apresentação de vários projetos de reformas da instrução pública, que foram apresentados à Assembléia Geral e Legislativa e no Congresso de Instrução, de 1884. Começava a se fortalecer a noção de que era preciso uma ação por parte do Governo Geral para o desenvolvimento

do ensino em todos os seus níveis. Esta ação foi considerada por muitos como o mais significativo movimento em prol da instrução pública dos fins do Império. Todavia, outros interpretaram que esse movimento se constituía como inconstitucional, negando, assim, que o Governo Geral tivesse o direito de efetivar tal ação.

Foi essa noção que se fortaleceu nos relatórios e projetos de instrução pública apresentados pelos Ministros do Império, nas décadas de 1870 e 1880. As reformas apresentadas para tentar um equacionamento dos problemas do ensino secundário não se restringiram ao âmbito nacional, mas, acima de tudo, ao reconhecimento dos estudos e exames que eram oferecidos pelos liceus das províncias, com sua equiparação ao Colégio Pedro II.

Até mesmo a participação direta do Governo Central na criação e na manutenção de instituições do ensino secundário nas Províncias foi requerida pelos legisladores, como percebemos na fala do Ministro do Império, Paulino de Souza, em 1870:

[...] É minha opinião que a atribuição conferida às Províncias pelo Ato Nacional, não exclui a Assembléia Geral e Legislativa de criar e dirigir nas Províncias institutos de instrução pública a custa dos cofres do Estado. Nada obsta a que o Poder Geral e Provincial de esforcem nas Províncias pela difusão do ensino, sustentando e regulando cada um dos seus estabelecimentos, sem procurar envolver-se nos outros. (SOUZA, 1870 *apud* HAIDAR, 1972, p. 32-33).

Para o Ministro Paulino de Souza, a participação do Governo Geral na criação e manutenção destes estabelecimentos secundários “enquadrava-se num esquema de política nacional de educação”, a ser executado pelo Governo Geral, em conjunto com os da Província, de forma cooperativa, no sentido de desenvolver o ensino no país.

O projeto de instrução pública apresentado pelo referido Ministro, em 06 de agosto de 1870, tinha como objetivo a difusão do ensino, conforme podemos perceber em alguns de seus pontos:

Convém que se difunda o mais possível o ensino primário, pois bem, encarreguem-se dele com zelo e eficácia as assembléias provinciais, os poderes gerais tomarão a si a instrução secundária em todo o Império, o que não priva as Províncias de fazerem por ela o que estiver em suas forças e boa vontade.

[...] Não é possível, pela grande despeza que acarretaria, criar desde já em cada província, um estabelecimento organizado segundo o plano do imperial Pedro II. Teríamos de começar por algumas Províncias, e todas tem igual direito à solicitude dos poderes públicos. (SOUZA, 1870 *apud* HAIDAR, 1972, p. 32-33).

Quanto à equiparação dos liceus existentes ao Colégio Pedro II, essa questão seria deixada de lado, uma vez que, com a criação dos estabelecimentos que seriam custeados pelo Poder Central, eles deixariam de ter importância, o que significaria a morte dos liceus provinciais. A crença era de que, com a criação dos estabelecimentos custeados pelo Poder Central, aos moldes do Colégio Pedro II, elevar-se-ia o nível do ensino secundário, já que, estando sob a responsabilidade dos poderes gerais, as Províncias poderiam dedicar-se com maior cuidado ao ensino primário.

A ideia de que o Governo Central devesse empregar recursos no desenvolvimento da instrução secundária provincial foi reiterada até às vésperas da Proclamação da República. Tanto é que, em 1879, na Reforma realizada pelo Ministro Carlos Leôncio de Carvalho, essa pretensão esteve presente, não mais como uma ação direta, ou seja, na criação e na manutenção de estabelecimentos dessa natureza nas províncias, mas partindo de uma ação indireta, com auxílio financeiro dado aos liceus provinciais, públicos ou privados.

O citado Ministro defendeu, também, o reconhecimento dos exames realizados nos liceus provinciais e a sua equiparação ao Colégio Pedro II, no caso daqueles estabelecimentos que preenchessem as condições básicas, ditadas nos artigos 7º e 8º do decreto da Reforma Leôncio de Carvalho.⁶⁰

O Governo poderá [...]

-Artigo 7º, auxiliar os estabelecimentos em que ensinarem todas as matérias exigidas como preparatórios para matrícula nos cursos superiores do Império, concedendo àqueles que houverem funcionado regularmente por mais de cinco anos e apresentarem pelo menos sessenta alunos aprovados em todas as matérias, a prerrogativa de serem válidos para referida matrícula os exames neles prestados.

-Artigo 8º, conceder as prerrogativas de que goza o Imperial Colégio Pedro II aos institutos de instrução secundária que seguirem os mesmo programas de estudos e, havendo funcionado regularmente por mais de sete anos, apresentarem pelo menos sessenta alunos graduados com o bacharelado em letras. (SILVA, 2000, p. 217)

No final do período imperial, nos projetos relacionados ao ensino secundário, surgiram algumas soluções alternativas para a estruturação desse nível de estudo no país, como:

⁶⁰ Sobre o ensino secundário e currículo, consultar o estudo realizado por Zotti (2004).

- A realização de exames gerais de preparatórios em todas as Províncias do Império;
- O reconhecimento dos estudos e exames realizados nos liceus provinciais, públicos e privados, e a equiparação destes ao Imperial Colégio Pedro II;
- A participação direta do Governo Geral da difusão do ensino secundário provincial por meio da criação e da manutenção de liceus gerais nas províncias;
- A participação indireta do Governo Geral para o mesmo fim, mediante a concessão de auxílios aos estabelecimentos situados nas províncias;
- E, por fim, a equiparação dos liceus provinciais públicos e particulares ao Pedro II.

Dessas propostas, a única que teve concretização, em 1873, foi a referente aos exames gerais de preparatórios, que passaram a ter validade em todas as Províncias do Império, mesmo onde não havia cursos superiores. Essa medida trouxe alguns problemas, como a multiplicação de bancas de exames, fragilidades dos exames, facilidades nas aprovações, além de irregularidades e corrupções, sendo, dois anos depois, cancelada.

No que se refere concretamente à estruturação do ensino secundário em nível nacional, a proposta do Ministro Leôncio de Carvalho não se efetivou. A questão continuou em discussão. O acesso aos cursos superiores continuou ocorrendo, a partir do Colégio Pedro II e dos exames de preparatórios. Estes funcionavam como controladores do disputado acesso aos cursos superiores e, conseqüentemente, aos empregos públicos. Quem estava no controle do processo era o Governo Geral, por meio do monopólio da concessão de diplomas de validade nacional, criando obstáculos aos anseios de ascensão via escola. Isso se dava porque o interesse era a reprodução adequada, isto é, dentro de limites estabelecidos pelas elites do país. Com isso, entende-se o porquê de tais projetos serem debatidos, mas não efetivamente implementados.

Articuladamente a essa questão até aqui discutida, uma outra se fez presente em relação aos objetivos formativos que os liceus de outras províncias tinham, bem como o paraibano, qual seja: a disputa entre o ensino propedêutico e o profissionalizante. Aspecto esse que passaremos a discutir no próximo item.

3.2- Ensino propedêutico ou técnico? Um dilema do ensino secundário brasileiro

Desde a formulação do primeiro plano de estudos do Lyceu Provincial, a questão relativa à formação dos liceanos foi ponto de discussão entre aqueles que dirigiram tanto a instrução pública na Província, quanto entre aqueles que estiveram mais diretamente envolvidos com a Instituição, ou seja, os seus lentes.

O primeiro plano, elaborado em 1836, (Ver Quadro X), se compunha apenas por matérias ou conteúdos, predominantemente humanistas e não técnicos, não preparando, portanto, os liceanos profissionalmente. Esse aspecto, como já ressaltamos anteriormente, privilegiou, a formação de futuros dirigentes do Estado (provincial e imperial), aspecto esse que trataremos de forma mais consubstanciada no capítulo V deste trabalho. Todavia, não significa que esse entendimento fosse unânime, apesar de ter sido o vencedor. Nesse sentido, cabe-nos aqui identificar essas vozes dissonantes, uma vez que a Província da Parahyba do Norte também precisava de profissionais vinculados às artes mecânicas e liberais.

QUADRO X
PLANOS DE ESTUDOS DO LYCEU PROVINCIAL DA PARAHYBA DO NORTE 1836-1864

ANO	1836	1839	1842	1848	1851	1852	1856	1858	1860	1864
M A T É R I A S	Latim, Francês, Retórica, Filosofia Primeiro ano de Matemática	Latim, Francês, Retórica, Geometria, Filosofia Racional e Moral	Latim e Portuguez, Latim, Francês, Retórica, Poética e Geografia, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria	Gramática Latina. Gramática Francesa. Retórica, Geografia, Cronologia e Historia. Filosofia. Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria Gramática Inglesa.	Gramática Latina. Inglês e Francês. Retórica, Geografia, Cronologia, e História Filosofia Aritmética, Álgebra, Geometria, e Trigonometria	Gramática Latina Gramática Francesa e Inglesa Aritmética, Álgebra, Geom. e Trigonometria Geografia, Cronologia e História Filosofia Racional, e Moral Retórica, e Poética	Latim, Francês, Inglês Geometria Historia e Geografia Filosofia Retórica	Latim. Francês e Inglês. Geometria. Geografia Filosofia Retórica.	Latim Língua Francesa Língua Inglesa Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea, Contabilidade e escrituração mercantil Geografia e história universal, e especialmente a do Brasil Filosofia racional e moral Retórica, Poética e Língua nacional Elementos de Física, Química e Botânica Música Desenho geométrico e topográfico.	Latim Língua Francesa Língua Inglesa Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria retilínea, Contabilidade e escrituração mercantil Filosofia racional e moral Literatura e Língua Nacional.

Fonte: quadro montado pelo autor a partir dos Relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12. As informações das colunas referentes aos anos 1860 e 1864 foram retiradas do trabalho realizado por Pinheiro (2011, p.37).

Segundo Souza (2009),

O debate sobre a seleção cultural para a educação secundária no Brasil atravessou o século XX e esteve no cerne de inúmeras polêmicas. As disputas em torno do currículo colocaram em questão a legitimidade da cultura humanista predominante em confronto com a educação científica cada vez mais valorizada. Os ataques mais veementes recaíram sobre os estudos clássicos – Latim e Grego, mas, de um modo geral, todo o ensino das humanidades esteve sob contestação.

Sobre essa mesma polêmica, Pinheiro (2011, p. 45) ressalta que, desde 1838, “foi apontada a necessidade de se implantar uma *aula* de Comércio para que os futuros egressos do Lyceu pudessem ser incorporados ao mercado de trabalho bem como capazes para gerir os negócios do estado”. Acompanhemos:

Seria igualmente interessante que a Assembleia se lembrasse de criar hua Aula de Comercio, em aqual se ensinasse a escripturação por partidas dobradas, redução de pesos, e medidas, Câmbios, Seguros, avarias & a criação d’esta Cadeira acarretaria com sigo não poucos beneficios, por que devendo esta Província pela sua localidade, e excellente Porto, ser bastante comercial, lucraria não pouco, que se applicassem aos estudos mercantis, quando não a todos pelo menos aos mais necessários, aqueles que a essa vida se quisessem dedicar. O Verdadeiro Negociante e hum homem instruido; pelo menos no que é relativo ao se o emprego, e occupação: elle deve conhecer a Legislação a que está sujeito, pelo genero de vida que adoptou, as penas em que incorre, pela infracção de qualquer Contracto; o modo pratico por que deve proceder á escripturação dos seos Livros, e tudo depende de hum estudo bem coordenado. Esta Aula se acha em todos os Paizes civilisados, e entre nós já tem lugar em algumas Provincias do Império; a sua criação é certamente hum preceito da Lei Geral de 4 de outubro de 1831, Art. 96, que manda - que nenhum individuo possa sêr admittido aos lugares de Fasenda, sem que apresente exame de quasi todas essas matérias. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. *Falla* 1838, p.9-10, *apud* PINHEIRO, 2011, p. 45).

No âmbito dessa mesma discussão tecida sobre o Colégio Pedro II, Lorenz e Vechia (2011, p. 127) destacam que

Em 17 de fevereiro de 1855, o Decreto nº 1556, do ministro Couto Ferraz, estabeleceu um novo Regulamento para o Imperial Collegio de Pedro II com o objetivo de possibilitar uma escolha inédita na vida acadêmica do aluno. O Regulamento criou condições para que os alunos do colégio pudessem optar pelas carreiras voltadas para as profissões técnicas. A solução encontrada foi dividir os estudos ofertados em dois ciclos, em um esquema 4 + 3. O primeiro ciclo, de Estudos de Primeira Classe, com duração de quatro anos, deveria ser

freqüentado por todos os alunos. Ao final desse período, os alunos poderiam prosseguir os estudos no próprio colégio ou requerer um certificado de conclusão de curso que lhes daria o direito de ingressar em um dos cursos de formação técnica, sem prestar novos exames. O aluno que continuasse no segundo ciclo, ou Estudos de Segunda Classe, com duração de três anos, receberia o título de Bacharel em Letras, que lhe garantia o direito de matrícula em qualquer instituição de ensino superior.

Essa solução encontrada pelos dirigentes do Colégio Pedro II não foi implementada pelo Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, todavia as críticas tecidas pelo excesso de ensino clássico continuaram sendo objeto de discussão por parte de alguns presidentes de província e de diretores da instrução pública paraibana. Uma das mais bem fundamentadas foi elaborada por Diogo Velho Cavalcanti, futuro Visconde de Cavalcante, ele próprio ex-aluno do Lyceu, quando de sua passagem pela Diretoria da Instrução Pública. Assim sendo, narra em seu relatório:

Convem restringir o desenvolvimento do estudo clássico, que tende a multiplicar nas profissões litterárias e no functionalismo maior pessoal do que o necessário, com detrimento dos verdadeiros interesses da nossa sociedade. Para os que teem vocação real e meios de habilitarem-se para taes profissões, não faltão felizmente recursos.. A Provincia não tem dinheiro! Mas é certo que ella paga Professores de Rhetorica, Philosophia, Geographia, Geometria, etc., que apesar da sua reconhecida intelligencia e aptidão não tem cada um meia duzia de alumnos. E não seria possível utilisal-os de modo mais vantajoso? (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. AG-7).

A partir da década de 1860, parece-nos ter sido o período em que alguns dirigentes percebem que a Província só poderia ter algum tipo de progresso substancial se deixasse de investir nas cadeiras clássicas e se preocupasse com a formação de outros profissionais, uma vez que a Província carecia melhorar a sua infraestrutura, conforme podemos observar na preocupação esboçada pelo Presidente Francisco Araújo Lima.

Vê-se que é exclusivamente litterario o ensino secundário ou superior da Província, cuja indústria, commercio e artes não auferem os beneficios da instrução professional. É isto tanto mais deplorável quanto fallecem meios para encetar qualquer melhoramento neste sentido. Das cadeiras do Lyceo são bem frequentadas as de latim e francez, sendo diminuto o numero dos alumnos das outras, como aqui consigno. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1863, p. 18).

Essa preocupação em ampliar os objetivos pedagógicos do Lyceu Provincial e, portanto, de ampliar as possibilidades de empregabilidade dos seus egressos, uma vez que, para além da atividade de magistério, deveriam ser também ampliados “outros empregos públicos da Província.” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1863).

As mudanças relacionadas ao plano de ensino do Lyceu já haviam ocorrido desde a publicação do Regulamento de 1860, conforme podemos observar no quadro X. Segundo Pinheiro (2011, p.37), a partir do referido regulamento

foram incluídas as cadeiras de Elementos de Física, Química e Botânica, Música e Desenho geométrico e topográfico, além dos de contabilidade e escrituração mercantil. O acréscimo dessas cadeiras nos revela aspectos muito significativos para a história do Lyceu. Há estudos que analisam que a introdução das referidas cadeiras ocorreu em virtude de dois ideários, que disputavam espaços institucionais, mas que ao mesmo tempo tinham pontos de convergência. São eles os ideários iluministas, (ilustração, enciclopedismo) e o positivismo. Nesse sentido, é possível considerar, de forma mais ampliada, que havia a necessidade de se forjar, no âmbito de uma perspectiva propedêutica, uma cultura educacional assentada na mentalidade racionalista e científica, já que os seus egressos poderiam tanto se dirigir para o ensino superior, quanto para ocupar cargos administrativos nos setores públicos, mercantis e comerciais.

Entretanto, se continuarmos observando o referido quadro acima, podemos perceber que a cadeira de Elementos de Física, Química e Botânica não subsistiram por muito tempo, uma vez que, quatro anos depois, isto é, em 1864, com a publicação de um novo regulamento, a referida cadeira foi retirada, mantendo-se, todavia, os conteúdos relacionados à contabilidade e à escrituração mercantil.

3.3 - Os exames de preparatórios no Brasil e na Parahyba do Norte

Como foi colocado anteriormente, o ensino secundário no Brasil, no período Imperial, era controlado de forma indireta pelo Governo Geral. Tal controle era decorrente do monopólio exercido sobre o ensino superior, em todo o país, e que tinha sua efetivação por meio de instrumentos, como os Cursos Anexos Preparatórios⁶¹, nas

⁶¹ Eram cursos específicos, criados no interior das próprias faculdades e que tinha a função de preparar os novos alunos para adentrarem nos seus próprios cursos superiores.

escolas superiores, e da promoção dos exames de preparatórios. Era por meio desses mecanismos que os alunos tinham acesso aos certificados de habilitação para se matricularem nas faculdades do Império.

O ensino secundário tomou, nesse período, uma função meramente preparatória, e isso fez com que os estabelecimentos públicos e particulares ficassem limitados a oferecer os conhecimentos que eram exigidos pelos Estatutos dos Cursos Superiores para o ingresso nas Academias do Império.

As condições necessárias para o ingresso nessas Academias foram prescritas na lei, que criou os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, em 11 de agosto de 1827. As prescrições eram as seguintes:

- Idade mínima de 15 anos, devidamente comprovada pelas certidões de idade;
- Certidão de aprovação nos exames de preparatórios de Língua Francesa, Gramática Latina, Retórica, Filosofia Racional e Moral e Geometria.

A avaliação era feita com a presença de dois professores, peritos na disciplina, designados pelo Diretor da Academia, cabendo a este a presidência da Comissão dos Exames. (HAIDAR, 1972).

Os Novos Estatutos dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais do Império foram instituídos pela lei de 07 de novembro de 1831. Esses Novos Estatutos determinavam a incorporação, às Academias, de seis cadeiras que já eram ensinadas para a realização dos exames de preparatórios. Essas eram: Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia, de acordo com o que se prescrevia no artigo 1º, do capítulo 1 da lei acima mencionada. Foram então criados os Colégios de Artes, que eram anexos às Academias e funcionaram como preparatório dos exames requeridos pelos cursos jurídicos. O que predominava nesses estudos era uma formação literária e humanista. (HAIDAR, 1972).

Com a nova organização que passaram a ter as Academias Médicos-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, que havia sido instituída pela lei de 3 de outubro de 1832, foram transformadas em Faculdades de Medicina. Essa lei estabelecia as disciplinas dos preparatórios aos cursos médicos que seriam: Latim, Francês ou Inglês, Aritmética e Geometria. Temos mais uma vez aqui uma composição das matérias que mostra a supremacia dos estudos humanísticos, requisitados para o ingresso nesses cursos, que não diferiam muito dos exigidos para a entrada nos cursos jurídicos. Nas Faculdades de Medicina, não foram criados cursos que ministrassem os conhecimentos preparatórios. No artigo 23 da lei de 1832, vemos que os candidatos seriam avaliados por uma

comissão de “três professores públicos nomeados pela Faculdade e acompanhados do Secretário da mesa.” (HAIDAR, 1972, p. 48).

Em alguns anos, ocorreram o aumento de candidatos que faltavam aos Exames em virtude do não comparecimento dos examinadores. Essas irregularidades que eram cometidas na aplicação dos Exames Preparatórios desencorajavam a manutenção de estudos secundários levados a sério, uma vez que o que importava mais era a aprovação nos exames do que o conhecimento das matérias examinadas.

Os exames de preparatórios, até o ano de 1851, eram realizados apenas nas escolas superiores onde os candidatos desejassem ingressar e valiam apenas por um ano. Entretanto, entre os anos de 1851 a 1873, os exames foram realizados também no Rio de Janeiro, perante a Inspeção de Instrução Primária e Secundária e no Colégio Pedro II, sob a denominação de “Exames Gerais de Preparatórios de validade nacional.” No ano de 1873, os exames começaram a ser realizados nas capitais de Províncias onde não havia escolas superiores, perante delegados no Inspetor de Instrução e bancas nomeados pelos Presidentes de Províncias.

Em 17 de fevereiro de 1854, foi publicado um regulamento que fora empreendido pelo Ministro Couto Ferraz e que não ficou restrito às escolas superiores. Esse foi estendido também à instrução primária e à secundária oferecida na Corte. Nesse sentido, o referido Regulamento criou os exames gerais de preparatórios e estabeleceu, junto à Inspeção Geral, as bancas para a realização dos exames. Com o objetivo de evitar fraudes, foram regulamentadas medidas especiais para a realização das provas e composição das bancas de exame. Ao serem aprovados nos exames, os alunos poderiam se matricular em qualquer escola superior do Império, independentemente de novas provas junto às faculdades pretendidas. Os exames realizados na Corte, em fevereiro de 1854, tiveram uma fiscalização rigorosa e requeriam um grande aporte de conhecimentos, o que resultou num grande número de reprovações.

A partir do relato do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária, que presidiu as bancas de exames, encontramos informações sobre o despreparo dos candidatos e apontamentos que os mesmos não tinham os mais elementares princípios da gramática portuguesa e não conseguiam compreender as questões feitas pelos examinadores. As provas escritas, ainda segundo o inspetor, eram um amontoado de orações sem nexo e sem significado. Os números referentes aos exames foram os seguintes, em 1854.

QUADRO XI
FLUXO DOS RESULTADOS DOS EXAMES OCORRIDOS EM 1854

Momentos	Totais
Inscritos	151
Compareceram	48
Reprovados	38
Aprovados	10

Fonte: Haidar (1972)

Esses números nos revelam a situação do ensino secundário no Brasil. Na Bahia, a seriedade e o rigor dos exames realizados na Corte, sob a supervisão de Eusébio de Queiróz, não foram estendidos à Faculdade de Medicina, como podemos perceber pelo relato do Dr. Antonio José Alves,

Os exames de preparatórios [...] - posto que ainda sejam hoje um pouco mais proveitosos, longe ainda estão de se efetuarem com aquela exatidão de que se faz mister; porque ainda quer a moralidade deste país que a ignorância muita vez consiga aquilo que só merecimento deverá ser reservado. (HAIDAR, 1972, p. 51-3).

O interesse dos concorrentes não era a obtenção de um certificado de saber, e, sim, um certificado que desse apenas garantia de matrícula nas Academias. Utilizamos o exemplo da Bahia para ilustrar a situação, mas é certo que essa falta de integridade nos exames não estava limitada àquela Província. No Recife, em 1860, o Dr. Aprigio Justiniano da Silva Guimarães, na qualidade de Comissário do Governo, ao assistir os exames relatou,

Suponho não poder encontrar-se nesta terra uma pessoa qualificada que não tenha sido uma vez patrono de exames, que não tenha uma vez vergado do peso de considerações extrínsecas [...] multiplicaram-se as cartas, fazem-se questões de ponto de honra, dão-se rompimentos de relações, e em resultado, lá chega a injustiça relativa, vai-se a força moral dos juizes e a forja dos superficiais continua a trabalhar. (GUIMARÃES, 1860, *apud* HAIDAR, 1972, p. 51-3).

Nesses casos, a aprovação nos exames não se dava, em sua maioria, pelo mérito do indivíduo, mas pela indicação de políticos influentes e de grandes proprietários rurais, que influenciavam os resultados publicados pelas bancas.

A própria Assembléia Geral, muitas vezes, violou a moralidade dos exames permitindo, algumas vezes, que candidatos que não possuíam certificados de aprovação nos exames realizassem “matrículas condicionais” nas faculdades.

Essas situações desmoralizavam os exames de preparatórios, exigidos, por lei, para a efetivação das matrículas nas faculdades e contribuíam para a apresentação de candidatos despreparados, que, mesmo aprovados nos exames e nas matérias do primeiro ano, não absorviam os conhecimentos necessários para a realização do curso superior.

A partir da década de 1870, o quadro de irregularidades e de desmoralização dos exames de preparatórios se agravou, ainda mais a partir das decretações de medidas para facilitar o acesso dos candidatos nas escolas superiores, como, por exemplo, a que se referia ao tempo de validade dos certificados de aprovação, que, paulatinamente, foi ampliado. Assim sendo, em 1854, o prazo era de dois anos; em 1864, de quatro anos e, a partir de 1877, tornou-se válido por tempo indefinido.

Com a ampliação da validade dos certificados de aprovação dos exames, abriu-se a possibilidade para o parcelamento dos mesmos. Se uma escola superior exigisse exames de quatro matérias, os candidatos tinham a facilidade de prestar o exame de duas delas num ano e deixar as outras duas para o próximo ano. Essa medida trouxe mais problemas, uma vez que o prazo foi se estendendo e os candidatos poderiam prestar exames de uma disciplina em cada ano e até em anos alternados. Outra medida facilitadora da situação dos candidatos foi a possibilidade de prestar exames das matérias em escolas diferentes, levando a uma busca por parte dos candidatos das escolas que facilitavam a obtenção dos certificados.

Com a realização dos Exames Gerais de Preparatórios nas capitais de Províncias, aumentou a multiplicação das bancas de exames em todo o país. Isso fez com que a obtenção de certificados de aprovação se tornasse algo fácil de ser adquirido. Algumas Províncias receberam verdadeiras migrações em busca dos certificados. A Província do Espírito Santo é sempre citada como uma das que mais eram procuradas pela facilidade na aprovação dos exames, como relata o Ministro João Martins Teixeira, na Memória Histórica da Faculdade do Rio de Janeiro, em 1876.

Este reconhecimento, por parte das Faculdades, dos Exames realizados em qualquer curso superior, instituído pelo Decreto nº 2066, de 30 de setembro de 1871, permitiu que os alunos buscassem realizar os exames onde as exigências eram menores e, de posse dos certificados de aprovação, poderiam matricular-se no curso pretendido.

Devido à facilidade de aprovação nos exames de preparatórios, a necessidade de estudos secundários regulares tornou-se quase nula, já que os alunos, após poucos anos de estudo, poderiam trilhar caminhos mais rápidos para o ingresso nos cursos superiores. Esse sistema de exames até então em funcionamento incentivou os estudos parcelados e assistemáticos, em que a frequência livre já era praticada, antes mesmo das leis e decretos que deliberaram sobre essa questão, uma vez que cada aluno poderia estudar onde lhe fosse mais conveniente.

Retornando à reforma promovida por Leôncio de Carvalho nos Estatutos do Colégio Pedro II, em 1871, no que concerne aos exames preparatórios, percebemos que foram introduzidos, de forma definitiva, os estudos parcelados, ou fragmentados, e o regime de livre frequência. Essa norma concedeu aos candidatos que não haviam cursado um Colégio a possibilidade de prestar exames de qualquer matéria, ou de todas. Se fosse aprovado, receberia o grau de Bacharel em Letras. Este tipo de organização, em estudos parcelados, contribuiu para a desorganização dos estudos no Colégio Pedro II que, dessa forma, estava condenado ao mesmo insucesso dos liceus provinciais, ou seja, se tornaram um simples curso preparatório.

O descaso nos estudos e os escândalos nos exames tornaram-se uma regra no ensino secundário. Os exames não serviam, de forma efetiva, para identificar os candidatos que possuíam verdadeiramente condições intelectuais para ter acesso às Academias. Deduzimos isso ao lermos o relatório do Diretor da Faculdade de Direito do Recife, em 1885. Acompanhemos:

Cada vapor costeiro que daqui parte para o Rio Grande do Norte, leva uma enorme caravana de indivíduos e condições, que geralmente se sabe que nunca estudaram coisa alguma, que ali se demoram dois meses e voltam com os 10 exames de preparatórios feitos; ao passo que as aulas do curso preparatório anexo a esta Faculdade estão todo ano letivo sem a menor frequência, e algumas até sem um só discípulo [...] Esses Exames são aqui geralmente um objeto de galhofa, e os jornais da terra, de vez em quando, convidam os carroceiros, carvoeiros, cocheiros, a ir àquela província habilitar-se para a matrícula nesta Faculdade. (HAIDAR, 1972, p. 62).

O controle de qualidade dos exames realizados nas próprias faculdades não era mais realizado pelo corpo docente. Não era mais necessário rigor nos exames, uma vez que os candidatos, pouco preparados, poderiam ser matriculados ao terem em sua posse os certificados que haviam adquirido em condições mais tranquilas.

A elite intelectual do país, ao notar essa situação caótica em que se encontravam os exames de preparatórios, passou a exigir a supressão dos exames parcelados, e a efetivação definitiva da equiparação dos liceus provinciais ao Colégio Pedro II. Essas providências, além de tornarem os estudos regulares e ordenados, poderiam resgatar uma credibilidade perdida ao longo dos anos.

Podemos perceber esses anseios da elite, observando-se as proposições realizadas por Rui Barbosa e dirigidas ao Governo Imperial, já nos fins do Regime Imperial.

Em 1889, nos momentos finais do Império, propunha Rui Barbosa ao Governo a substituição dos exames parcelados pelo único exame de madureza. A providência que, sem o concurso das Câmaras, poderia ser decretada pelo executivo a quem competia regulamentar a forma de realização dos exames de preparatórios, permitia atenuar de imediato os males decorrentes do sistema parcelado, incentivando estudos regulares e orgânicos. Realizado nos próprios liceus oficiais e particulares como coroamento de estudos regulares, e supervisionado por representantes do ensino superior, o exame de madureza, ao mesmo tempo em que garantiria a organicidade dos estudos, libertaria os estabelecimentos particulares dos rígidos padrões oficiais, deixando campo aberto a pesquisa e inovações. (HAIDAR, 1972, p. 262).

Assim sendo, a proposição feita por Rui Barbosa defendia a substituição dos “exames parcelados” pelo “exame único de madureza”, realizado nos próprios estabelecimentos de ensino público e privado, mediante uma fiscalização e controle mais rigorosos por parte dos professores, que, assim, retomariam o controle do processo de seleção sobre aqueles que desejavam adentrar no ensino superior. Tal medida visava frear a expansão do acesso ao ensino superior, que, no momento, estava com sua qualidade comprometida devido ao grande acesso de estudantes pouco preparados. O acesso desenfreado também colocava em risco o privilégio usufruído pelas classes dominantes e pelos setores das classes médias, que frequentavam essas escolas, e, por meio delas, acessavam o poder estatal. Fazia-se necessário, então, redirecionar a escola superior para desenvolver sua função primordial, qual seja, a de formar as elites do país.

O período da criação dos liceus provinciais, mais especificamente do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, pode ser definido como uma fase em que ocorreu mais fortemente na história da educação brasileira o processo de constituição e de homogeneização das elites nacionais com vistas à consolidação do Regime Imperial.

Assim, era importante para as elites que essas instituições se fortalecessem, para que seus integrantes fizessem parte do movimento de consolidação.

A partir do final da década de 1850, ocorreu uma grande movimentação por parte dos dirigentes da Província da Parahyba do Norte, no sentido de que houvesse o reconhecimento dos exames de preparatórios, com o objetivo de um maior prestígio para o Lyceu Provincial. No ano de 1858, o Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, chamava a atenção para que se tomasse, entre outras providências⁶², a “Validade dos exames feitos no lyceu, para com as academias e faculdades do Imperio”, no que o Presidente Henrique de Beaupaire Rohan rebateu, afirmando que:

Só ao Governo Imperial compete o direito de decidir que sejam validos, nas academias e faculdades do Imperio, os exames feitos o lyceu desta provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1858, p, 33)

Além dos fatores que a questão envolveu, um dos motivos pelos quais esses Presidentes de Província iniciaram essa discussão, com mais veemência, foi o fato de que, na década de 1860, os ex-alunos do Lyceu Provincial começaram a ocupar os cargos na estrutura de poder, ou seja, os paraibanos formados no Lyceu Provincial chegam à Direção Provincial. Em relatório da Instrução Pública de 1861, o Diretor da Instrução Pública, Manrique Victor de Lima, nos passa um relato das discussões sobre o tema no momento,

O Lyceu é pouco frequentado, o que procede, tanto nesta, como em outras Provincias em que se dá o mesmo facto, de não serem validos os exames praparatorios feitos nellas para a matricula dos alumnos nas Faculdades e outros Estabelecimentos do Imperio. Realmente é para estranhar, que quando são aceitos e merecem inteira fê de todas as corporações e Tribunaes de Paiz, os actos do mais humilde serventuario publico, qualquer que seja a natureza e importancia desses actos, não gozem de igual favor os estabelecimentos de instrucção secundaria das Provincias creados por Lei, e cujos actos são muitas vezes assistido pela primeira autoridade d’ellas. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1861, p. AJ 6-7).

⁶² Com relação ao ensino secundário, o Diretor da Instrução ainda chamou a atenção para a “remuneração condigna aos professores da instrucção publica, incluidos os da instrucção secundaria; O fornecimento de compendios e livros de leitura fixados pelo governo, com exclusão dos não-autorisados; Estabelecimento de um internato; Separação do ensino de francez do de inglez; Creação effectiva de uma bibliotheca; Supressão das duas substituições do lyceu; Creação de um continuo.” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, p, 33).

Na Província da Parahyba do Norte, o Lyceu Provincial foi autorizado a oferecer os exames de preparatórios durante o governo de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, um ex-liceano. As bancas eram formadas por antigos professores da Instituição. Essa autorização, dada pelo Decreto 5249, de 2 de outubro de 1873, aumentou de forma significativa o número de matriculados, saindo de 114, em 1874, para 313, em 1876, somando-se ainda alguns jovens candidatos das Províncias vizinhas, principalmente de Pernambuco. Sobre a importância desse decreto para o ensino dos liceus no Brasil, o Presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro de Cunha, afirmou,

É minha opinião, como de todos geralmente, que o Decreto n. 5429 de 2 de Outubro veio satisfazer uma das mais ardentes aspirações das Províncias. Enquanto não fossem recebidos nos cursos superiores os exames dos nossos Lycêos, por certo que elles vegetariam até inanirem-se completamente. Temos nesta Província uma prova evidente disto, como vereis no lugar competente entre as matriculas do anno passado e corrente. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1874, p 28)

Devido a vários problemas em sua realização e da pressão de províncias maiores, política e economicamente, além do próprio Colégio Pedro II, essa autorização acabou sendo suspensa por dois anos. Nesse sentido, em Relatório de 12 de Agosto de 1877, elaborado pelo presidente Esmerino Gomes Parente, foi anunciado que

Por aviso circular de 27 de Março ultimo determinou o Exm. Sr. Ministro do Imperio, que não se effectuassem n'esta Província, até ulterior deliberação, os exames geraes de preparatorios, de que trata o Decreto n. 5429 de 2 de Outubro de 1873, exigindo, ao mesmo tempo, informações á respeito do modo porque correram os mesmos exames, e da observância das prescripções á elles relativas. Esta deliberação, não sendo definitiva, e generalisando-se á todas ás Províncias, revela no Governo Imperial o salutar intuito de reprimir condemnaveis abusos, que em algumas se tem dado n'esta materia, permitindo á outras continuarem no gozo das vantagens conferidas pelo citado Decreto.(PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1877, p. 28).

Nessa perspectiva, o Decreto nº 5429, de 2 de Outubro de 1873, foi muito importante para o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, uma vez que foi a entrada da Instituição numa nova fase, ou como chamamos a atenção no início do trabalho, o início da segunda fase da história dessa importante Instituição liceal. Com esse decreto, o

Lyceu viu o número de alunos matriculados aumentar significativamente, inclusive com alunos, como dito anteriormente, oriundos de outras Províncias.

Concluída essa discussão acerca das relações políticas imbricadas ao processo de institucionalização dos liceus no Brasil, e especialmente na Província da Parahyba do Norte, passaremos, no próximo capítulo, a analisar os aspectos relacionados com a materialidade institucional do Lyceu Provincial paraibano, seguindo, assim, de perto algumas das indicações metodológicas propugnadas por Magalhães (2004).

CAPÍTULO IV

A CASA DO LYCEU: inserção no espaço urbano, sua arquitetura e biblioteca

Para analisar o processo de estruturação físico-espacial do Lyceu, inspiramo-nos nos estudos realizados por Viñao Frago (1997) sobre os colégios secundários espanhóis, mas que, acreditamos, têm validade, também, para os liceus brasileiros, uma vez que, segundo o referido autor, a instalação dessas instituições teve como norma comum “recorrer a edifícios e locais não pensados na sua origem como escola, mas por diferentes maneiras, se destinavam total ou parcialmente ao ensino” (p.70).

Segundo Viñao Frago e Escolano (1998), a arquitetura escolar educa, e interfere na forma como a cidade percebe a escola. O estudo sobre a arquitetura escolar nos possibilita mostrar que a preocupação com a localização dos edifícios escolares surgiu desde os primeiros momentos do moderno processo de escolarização e encontra-se intimamente ligada a movimentos pedagógicos e higienistas. Ancorados nos estudos da história cultural, e tendo como base trabalhos que tentam compreender a história das instituições educacionais e percebendo a arquitetura como um “programa” invisível que educa e forma, ou ajuda a formar subjetividades, buscamos, neste capítulo, entender a relação que foi estabelecida entre o Lyceu e a Cidade da Parahyba, tendo escolhido para essa análise três dos elementos constitutivos da cultura da instituição, a sua localização e o seu entorno, e o seu prédio.

Escolano (1998, p.19) entende que a localização, a disposição de uma instituição escolar “na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular.” Nessa mesma perspectiva, o mesmo autor nos chama a atenção para o fato de que analisar o prédio como “constructo cultural (...) expressa e reflete, para além de sua materialidade, determinados discursos.” (ESCOLANO, 1998, p.19). Assim sendo, partindo dessas premissas, discutiremos, neste capítulo, alguns aspectos relacionados à organização da cidade da Parahyba e a localização do antigo Conjunto Jesuítico. Em seguida, deter-nos-emos no prédio onde foi alocado o Lyceu, tomando os aspectos arquiteturais e de sua organização interna como referências significativas para entendermos as primeiras configurações que deram visibilidade material e pedagógica nos primeiros quarenta anos de existência do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.

Arelada a essa configuração interna, discutiremos acerca da biblioteca que foi criada para servir de apoio ao funcionamento da referida instituição secundária paraibana.

4.1- Uma *urbs* paraibana: sede da capitania e da província

Antes de passarmos ao conjunto jesuítico, local onde funcionou o Lyceu durante todo o período aqui estudado, julgamos importante abordar alguns aspectos relativos à história da Cidade da Parahyba. Fundada em 5 de agosto de 1585, com o nome de Nossa Senhora das Neves, a futura *urbs* recebeu uma variedade de denominações tais como: Cidade de Nossa Senhora das Neves, em 1589, Cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1600, em homenagem ao rei Felipe da Espanha. Logo após a sua conquista pelos Países Baixos, a cidade passou a se chamar *Frederikstad*, a partir de 1635. Depois do declínio da Nova Holanda e com a saída dos neerlandeses, a cidade retoma o nome de Cidade de Nossa Senhora das Neves, de 1655 até 1817, quando passou a se chamar Cidade da Parahyba. Segundo alguns historiadores paraibanos, a localidade já nasceu cidade, sem nunca ter passado pela designação de vila, povoado ou aldeia, visto que foi fundada pela Cúpula da Fazenda Real, uma Capitania da Coroa. (MELLO, 1987).

A cidade é a terceira capital mais antiga do Brasil e também a penúltima a ser fundada na colônia no século XVI e adentra ao período ainda com uma pequena população, de pouco mais de 3.000 mil moradores, em 1808, passando para aproximadamente 25.000 mil, em 1859. (MELLO, 1987).

A cidade era dividida, conforme a sua topografia em baixa e alta. Na parte baixa, encontravam-se os prédios da Alfândega, os armazéns do porto e as casas comerciais; na segunda parte, estavam localizadas as construções administrativas, religiosas, instrucionais e residenciais. (RODRIGUES, 1982).

Alguns viajantes passaram pela Província da Parahyba do Norte. Entre eles, aqui destacamos o Reverendo metodista norte-americano Daniel P. Kidder (1815-1891), que, entre 1836 e 1842, viveu no Brasil, realizando atividades missionárias vinculadas à Sociedade Bíblica Americana. Em 1839, ele visitou as províncias do norte do Brasil, com o objetivo de divulgar seu trabalho. Retornando aos Estados Unidos, publicou o livro *Reminiscências de Viagens e Permanências no Brasil*.

Passando pela Cidade da Parahyba e seus arredores, deixou-nos uma interessante descrição de seus aspectos urbanos e de sua vida social. Em 05 de agosto de 1839, acompanhando o seu anfitrião, ao qual o missionário se refere como Sr. R, participou das festividades da padroeira da cidade – Nossa Senhora das Neves. Seu relato, apesar de não apresentar nenhum entusiasmo pela cidade, nos deixou um importante testemunho, por meio da óptica de um estrangeiro, de como a cidade realizava a sua maior festividade religiosa e profana.

Soubemos que naquela ocasião é que se realizavam as maiores festividades religiosas do ano, na Paraíba, pois no dia 5 de Agosto celebrava-se a festa de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade. Perguntamos que santa era essa e apenas souberam nos dizer que essa Nossa Senhora é a mesma Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário e diversos outros nomes que dão à Virgem Maria! Duvidamos que a mitologia grega ou romana tivesse sido mais confusa. Essas festas, como todas as outras de grande importância, foram precedidas de uma novena, isto é, nove “rezas” realizadas em noites sucessivas. Em cada uma dessas noites havia um divertimento diferente, do qual se encarregava um cidadão que, naturalmente, procurava sempre exceder o outro na pompa e no brilho da festa a seu cargo. Convidaram-nos para sairmos à noite a fim de ver aquilo que achavam não poder deixar de nos ser profundamente interessante. A matriz, onde se celebrava a festa, ficava mesmo nas vizinhanças. Postamo-nos em uma das extremidades de um pátio oblongo. A frente da igreja estava iluminada por velas em lanternas quebradas, dispostas em torno da porta e à frente de uma imagem colocada em um nicho preso à cúpula. Grandes fogueiras ardiam em vários pontos do pátio. Em torno delas acotovelavam-se negros ansiosos por queimar baterias de foguetes e certos trechos dos atos litúrgicos que se realizavam na igreja. Terminada a novela, todo o povo acorria ao campo, para apreciar os fogos de artifício que se queimavam desde às nove horas até depois de meia noite. Os que tivemos ocasião de ver eram muito mal feitos. Não obstante, o povo se pasmava e aplaudia freneticamente. Se se tratasse de divertimento para africanos ignorantes, seriam mais compreensíveis essas funções, mas, como parte de festejos religiosos (em honra a Nossa Senhora Padroeira), celebrados em dia santificado e com a presença entusiástica de padres, monges e do povo, temos que confessar francamente que nos chocou bastante e teria sido melhor que não os tivéssemos presenciado.

Uma das mais penosas impressões que colhemos foi ver famílias inteiras, inclusive senhoras e senhoritas, ao ar úmido da noite, admirando cenas que não só tocavam às raias do ridículo, mas, ainda, eram acentuadamente imorais – e dizer-se que tudo isso se fazia em nome da religião! Retiramo-nos prazerosamente logo que nossos companheiros se dispuseram a sair, com a firme resolução de jamais assistir voluntariamente, a tais profanações do dia do Senhor”. (KIDDER, p. 116-117).

No dia seguinte à festa da padroeira da qual estivera presente, Kidder noa apresenta uma visão da urbs paraibana, quando participa de um passeio a cavalo, como podemos ler a seguir.

Atravessamos as ruas principais da cidade alta onde estão os conventos, a cadeia, a Misericórdia, o Tesouro, o Palácio do Governo e diversas igrejas. Daí, nos dirigimos à estrada que vai a Pernambuco, tendo-a percorrido por cerca de cinco milhas, até um grande cruzeiro chamado Cruz das Almas. Aí, voltamos à direita e descemos para as baixadas ribeirinhas, por onde regressámos à cidade baixa. O rio é por demais sinuoso e a navegação não vai além do atual ancoradouro. [...] Partindo da barranca do rio subiam duas ruas onde se encontravam os melhores prédios e os principais estabelecimentos comerciais da cidade baixa. Essa parte da Paraíba reveleva algum progresso. Havia diversos edifícios em construção, os alugueis eram elevados e o preço das propriedades estava em franca ascensão. Entretanto, o número de habitantes era ai menor que na cidade alta. A elevação desta última deve ser de aproximadamente 60 metros e o declive que a separa da parte baixa é bastante acentuado, abrupto mesmo. O arsenal do Exército, que ocupa um dos lugares mais lindos do lugar está instalado num grande prédio amarelo, no meio de uma área plana, entre as duas cidades e com frente para a rua principal que as liga. Os edifícios da cidade alta, a que acima nos referimos, não diferem muito do estilo comum das construções brasileiras, a não ser o prédio do Tesouro que apresenta uma escadaria excessivamente ornamentada. A cadeia ostenta uma data indicando ter mais de cem anos de construção. As ruas são largas e pavimentadas com pedra argilosa e as lages já se mostravam muito gastas, quando lá estivemos. Vêm-se ainda, na Paraíba, velhas “jelousias” apoiadas sobre cornijas de pedra lavrada e o aspecto da cidade é de antiguidade. [...] Uma tarde, depois do jantar, saímos a passeio em companhia de uma jovem estudante do Convento Franciscano, cujo prédio é o mais custoso e interessante do local. [...] Fomos apresentados a um certo frade conhecido, com pretensões literárias, que estava estudando inglês a-fim-de lecionar essa cadeira no Liceu do lugar. (KIDDER, p. 118-119).

Almeida (1975, p. 28) é outro autor que descreve a cidade da Parahyba, tomando como referência as informações contidas no diário de viagem que D. Pedro II fez ao Norte do Brasil. Ao visitar a Província da Parahyba do Norte, em 1859, nos informa que a cidade alta, onde foi alocado o Lyceu,

tinha 17 ruas, travessas e becos, sendo as principais a Rua Nova, da Misericórdia, da Matriz, das Mercês, da Cadeia, das Trincheiras e o Largo do Erário. O Varadouro – a baixa – contava com 16 artérias entre ruas, travessas e becos, devendo ser salientadas dentre elas as ruas das Convertidas, do Varadouro, da Areia, do Império, da Viração, do Quartel e das Flores.

Se observarmos a “Planta da Cidade da Parahyba”, confeccionada, em 1855, pelo 1º Tenente do Corpo de Engenheiros, Alfredo de Barros e Vasconcelos, verificamos que a área ocupada pela cidade era pouco superior aos limites demarcados nas cartografias do século XVII, apesar de transcorridos quase três séculos desde a sua fundação. No entanto, mesmo assim, a malha urbana se expandira sobre vazios existentes na área de encosta, situada entre as cidades baixa e alta, e uma série de novos logradouros surgiu, marcando a cidade de século XIX. Começava, também, o crescimento da cidade, seguindo os eixos definidores dos futuros bairros de Trincheiras e Tambiá.

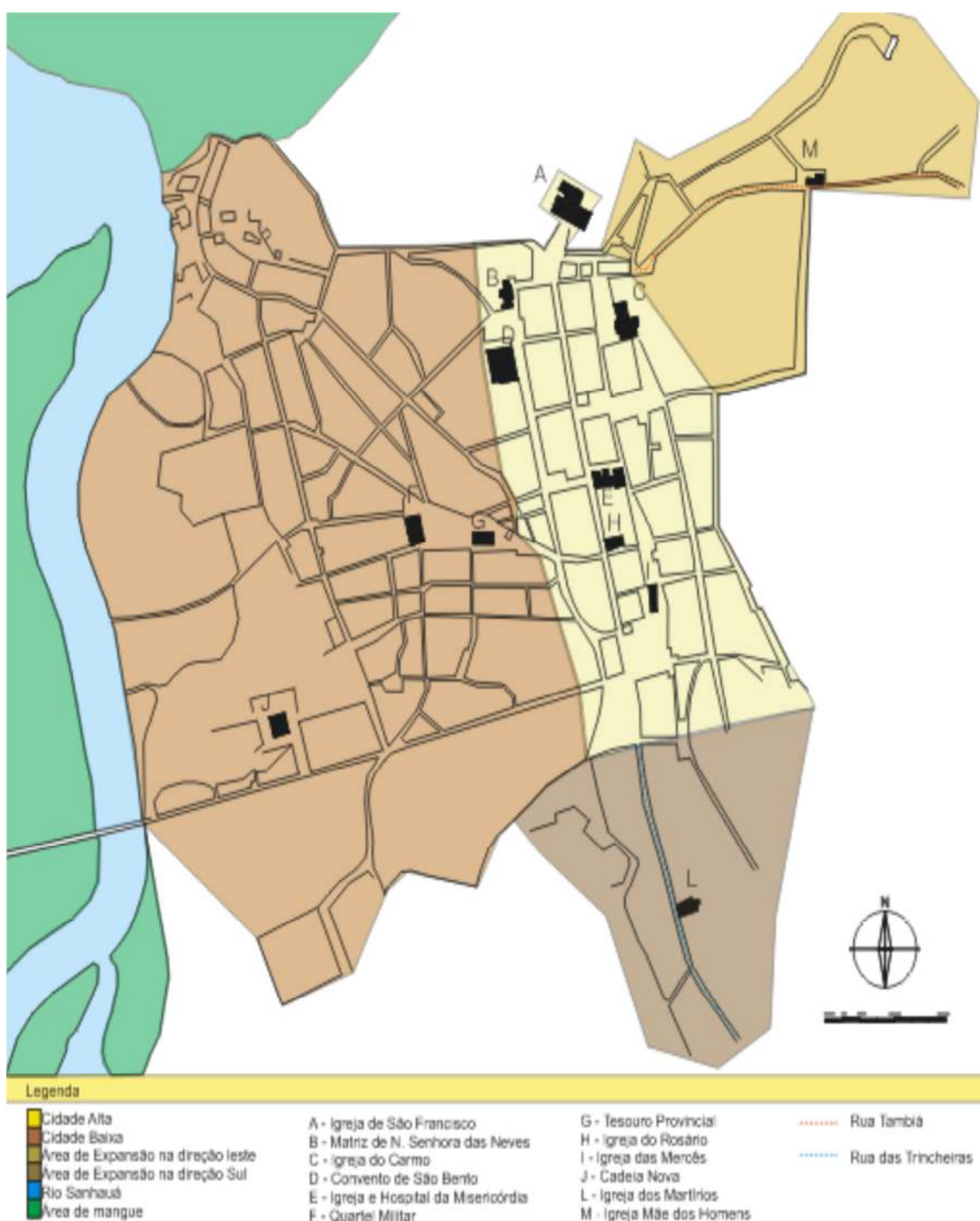


Imagem: II

Planta 63 – Cidade da Parahyba, 1855. Fonte: Mapa feito sobre base levantada por Alfredo de Barros e Vasconcelos, 1º Tenente do Corpo de Engenheiros. 1855. (SÁ, 2009, p. 31).

A cidade tinha uma infraestrutura ainda muito precária, com várias ruas sem calçamento e lamacentas. As ruas com mais moradores eram: a Direita, a Nova, a da

⁶³ Essa planta foi encomendada pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan (1857-1859) aos Engenheiros Bless e Poleman e confeccionada pelo Tenente Alfredo de Barros Vasconcelos em 1859. Fornece elementos básicos para compreensão atual da antiga cidade da Parahyba. As ruas com os nomes ainda antigos preservam suas características de origem. Exceto por alguns trechos que foram alargados em 1937, no Governo de Argemiro de Figueiredo.

Areia. No ano da visita de D. Pedro II com a sua comitiva, houve uma primeira tentativa para disciplinarizar as construções das edificações, a partir da publicação da Lei nº 26, de 30 de setembro de 1859.

Havia na cidade ainda poucos edifícios públicos⁶⁴ e, praticamente, todos se localizavam na parte alta da cidade. A iluminação era também muito precária e, quando da visita do Imperador, foi necessário ampliar o número de lampiões, principalmente no trajeto que o mesmo ia realizar.

A sua população, nas primeiras décadas do processo de colonização, era basicamente formada por militares, administradores, religiosos e, especialmente na parte litorânea, tinha a sua economia assentada marcadamente pelo cultivo da cana-de-açúcar. No entanto, com a ampliação do comércio em geral, a cidade teve povoamento acelerado com a chegada de novos agentes sociais.

A Província da Parahyba do Norte como um todo, e mais particularmente a sua capital, apresentava um estado sanitário muito precário e, não raro, aconteciam problemas ligados a doenças, tais como a febre amarela, o cólera⁶⁵ etc. Boa parte das moradias eram modestas, com ruas estreitas, pouco iluminadas e precariamente pavimentadas.

Segundo Sá (2009, p, 18)

Durante meados do século XIX e início do século XX ocorreram transformações na cidade ora analisada, sob a luz do Movimento Higienista. Transformações estas, que incidem sobre a cidade, a partir da década de 1830, quando são elaboradas as primeiras posturas, os decretos e as normas que incidem em alterações urbanas, determinadas pela Câmara Municipal, e têm maior incidência entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Todavia, em alguns trechos da cidade, podia-se observar alguns elementos urbanísticos já instalados, tais como: calçamento, alinhamento da rua, iluminação por

⁶⁴ A historiografia paraibana apresenta uma certa controvérsia acerca da existência de muitos ou poucos edifícios públicos disponíveis para a instalação de instituições escolares. No caso da instalação do Lyceu Provincial, verificamos um discurso acerca da dificuldade para a sua instalação. Todavia, durante o transcorrer da Assembléia Constituinte de 1823, o deputado paraibano Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, nos debates travados na Comissão de Instrução Pública em torno da criação de uma universidade no Brasil, propôs que a mesma fosse instalada na Cidade da Parahyba, uma vez que contava com um grande número de edifícios que poderiam ser utilizados para aquele fim. Ao que tudo indica, essa última afirmativa serviu apenas como elemento de retórica no sentido de conquistar a simpatia dos constituintes para que fosse acatada a proposta de implantar a primeira universidade do Brasil em terras paraibanas.

⁶⁵ Sobre esta temática, conferir Soares (2011).

lampiões de querosene e carroças carregando água potável para o abastecimento da cidade, além de imponentes construções residenciais e comerciais, além da instalação do primeiro cemitério público da capital em 1854.

Em estudo realizado sobre o processo de urbanização da Cidade da Parahyba no período aqui em foco, Silva (2007) afirma que:

Apesar de ser capital de uma Província, o que significava obter maiores recursos do Governo Imperial, bem como criar o seu próprio sistema de arrecadação para as obras públicas, admitir engenheiros e corpo técnico, a cidade da Parahyba era como uma vila do interior, se comparada às maiores capitais das províncias do Império. (p, 80).

Em 1846, o Presidente Frederico Carneiro de Campos, que era engenheiro militar e possuía uma mentalidade de planejamento, compreendeu os problemas da cidade e alertou sobre a necessidade de elaboração e da execução de uma planta de nivelamento para a regularização do traçado urbano e para a demarcação de áreas públicas, tais como praças, ruas e mercados. Entretanto, por falta de verbas, teve de dispensar os serviços de outros engenheiros que a Província havia contratado. (SILVA, 2007).

Rodriguez (1994, p. 87) chega a afirmar que nada foi feito na cidade, do ponto de vista da urbanização, até a chegada do Henrique de Beaurepaire Rohan, que assumiu em 9 de dezembro de 1857. Foi em seu governo que a cidade passou por um primeiro ordenamento urbano. No relatório de 1858, ele apresenta algumas das mudanças por ele empreendidas.

Sobre as ruas:

Os arruamentos n'esta cidade nunca forão nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento. Cada um edifica à sua guisa [...].

Sobre a planta da cidade e sistema de esgoto:

a planta mandei-a levantar, e se acha prompta (...) mandarei proceder ao nivelamento geral da cidade, em relação a um systema de esgoto, questão, que me interessa sobre-maneira a salubridade publica, como bem o faz observar o digno provedor da saúde [...].

A cidade estava dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa. Segundo Jardim (1910)

De acordo com Jardim (1910) a Cidade da Parahyba, assim como muitas outras de colonização portuguesa, apresentava, em consequência do relevo acidentado na qual encontravase assentada,

duas porções diferenciadas, então denominadas de ‘Cidade Alta’ e ‘Cidade Baixa’. Segundo o referido autor, no ano de 1865, a Cidade Alta possuía: “28 ruas, 07 travessas, 20 becos, 10 praças, 02 fontes públicas, 03 conventos, 11 igrejas, 10 edifícios públicos, 02 edifícios particulares, 01 cemitério, 01 jardim público, 984 prédios entre os quaes 44 são sobrados⁶⁶, 382 casas de palha; tendo mais destas 28 por detraz da Rua das Trincheiras.”⁶⁶

A chamada denominada Cidade Alta abrigava, os prédios administrativos e religiosos, segundo Sá (2009, p, 29) graças ao seu relevo, o qual lhe dava maior destaque e visibilidade. Devido a estas características o local escolhido para o assentamento das instituições religiosas e administrativas e educacionais, as quais aí deveriam se colocar a fim de demonstrar seu poder.

A Cidade Baixa, ou Varadouro estava situada na área da cidade às margens do Rio Sanhaú, na planície que se situa entre o rio e o tabuleiro, local onde foi construído o porto e a casa de alfândega. A Cidade Baixa era, portanto, representada pelo cais do Sanhaú e lugares adjacentes, os quais compunham um misto de área residencial e comercial, que abrigava os principais estabelecimentos comerciais e as residências de alguns comerciantes, além do porto. Esta parte da cidade contava com os seguintes estabelecimentos,

31 ruas, 09 travessas, 13 becos, 10 praças, 02 fontes públicas, 02 igrejas, 13 edifícios públicos, 02 edifícios particulares, 01 cemitério, 1112 prédios entre os quaes 50 sobrados, 361 casas de palha, e destas mais 16 na ladeira atrás de S. Bento. Existem mais 03 ruas sem denominação, no lugar que se dá o nome de Jardim, contendo 04 prédios e 86 casas de palha.

No que concerne à população que frequentava estas duas partes da cidade Sales e Maia (2003) afirmam que:

“o contraste entre essas duas áreas da cidade não se dava apenas pela sua topografia, prédios e outros tipos de edificações, mas também pela população que circulava pelas ruas: a classe trabalhadora sempre no Varadouro e a elite sempre presente na Cidade Alta (Idem, p. 46)”, ou seja, a diferença não era apenas na morfologia apresentada, ou no relevo, mas também nos hábitos e costumes vivenciados pela população que residia e/ou transitava por cada uma destas áreas da cidade.

⁶⁶ Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba Volume n.º 02. Ano II. 1910.

Seguindo pela Rua Direita, ou Rua da Baixa,⁶⁷ passando pela Igreja da Misericórdia, chega-se ao Largo do Colégio e a seu Conjunto Jesuítico, local onde foi instalado o Lyceu Provincial. O Largo teve várias denominações: Largo da Igreja do Colégio, Pátio do Palácio, Jardim Público. Em 1879, o Largo em frente ao referido Conjunto teve a construção de um jardim, que passou a ser denominado Praça Comendador Felizardo,⁶⁸ que foi professor do Lyceu, até 1930. A rua acima mencionada era uma das mais importantes artérias da cidade alta, que a cortava de ponta a ponta. Nela, circulavam um grande número de pessoas por estarem ali instalados vários órgãos do governo e órgãos religiosos, tais como o Pátio do Colégio, ou do Palácio, o Correio Público, a Assembléia, o Tesouro e a Igreja da Misericórdia. Nas suas proximidades, encontravam-se os conventos de São Bento, do Carmo e de São Francisco e havia, também, acesso ao antigo Pelourinho, posterior Largo do Erário.⁶⁹ Entremeadas por essas instituições religiosas e oficiais, estavam, ainda, as lojas de roupas e armazéns de secos e molhados.

Realizada uma caracterização geral da organização da cidade da Parahyba, passemos agora a analisar a importância que teve a construção do Conjunto Jesuítico, tanto para o processo de expansão da cidade, quanto para a estruturação do Lyceu Provincial.

4.2- O Conjunto Jesuítico na *urbs*

O Conjunto Jesuítico, local de funcionamento do Lyceu Provincial, era composto pelo convento, pela capela de São Gonçalo, que depois deu lugar à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, e pelo Seminário.

O referido conjunto arquitetônico foi construído pela Companhia de Jesus, que foi criada por Inácio de Loyola, em 1543, no transcorrer do Concílio de Trento como uma resposta aos reformistas. Seu objetivo inicial era a pregação e a confissão. No entanto, logo a educação passou a ser uma preocupação fundamental dos inacianos. Em seguida, a ordem criou colégios abertos, destinados a uma clientela que não era apenas a

⁶⁷ Atual Rua Duque de Caxias.

⁶⁸ Hoje, o referido logradouro chama-se Praça João Pessoa, também conhecida como Praça dos Três Poderes, por nela se encontrarem as sedes dos poderes executivo, judiciário e legislativo.

⁶⁹ Atual Praça Rio Branco.

religiosa. O primeiro foi fundado em Messina, na Itália, em 1548. Logo em seguida, foram criados o Colégio Romano, em 1550, e o Germânico, em 1552.

Esses colégios serviam para formar professores jesuítas e tinham uma orientação calcada na tradição humanista. Para tanto, estudava-se basicamente o Latim e pautava-se nas regras estabelecidas pelo *Ratio Studiorum*.

Os colégios jesuítas foram buscar na cultura clássica os saberes a serem transmitidos, mas, para a organização do espaço escolar, a inspiração veio dos grandes mosteiros da Idade Média. Uma das características retomadas foi o uso do claustro, ou pátio, como elemento de regulação do conjunto e de articulação dos edifícios em seu redor. O pátio passou a ser usado como área de lazer, de descanso, de pequenas reuniões. No contexto da *urbs*, tornou-se espaço de recepção de fiéis e local de transição entre o espaço público e o espaço privado do colégio.

No caso dos colégios jesuítas, por exemplo, os pátios principais eram sempre abertos para as praças ou grandes espaços urbanos e um portal separava, simbolicamente, a cidade de todo o complexo, sempre murado. (BUFFA & PINTO, 2007, p. 154)

Os conjuntos jesuíticos dividiam-se em “quadras”, conforme podemos observar na imagem abaixo, referente ao da Cidade da Parahyba. Conforme fosse o seu crescimento, novas quadras iam sendo construídas junto às antigas, mantendo os pátios internos. Entretanto, havia sempre a quadra principal, que era formada pela Igreja, as salas de aula e seu pátio.



Foto: III
Fonte: Conjunto Jesuítico da Paraíba,
GooglesMaps, Acesso em: 04/02/2012

As salas de aula, antiga clausura, se comunicavam com o pátio interno, circundado por um corredor aberto, dando acesso às demais dependências que constituíam esse setor do colégio, as *loggias*, conforme podemos ver na imagem abaixo da parte interna (pátio) do antigo Lyceu.



Foto: VII

Aspecto atual do antigo pátio interno. A azulejaria e alguns adornos, tais como a fonte e os postes de iluminação, foram acrescentados em meados do século XX.

Fonte: Acervo do autor, 2011

O pátio nos colégios jesuíticos era também um espaço de encontro, de confraternização e de socialização, e seu acesso se dava por um dos edifícios, situado numa das faces, que era utilizado pelos estudantes no intervalo de aulas.

Geralmente, as construções erigidas pelos jesuítas aparentavam-se como uma massa sólida sobre o solo, com o pátio sendo o elo de ligação entre os edifícios e a cidade. No entanto, eram construções que denotavam circunspeção e reserva, ao lado de suas marcas características: a Igreja com uma torre.

São raras as fontes iconográficas que apresentam o prédio na forma original. Machado (1912) assim se refere ao conjunto:

Magnífico Convento que mede 328 palmos de frente, sobre quase outros de fundo, com bela Igreja no centro, onde altos relevos do corrijinimento e frontespicio chamam a atenção pelo gosto e bem acabado da obra. O edificio está colocado no melhor local da cidade, voltado para o leste e para um grande terreiro que compraram aos donos do solo para terem o edificio desoprimido e ventilado.

Os jesuítas foram os primeiros religiosos a chegarem na região, logo após a conquista, com o objetivo de catequizar os indígenas, como nos informa Machado (1912),

[...] na enconsta que corre do norte ao sul, à pouca distancia do rio uma capela provisório onde permaneceram, resolvendo a si a catequese dos indios do Braço de Peixe e Assento do Pássaro, seguindo para o Tibiri, onde se cuidou de aldeamentos regulares, tanto em baixo com em cima deste rio.

Permaneceram, os padres da Companhia de Jesus, naquele local por quase 10 anos, sendo expulsos em 1595, depois de alguns problemas com os padres franciscanos. Mesmo com a sua expulsão, os mesmos mantiveram a casa, na Cidade da Parahyba, com o objetivo de hospedar aqueles que se dirigiam em missões ao norte da colônia.

Com a tomada da região pelos holandeses, Elias Herckman foi nomeado para o comando da Capitania e, em uma passagem de sua *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*, ele nos dá notícia da Igreja construída pelos padres.

A sexta e última Igreja, que assinala também o limite extremo da cidade, é uma igrejainha, ou, para dizer melhor, uma simples capela com a denominação de São Gonçalo. (HERCKMANS, 1982. Original de 1639)

Naquele local, em 1745, o Padre Gabriel Malagrida – que erradamente já foi identificado como fundador do Lyceu – esteve presente no ato de lançamento da pedra inaugural do Seminário da Companhia de Jesus, no alto da colina da Cidade da Parahyba. A partir daquele momento a Igreja começava a fazer parte do Conjunto Jesuítico junto com o convento e o seminário. Com a expulsão dos jesuítas das terras portuguesas, em 1760, o Conjunto foi utilizado como sede dos capitães-mores e a Igreja foi abandonada até 1828, quando voltou a ser aberta.⁷⁰

Serafim Leite (1943), na sua *História da Companhia de Jesus*, também nos dá notícia sobre o conjunto:

A casa ia-se firmando, como foco intenso de piedade e de missões que irradiavam por todo o sertão, e como centro de estudos primários e secundários. Desdobrou-se em duas secções: Colégio para externos e Seminário para internos.(...) Bem organizado, com as escolas de Latim e Humanidades, com as suas Congregações de Estudantes, o Colégio

⁷⁰ Quase cem anos depois, isto é, em 1929, a Igreja foi demolida pelo presidente João Pessoa, restando apenas a torre, que foi modificada e utilizada para outros fins.

da Paraíba foi o primeiro estabelecimento de ensino geral do Estado. Junto do Colégio, erguia-se a Igreja; e ela e a Residência ameaçavam ruína em 1732. Impunha-se a construção de nova Igreja. Não obstante a boa vontade do povo, a verba era ainda insuficiente nesse ano. Mas quatro anos depois, em 1736 lançou-se a primeira pedra, prepararam-se os materiais de construção. (...) O Colégio do qual dizia Loreto Couto ter “anexo” um magnífico Seminário, onde se dão estudos de Latim e Filosofia, transformou-se depois em Palácio do Governo e em Lyceu, e a Praça fronteira chama-se ainda “Pátio do Palácio”, reminiscência do antigo “Pátio do Colégio”. (LEITE, 1943, p. 492-503).

A torre foi o que restou da antiga Capela de São Gonçalo e foi utilizada como telégrafo ótico, serviço extinto em 1897, quando foi usada para soltar balão esférico de cor vermelha quando o sol anunciasse o meio-dia.

A característica barroca do conjunto foi sendo modificada, através das reformas, e, nos primeiros anos do século XX, apresentava as características que podemos observar na foto VIII.

Segundo Pinheiro (2011, p. 25), o

Conjunto jesuítico que foi construído, inicialmente, no estilo Chão (denominação portuguesa e inspirada no Maneirismo), todavia, hoje, no Brasil, conhecido como estilo Barroco ou Colonial. Entretanto, já em 1890, conforme registro fotográfico⁷¹, o primeiro prédio, isto é, o da esquerda (atual Palácio da Redenção), havia sofrido modificações, principalmente, com o acréscimo da platibanda e frontispício triangular no centro da fachada, além do arredondamento da parte de cima das grandes janelas existentes no pavimento superior do prédio. Nesse sentido, os elementos indicados (platibanda e frontispício) deram uma nova conformação ao prédio que passou a ter características predominantes do estilo Neoclássico.

⁷¹ Consultar a obra de Stuckert Filho (2003, p.116).



Foto: VIII

Da esquerda para direita: Palácio do Governo, Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Lyceu Parahybano. Montagem realizada por Antonio Carlos Ferreira Pinheiro a partir de duas fotos tiradas, provavelmente, na década de 1910. (LEITÃO, 2000, p. 362, RIBEIRO, 1994, p. 3). Fonte: Pinheiro (2008, p. 51).

Para concluirmos esse item, queremos ressaltar que a construção do Conjunto Jesuítico, condicionou o prolongamento das duas artérias mais importantes da cidade: a Rua Nova (que passava por trás do referido Conjunto, atual Gal. Osório) e a Rua Direita (que passava pela frente do Conjunto Jesuítico, atual Duque de Caxias).

O Conjunto Jesuítico bem como as duas artérias acima mencionadas impulsionaram o crescimento da cidade no sentido sul/sudoeste, ou melhor, se encaminhou para as Trincheiras, local que finalizava o perímetro da *urbs*, nos séculos XVII e XVIII e que, no final do XIX, passou a se constituir um dos bairros da elite paraibana.⁷²

4.3 - O Lyceu Provincial, símbolo do ensino secundário paraibano: Glorioso Templo de Sabedoria

A criação de liceus no Brasil Imperial, conforme discutimos no capítulo anterior, teve início, em 1825, com a fundação do Lyceu Provincial de Pernambuco. A partir dele, muitos outros foram criados e, na sua grande maioria, estabeleceram-se sem edificações próprias para seu funcionamento. Dessa forma, foram instalados nos mais diversos locais, principalmente em prédios públicos ou prédios de antigas ordens

⁷² O Bairro se caracteriza pelos belos palacetes que foram construídos como resultado do processo de acumulação de riqueza propiciada pelo desenvolvimento do cultivo do “ouro branco”, ou seja, pela produção e exportação do algodão.

religiosas. Assim sendo, os locais escolhidos para abrigarem tais instituições, e o caso específico do Lyceu Provincial paraibano não fugiu à regra, vão apresentar uma arquitetura de estilo conventual e religioso, no sentido de capitalizar o aspecto simbólico que aquela construção representava para a sociedade local, uma vez que para que um prédio escolar capitalize sua função simbólica positivamente, é preciso que sua arquitetura não fuja dos padrões de escola historicamente aceitos pela sociedade, de um consenso social, onde as representações desempenham um papel importante no processo de legitimação da instituição que o prédio encerra. Assim, um prédio que semioticamente pode ser identificado como um lugar de escola, como o Conjunto pertencente aos jesuítas, iria legitimar a instituição ali abrigada e consequentemente, legitimar o saber de seus egressos. O prédio escolar é um ente simbólico, ou seja, um signo, assim, ele é um produtor de ações simbólicas que variam segundo a forma arquitetônica em que se apresente. Desta forma o prédio escolar se apresenta como um signo arquitetônico e um produtor de representações sociais. Nesse sentido, o Lyceu será então instalado no antigo Conjunto Jesuítico, levando-se em consideração o efeito simbólico que o mesmo produzia no conjunto social.

A produção de uma cultura escolar, na era Moderna, direcionou o olhar com mais atenção para a questão do espaço escolar como um elemento importante no processo educativo. O chamado modelo arquitetônico escolar vai ser elaborado no século XIX, quando as escolas, enquanto espaço físico e simbólico, ganharam nova visibilidade social. Foi, portanto, no referido século que surgiu uma série de normatizações destinadas às construções dos edifícios escolares.

O espaço, tal como o tempo, não existe senão quando é ocupado. Assim, o espaço construído não é neutro, é um lugar, em si, portador de discussões e indutor de práticas sociais. O espaço escolar é influenciado por vários fatores de ordem interna e externa, sendo um campo de estruturação das relações sociais e de regulação do exercício do poder, ou seja, é uma construção social materializada.⁷³ Nessa perspectiva, Vinão Frago

⁷³ Quem hoje é, principalmente, pessoense, ao passar pela Praça João Pessoa, antiga Praça Comendador Felizardo, não se lembra que naquele local, no antigo conjunto jesuítico, funcionou o Lyceu Parahybano, até a terceira década do século XX. Local onde, alguns anos depois, o mesmo prédio abrigou a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, até 2008, quando foi transferida para o *campus* universitário. Aquele “lugar de escola” é uma memória viva da história da educação paraibana, no cenário da cidade.

É significativo que esta nova instituição para servir de casa para o Liceu moderno tenha sido localizada numa parte central da cidade. Quem segue para o centro da cidade, ou vem do centro para a praia, passa em frente do mesmo, ou seja, o espaço-escola é uma construção histórica, assim como todos os elementos

nos chama a atenção para o crescente interesse pela problemática do espaço escolar. Para ele, a escola ocupa, enquanto instituição,

um espaço, um lugar, um espaço projetado intencionalmente para a função educativa (ou não), mas dado que esta ali, (...) pelo fato de ser um espaço ocupado e utilizado. O espaço, o edifício, a escola enquanto um espaço de significados é a face da instituição. Ele não é um espaço neutro, mas de forte identidade, social, cultural e simbólico. (2001, p. 62)

O local onde o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte funcionou fazia parte do conjunto arquitetônico jesuítico. Esse conjunto arquitetônico representava um modelo de escolarização coroado de simbolismos, onde foram formadas várias gerações de membros das classes dirigentes locais e de grupos sociais intermediários em busca de um *status* social mais elevado.

Instituídos logo após o processo da Independência e durante as lutas do período regencial, quando os grupos políticos liberais e conservadores se esforçavam para se tornarem hegemônico, os liceus provinciais foram rapidamente instalados para dar o suporte para a criação das novas gerações de dirigentes políticos ligadas aos mais diversos grupos políticos. No caso específico do Lyceu Provincial paraibano, pensado pelos conservadores, logo após a sua instituição, granjeou prestígio ao ganhar um “rosto emprestado”, do ponto de vista arquitetônico escolar.

O Lyceu Provincial não teve, na quadra temporal aqui em estudo, um prédio construído exclusivamente para si, assim como a maioria de seus congêneres espalhados pelo Brasil. Dessa forma, foi então instalado no Conjunto Jesuítico, que “emprestou o seu rosto arquitetônico” à nova instituição escolar secundária na Província paraibana. Pensamos que, simbolicamente, ao funcionar em um prédio que pertencia a uma importante instituição religiosa e educacional, buscou construir o seu prestígio junto à sociedade local a partir da “imagem” deixada na educação da Província por aqueles religiosos.⁷⁴

a que se referem a sua localização, a questão urbanística, o edifício são fatores importantes na análise da instituição educativa.

⁷⁴ Somente no período Republicano, ou melhor, no final da década de 1930, o Liceu teria construído para si um belo edifício erigido de acordo com os mais modernos princípios da educação e da arquitetura daquele momento. Mas este Liceu do século XX, já não era mais aquele Liceu, mas, sim, uma outra instituição com configuração diferente daquela do período que estamos aqui estudando. Seguindo os mesmos ideais dos fundadores do Lyceu Provincial, cem anos depois, ocorreu a preocupação dos

Como afirma Escolano (1994), a escola é um produto de cada tempo e as suas formas construídas são, para além dos suportes da memória coletiva, a expressão simbólica de valores dominantes.

Não havendo a construção de um edifício para si, isto é, para abrigar a nova instituição de ensino secundário, ocorreu, no entanto, a escolha de um prédio de origem clerical, jesuítica, o que sugestionaria uma lógica de cunho “cenográfica” e de isolamento dos alunos com relação à cidade. Aspecto esse que compreendemos ser muito semelhante ao movimento ocorrido com relação aos liceus parisienses.

[os] liceus foram pensados de modo a deixar do lado de fora as pessoas estranhas que poderiam perturbar a vida regrada que se levava no seu interior. [...] Os liceus eram microcosmos onde se podiam legitimamente identificar em uma pequena aglomeração urbana, como em um país inteiro, segundo o que se fala, de seu ordenamento ou de sua população escolar, quando é atingida pelas mesmas correntes de pensamento e tocada pelas mesmas inegabilidades que atingem a população francesa. (COEUR, 2003, p. 361).

O provável efeito que os organizadores do Lyceu procuraram dar ao instalá-lo naquele Conjunto foi o de inseri-lo na lógica de natureza cenográfica da composição urbana, ou seja, na inserção da instituição na *urbs* em um local geograficamente elevado. Assim, além de sua posição no sítio, o prédio detém, na sua entrada principal, uma porta, seguida de uma escadaria, o que nos sugere a sua separação do mundo exterior, conforme podemos observar na foto que se segue.

dirigentes locais em recuperar o prestigioso passado da Instituição, resgatando seu antigo nome. A nova instituição mantém até os dias atuais o nome Liceu Paraibano gravado em suas paredes.



Foto: VI
Porta de entrada do prédio do antigo Lyceu Parahybano, onde funcionou até 1939.

A norma comum naquele momento, quando da instalação dos aparatos administrativos provinciais, era que estes se concentrassem no centro da cidade, especialmente ao lado, ou bem próximo das estruturas de poder local. Nesse sentido, essa era uma forma de demonstrar a importância que se pretendeu dar ao Lyceu Provincial.

As primeiras décadas do Oitocentos na Província da Parahyba do Norte foram marcadas pelas efervescências da luta pela emancipação política do Brasil e pelo início da construção do Estado Nacional, que redundaram em ações empreendidas pelas elites locais que demandaram alterações, entre elas, aquelas relacionadas à estruturação da vida nas *urbs*, quanto à questão instrucional. A Parahyba do Norte e especialmente a sua capital foram partícipes desse movimento mais geral.

Desde a sua criação oficial, em 1836, a questão da sua instalação foi objeto de discussão em várias instâncias de poder na Província da Parahyba do Norte. A primeira solução foi instalá-lo no prédio do Tesouro, que ficava junto ao Palácio do Governo, conforme nos informa Alcides Bezerra Cavalcanti:

A instalação do Lyceu ocorreu em 1836, no andar térreo do belo edifício da Thesouraria da Fazenda de estylo colonial portuguez, com grandes escadarias de pedras, o qual existiu até 1918, quando foi criminosamente incendiado. (CAVALCANTI, 1905, *apud* MENEZES, 1983, p. 64).

Todavia, na sua lei de criação, ficou definido, no artigo II, que: “O Lyceu será colocado no primeiro andar do Edifício em que presentemente se reúne a Assembléia Provincial.”⁷⁵

No ato de sua Regulamentação, Lei número 13 de 19 de Abril de 1837, lê-se que o Lyceu foi instalado no andar térreo do edifício do Tesouro da Fazenda, “onde estava o Correio Público, que foi alojar-se nos baixos do Palácio do Governo, ocupando o andar superior daquele edifício a Assembléia Provincial”, ou seja, o Correio Público e a Assembléia Legislativa Provincial foram para o prédio do Palácio do Governo e o Lyceu Provincial ficou no edifício do Tesouro, sendo, em 1839, transferido definitivamente para um dos prédios que compunha o Conjunto Jesuítico.

A instalação do Lyceu Provincial causou uma série de problemas uma vez que, como já foi dito, não houve a intenção da construção de um edifício exclusivo para seu funcionamento. Na verdade, não havia um edifício adequado para a Instituição, visto que se pretendeu criar uma nova forma de organização do ensino secundário, sendo, portanto, necessária a readequação dos prédios existentes para a sua instalação.

Entretanto, o Correio Público, a Assembléia Provincial, a sede do Governo da Província e o Tesouro Provincial, todos esses órgãos governamentais ocupavam os dois edifícios, sem contar a capela do antigo Conjunto Jesuítico. A situação ficou ainda mais precária com a instalação do Lyceu, além de sua biblioteca, que também fora criada pela mesma lei. Ao mesmo tempo, a Província achava-se com débil situação financeira, o que não lhe permitia a construção de edifícios novos ou a adequação, ou adaptação dos já existentes.

De fato, com esses problemas, cremos ter sido difícil, naquele primeiro momento, se pensar num programa pedagógico inovador, uma vez que não teria como ser implementado em espaços tão exíguos.

Para além dessa dificuldade inicial, o que percebemos é que, durante os primeiros anos de funcionamento do Lyceu Provincial, outros fatores comprometeram a

⁷⁵ Lei nº 11 de 24 de março de 1836. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 96).

implementação de um programa pedagógico inovador, tais como: o pequeno número de alunos, a falta de recursos financeiros da Província, os graves problemas climáticos (especialmente as periódicas secas) e as epidemias, além da falta de boas instalações para o regular funcionamento do mesmo. Entendemos que a falta de iniciativa, ou melhor, de maior vontade política, por parte dos dirigentes provinciais, no sentido de construir um *prédio* para o Lyceu, foi o seu principal entrave.

Sobre essa questão, alguns estudos realizados sobre os liceus nos indicam que apenas alguns,⁷⁶ criados no período em estudo, tiveram na sua lei de criação a pretensão da construção de um edifício específico para seu funcionamento, como foi o caso do Lyceu de D. Afonso, no Rio no Rio Grande do Sul.

Somente pela Lei 52 de 23 de maio de 1846, era corporificada a proposta de Caxias, sendo criado o Liceu na capital com o intuito de reunir as aulas públicas de instrução secundária. A Lei determinava ainda que fosse construído um prédio na Rua da Igreja, no mesmo lugar onde D. Pedro II lançara a pedra fundamental. O prédio seria erguido segundo planta elaborada pelo engenheiro Ferraz d'Elly. (ARRIADA, 2007, p. 63).

O Lyceu de Curitiba, segundo Straube (1993, p. 14-19), criado em 1846⁷⁷, pela lei paulista nº 33, funcionou de forma precária até 1853, data de criação da Província. Na tentativa de dar continuidade às atividades escolares desenvolvidas até então, o governo da Província começou a construção de sua sede própria. O prédio ficou pronto em 1857 e abrigou, além do Lyceu, a Biblioteca Pública, a Tesouraria Provincial e a Inspeção de Instrução Pública.

Outro Lyceu, o de Sergipe, criado em 15 de março de 1847, foi instalado, “em alguns salões ociosos do Convento do Carmo, enquanto a Assembléia Provincial, a

⁷⁶ Interessante notar que, em alguns países da América Latina, a criação de Lyceus sem a construção de um prédio específico e o reaproveitamento de prédios de ordens religiosas também aconteceu. Como foi o caso dos Liceus Provinciais do Chile. Segundo Pablo Andrés Toro Blanco: “Dado que los edificios em que funcionaban los liceos provinciales no habian sido construídos para propósitos educacionales, era frecuente encontrar quejas acerca de multiples fallas y moléstias. (Dados que os edificios onde funcionavam os liceus provinciais não foram construídos para fins educativos, era comum encontrar várias reclamações sobre vários problemas.”) (TORO BLANCO, Pablo Andrés. Edificando espacios para La elite: percepciones sobre los liceus como recintos educacionales. Chile. C. 1870-C, 1910. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55500663/Edificando-Espacios-Para-La-Elite-percepciones>. Acesso em 6 de agosto de 2011.

⁷⁷ O Paraná era parte da Província de São Paulo, da qual se desmembraria apenas em 1853.

Biblioteca Pública, a Thesouraria Geral e o Correio Geral funcionavam em salões do Convento de São Francisco.” (ALVES, 2005, p. 22).⁷⁸

A falta dessas construções, ou seja, de uma arquitetura liceal, se reflete na difícil consolidação dessas instituições no cenário educacional, o que levou, não raras vezes, ao seu fechamento, aspecto esse que foi um pouco diferenciado no caso paraibano, uma vez que o mesmo teve longevidade na sua existência.

Todo o Conjunto Jesuítico paraibano já contava com uma certa idade e não constam nos relatórios da Diretoria de Obras da Província, por nós consultados, que tenham sido realizadas reformas no momento de instalação do Lyceu. A primeira notícia de reformas no Conjunto a que tivemos acesso data do ano de 1842, no relatório elaborado pelo Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves.

Conviria fazer-se mais uma sala no Lyceu, conforme representa o Director, a quem aproveito esta occasião de elogiar pelo interesse que tem mostrado pelos progressos d’aquelle Estabelecimento. Esta obra he orçada em 6000\$ rs. traria a utilidade de que as aulas acabassem a horas mais cômodas do que actualmente. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1842, p. 13).

Outros projetos de reformas da Instituição, apresentados durante o século XIX, voltaram-se para a criação ou para a ampliação de espaços destinados às matérias da área científica experimental, tais como os laboratórios de história natural e ciências físicas, matérias essas que foram defendidas para comporem o programa do Lyceu desde o ano de 1857, pelo Vice-Presidente Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, (PARAYBA DO NORTE. Relatório, 1857).

A partir da documentação por nós consultada, temos apenas a informação que, no ano de 1870, segundo o Engenheiro Civil da Província, Domingos José Rodrigues, foram destinados alguns recursos para uma pequena reforma na escada do Lyceu, ao mesmo tempo em que se preparou “a cantaria necessária para as escadas da igreja do Collegio.” (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1870, p. AIII-2).

A criação de laboratórios e museus exigia espaços específicos para o seu adequado funcionamento, todavia espaços livres eram uma coisa de que o Lyceu não podia se orgulhar de ter, uma vez que, apesar de estar funcionando em um prédio

⁷⁸ É interessante ressaltarmos que a Academia de Direito de São Paulo funcionou no Convento Franciscano, e o Colégio Pedro II funcionou no Seminário de São Joaquim.

pertencente ao Conjunto Jesuítico, o mesmo, nos seus primórdios, ocupou apenas uma de suas salas.

Dessa forma, o que acontece é que essas áreas foram sacrificadas pelo poder político, que se posicionava de forma conservadora no que se refere à organização curricular da instituição, uma vez que o Lyceu foi palco de disputa entre o ensino propedêutico e profissional, conforme analisamos no capítulo anterior deste trabalho.

Associado a essa questão de caráter mais pedagógico, isto é, aos objetivos instrucionais do Lyceu Provincial, havia, também, a preocupação em se evitar que se gastassem recursos públicos com construções destinadas ao setor educacional.⁷⁹ Essa atitude se revela não apenas nos governos conservadores, mas também durante os governos liberais, e terminava por atingir toda a dimensão do projeto político educativo, especialmente o ensino científico e utilitário que as teorias progressistas e modernas defendiam já naquele momento histórico.

A preponderância da perspectiva propedêutica, humanista e retórica, à qual esteve o ensino liceal paraibano submetido, coadunava-se com o seu aspecto arquitetônico de raiz conventual e, por conseguinte, contaminado pelo imaginário religioso, marcado pelo simbolismo clerical. Esse aspecto era reforçado pela presença de professores (padres-mestres) que haviam recebido formação no Seminário de Olinda. Entre outros, podemos destacar os padres Fructuoso da Soledade Segismundo, João Antonio Moura, José Ignácio de Brito Machado, Leonardo Antunes Meira Henriques, João do Rego Moura e Padre Lima, de quem até o momento não conseguimos identificar o nome completo. Uma discussão mais acurada sobre o corpo docente do Lyceu Provincial será travada no capítulo V deste trabalho.

Desejamos concluir este item, destacando que o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte tornou-se um símbolo da instrução pública secundária. A sua construção veio associada ao poder social e cultural que exerceu no âmbito da escolarização e que pode ser bem dimensionada e compreendida a partir da expressão “Glorioso Templo de Sabedoria”, que foi cunhada por um de seus diretores – Manrique Victor de Lima – em discurso proferido na abertura das aulas do Lyceu Provincial, em 2 de Março de 1846. Acompanhemos:

⁷⁹ É interessante frisar que somente a partir do regime republicano é que o Estado brasileiro de fato passou a investir em construções específicas para o desenvolvimento de atividades educacionais, especialmente a partir da instalação dos grupos escolares, que na Paraíba somente veio a ocorrer em 1916. Para um aprofundamento acerca dos aspectos arquitetônicos do primeiro grupo escolar paraibano, consultar o trabalho de Lima (2010).

Abramos senhores a esta mocidade a vida as fontes abundantes onde elles tem de beber huma instrução sólida e educação culta, que molas com os nossos conselhos, com o auxílio da nossa experiência e instrução pelo risonho das lettras o glorioso templo da sabedoria, prodegalezemos-lhe os nossas mais solícitos cuidados, formando principalmente os seus costumes, inspirando-lhes essa urbanidade, essa _____ e doçura, que fazem a amenidade da sociedade, seja a nossa dedicação tão decidida, o nosso empenho em ilustra-los tão ardente, tão perseverante, que lhes seja impossível esquecer jamais o que de apreciável devem a este. Estabelecimento, que em qualquer cidade ou situação em que _____ O futuro se achem collocados, sejam sempre dominados d’hum sentimento de gratidão pelos desvelos assíduos dos seus preceptores, de quem sempre lhes vos tem recordações agradáveis. (grifo nosso)⁸⁰

Assim sendo, o magnânimo qualificativo nos serviu de inspiração para o desenvolvimento deste estudo, uma vez que a referida expressão carregava o sentido da erudição, ou melhor, da “Sabedoria” produzida no “Templo” e, portanto, sagrada. Gloriosa sabedoria que somente poucos detinham (os mestres) e a que apenas alguns teriam acesso (os liceanos). Assim, julgamos que Manrique Victor de Lima foi apenas o porta-voz de um sentimento geral do que aquela casa já se tornara e que possuía um grande poder simbólico.

Discutidos os aspectos relativos aos primeiros movimentos relacionados com a organização física-espacial do Lyceu Provincial, bem como de sua construção como símbolo educacional de nível secundário, passemos agora a tratar da sua biblioteca, uma vez que a mesma enfrentou dificuldades semelhantes ao próprio Lyceu, no que tange à sua estruturação física.

4.3.1 A biblioteca do Lyceu e os compêndios

Ao longo da história humana, a biblioteca foi sempre vista como o local, ou o santuário do saber, a guardiã da memória. No medievo, as bibliotecas tinham um papel privilegiado na formação das mentalidades daqueles que tinham acesso ao poder e ao saber. Um papel que, até certo momento, concorria com as salas de aulas. Segundo Burke (2003, p. 56), as bibliotecas “eram centros de estudos, locais de sociabilidades cultas e troca de informações e idéias, além de serem lugares de leitura.” O livro era

⁸⁰ O documento encontra-se no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Estado da Paraíba. FUNESC. Cx. 024b de 1846.

considerado um elemento sagrado, que deveria ser mantido sob a guarda de bibliotecários, pela sua fragilidade ou pelo seu conteúdo.

Com o advento das chamadas revoluções liberais, ocorridas na Europa, em lugares e momentos diferentes, é que a biblioteca passou a ter um caráter público. Nogueira (1983) é mais específico, ao afirmar que a origem da biblioteca pública deu-se na Inglaterra, em 1850, no contexto das Revoluções Liberal e Industrial. Assim, a biblioteca deu um importante suporte para o surgimento dos movimentos de massa, que apoiaram as suas lutas pela democratização do ensino. Segundo Almeida Junior (*apud* Wada (1985, p. 16) “a biblioteca pública surgiu como meio de aperfeiçoamento dos trabalhadores que estavam fora do ensino formal.” Nessa perspectiva, não podemos desconsiderar que foi com a Revolução Francesa, articuladamente aos ideais de ensino obrigatório e gratuito, que se fomentou a estruturação de bibliotecas públicas, que até então eram predominantemente particulares (aristocracia), ou pertencentes aos mosteiros e conventos. Assim, as bibliotecas particulares se tornaram um dos alvos da luta revolucionária e os livros pertencentes a essas bibliotecas foram levados para locais nas cidades, para que as pessoas tivessem acesso a eles. Todavia, os conteúdos da maioria desses livros eram contrários ao movimento burguês que se encontrava em andamento.

No Brasil, somente após a criação dos liceus é que começou a ocorrer uma maior disseminação e instalação de bibliotecas, ou seja, bibliotecas vinculadas a uma instituição escolar, compreendidas como auxiliares do ensino.

No caso da biblioteca criada junto com o Lyceu Provincial, entendemos que não pode ser considerada pública, uma vez que a mesma foi montada para cobrir as necessidades de um grupo específico, ou seja, destinada, exclusivamente, aos seus professores e alunos. Nesse sentido, apesar de ter sido nomeada de Biblioteca Pública a mesma não teve esse caráter, já que não era aberta para todos. Na verdade, ela se constituiu apenas como uma biblioteca do Lyceu para o Lyceu.

Criar uma biblioteca demandava altos recursos financeiros, e a maioria das províncias brasileiras não se dispuseram a fazê-lo. Na Província da Parahyba do Norte, a criação de uma biblioteca para o Lyceu Provincial se tornou uma verdadeira epopéia.

Em sua Falla à Asembléia Provincial, em 24 de Junho de 1838, o Presidente da Província, Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d’Albuquerque, chamou a atenção dos deputados para uma lei que criara a Biblioteca Pública:

Aqui parece lugar próprio de lembrar-vos, que nenhum effeito tem produzido a vossa Lei que mandou criar hua Biblioteca Pública, por que estabelecendo os princípios, não proporcionastes os meios para obter o fim. (PARAHYBA DO NORTE. Falla, 1838, p. 10-11).

Os deputados haviam criado a Biblioteca junto com o Lyceu Provincial, na Lei número 11, de 24 de março de 1836, artigo V, com a seguinte redação:

Haverá no mesmo liceu uma Biblioteca que se comporá dos livros constantes das relações feitas pelo Diretor que para este fim ouvirá os responsáveis lentes. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 95)

No entanto, como já foi dito anteriormente, numa Província com poucos recursos, provavelmente estes não foram prescritos para o projeto da Biblioteca uma vez que, segundo o Presidente, a Lei ainda não teria tido o efeito desejado. Nesse sentido, o referido Presidente continuou tocando no tema, chamando a atenção para a falta de livros na Província e que a Biblioteca poderia ser mesmo financiada a partir da cobrança de uma taxa extra, no momento em que os alunos se matriculassem no Lyceu. Acompanhemos:

He preciso que ocorraes com alguma providencia para esta obra útil, e athe necessária, attenta a falta de Livros que há n'esta Cidade, e para ajuda d'esta despesa não me parece muito fora de propósito, que os Estudantes paguem hua taixa, ainda que módica, no principio de cada anno á titulo de matricula. (PARAHYBA DO NORTE. Falla, 1838, p. 10-11).

A proposta para que parte das despesas para a compra de livros fosse feita pelos alunos do Lyceu Provincial era a de que os mesmos pagassem uma taxa de 3\$200 por cada cadeira em que se matriculasse. Assim, como no ano de 1838 a Instituição contava com 120 alunos matriculados, o rendimento obtido para a compra de livros ficaria em torno de 384\$000. Todavia, não dispomos de maiores informações se, de fato, a referida taxa foi cobrada dos alunos do Lyceu, uma vez que, anos depois, isto é, em 1852, encontramos uma recomendação do Presidente da Província para que fosse utilizada parte dos recursos oriundos das matrículas dos alunos no Lyceu para a compra de livros. Acompanhemos:

Pelo novo Regulamento de 11 de Março a matricula dos alumnos do Lyceo foi elevada á 5\$rs. Podereis decretar, senão toda, ao menos a maior parte dessa renda para a compra de livros. A bibliotheca pode ser confiada ao cuidado do Director e mais empregados do Lyceo. (PARAHYBA DO NORTE. Relatorio, 1852, p. 12).

O Presidente informou, ainda, que uma lista de livros, que deveriam ser adquiridos pela Província, já havia sido elaborada pelo Diretor do Lyceu.

O Director do Lycêo representou-me a falta de Livros, e mandou-me a relação dos que precisava para o dos Alumnos, cuja relação vos será apresentada; para providenciardes a respeito. (PARAHYBA DO NORTE. Falla, 1838, p. 10-11).

Com esse encaminhamento, podemos perceber que não havia uma compreensão muito clara da diferença entre uma biblioteca de caráter público e uma Biblioteca do Lyceu, ou seja, destinada aos seus alunos. Entretanto, não podemos deixar de seguir o possível raciocínio de que, em sendo o Lyceu uma Instituição pública, a sua Biblioteca, por conseguinte, também era pública. O que na verdade estava em questão era o seu objetivo maior, ou seja, a quem se destinava? A todos? Ou a um pequeno segmento social?

Quanto ao local para o seu funcionamento, o mesmo Presidente propôs que funcionasse no mesmo Conjunto Jesuítico, ou seja: no Coro do Colégio. Vejamos:

Quanto ao lugar onde a Biblioteca deve ser estabelecida, eu vos lembro o Coro do Collégio, onde se achava a Secretaria do Governo; com pouca despesa, e trabalho ficará esse lugar sufficiente para este fim. (PARAHYBA DO NORTE. Falla, 1838, p. 10-11).

Essa indicação, muito provavelmente, tinha também como objetivo a contenção de gastos. Assim, as dificuldades que foram enfrentadas para dar início ao funcionamento do Lyceu Provincial tomaram cores ainda mais acentuadas, quando se tratou da instalação física de sua Biblioteca.

No ano seguinte, mais especificamente em 16 de Janeiro de 1839, na sua Falla à Assembléia Legislativa, o Presidente da Província, Dr. João José de Moura Magalhaens, chamou a atenção para a necessidade de comprar livros para que se começasse a organização da Biblioteca.

A Biblioteca, que pela Lei de 24 de Março de 1836 se mandou crear na Capital, ainda não teve principio. É necessário que habiliteis o Governo com meios indispensáveis para a compra dos primeiros livros, que sirvão de começo à esse estabelecimento: entre tanto não está fora de propósito lembrar, que as Câmaras Municipaes da Província devem ser authorizadas a receber donativos para tão útil Instituição, á exemplo dos que por Lei se acha determinado para a

Província do Maranhão. (PARAHYBA DO NORTE, Província da. Falla, 1839, p. 7).

Passados dez anos sem notícias sobre a Biblioteca do Lyceu, pelo menos nas fontes por nós consultadas, em 1848, no relatório do Presidente João Antonio de Vasconcellos, encontramos a informação que o acervo da Biblioteca ainda estava sendo montado, já que, entre outros objetos solicitados para o Lyceu, encontramos a seguinte justificativa para a compra:

Lembro a necessidade de consignação para prover o Lycêo de alguns objectos necessários, com seião globos, athlas &c., e mesmo de livros para a sua pequena Biblioteca, onde a mocidade curioza de livros para a sua pequena Biblioteca, onde a mocidade curioza vá achar expozitores das matérias que aprende e de outras, principalmente da História, que tão boa mestre he do presente pelas úteis lições do passado. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1848 p. 6)

No ano seguinte, isto é, 1849, temos a informação de que o Presidente João Antonio Vasconcelos preparou “um Catálogo de livros, que devem servir para a Biblioteca: alguns deles forão comprados no Recife, e já se achão collocados em seu lugar em numero de 37.”

No entanto, em que pesem os poucos recursos com que contava a Província, o presidente informou que “os outros só no Rio, ou Bahia se poderá encontrar: e quando não mandarei vir da Europa”. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1849, p. 14).

Esses dados nos parecem uma informação muito preciosa, uma vez que, pela primeira vez, temos alguma informação acerca da compra de livros destinados à Biblioteca do Lyceu.

Parece-nos que, nesses anos, a Província contou com dirigentes que estavam preocupados com a instrução da Província, visto que, um ano depois, o Presidente, Coronel José Vicente de Amorim Bizerra, em uma Exposição encaminhada à Assembléia, em 1850, informou que fez “hum novo fornecimento de livros escolhidos para a Bibliotheca do Lycêo, que já mandei collocar há poucos dias.”

O Presidente, Coronel José Vicente de Amorim Bezerra, mostrou-se um dirigente preocupado com a formação de um bom acervo da Biblioteca, pois, no mesmo ano, no dia 2 de Agosto, encaminhou à Assembléia Legislativa a seguinte solicitação:

A sua livraria⁸¹ ainda é parca, e por isso julgo de summa necessidade que voteis uma quota para compra de livros. Fiz encomenda de alguns, que me forão pedidos pelo Director, e julgo muito breve chegarão. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1849, p. 14).

Nos relatórios dos presidentes de Província bem como dos diretores da Instrução da Pública, as informações relativas à biblioteca do Lyceu são muito vagas. Apenas atestam a preocupação de alguns desses dirigentes com a falta de uma biblioteca organizada e com bons livros, além de informações referentes a algumas aquisições feitas. Em seu Relatório de 3 de Maio de 1852, o Presidente, Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, diz, por exemplo:

Uma grande contrariedade, com que luta a intelligencia nesta Província, á a falta absoluta de livros, aonde possa encontrar idéas novas e uteis. Uma biblioteca publica moveria em grande parte esse embaraço. Sei perfeitamente que não está nas forças da Província uma grande bibliotheca; mas accomodemos os nossos desejos ás nossas faculdades, e procuremos ter no fim de alguns annos uma pequena, mas bem escolhida bibliotheca. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1852, p. 12).

Percebe-se, a partir do documento acima transcrito, que, 16 anos depois de sua criação, a Biblioteca ainda não estava funcionando adequadamente, conformando-se, inclusive, que a mesma não fosse muito grande, mas que, pelo menos, fosse “bem escolhida”, ou seja, no nosso entendimento, com o mínimo de qualidade.

Como já mencionamos anteriormente, a Província da Parahyba do Norte contava com uma população de aproximadamente 250.000 mil pessoas, e a sua grande maioria não sabia ler ou escrever. Assim, um contingente significativo daqueles que tinham acesso às letras estava no Lyceu. No entanto, apesar de esses fazerem parte da elite local, esta não era financeiramente muito rica em termos de possuidores de capital circulante, uma vez que boa parte de sua riqueza estava concentrada na posse de terras, ou seja, num capital fixo.

Em Exposição feita pelo mesmo Presidente, Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, ao passar a presidência da Província para o 2º vice-presidente, Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 1853, informou que havia despendido

⁸¹ O termo livraria, nesse contexto, refere-se ao conjunto de livros que formavam a Biblioteca.

no fornecimento de utensilios á differentes cadeiras a quantia de quarenta e quatro mil réis; já que o anno passado a Assembléa Provincial não designou uma quota, por pequena que fosse, para enriquecer a bibliotheca do Lyceo, vou recommendar a V. Exc., aquelle importante estabelecimento, indispensável para derramar, como convem, a instrucção entre a esperançosa mocidade Parahybana, afim de que V. Exc., reitere o meu pedido aos Legisladores Provinciaes. O Lyceo possui apenas 93 volumes de differentes obras. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1853, p. 11).

Temos aqui, pela primeira vez, a partir da documentação por nós consultada, uma informação mais precisa acerca do tamanho do acervo da Biblioteca do Lyceu, que, naquele momento, contava com 93 volumes. Assim, como naquele ano o Lyceu tinha 90 alunos matriculados, isso vai resultar, em termos proporcionais, em um livro para cada aluno.

No Relatório de 1853, da Diretoria da Instrução Pública, que, naquele momento, estava sendo dirigida por Manrique Victor de Lima, encontramos a seguinte avaliação:

A bibliotheca do Lyceo é um objecto digno da attenção de V.Exc., nada se pôde fazer no decurso do anno findo a favor de uma instituição tão util quanto tem sido abandonada. Em Relatorio passado não me esqueci de solicitar uma consignação que, mesmo modica, sendo annualmente applicada é compra de alguns livros escolhidos, devia com o andar do tempo apresentar um resultado algum tanto satisfactorio. Os Legisladores Provinciaes, apesar da especial recommendação de V.Exc., nenhuma providencia adoptarão a respeito, talvez porque negocios mais importantes lhes houvessem abсорvido a attenção, ou porque entendessem que as rendas da Provincia não supportavão a menor despeza fóra daquellas feitas com o serviço ordinário. Entretanto é dever meu renovar aqui as instancias já feitas, porque em fim, á força de serem repettidas, occasião virá em que sejam attendidas. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1853, p. 24).

Além de reforçar o seu apelo ao Presidente da Província, o Diretor apresentou uma lista dos livros que estavam sob a guarda da Biblioteca do Lyceu, que apresentamos no quadro a seguir:

QUADRO XII
RELAÇÃO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA DO
LYCEU DA PARAHYBA DO NORTE, NO ANO DE 1853

VOLUMES	TÍTULOS.	AUTORES.
1	Diccionario da lingua Portugueza.....	Constancio.
1	Historia de D. João de Castro.....	Freire de Andrade
1	Lusiadas.....	Camões
1	Cartas Selectas.....	Vieira.
1	Diccionario da Lingua Latina.....	Ramalho.
2	Ditos de varias linguas.....	Calepinos.
1	Dito de Fabulas.....	Chompré.
2	Gradus ad Parnasum.....	Anonimo.
1	Novo Methodo da Grammatica Latina.....	Antonio Pereira.
1	Compendio da dita, dita.....	O mesmo.
1	Explicação da Syntaxe.....	Dantas.
1	Vida dos Homens celebres da Grecia.....	Cornelio Nepos.
1	De Officiis.....	Cicero.
3	Orações.....	O mesmo.
1	Cartas escolhidas.....	O mesmo.
3	Fabulas.....	Phedro.
1	Conspiração de Catilina.....	Salustio.
1	Historia Romana.....	Tito Livio.
3	Eneida.....	Virgilio.
2	Odes.....	Horacio.
1	Poesias.....	Ovidio.
2	Diccionarios da Lingua Franceza.....	Fonseca.
2	Ditos para composição na mesma.....	Roquete.
1	Glossario de palavras francezas.....	Francisco de S. Luiz.
4	Grammaticas da Lingua Franceza.....	Sevene.
1	Dita da dita dita.....	Hamoniere.
3	Aventuras de Telêmaco.....	Fenelon.
1	Fabulas.....	La Fontaine.
1	Diccionario da Lingua Ingleza.....	Vieira.
1	Dito para composição na mesma.....	O mesmo.
1	História da Inglaterra.....	Goldsmid
1	Iliada	Homero
1	Arithmetica.....	Pope.
3	Elementos de Algebra.....	Bezouet.
1	Geometria.....	Idero.
1	Geographia.....	Euclides.
1	Atlas Geographico.....	Gualtier.
1	Dito dos principaes portos do Brazil.....	Simencourt.
2	Diccionario Geographico do Brazil.....	Milliet S. Adolfe.
1	Discurso sobre a História Universal.....	O mesmo.
1	Elementos de Psychologia.....	Bossuet.
1	Ethica.....	Jacquier.
4	Obras philosophicas.....	Job.
7	Ensaaios philosophicos.....	Descartes.
2	Philosophia.....	Locke.

4	Historia comparada ⁸² da mesmo.....	Lasomiguiere(???)
3	Philosophia.....	Degerand.
3	Philosophia.....	Geruzez.
1	Rhetorica.....	Dugald Stewart.
1	Poetica.....	Freire de Carvalho.
2	De Oratore.....	O mesmo.
2	Eloquencia Nacional.....	Cicero.
3	Rhetorica.....	Lopes Gama.

Fonte: (PARAHYBA DO NORTE, Exposição, 1853, p. 43)

Realizando uma breve prospecção sobre essa listagem, percebemos que o perfil da Biblioteca se coadunava com a perspectiva propedêutica do Lyceu, uma vez que os livros eram, predominantemente, vinculados ao ensino de Filosofia, Retórica, Latim, Língua Nacional e Estrangeira (Francês e Inglês), além de alguns livros de História (Universal, de Roma, da Grécia, e da Inglaterra) e de Geografia. Ao mesmo tempo, é perceptível a pequena quantidade de livros da área considerada “das ciências”. Apenas cinco: um de Aritmética, três de Elementos de Álgebra e um de Geometria, todavia nenhum registro (exemplar de livro) de obras destinadas à Física, Química, Biologia, ou até mesmo de História Natural.⁸³

O precário funcionamento da Biblioteca bem como o seu relativo pequeno acervo voltaram, em 1855, a ser ponto de discussão, tanto do Vice-Presidente da Província, Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, quanto do Diretor da Instrução Pública, que teceram os seguintes comentários, respectivamente:

A bibliotheca d'esse estabelecimento reclama d'esta illustrada Assembléa socorro e protecção. O pequeno numero de volumes que ella encerra; a necessidade que teem os Professores de acompanharem e porem-se em dia com o progresso das sciencias que leccionão, unida á falta que ha de livrarias n'esta Capital, vos recommendão a adopção de qualquer alvitre a fim de ser pouco a pouco e insensivelmente para o cofre provincial provida, como convém, essa necessidade em um estabelecimento desta ordem. Lembro-vos de mandar applicar o producto das matriculas dos estudantes á acquisição dos livros mais necessarios para a bibliotheca. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 12).

A biblioteca do Lyceo, apesar de minhas reiteradas instancias, tem caido n'humas especie de esquecimento do qual convem arrancar-a; foi doptada no seu começo com coisa de 100 volumes e nisto ficou de sorte que, ha mais de quatro annos, desde então até hoje que não tem

⁸² Novo Curso de Philosophia redigido segundo o novo programma para o bacharelado em letras.

⁸³ Para maiores informações acerca da utilização de livros destinados aos ensinamentos elementar e secundário, especialmente sobre a História do Brasil, consultar a obra de Bittencourt (2008).

feito aquisição d'hum só volume. He superfluo adduzir as considerações obvias que militão a favor desta instituição que em outras Provincias tem merecido particular attenção d'Administração publica. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1855, p. 36).

Articuladamente ao perfil que o acervo da biblioteca do Lyceu tinha, em 1853, verificamos que a compra de livros até então realizada atendeu, mesmo que de forma tardia, as matérias que faziam parte, pelo menos do primeiro plano de estudos do Lyceu Provincial, que fora estabelecido a partir da publicação da Lei Nº 11, de 24 de Março de 1836, em seu artigo I, que indicava as seguintes cadeiras: Latim, Francês, Retórica, Filosofia e o primeiro ano do ensino de Matemática (MELLO, 1956, p. 30). Nessa primeira regulamentação, não foram indicadas as obras (os compêndios) com que o professorado deveria trabalhar com os seus alunos. Todavia, na reforma do primeiro Estatuto do Lyceu Provincial, ocorrida, em 1846, serão indicados os compêndios que deveriam ser utilizados no cotidiano do Lyceu. Essa determinação ficou estabelecida no capítulo 14, em seu Artigo 89º. Vejamos:

1º Cadeira: Gramatica Latina: do Padre Antonio Pereira; Cornélio, Vida dos Imperadores, Fábulas de Fedro; Salustio, Vergílio; Arte Poética, de Horácio.

2º Cadeira: Gramatica Francesa, por Emilio Saven; Aventuras, de Telêmaco; Teatro, de Voltaire.

3º Cadeira: Rethorica; do Padre Marinho, Poética, de José Pedro da Fonseca, Geografia, de Urculo; Chorographia, do Padre Miguel; História, principalmente do Brasil, de Bellegarde.

4º Cadeira: Geruses, Filosofia

5º Cadeira: Arithmética, de Bezourt, Álgebra, de Lacroix; Geometria e Trigonometria, de Legrand. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 107).

A partir da indicação dessas obras, podemos perceber que algumas delas encontravam-se no acervo da referida biblioteca, tais como: *Novo Methodo da Grammatica Latina*, do Padre Antonio Pereira; as *Fábulas*, de Phedro; as *Aventuras de Telêmaco*, de Fenelon; a *Conspiração de Catilina*, de Salustio, além de obras com títulos e temas semelhantes, mas escritas por outros autores.

A força da formação humanista no ensino liceal, pelo que podemos inferir, estava apoiada nas obras clássicas, com destaque para o ensino de língua francesa e dava, ao mesmo tempo, tributo à vida imperial.

A noção de civilização no período aqui estudado esteve sempre ligada à apropriação de uma cultura considerada superior, ou seja, originária das nações civilizadas. Assim, como boa parte da gente letrada do Primeiro Reinado havia

realizado toda a sua formação na Europa, tudo que era pensado no âmbito do ensino secundário estava ligado ao Velho Mundo.

As letras latinas ocuparam um lugar central na formação das humanidades que vinha de uma tradição que remontava aos gregos, aos autores romanos e às suas artes liberais, assim “as humanidades clássicas definiram-se sobretudo por seu caráter formador, por uma educação estética, retórica, mas igualmente moral e cívica.” (CHERVEL & COMPÈRE, 1997, p. 6).

Apesar de terem ocorrido, nas diferentes épocas, modificações em seus principais aspectos, como conteúdo escolar e ideal de homem, os estudos de humanidades constituíram, na França,⁸⁴ sob o Antigo Regime até grande parte do século XIX, a característica marcante do ensino dos colégios franceses (*Idem*, 1997, p. 6).

Voltando aos compêndios que os Estatutos listaram para serem utilizados no Lyceu Provincial, verificamos que o livro do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo substituiu, nas colônias de Portugal, *A arte da gramática*, do Pe. Manuel Tavares, que fora adotada pelos jesuítas. Conhecido como “*Artinha do Padre Antonio Pereira*”, foi muito tempo usado no Brasil e apresentava um método para o ensino de Latim. A obra está dividida em duas partes: a primeira é destinada à gramática e a segunda, à sintaxe. Na sua parte final há, também, diversas notas explicativas de como os professores deveriam utilizar a obra.

⁸⁴ Segundo Chervel & Compère, (1997) os chamados estudos de Humanidades na Universidade de Paris referiam-se à *seconde* classe, ou a classe da poesia, assim se constituindo numa perspectiva propedêutica ao estudo da retórica. Os jesuítas em seus colégios adotavam cinco classes, sendo que a quinta foi dividida posteriormente. As humanidades eram compreendidas como a classe intermediária, inserindo-se entre a Gramática e a Retórica, tendo a predominância do gênero literário da Oratória, em que, segundo Durkheim (1995, p 232), a eloquência seria a arte suprema, cuja conquista havia de coroar os estudos, e por isso a Retórica era a coroação da vida escolar.

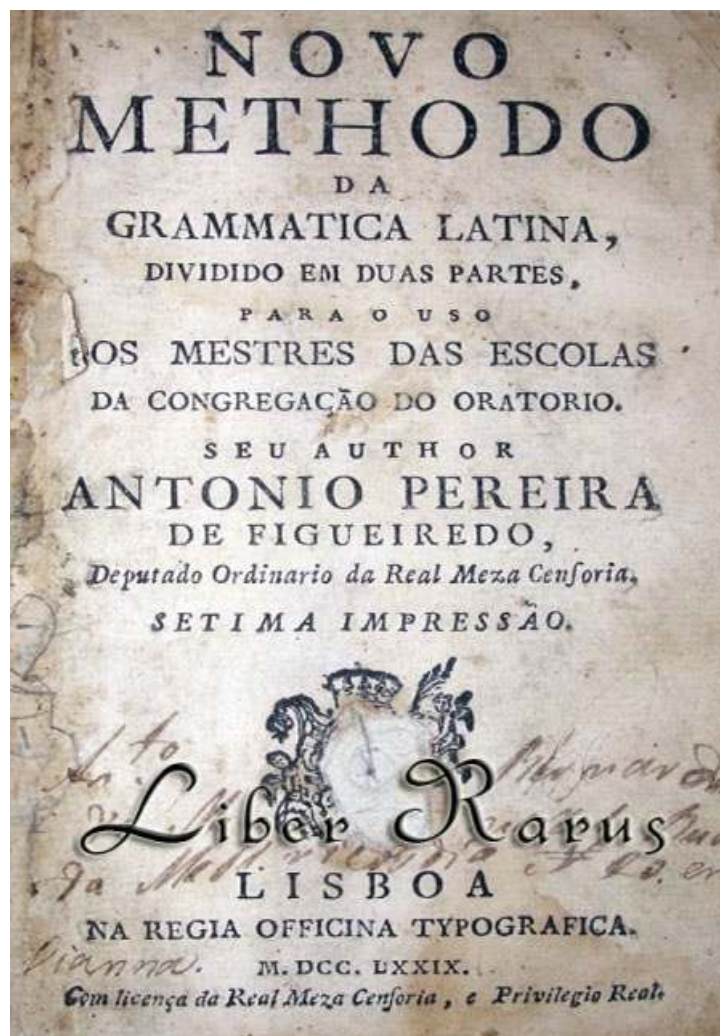
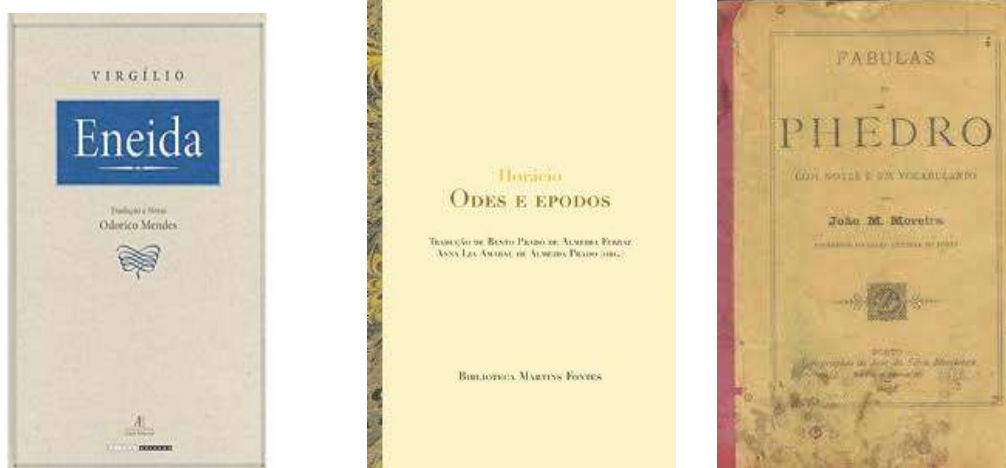


Figura: I

Capa do livro, Novo Methodo da Gramatica Latina, do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo (1753).
Fonte: Disponível em: <http://www.liberrarus.com.br/> Acesso em: 04/03/2010

Após dominarem a “Artinha”, os estudantes iniciavam o aprofundamento do latim nas obras: de Cornélio, *Vida dos Imperadores*, de Fedro, *Fábulas*, de Salusti e Virgílio, e a *Arte Poética*, de Horácio, fazendo exercícios de composição e tradução por escrito, pelo menos duas vezes por semana. De Virgílio, considerado o “príncipe dos poetas latinos”, era recomendado o estudo da *Eneida*, para quando os estudantes possuísem um bom domínio do latim, razão de começarem a estudar os clássicos não apenas pelas Seletas, mas pelas edições com texto integral. A leitura de Horácio era realizada ao final do curso.

No programa de 1862, o Colégio Pedro II admitia, no sétimo e último ano, o estudo das *Odes* e da *Arte Poética*, indicado, também, no Lyceu Provincial da Parahyba do Norte. O Latim era ensinado como aparato ou ornamento cultural, não tendo necessariamente a finalidade de falar ou ler fluentemente.



Figuras: II, III e IV

Capas dos livros, Eneida, de Virgílio; Odes e Epodos, de Horácio, e Fábulas, de Phedro.

Fonte: Acervo da Biblioteca Juarez Gama, da Fundação Espaço Cultural - FUNESC

Vale ressaltar ainda que, segundo os relatórios por nós pesquisados, identificamos duas designações para o ensino de Latim, na Província paraibana, quais sejam: as Aulas Avulsas de Latim e a Gramática Latina. Esta segunda, que somente passou a ser adotada a partir da criação do Lyceu Provincial, indicava uma superioridade em relação àquele ensino que se fazia nas Aulas Avulsas.

Dessa forma, a Cadeira de Gramática Latina, estudada no Lyceu Provincial compor-se-ia de um segundo nível do ensino de Latim, ao mesmo tempo em que demonstra o aumento do peso desse ensino nos estudos secundários, desenvolvidos no Lyceu Provincial. Não é sem motivo, conforme demonstramos no Capítulo II, que houve uma tentativa oficial de limitar a criação de cadeiras de Latim fora da referida instituição secundária.

Esta tentativa de contenção da criação dessas cadeiras de Latim no interior não corresponderia a uma intenção de redução do ensino da cultura clássica em geral, mas apenas a de um entendimento da importância do Lyceu Provincial e do ensino da matéria nos estudos secundários.

A 2ª cadeira do Lyceu Provincial era composta pelo estudo do Francês, ou de uma outra língua viva. Com essa cadeira, os alunos entravam no domínio das inovações relacionadas às línguas modernas. Todavia, o estudo da língua francesa já fazia parte das Aulas Avulsas, desde 1831, no antigo Curso de Humanidades. Assim, o Lyceu Provincial teve uma cadeira de Francês logo na sua criação, no entanto, coadjuvada a partir de 1849, com a cadeira de Inglês, que, apesar de sua importância, nunca superou a

supremacia tanto do ensino de Latim quanto do de Francês. Nesse ensino, estudava-se Gramática, por meio da obra de Emílio Sevene, Gramática Francesa, pela qual os alunos tinham contato com os estudos do plural, dos verbos e das sintaxes etc.

A *Gramática Francesa*, de Emílio Sevene, utilizado também no Colégio Pedro II, publicada em dois tomos, com o primeiro tratando da gramática, e o segundo dedicado aos exercícios.

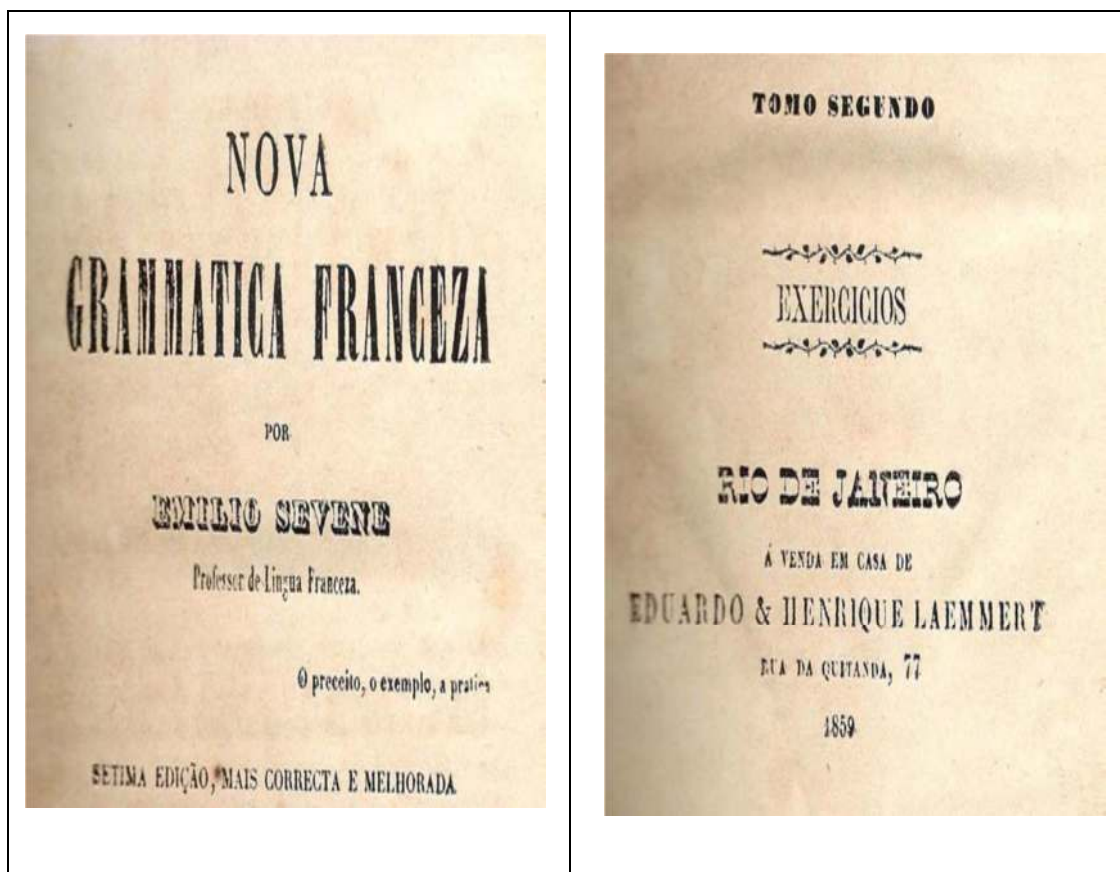


Figura: V

Capa do Compêndio de Gramática Francesa, de Emílio Sevene, livro de exercícios (Tomo II)

Fonte: Arriada (2007, p. 291).

Segundo Arriada (2007, p. 292), na introdução dessa obra, Sevene afirma que a experiência de alguns anos o tinham convencido de que as obras existentes ao alcance dos professores não preenchiam o fim desejado. “Suficientes apenas para ensinar a traduzir, muito longe estão de poder guiar o aluno em estudos mais aprofundados” (1859, p. vi). Além do mais, sendo dado ao professor quando muito um espaço de tempo que “jamais excede ao de hora e meia”, e um grande número de alunos, torna-se

difícil ensinar. Para a tradução do francês para o português, recomendavam-se as obras “*Télémaque*”⁸⁵, de Fénelon, e *Teatro*, de Voltaire. O livro de Fénelon, As aventuras de Telêmaco, segundo Abreu (2003, p. 212), havia tido um enorme sucesso no Brasil, sendo o livro com mais solicitações de importação à Mesa do Desembargo do Paço tanto no período anterior à chegada da família real (1769-1807) quanto no imediatamente posterior (1808-1826).

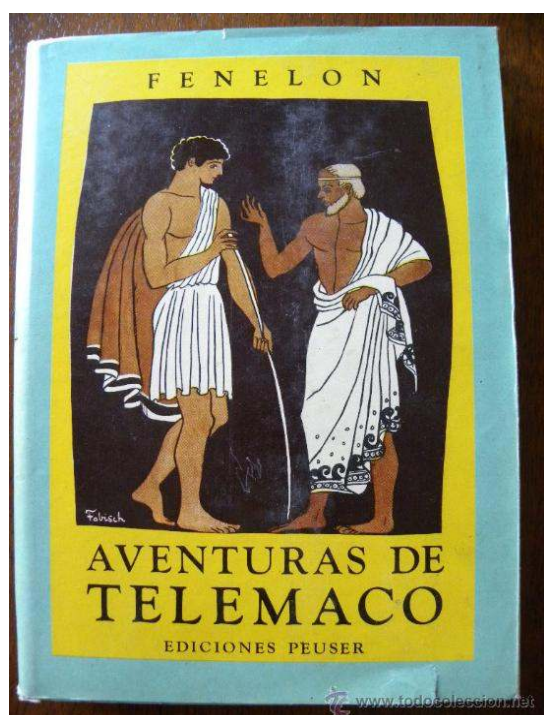


Figura: VI
Capa de As aventuras de Telêmaco, de Fénelon,
Fonte: Acervo da Biblioteca Juarez Gama, da Fundação Espaço Cultural - FUNESC

Inserida, em 1849, a cadeira de Gramática Inglesa segue metodologicamente os princípios de ensino de Francês, ou seja, com o estudo da gramática e posterior leitura de textos históricos e literários. Para o ensino de Gramática era utilizado o *Diccionario da Lingua Ingleza*, de Vieira, e para a segunda parte, *História da Inglaterra*, de Olivier Goldsmith.

⁸⁵ François de Salignac de la Mothe, mais conhecido como François Fénelon (6 de agosto de 1651 - Cambrai; janeiro de 1715), foi um teólogo católico, poeta e escritor francês. É mais lembrado por sua obra *As Aventuras de Telêmaco*, uma crítica à monarquia francesa, provavelmente publicado em 1699.

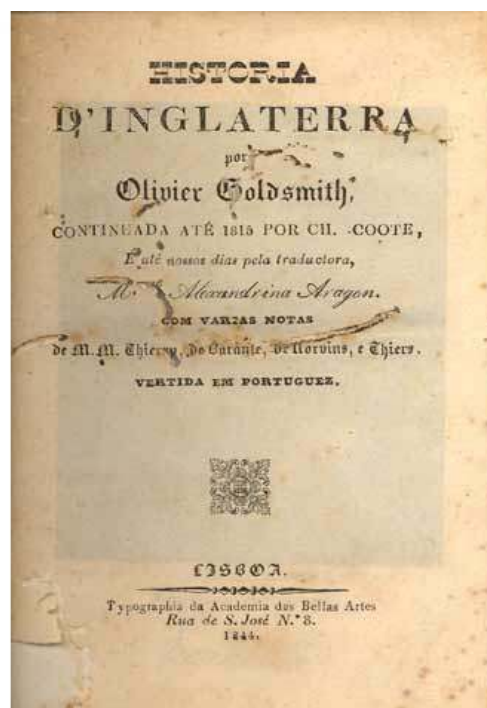


Figura: VII
Capa do livro História da Inglaterra, de Oliver Goldsmith.
Fonte: Acervo da Biblioteca Juarez Gama, da Fundação Espaço Cultural - FUNESC

A 3ª cadeira era composta pelas seguintes matérias: Retórica, Poética, Geografia, Chorographia e História.

A separação, ou autonomização, destas matérias em cadeiras específicas se deu pela Lei nº 12, de 27 de setembro de 1851. Entretanto, no Colégio Pedro II, esta separação foi realizada já nos primórdios da sua organização, isto é, desde 1837.

Quanto ao ensino de História, no Colégio Pedro II, os alunos iniciavam os seus estudos em compêndios escritos na língua francesa, tais como: os de *História Antiga*, de Derozoir, e *História de Roma*, de Dumont, que era caracterizado como História Universal, aos moldes das práticas europeias. No Lyceu Provincial paraibano, esse estudo se dava a partir do compêndio de História do Brasil, de Bellegarde. Esse compêndio é resultado de uma tradução do *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Ferdinand Denis⁸⁶, feita pelo português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, e foi publicado no Rio de Janeiro, em 1831.

⁸⁶Jean-Ferdinand Denis (1798-1890), escritor francês, viajou por toda a América do Sul no início do século, principalmente no Brasil, onde pesquisou para seus trabalhos. Antes do *Resumé de l'histoire du Brésil*, Paris, 1825, in-18, escreveu, com a colaboração de Thomas-Marie-Hippolyte Taunay, em 1821-1822, *Le Brésil, histoire, mœurs et coutumes des habitants de ce royaume*, em seis volumes, que deve ter fundamentado o *Resumé* de 1825, época em que Bellegarde estava na França. (Larousse, 1875). Sócio



Figura: VIII
Capa do Compêndio *Resumo de História do Brasil*, de Bellegarde (1834)
Fonte: Acervo do autor

No *Resumo*, de Bellegarde (1831), a história nacional é apresentada em *seis épocas*. A primeira, que não constava do original francês, mostra, sob o título *O Brasil antes da conquista*, um autor crítico, que aponta os malefícios da ação conquistadora dos portugueses e dos europeus em geral aos indígenas da América e denuncia “sua quase total aniquilação.” (p. 23). Segundo Gasparello (2002, p. 4),

O texto de Denis/Bellegarde constitui um primeiro modelo de livro didático de História do Brasil, que se apresenta como resumo, com vistas ao ensino e finalidades patrióticas, sem especificar grande número de datas e nomes – algumas datas e nomes aparecem nas margens, ao lado do texto escrito – e apresenta, em linguagem simples e bem escrita, uma seleção de eventos políticos considerados mais significativos da trajetória seguida na formação da unidade do Brasil, antiga colônia que teve uma independência considerada *sui generis*. Sua originalidade se manifesta por conseguir narrar uma história dividida em “épocas temáticas”, 11 com as principais etapas políticas do passado colonial: o domínio espanhol torna-se marco referencial de duas épocas e palco de acontecimentos importantes para a nação, como o despertar do patriotismo. No Brasil livre do jugo espanhol

correspondente do IHGB, era muito considerado entre os membros do Instituto, com os quais mantinha correspondência. Merece destaque, ainda, seu papel no desenvolvimento do Romantismo no Brasil, com seus incentivos pela nacionalização das letras brasileiras

nasce a idéia de liberdade, mas num movimento marcado pela incúria de seus conjurados mineiros.

Com relação às outras cadeiras era adotado o livro do Padre Marinho para o estudo de Retórica. Para a Poética, foi utilizado o trabalho de José Pedro da Fonseca⁸⁷ e, finalmente, para o ensino de Geografia e Corografia, eram adotados os compêndios de Úrculo e do Padre Miguel, respectivamente.

A 4ª cadeira era composta pela matéria de Filosofia, em que, assim como na de Retórica e na de Poética, os professores utilizavam o compêndio de Geruzes, *Novo Curso de Philosophia redigido segundo o novo programma para o bacharelado em lettras*. Esse livro, segundo seu tradutor, Miguel do Sacramento Lopes Gama, utilizado pela “*sapientíssima Universidade de Pariz*”, foi adotado, pelo “*professor de Philosophia Racional e Moral do Colégio das Artes d’Academia Jurídica de Olinda.*” Além de preparar os jovens, esclarece o tradutor, “*Que são incalculaveis as vantagens de se propagarem pela Mocidade os principios de huma Philosophia luminosa, que sabe colher proveitosamente o que há de verdadeiro, e util em todos os systemas.*”.

No Lyceu Provincial teria sido o professor de filosofia, padre-mestre João do Rego Moura quem introduziu a utilização do mesmo na Instituição.

⁸⁷ Pedro José da Fonseca notabilizou-se como professor de Retórica e Poética na Corte de D. José I, tendo sido nomeado para desempenhar tais funções em 1759. Foi transferido algum tempo depois para o exercício da mesma cadeira no Colégio dos Nobres, onde serviu até 1804. Como sócio-fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa, confirmada por aviso régio de 24 de Dezembro de 1779, assistiu, já na qualidade de efetivo da classe de Literatura, à primeira sessão que a Academia teve, em 16 de Janeiro de 1780. Foi eleito Diretor da tipografia da mesma Academia, e também Diretor da comissão encarregada, em 28 de Junho de 1780, da composição do *Diccionario da lingua portugueza*. Passou a sócio veterano em 27 de Março de 1790. A respeito da vida e obra de Pedro José da Fonseca, conferir Silva, Inocência F. da, *Diccionario Bibliographico Portuguez* (Lisboa 1858-1923), tomo II, 210, e tomo VI, 419-424.



Figura: IX
Capa do *Novo Curso de Philosophia redigido segundo o novo programma para o bacharelado em lettras*, de Geruzes (1840)
Fonte: Acervo do autor

Essas matérias sempre estiveram presentes nos diversos planos de estudos do Lyceu Provincial, conforme podemos observar no quadro X.

A 5^o cadeira era composta pelas matérias de Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, e os compêndios utilizados nesta cadeira eram, na sua maioria, de autores franceses. O ensino de Aritmética estava inserido no processo de escolarização brasileira desde a Lei Geral de 1827, no seu artigo 6^o, que rezava que “as quatro operações de aritmética, qualidade de quebrados, decimais e proporções”, e que deveria ser ensinada desde as primeiras letras e seria aprofundada no secundário. Com a criação do Lyceu Provincial, o ensino de Álgebra e Geometria tornaram-se fundamentais, uma vez que eram exigidas nos Exames de Preparatórios dos Cursos Jurídicos e Médicos. Os compêndios utilizados eram *Arithmética*, de Bezourt⁸⁸, *Álgebra*, de Lacroix, *Geometria e Trigonometria*, de Legrand.

⁸⁸ Étienne Bézout (1730-1783) organizou a matriz Aritmética – Geometria – Álgebra, que chegou às escolas no século XIX. Nessa mesma época, a Matemática ganhou autonomia em relação aos conteúdos militares. Os seus livros foram adotados em França e traduzidos para numerosos países, inclusive para a língua portuguesa.

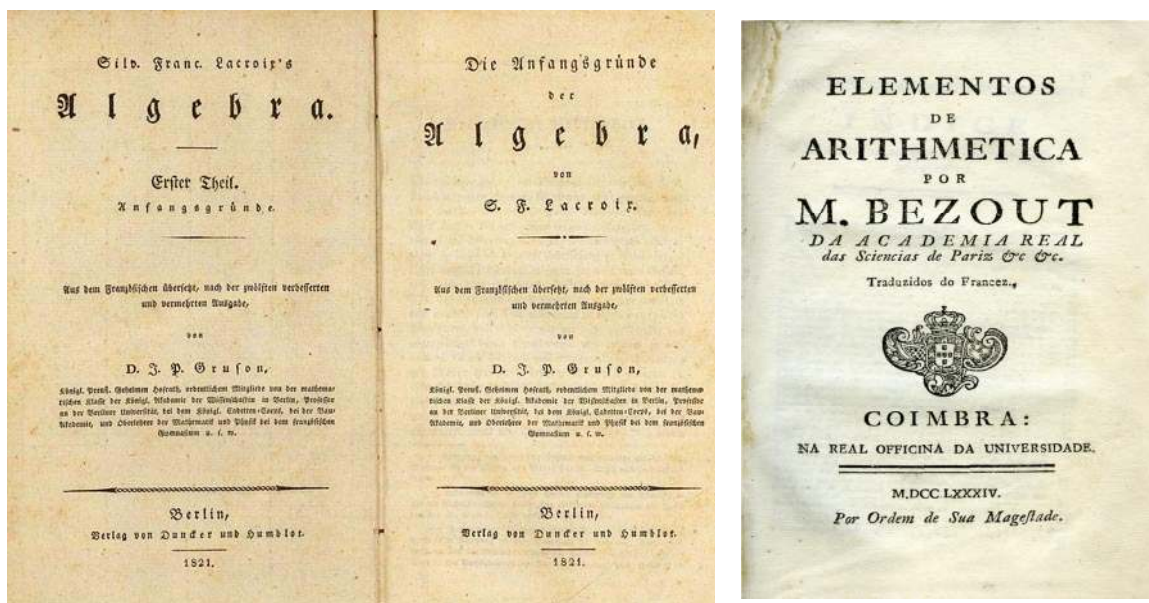


Figura: X e XI
 Capas dos livros Álgebra, de Lacroix, e Elementos de Arithmética, por M. Bezout
 Fonte: Disponível em <http://www.kettererkunst.com> e <http://www.europeana.eu>
 Acesso em: 05/07/2011

Concluindo esta parte, é importante ressaltar que esses compêndios eram, na sua maioria, editados na França, principalmente os de Latim, e em Portugal, no caso das Gramáticas. Quando editados no Brasil, eram feitos por filiais das editoras européias.

CAPÍTULO V

O LYCEU PROVINCIAL DA PARAHYBA DO NORTE: os seus agentes educativos

Neste capítulo, nosso objetivo principal é discutir como foram construídos os papéis e as relações desempenhadas pelos atores sociais envolvidos com o funcionamento do Lyceu Provincial, especialmente os professores, os alunos, os funcionários e as demais autoridades.

O surgimento de instituições escolares de ensino secundário, como o Lyceu Provincial, no Oitocentos, esteve inserido num processo que obrigava à criação de toda uma estrutura administrativa que pudesse assegurar um eficaz funcionamento burocrático e uma regular recolha e canalização de informações de que o Estado em construção necessitava.⁸⁹ As transformações ocorridas nesse período se traduziram essencialmente numa nova organização institucional, organizacional e não tanto em reformulações pedagógicas ou didáticas, ou seja, o que esteve em causa foi uma mudança na teia de condições, de normas, de práticas e de regulamentações que envolviam o funcionamento das salas de aulas e do ensino propriamente dito.

Essa mudança se refletiu, principalmente, no encerramento de professores e alunos e da atividade educativa, numa estrutura física destinada, prioritariamente, às atividades de caráter escolar.

O Lyceu Provincial, como dissemos anteriormente, ao introduzir o paradigma da sala de aula institucionalizada, ou melhor, no interior de um prédio escolar específico, utilizou como o local de controle do alunado. No entanto, além da sala de aula, esse controle acontecia também nos outros espaços ocupados pelos alunos, como o pátio, os corredores, a escadaria da escola e o espaço externo no entorno da Instituição. Mas será a sala de aula que melhor representará essa nova forma de organizar o processo educativo. Almeida assim define a sala de aula.

⁸⁹ Para Durkheim, aquele momento era o ideal para repensar alguns temas dentro da escola, que estava implantando a educação laica em seus estabelecimentos, que deveria substituir uma moral racional, passando a valorizar não apenas os valores antigos, mas os valores morais que seriam de suma importância para aquela sociedade emergente. (DURKHEIM, 2008, p. 26),

No centro, um vasto espaço, dividido em tantos compartimentos quantas aulas deve haver. As preferidas são separadas por tabiques envidraçados. Numa das extremidades há um estrado onde o principal ou o diretor vigia todas as aulas, seis ou oito ordinariamente, contendo cada uma 50 a 60 alunos. Cada aluno está assentado numa cadeira fixa no chão, diante de uma pequena mesa ou escrivaninha com gaveta onde se metem os livros, lápis, réguas, papel, pedras. Um quadro preto, mapas para leitura, cálculo, e geografia, estão suspensos nas paredes. Todos esses objetos, asseados, elegantes, cômodos, estão arranjados com muita ordem. (ALMEIDA, 2003, p. 262, *apud* ARRIADA, 2007, p. 200).

Para Arriada (2007, p. 202), este era um modelo almejado, e a realidade brasileira apontava contrariamente para isso em muitos aspectos, uma vez que no Brasil esse modelo não havia sido alcançado. No caso do Lyceu Provincial, esse aspecto é importante uma vez que, como dissemos anteriormente, a Instituição, assim como seus congêneres, nasceu sem ter um edifício para si. O Lyceu Provincial, ao mesmo tempo em que era o espaço disciplinador, com a distância entre os professores de formação religiosa, “sisudos, donos do saber”, conferiu uma escolarização rígida e moralizante⁹⁰.

O Lyceu Provincial, criado em 1836, apareceu no universo da instrução paraibana como uma nova forma de organização institucional da instrução secundária que foi se estruturando ao longo dos seus primeiros anos e elaborando uma forma própria de “relação pedagógica” entre professores e alunos. (LAHIRE e THIN, 2001). A partir daquele momento, os indivíduos que fizeram parte daquela nova forma organizacional passaram a obedecer às novas regras que foram impostas para todos os agentes envolvidos no processo de escolarização secundária.

Essa forma de organização do ensino secundário surgiu imbuída na lógica da substituição, ou seja, das antigas aulas individuais (Aulas Avulsas) ao conjunto de matérias concentradas no Lyceu Provincial, conforme já analisamos nos capítulos anteriores deste trabalho.

Do ponto de vista do funcionamento do ensino secundário, a criação do Lyceu Provincial implicou uma significativa transformação da prática anterior. Entretanto, do ponto de vista dos protagonistas que participaram desse processo de mudança, não foi possível dispensar os recursos humanos já existentes, especialmente os professores.

⁹⁰ No livro *Educação Moral* (2008), Durkheim apresenta suas considerações sobre a educação moral na perspectiva da escola pública e laica. Durkheim pretendia ajudar na construção de um novo sistema social baseado na razão e na ciência, como forma de assegurar a coesão das sociedades modernas. Nessa obra, a questão da disciplina escolar está amplamente discutida e relacionada com a formação moral dos alunos.

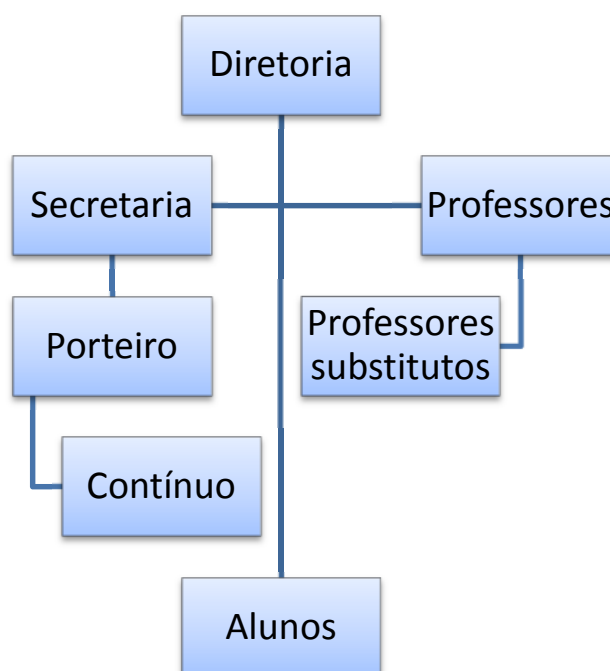
Assim, a tarefa de realizar a transição, a substituição de procedimentos que visavam modernizar o ensino secundário recaiu sobre os antigos professores das Aulas Avulsas. É por isso que, quando analisamos a criação do Lyceu, percebemos a existência de uma profunda relação com a estrutura de ensino secundário anterior, ou seja, com as Aulas Avulsas.

Nos primeiros dez anos de funcionamento do Lyceu, observamos que as questões de ordem administrativas e disciplinares tomaram mais tempo dos seus administradores e professores, ficando, por conseguinte, as preocupações didáticas e pedagógicas relegadas a um segundo plano.

No primeiro Estatuto do Lyceu Provincial, aprovado em 1837, que continha 56 artigos, foram traçados os procedimentos de como deveria funcionar a referida instituição, destacando-se os aspectos relacionados ao controle do tempo, à elaboração do calendário escolar, às matrículas, à abertura e funcionamento das aulas, aos membros da Congregação, aos exames, ao período de férias, aos dias de feriado. Apontava, ainda, os deveres do Diretor, dos professores e também dos funcionários da Instituição, tais como o bedel, o secretário e o porteiro do Lyceu. Enfim, tratava da regulamentação geral da vida cotidiana na Instituição. A partir desse conjunto de normatizações, podemos inferir que o Lyceu Provincial apresentava o seguinte organograma:

Organograma III

Estrutura organizacional administrativa do Lyceu Provincial



Fonte: Organograma montado pelo autor a partir dos Relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12

Pinheiro (2011, p. 10) chama a atenção para o fato de que, semelhantemente ao estatuto anterior, a Resolução de 1846, manteve as mesmas características, ou seja, para o referido autor trata-se de

Um documento vastíssimo, composto de 99 artigos e inúmeros parágrafos. [...] O Estatuto tem como objetivo principal normatizar e ordenar as funções e atribuições do diretor, do secretário, dos professores e do bedel. Contudo, a descrição dessas atribuições implica na caracterização do funcionamento da escola porque estabelecem regras e critérios que atingem, inevitavelmente a vida escolar dos alunos. Assim as normatizações sobre o ano letivo, matrículas, habilitações e exames, e economia e política das aulas, prêmios, férias, condicionavam o cotidiano dos alunos e formalizavam uma cultura escolar que não era exclusiva do Lyceu Parahybano.

Na verdade, o processo de organização da instrução pública foi se tornando mais complexo, na medida em que outras instâncias administrativas foram sendo criadas pelo poder provincial, e o Lyceu esteve envolvido em todas essas mudanças. Um fato

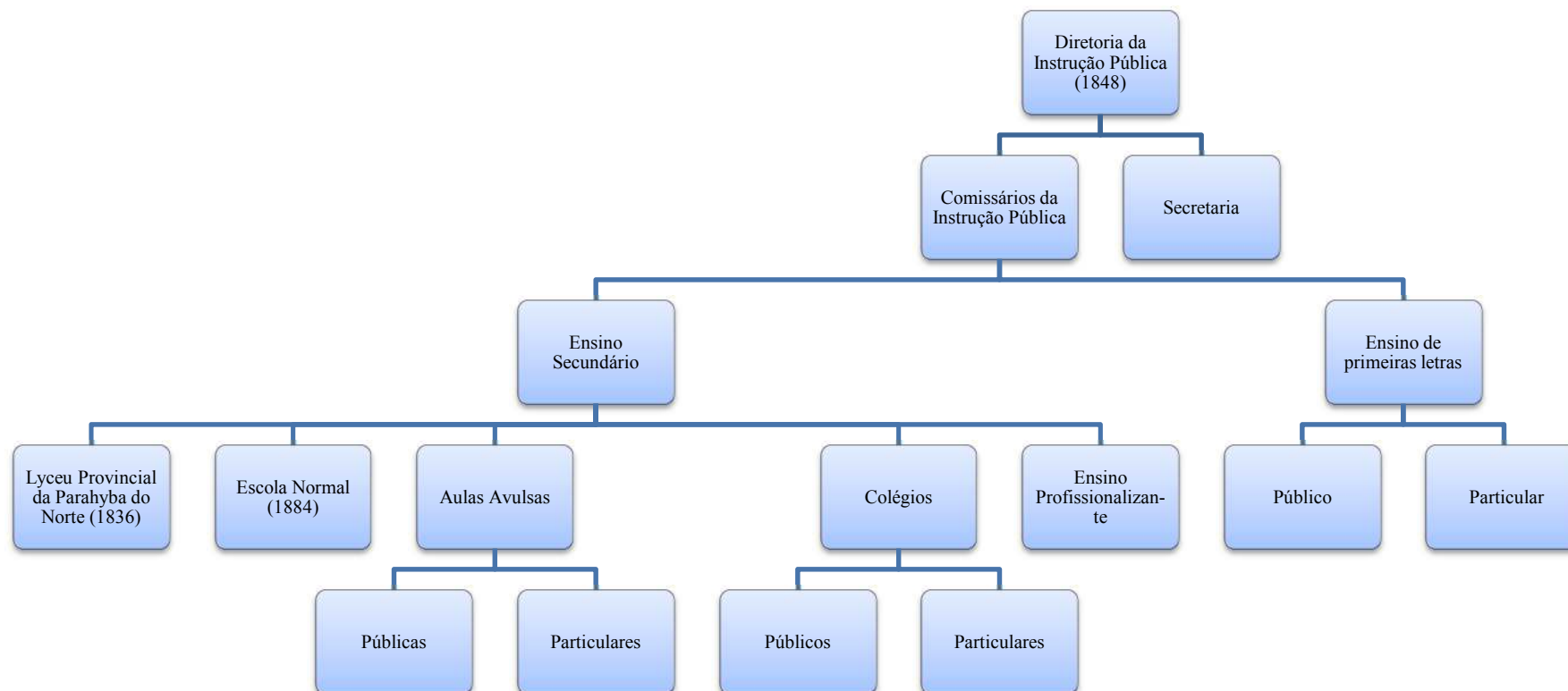
relevante desse processo foi a criação da Diretoria da Instrução Pública, em 1849⁹¹, que colocou o Lyceu articulado a uma estrutura maior, conforme podemos observar no organograma IV.

A criação da Diretoria da Instrução Pública foi necessária, uma vez que o Lyceu, juntamente com o crescimento da instrução de primeiras letras, passou a demandar maior atenção do poder provincial no que tange à sua gerência.

Para administrar a Diretoria da Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte, o professor João Leite Ferreira foi o primeiro indicado para ocupar o cargo, no entanto foi o professor Pe. João do Rego Moura o seu primeiro Diretor, exercendo também a função de Diretor do Lyceu Provincial. Posteriormente, assumiram o cargo os professores Manrique Victor de Lima, na década de 1850, e Diogo Velho, na de 1860, que também acumularam os dois cargos.

⁹¹ Autorizada a criação pelo artigo 30 da Lei Provincial N. ° 14, de 4 de Outubro de 1848, e criada pelo Regulamento dado pela Presidência, na data de 20 de Janeiro de 1849.

Organograma IV
Estrutura da Diretoria da Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte



Fonte: Organograma montado pelo autor, a partir dos Relatórios que se encontram disponíveis no seguinte site: <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12

Em 1852, um novo Regulamento (Lei de n. 17, de 06 de julho de 1852)⁹² foi publicado, apresentando uma “nova organização da instrução primária e secundária da Província. Todavia, para além da publicação desse grande Regulamento, segundo Pinheiro (2004, p. 5), durante toda a década de 1850 foram publicadas várias normas, às quais o autor denomina de “leis menores” que objetivavam

Regulamentar, ou melhor, (re)normatizar atribuições e poder(s) ao(s) presidente(s) da província. Há preocupação em definir critérios dos concursos públicos para professores, cobranças de taxas nas matrículas dos alunos, principalmente do Lyceu Parahybano, publicar tabelas salariais, criar, extinguir, remover cadeiras isoladas, destinar recursos para a publicação de manuais como foi o caso do Manual do Estudantes de Latim, em 1854.

Realizada a identificação das principais ações normatizadoras, destinadas ao funcionamento do Lyceu Provincial, passemos agora a discutir alguns aspectos relacionados aos professores do Lyceu para, em seguida, nos determos nos liceanos.

5.1 - O corpo docente

A maioria do corpo docente do Lyceu era basicamente formada por intelectuais conhecidos na Província e abarcava em seu meio um número significativo de padres, uma vez que existia uma pequena quantidade de professores qualificados para conduzir o ensino secundário, já que não existia uma Escola Normal, conforme afirma Pinheiro (2001, p. 28),

No que concerne ao perfil do corpo docente, este formado por intelectuais reconhecidos na Província. Contudo, não eram muitos, e a lei de 1839 facultou aos sacerdotes regulares de poderem ser providos nas cadeiras do Liceu.

Dessa forma, foi sobre os padres-mestres que recaiu a tarefa de fazer a transição e estruturar a nova forma de organização escolar secundária. Entretanto, participar como professor do Lyceu implicou em mudanças de atitudes pedagógicas e de organização do trabalho como um todo. A primeira delas está relacionada ao espaço físico, ou seja, ao

⁹² Este Regulamento, que teria dado nova organização à Instrução primária e secundária da Província, não foi encontrado em nenhuma das instituições visitadas.

local de funcionamento, onde passaram a ministrar as suas aulas. Essa transformação se caracterizou como uma passagem de uma forma de organização do ensino baseado na unidade constituída por um professor e um grupo pequeno de alunos, lecionando em sua própria casa, para uma organização em que essas referidas unidades (alunos/professores) passaram a conviver uma com as outras em um espaço-físico pensado, estruturado e destinado para esse fim.

Outra mudança refere-se ao fato da perda de parte da autonomia e do poder pessoal que o professor tinha, junto ao seu alunado, bem como do diálogo direto que possivelmente mantinha com o governo da Província, uma vez que, a partir de então, passou a ter de prestar conta do seu trabalho ao Diretor da Instituição.

Quanto aos alunos, uma série de novos tipos de registros passou a ser exigida bem como também elaborada, por outros agentes da instituição, tais como o bedel, o secretário, além do próprio diretor, ou seja, não serão mais as anotações realizadas pelo professor que darão conta do desempenho dos alunos.

Em contrapartida, esse conjunto de mestres reunidos passou a constituir a Congregação, atividade regular que envolvia uma série de novas atribuições. A Congregação do Lyceu era um órgão de consulta e de deliberação, ou seja, o que se decidia em suas reuniões secretas era registrado (elaboração das atas) por um professor eleito anualmente por seus pares, exercendo, assim, a função de secretário da Congregação.

Segundo os Estatutos de 1846, a Congregação se reunia no dia da abertura geral das aulas e no fim de cada trimestre. Havia sessões extraordinárias também, quando o Diretor as convocasse. As decisões eram tomadas por meio de voto, e cabia ao Diretor o voto de qualidade, no caso de empate. Ficava a cargo deste órgão determinar a hora de entrada de cada aula, julgar a justificação das faltas dos estudante, regular o método do ensino, elaborar propostas para encaminhar ao Presidente da Província.

A tradicional forma de funcionamento do ensino secundário, que estaria próximo do que chamamos de preceptorado, foi quase abandonada por completo, uma vez que os professores e também os alunos foram enquadrados em um novo tipo de vida cotidiana escolar. Assim sendo, a concentração desses indivíduos em um local comum permitiu equacionar uma série de formas de articulação entre as cadeiras, inaugurando uma gama de alterações nos planos de estudos, aspecto esse que já discutimos no capítulo 3 deste estudo.

Além dos qualificativos intelectuais, os professores do Lyceu tinham de ter uma “boa conduta moral” e deveriam ser cumpridores dos seus deveres. Assim, o pequeno corpo docente era formado por um grupo de homens intelectualmente preparados e de grande reconhecimento pela sociedade provincial paraibana. Suas origens podem ser buscadas em setores como o religioso, o campo do direito e entre aqueles que eram literatos e/ou da imprensa.

Iniciemos, pois, com os professores religiosos, ou melhor, os padres-mestres. O Pe. João do Rego Moura (Filosofia), que, segundo Menezes (1983, p, 189), era um padre-mestre liberal, “progressista”, capaz de “inovar em estudos e a participar de associações liberais.”, bacharelou-se e atuou na Província por alguns anos como abolicionista.

Outros Padres-mestres foram o Frade Frutuoso da Soledade Sigismundo (Francês e Inglês) e Lindolfo José Correia das Neves⁹³. O segundo foi professor de Filosofia, Álgebra e Português, de 1860 a 1890. Exerceu a função de delegado especial da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte durante a realização dos Exames Preparatórios para os cursos superiores do Império, que foram realizados na capital da Parahyba do Norte, em 1879. Erudito, ortodoxo, polemista, ensinava Filosofia e Matemática. Entre as polêmicas nas quais esteve envolvido o professor, destaca-se o caso do *Bossuet da Jacoca*⁹⁴, periódico publicado por Cardoso Vieira, também professor de Retórica e Matemática do Lyceu Provincial. Autor de vários ensaios em defesa das causas da Igreja, fez carreira na política, sendo deputado por duas vezes; de 1850 a 1858, como deputado provincial, e de 1864 a 1867, como deputado da Câmara Geral.

Outro padre-mestre dos anos de 1840 foi Leonardo Antunes Meira Henriques, professor de Francês e Filosofia do Lyceu e de Teologia do Seminário de Olinda (1849). Foi deputado provincial em 1858, tornando-se líder do Partido Conservador, na Província.

Ainda nesse grupo dos religiosos, foram também professores do Lyceu o Pe. Domingos Álvares Vieira (1840), professor de Filosofia Racional e Moral. Pe. José Ignácio de Brito Machado (Latim), Pe. José Antonio Lopes da Silveira (1842), Pe.

⁹³O Professor Lindolfo José Correia das Neves era pai de Lindolfo Correia, que foi Diretor do Liceu nos anos de 1920 e avô de João da Mata Correia, outro professor da referida Instituição.

⁹⁴ Sobre este tema, consultar Martins (1979).

Lima (Língua Nacional) e o cônego Francisco Soares de Figueiredo, que também ensinou na cadeira de Latim.

Muitos professores do Lyceu também eram originários do campo do direito, ou melhor, eram bacharéis. A Parahyba do Norte, do século XIX, é considerada por Menezes (1983, p. 194) como “*a terra dos bacharéis*”, boa parte formada no Recife, que era como

a praça, a sala [de aula], a tribuna e a assembléia, dos convívios culturais, das encenações dos talentos, como uma Ágora Nordestina. Conversava-se, debatia-se, polemizava-se, brigava-se, negociava-se partidariamente; com eloquência, faziam-se proclamações cívicas e ideológicas. O socialismo e o Positivismo alimentavam os compromissos com a abolição e a República. Nas aulas de Retórica, Filosofia Moral, História e Literatura, a melhor oportunidade para essas iniciações.

Dentre alguns bacharéis, aqui destacamos: Felizardo Toscano de Brito (1814-1876), formado em Olinda, integrante da primeira geração de professores do Lyceu Provincial. O professor que deu nome por quase meio século à praça defronte ao Lyceu Provincial tinha, segundo Menezes (1983, p. 194), uma “personalidade forte e poderosa em inteligência e em encarnações sociais.” Entrou no Lyceu por concurso, em 1838, e foi nomeado em 2 de março do mesmo ano, pelo Presidente Basílio Quaresma Torreão Júnior. Segundo a documentação consultada, após brilhante concurso, ampliou a sua notoriedade e relevo nos meios culturais da Província. Professor da cadeira de Retórica. Foi líder do Partido Liberal e exerceu o cargo de vice-presidente da Província da Parahyba do Norte, nomeado por carta imperial de 3 de fevereiro de 1864. Assumiu a presidência interinamente duas vezes, de 17 de fevereiro a 18 de maio de 1864 e de 22 de julho de 1865 a 3 de agosto de 1866.

O professor Felizardo manteve a sua atuação política e pedagógica por 30 anos na Província, sendo o nome mais importante da primeira geração de professores do Lyceu. Tavares Cavalcanti, em conferência proferida em 1905, no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, ressaltou que

A partir de 1848, entram as instituições nacionaes numa fase brilhante de solidez e florescência (...) Este período que pode se estender até pouco depois de 1870, reflete-se na vida parahybana. (...) Uma geração nova e forte começa a figurar na arena partidária. Della deviam sahir vultos destinado a ocupar brilhantes posições no paíz. É o tempo em que apareceu Diogo Velho, Florentino Henriques, Padre Lindolfo, Aragão e Mello. Em nosso entender porem o nome que

synthetisa essa geração, é Felizardo Toscano de Brito. (CAVALCANTI, 1905, *apud* MENEZES, 1983, p. 196)

Da segunda geração de professores do Lyceu, o professor-bacharel com maior destaque foi Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, que foi, primeiramente, seu aluno e, posteriormente, professor.⁹⁵

A cadeira de Retórica foi aquela em que esses bacharéis se sucederam. Além de Felizardo Toscano de Brito, esta ainda acolherá Manoel Pedro Cardoso Vieira e Gama e Mello, sendo este último também professor de Português e Diretor da Instrução Pública, em 1879.

Além dos padres- mestres e dos bacharéis, o corpo docente do Lyceu contou com os chamados mestres-escolas (literatos e/ou da imprensa). Dentre esses, destacamos Manuel Caetano Velloso (1837), Manrique Victor de Lima (1842) e Manoel Porfírio Aranha (1842).

O Professor Manrique Victor de Lima atuou nas cadeiras de Aritmética e Geometria e foi Diretor da Instrução Pública, entre 1855-1857 e de 1872 a 1875. Não possuía título superior e poucas notícias sobraram sobre suas origens. Manoel Porfírio Aranha foi professor de Retórica, de Poética e de Geografia e atuou na vida política, chegando ao comando da Diretoria da Instrução Pública, no ano de 1862.

A atuação desses professores, tanto na direção do Lyceu, quanto na Diretoria da Instrução Pública, foi importante, uma vez que eles intermediaram permanentemente os interesses da referida instituição secundária junto à estrutura mais elevada de poder, ou seja, a presidência da Província. Vale ressaltar que parte do corpo docente e auxiliares das atividades internas do Lyceu, tais como o secretário, os bedéis, o contínuo etc., eram nomeados por determinação dos presidentes da província, formando uma grande teia de relações, não raras vezes pautada pelos laços afetivos, de parentesco e/ou políticos. Assim sendo, além dos professores acima mencionados, conseguimos arrolar outros, que estão listados abaixo.

⁹⁵ Trataremos mais de Diogo Velho no item referente aos alunos do Lyceu.

QUADRO XIII
PROFESSORES DO LYCEU PROVINCIAL DA PARAHYBA DO NORTE

PROFESSORES	ANO⁹⁶/Cadeira
Adriano Francisco Ferreira Neves	1842
Antonio Borges da Fonseca	1842
Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior	Cadeira de Inglês
Antonio Alfredo da Gama e Mello	Cadeira de Latim 1872
Antunes Meira	Cadeira de Latim
Bento Correia de Sá	Cadeira de Latim
Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti	Professor Substituto
Diogo Velho Cavalcanti	Professor
Pe. Domingos Álvares Vieira	Cadeira de Filosofia Racional e Moral, 1840
Enéas de Arrochelas Galvão	Cadeira de Retórica e Poética, nomeado em 1875.
Eugenio Toscano de Brito	Cadeiras de Trigonometria, Pedagogia, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Álgebra, Biologia e História Natural e Diretor da Instrução Pública.
Felizardo Toscano de Brito	Cadeira de Retórica e Poética
Florentino Barbosa	
Francisco Alves de Lima	Cadeira de Francês
Francisco Lucas de Souza Rangel	Substituto nas cadeiras de Francês, Inglês, Geometria e Filosofia.
Cônego Francisco Soares de Figueiredo	Cadeira de Latim
Francisco Xavier Junior	Cadeiras de Latim e Português
Fr. Fructuoso da Soledade Segismundo	Provido em 5 de Abril de 1830. Cadeiras de Inglês (1840) e Francês 1864
Ivo Magno Borges da Fonseca	
João Antônio Marques	Provido por portaria em de 31 de Maio de 1860. Cadeira de Francês
João Hamilton	Cadeiras de Geometria e Trigonometria, 1879
João do Rego Moura	Cadeira de Filosofia, 1864
Pe. João do Rego Moura	Provido em 9 de Março de 1841, e em 22 de Fevereiro de 1842. Cadeira de Filosofia e Moral
João Gomes da Almeida	Cadeiras de Latim e Português, 1842
Joaquim Antonio de Medeiros	
José Gomes Coelho	
Pe. José Ignácio de Brito Machado	Cadeira de Latim
José Joaquim de Lima Junior	Cadeira de Desenho, provido sem concurso, como colaborador, em 1850
José Lourenço Meira	Professor Substituto
Joaquim Ignacio de Lima Moura	Cadeira Normal 1874
Pe. Jozé Antonio Lopes da Silveira	1842
Joze Bento Meira de Vasconcelos	Substituto (1842)
Pe. Leonardo Antunes Meira Henriques	Professor de Francês e Filosofia, ex-aluno do Lyceu, examinador de Francês, de 1842 a 1845, Professor de Filosofia do Liceu e de Teologia do Seminário de Olinda (1849). Deputado Provincial a partir do ano de 1858 e Chefe do Partido Conservador.
Leonardo Meira	Cadeira de Filosofia
Pe. Lima	Cadeira de Português
Lindolfo Herculano Marinho Falcão.	Cadeira de Gramática Inglesa. 1848
Lindolfo José Correia das Neves	Professor de Filosofia, Álgebra e Português, de 1860 a 1890. Delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte nos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império

⁹⁶Esta rubrica se refere ao ano em que o nome do professor foi identificado na documentação consultada.

	realizados na capital da Parahyba em 1879.
Maciel Pinheiro	
Manoel Caetano Veloso	1837
Manoel Pedro Cardoso Vieira:	Cadeiras de Retórica, Geometria e Português. Deputado Geral pelo Partido Liberal.
Manoel Tavares Cavalcanti	Cadeiras de História Universal e História do Brasil Jornalista e Político.
Manrique Victor de Lima	Provido em 4 de Julho de 1832 nas cadeiras de Aritmética e Geometria.
Manuel Porfírio Aranha	Provido em 5 de Julho de 1839 e em 25 de Fevereiro de 1842. Cadeiras de Retórica, Poética e Geografia
Matheus Augusto de Oliveira	Cadeira de Inglês
Mathias Freire	Cadeiras de Geografia e Diretor do Liceu. Jornalista.
Maximiniano Inojosa Varejão	Cadeira de Português
Odilon Coutinho	Cadeira de Geografia
Oscar de Oliveira Castro	Cadeira de Ciências Físicas e Naturais. Escritor.
Otacílio Camelo Albuquerque	Cadeira de Álgebra, História Natural, Física, Química. Escritor. Aluno e Jornalista.
Pedro Anízio Bezerra Dantas	Cadeira de Latim
Rufino Olavo da Costa Machado	Substituto e Secretario da Diretoria da instrução publica em 1853
Sabino Coelho	
Severiano Antonio da Gama e Mello	Provido em 28 de Fevereiro de 1842. Cadeiras de Latim e Normal.
Thomas de Aquino Mindello	Provido em 19 de Janeiro de 1852. Cadeira de Geografia, Cronologia e História (1852). Foi nomeado Secretário da Diretoria da Instrução em 11 de Fevereiro de 1853
Trajano Pires de Hollanda Cavalcante	Cadeira de Latim

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Foram esses homens os responsáveis pela instrução ministrada no Lyceu Provincial, no período compreendido por este trabalho, uma instrução preocupada em formar um homem culto, que tivesse contato com o Latim, o Francês e o Inglês, Retórica Ciências Físicas e Naturais, Álgebra, Aritmética, Geografia e História.

5.2- Os liceanos: as matérias estudadas, a disciplinarização e os exames

Apesar de todo um *corpus* documental por nós consultado e que nos possibilitou a recolha de várias informações com relação ao funcionamento da instituição, uma das dificuldades encontradas foi a de identificar com maior precisão o número de alunos matriculados, bem como o seu perfil.

As matrículas eram feitas por matéria, ou seja, enquanto alguns alunos cursavam várias matérias, outros cursavam apenas uma, especialmente aquelas que eram as

exigidas nos exames de preparatórios, ou seja, a de Latim e a de Francês, conforme podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO XIV
ALUNOS MATRICULADOS POR ANO E POR MATÉRIAS NO LYCEU
PROVINCIAL. 1842-1884

Anos	Latim e Português	Gramática Latina	Gramática Inglesa	Gramática Francesa	Retórica, Poética e Geografia	Filosofia Racional e Moral	Aritmética e Geometria	Retórica	Álgebra
1842	22	2		3	9	3	8		
1843	20	14		8	4	12	8		
1844	27	13		6	6	15	5		
1846		51		5	8	12	9		
1847		39		9	16	1	9		
1848		43	6	14	11 ⁹⁷	4 ⁹⁸	6 ⁹⁹		
1849		52	6	11	5	6	2		
1851 ¹⁰⁰		58	5	21	3	1	8		
1851 ¹⁰¹		65	5	22	2	-	7		
1852 ¹⁰²		55	16 ¹⁰³	-	2	6	3	1	
1853		45	30		7	4	3	4	
1854		32	31		7	4	3	5	
1855		43	30		5	5	6	4	
1856		64	39		6	7	8	8	
1859		60	31		6	2	6	6	
1860		53	4	20	3	1	3	2	
1861		53	22	10	5	1	8	4	
1862		53	10	23	5	4	8	1	
1863		64	9	23	2	2	7	2	
1864		61	14	36	7	2	9	6	
1865		64	10	42	5	4	7	3	
1866		63	9	38	5	3	7	3	
1867		47	17	39	2	4	4	-	
1868		37	11	26	8	2	6	4	
1869		31	9	19	4	3	1	2	
1871		38	4	22	4	-	-	-	
1873		16	4	22	1	2	-	1	
1874		39	17	41	9	3	-	1	
1875	18 ¹⁰⁴	16	20	16	23	8	-	1	
1877	22	28	26	32	26	11	32	4	
1878	21	30	19	16	16	1	11	3	
1883	31	27	7	15	22	3	18	3	1
1884	30	40	21	37	35	18		5	

⁹⁷ A partir deste ano, esta matéria é identificada como Retórica, Geografia, Cronologia e História.

⁹⁸ Identificada neste ano como Geruzes Filosofia.

⁹⁹ Identificada neste ano como Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria.

¹⁰⁰ Exposição do Presidente da Província, em 8 de Maio de 1851.

¹⁰¹ Relatório do Presidente da Província, em 2 de Agosto de 1851.

¹⁰² Pela Lei Provincial n.12, de 27 de Setembro de 1852, a cadeira de Geografia, Cronologia e História foi separada da de Retórica e Poética.

¹⁰³ A partir deste Relatório, temos a informação de que as matérias de Gramática Inglesa e Gramática Francesa foram reunidas em apenas uma única cadeira.

¹⁰⁴ Língua Nacional ou Português.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

A grande disparidade do total de matrícula por matéria reflete a inexistência do regime de classes, ou melhor, de uma seriação em graus, o que levava o aluno a ter a liberdade de se matricular na matéria que desejasse. Assim, a grande maioria dos alunos fazia apenas uma cadeira por ano.

Essa característica acerca da organização didático-pedagógica do Lyceu nos remete a uma questão fundamental, qual seja: a de sobrevivência da tradição que vinha das antigas Aulas Avulsas, conforme já analisamos no capítulo II deste trabalho.

Dando prosseguimento aos aspectos relacionados com os alunos, percebemos, não raras vezes, que os presidentes de Província reclamaram do número muito baixo de matriculados, conforme podemos sintetizar a partir do relatório elaborado por Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, em 1852:

No Lyceo são ensinadas as seguintes disciplinas em 6 cadeiras: Latim, Francêz, Inglês-Geographia, Chronologia e Historia, Rhetorica e Poetica, Arithmetica, Geometria, e Pilosophia racional e moral.⁷⁸ alumnos frequentão as aulas do Lycêo. É de certo pequeno, abstractamente considerado, o n.º de alumnos, mas comparado com os que em outras grandes Províncias do Império frequentão taes estabelecimentos, considerando-se ainda, que os moços que se dedicão aos estudos de nossas Academias querem antes habilitar-se em seus estudos preparatórios na Cidade de Olinda, cujos exames academicos são acceitos nos estabelecimentos scientificos do Império, vê-se que se não deve com justiça tirar desse pequeno n.º de alumnos argumentação contra a moralidade e utilidade do estabelecimento. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1852, p. 11).

No entanto, consideramos que esses números estavam em consonância com os objetivos do próprio Lyceu, bem como com os interesses da elite local, que pensou essa instituição no sentido de formar os futuros administradores, além de para outras atividades de mando no seu sentido mais geral.

Os números de matrículas no Lyceu Provincial, durante os anos de 1838 a 1884, apesar de baixos, mantiveram-se estáveis, com exceção do ano de 1873, que apresentou apenas 46 matriculados. Na outra ponta, identificamos que, em 1884, foram efetivadas 252 matrículas, conforme podemos observar no quadro abaixo:

QUADRO XV
TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO LYCEU PROVINCIAL ENTRE
OS ANOS DE 1851 A 1884

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS
1838	120	1860	93
1842	47	1862	104
1843	66	1863	109
1844	72	1864	135
1846	85	1865	136
1847	94	1866	129
1848	84	1867	121
1849	80	1868	94
1850	96	1872	68
1851	102	1873	46
1852	78	1874	114
1853	90	1875	152
1854	102	1876	200
1855	99	1877	158
1856	132	1878	117
1857	93	1883	147
1858	94	1884	252
1859	103		

Fonte: Relatórios de Presidentes de Província. Disponível em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial>

Consideramos relevante destacar que, a partir de 1873, ocorreu a aprovação da Lei 5429, 2 de Outubro daquele ano, que reconheceu os exames parcelados¹⁰⁵ ou de preparatórios, que possibilitavam o acesso às escolas superiores e que vigoraram até 1925, conforme discutimos no capítulo 3 deste trabalho.

No que concerne ao perfil do alunado que frequentava o Lyceu, este era formado pelos herdeiros da aristocracia provincial, do capital econômico, social, cultural e político.¹⁰⁶ No entanto, havia também aqueles originários dos grupos sociais intermediários, que viam a possibilidade de ascensão social pela escolarização secundária.

Outro aspecto que consideramos relevante aqui destacar refere-se ao fato de que, com essa concentração de alunos em um mesmo espaço-físico, surgiram outros

¹⁰⁵ Para maiores informações sobre os exames parcelados, consultar Haidar (1972, p. 47-94).

¹⁰⁶ Para a identificação desse perfil, somente foi possível uma aproximação a partir da utilização de um caderno de matrículas do Lyceu, em que constam alguns nomes dos alunos que o frequentaram, nos anos de 1843, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1856, 1858, 1862, 1863, 1864, 1866, 1867, 1868, 1880, 1881e 1884.

problemas disciplinares. Nesse sentido, essa nova configuração obrigou os dirigentes da instituição a, rapidamente, elaborarem regulamentos e normas disciplinadoras. Como o Lyceu era uma Instituição pública, é possível que os alunos se sentissem mais livres, já que o caráter intimidativo que a casa do professor representava não mais existia, portanto era necessário criar novos mecanismos de regulação do comportamento.

No que tange às questões disciplinares, Frago (1998, p. 105), afirma que todo espaço é um lugar percebido, ou seja, que em verdade não percebemos espaços, mas lugares construídos, elaborados. Assim, os espaços (lugares) do Lyceu Provincial eram educativos e disciplinadores, voltados para a formação e para a transformação dos sujeitos aprendizes. Nesse lugar, eram aplicadas estratégias disciplinares, a partir da simples punição, passando pela recompensa e pela oferta da possibilidade de ascensão social.

Seguindo essa norma, esse disciplinamento fazia-se presente já no instante da solenidade de abertura das aulas, que deveriam ocorrer sempre no dia 4 de fevereiro. As aulas eram precedidas de todo um ritual marcado por um simbolismo, no qual os alunos eram levados a entender a relevância social e cultural de participarem de uma instituição como o Lyceu Provincial.

Nos seus primeiros quarenta anos de existência, o Lyceu Provincial passou por uma série de reformas, inclusive em relação aos aspectos disciplinadores, que, entendemos, fizeram parte do processo de configuração e de reconfiguração de uma nova forma de organização do ensino secundário¹⁰⁷. Dessa forma, em 1846 foi aprovado o segundo Estatuto da Instituição, a partir da Resolução de 26 de fevereiro, no qual a questão da disciplina aparece no seu Capítulo 6º, sob o título “Da Economia e Política das Aulas”. Consideramos essa legislação muito severa, uma vez que o professor poderia castigar os seus discípulos com palmatória, prática que seria abolida apenas em 1849.

As faltas cometidas pelo estudante no recinto do Liceu, ou nas proximidades onde eles se costumam reunir, devem ser punidos condicionalmente pelo Diretor, quer por meio de repreensão na aula, ou particular, quer inflingindo outras punições corporais, como estar de pé durante todo, ou parte do tempo da aula, ou quaisquer outros que sua decisão julgar apropriadas, tendo atenção a idade, comportamento anterior dos alunos, e a gravidade da falta. Nos casos

¹⁰⁷ Cf. Quadro I, Legislação sobre o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte. 1836-1885, nos Anexos deste trabalho.

mais extraordinários o Diretor se dirigirá ao Presidente da Província, a cujo conhecimento levará uma exposição do fato, e de suas circunstâncias, a fim dele providenciar como entender conveniente. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103, grifo nosso).

Todavia, a questão disciplinar se desdobrava em outros aspectos, tais como os relacionados à frequência dos alunos e dos professores, colocando em evidência outro agente importante neste processo, o bedel, responsável pela ordem na Instituição, para quem os professores deveriam remeter o mapa com o número de faltas de cada aluno. Além dessa atividade, caberia também ao bedel,

Abrir e fechar o Lyceu, cuidar da limpeza da casa, avisar as entradas e saídas e principalmente avisar ao diretor todas as vezes que os professores faltarem e entregar-lhe no fim do mês a lista de faltas dos mesmos - professores e dos estudantes. Advertir os estudantes que transgredirem as disposições do art. 59, ou perturbarem a ordem do silencio do Liceu, dando parte ao Diretor, se eles se não coibirem. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103)

Dessa forma, o sistema disciplinar estava organizado na forma de uma gradação, que partia da simples advertência à expulsão, e que somente podia ser realizada pelo Presidente da Província, obedecendo a uma hierarquia didático-administrativa, tendo o bedel como o primeiro a repreender os alunos em assuntos disciplinares.

No que se refere às vestimentas dos sujeitos que frequentavam o Lyceu, incluídos neste ponto os professores, o Estatuto de 1846 não define exatamente acerca da utilização, mas orienta no seu Art. 59 que “no recinto do Liceu é proibida estar quem quer que seja de chapéu na cabeça, e andar com bengala, chibata ou chapéu de sol. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103)

Verificamos, ainda, no Capítulo 6 da referida Resolução, o seguinte sobre os alunos:

Art. 52. No primeiro dia de aula o bedel em presença do professor dará assento aos estudantes, segundo a ordem de suas matrículas.

Art. 53. Os estudantes comparecerão nas aulas a hora marcada e ocuparão imediatamente os seus lugares debaixo de todo o silencio.

Art. 54. Dez minutos depois do professor havido subido a cadeira o bedel fará a chamada dos alunos em voz alta. Os que não estiverem presentes serão notados nas listas do professor e do bedel.

Art. 55. Perderá o ano o estudante que houver dado dez faltas sem causa, ou trinta ainda justificadas. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103).

Assim, para coibir o desrespeito às normas aplicadas, ou outros atos que a direção do Lyceu Provincial julgasse como reprováveis, aos alunos seriam aplicadas punições de acordo com a gravidade da transgressão. A Resolução previa os seguintes castigos:

Art. 56. O professor da primeira cadeira poderá castigar os seus discípulos com a palmatória.

Art. 57. As faltas cometidas pelos estudantes no recinto do Lyceu, ou nas proximidades onde eles se costumam reunir, devem ser punidas condicionalmente pelo Diretor, que por meio de repreensão na aula, ou particular, quer inflingindo outras punições corporais, com estar de pé durante todo, ou parte do tempo da aula, ou quaisquer outros que sua decisão julgar apropriadas, tendo atenção a idade, comportamento anterior dos alunos, e a gravidade da falta. Nos casos mais extraordinários o Diretor se dirigirá ao Presidente da Província, a cujo conhecimento levará uma exposição do fato, e de suas circunstancias, a fim dele providenciar como entender conveniente.

Art. 58. O estudante incorrigível será excluído do Lyceu por ordem do Presidente da Província.

(...)

Art. 60. Os professores darão ao fim de cada mês aos seus discípulos certificado de seu comportamento e aplicação.

Art. 61. Estes certificados depois de apresentados pelos discípulos a seus pais, ou pessoas debaixo de cuja tutela estejam, o que constará da assinatura deles nos mesmo certificados, serão devolvidos aos professores que os remeterão ao Diretor para sua informação, sendo depois despachados e arquivados. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 103)

A partir dessas formulações, percebemos que, com o surgimento do Lyceu Provincial, deu-se início à criação de todo um sistema disciplinar. Devido à pouca documentação acessível sobre os aspectos do funcionamento interno do Lyceu, ou seja, do seu dia-a-dia, pouco sabemos sobre tais temas. Entretanto, temos algumas informações acerca de atos de indisciplina cometidos pelos alunos, para além dos muros e paredes do Lyceu.

Havia em frente às portas da Igreja contígua ao prédio onde funcionava o Lyceu uma pequena escadaria, onde os liceanos ficavam sentados, ou em pé, à espera do início das aulas. Era nessa escadaria que os alunos se rebelavam contra a ordem imposta na parte interna, ou seja, os liceanos as usavam para as mais diversas atividades, como apresentou o jornal *O Solícito*, de 27 de julho de 1867, ano em que o Lyceu Provincial contava com 121 alunos, segundo Relatório de 28 de Junho do mesmo ano, elaborado pelo secretário da Diretoria da Instrução, Carlos Auxencio Monteiro da Franca.

Segundo o jornal, em matéria intitulada “Desenvoltura dos Estudantes”,¹⁰⁸

Faz-se bastante a falta de respeito e a immoderação que apresentam os estudantes do Lyceu desta cidade, pateando, e dirigindo impróprios a quaes quer pessoas estranhas a esta capital, que passam defronte deste estabelecimento scientifico **ao tempo, que funcionão as aulas**

De todas as partes tem surgido queixas contra essas pateadas ostentadas por palavras indecentes, e allusões deshonestas, no que somente, tem mostra de progresso alguns dos moços, que aliás, sendo de boas famílias, não encontram em seus Paes ou administradores a reprimenda conveniente.

Entretanto, um ano antes, isto é, em 1866, o Diretor Interino da Instrução Pública, Fructuoso da Soledade Sigismundo, já havia se mostrado muito preocupado com a questão e propôs algumas mudanças, no sentido de tornar as normas disciplinares mais rígidas.

Lançando-se um geral golpe de vista sobre este estabelecimento forçoso é confessar que se elle não mostra um aspecto reconhecidamente decadente, tambem, não apresente aquelle desenvolvimento e animação á que é susceptível de chegar. Tenho ouvido dizer á pessoas sisudas e qualificadas que ali nunca mandarão estudar a seus filhos, e, de certo, as algazarras, disturbios e descommedimentos que no Lycêo se praticão, apoiados sobre tudo na falta de leis disciplinares o tornão um pouco repillante a todos aquelles que sympathisão com a subordinação, acatamento e uma conducta bem apurada. É de urgente necessidade que se ponha termo a taes irregularidades, e n’outro lugar, quando tratar deste assumpto, indicarei algumas medidas, que tendão a remover esses excessos, e afastar a paralisação em que este estabelecimento se conserva.

(PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1866, p. A-8).

Permitta V. Exc. que ainda uma vez mais invoque a attenção de V. Exc. para com uma materia de grande importancia; mas que infelizmente tem ficado em olvido, apezar de assaz reconhecida pelos competentes. Poderes da Provincia. Quando na primeira parte desta exposição fallei no Lycêo da Capital, lembrar-se-ha V. Exc. que fiz ver, que algumas pessoas reconhecidamente qualificadas resusavão mandar nelle estudar a seus filhos, pelos muitos excessos e disturbios,

¹⁰⁸ Em outros momentos, os alunos do Lyceu Provincial também utilizaram as escadarias da Instituição para promover manifestações, como foi o caso das manifestações contra a Guerra do Paraguai (1864-1870). Essa tradição de os alunos utilizarem as escadas do Lyceu Provincial para realizarem as suas manifestações chegou até o século XX, como relata Frederico Mindêllo Carneiro Monteiro (1977, p. 37). “Aqueles largos degraus de alvenaria serviam para a reunião de todos nós estudantes, quando esperávamos o começo das aulas, apreciando a passagem dos bondes, dos transeuntes e dos pequenos que em época recente, a partir do Governo Camilo de Holanda, iam e vinham para o amplo prédio da Escola Normal. Algumas vezes, para desespero dos passageiros, motorneiros e condutores, nas horas de maior movimento, os estudantes se distraiam esfregando sabão nos trilhos, o que fazia as rodas deslizarem no mesmo lugar e os bondes, cheios, recebiam as vaias e assuadas da rapaziada postada nos degraus da Igreja da Conceição, ou na entrada do Lyceu.”

que alli se praticão, apadrinhados, ou tolerados, sobre tudo, pela deficiencia de Leis disciplinares. Com effeito, é digna de notar-se a nimia escassez com que se portou o Legislador nesta parte tão precisa para a manutenção da ordem em um estabelecimento de educação da mocidade.

As unicas disposições penaes do Regulamento vigente são as contidas nos art. 20 e 29. O art. 20 diz: Os alumnos que não forem assiduos, os insubordinados e desobedientes á seus mestres serão expulsos do Lycêo, quando assim o deliberar a Presidencia» e o art. 29 assim se exprime: «Será permittido nas aulas de instrucção primaria, e da superior da primeira cadeira (a de Latim) o castigo com palmatoadas.» [...] Da lettra dos art. citados facilmente se infere, que o castigo comminado no art. 20 é o unico infligivel aos estudantes que não forem da cadeira de Latim. Mas, Exm^o Senhor, quem dirá que é previdente e completo um codigo, cujas disposições penaes exclusivamente se limitão a punir com o maior castigo os crimes atrozes, ao passo que deixa incolumes e absoltos os de menor entidade, mas que, se fossem logo corrigidos em seu começo, deixarião de exigir com a reproducção ou reincidencia a pena a mais severa?

Não seria uma lei formulada nestas condições justamente reputada defeituosa, e insufficiente para garantir a conservação e andamento de qualquer associação ou estabelecimento, principalmente d'um Lycêo, onde os castigos correccionaes se fazem indispensaveis para sua manutenção e regularidade?

Concedido mesmo que os estudantes das cadeiras exceptuadas sejam venialmente impecaveis, convirá sempre e irrimissivelmente a imposição da pena de exclusão nos casos apontados no regulamento, sem que se attenda, como é de direito, circumstancias e occurrencias, que podem attenuar, e até mesmo destruir em parte sua odiosidade, ou, admittida esta ponderação, deixa-los no todo impunes com o bem fundado e admissivel receio de incorrer-se em rigorismo e severidade? A boa razão e dictames da recta justiça aconselhão que nem uma, nem outra cousa.

É nestas estreitezas e emergencias que a Directoria, em ultimo recurso, se ha soccorrido do alvitre da reprehensão; mas este alvitre, como se sabe, é em alguns casos nimiamente fraco, e, quando muito, só tem efficacia para o estudante brioso, o que não é comesinho encontrar-se em um estabelecimento, onde teem ingresso individuos de todas as classes, de todas as indoles, e de toda a sorte de educação. Está, pois, cabalmente provado, que o regulamento actual da Instrucção Publica se resente de grande falta de disposições penaes, que abranjão os delictos, em que não for devidamente cabido o maximo castigo de exclusão, e por uma natural deducção que a certeza da impunidade ha dado lugar aos excessos e descomedimentos, que no Lycêo se praticão.

Cumprindo-me agora, porém, indicar qual o meio mais adequado a remover taes abusos, direi francamente que elles em grande parte, senão no todo, desapparecerão logo que forem ampliadas as faculdades e attribuições da Directoria. Seja o director expressa e legalmente autorisado a penitenciar a seu arbitrio, já não digo com palmatoadas, mas com quaesquer outros castigos, aos estudantes privilegiados, que o merecerem, bem como mandal-os conservar de pé durante os trabalhos da aula a que pertencerem; possa elle igualmente, nos crimes de maior monta, recluser em uma sala do Lycêo os

delinquentes, por espaço de horas que, á juízo prudente, correspondão com a gravidade do delicto; sejam, finalmente, suas ordens sustentadas e consideradas como de ultima instancia, que logo cessaráõ esses prejudiciaes e inveterados inconvenientes. Convicção tenho que, á proporção que a indiferença, altivez e insubordinação se forem persuadindo de sua impossibilidade na prosecução de sua marcha costumada, livre ou coagidamente, mudarão de rumo, e, por propria conveniencia e conservação, buscarão congraçar-se com a boa ordem e são costumes. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1866, p. A-8).

Nesse sentido, o Diretor Interino Francisco Fructuoso da Soledade Sigismundo propõe medidas no sentido de sanar tais problemas, uma vez que era necessário, segundo ele, a manutenção da imagem do Lyceu Provincial como uma casa de correção moral e do padrão de excelência de seu ensino, uma vez que o título de “lyceano” trazia em si o simbolismo de uma sólida e austera formação educacional.

A aplicação de uma rígida disciplina se dava também em virtude da falta de normas quanto à idade ou à formação anterior dos alunos para a sua matrícula no Lyceu Provincial. Tal situação, inclusive, lfez com que ocorressem alguns abusos, como a inscrição de alunos que não sabiam ler e escrever. Esses abusos levaram à publicação de uma portaria, em 23 de janeiro de 1862, que definia algumas normas, como a exigência da habilitação nas matérias do ensino primário, como se lê no Relatório da Diretoria da Instrução Pública daquele ano.

No intuito de prevenir o abuso de matricularem-se alumnos sem saberem as vezes nem escrever, como acontecia, restabeleci com aprovação de V. Exc., (Portaria de 23 de Janeiro do corrente anno) a pratica de exigirem-se previamente provas de habilitação nas matérias do ensino primário. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1862, p. AG.8).

O aluno do Lyceu Provincial era educado para ser súdito, isto é, submisso, obediente e respeitador das leis e das normas que eram emanadas pelo poder imperial, representado pelas suas diversas instâncias, entre elas a escola, no seu sentido mais amplo. Assim, todas as manifestações de indisciplina visavam tão somente romper com as normas excessivas impostas pela referida Instituição secundária. Segundo Menezes (1983, p. 236),

Os discípulos monarquistas, liberais ou republicanos agnósticos, estariam já em plena idade eleitoral, com as atividades partidárias ensaiadas na imprensa provinciana. Por outro lado, temos que reconhecer o isolamento institucional-cultural do Lyceu. A rede escolar primária resumia-se a três centenas de escolas e o púbere; o lyceano adolescente não possuía uma socialização capaz de animá-lo para empreendimentos de classe; vinha da casa patriarcal, onde era menino sem vez, para o colégio, onde prosseguia submisso. E uma didática aterradora, com a palmatória em uso, estava no seu percurso estudantil, apesar das restrições pedagógicas do Presidente Vasconcelos, em 1849.

Sobre a indisciplina nas escolas, Siqueira (2000) em seu livro *Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)*, relata que, desde o século XIX, as escolas possuíam mecanismos coercitivos para serem aplicados, se necessários, a fim de manter a ordem no ambiente da sala de aula. A autora ressalta ainda que, tradicionalmente, na escola, quando uma regra era transgredida, poderia aparecer como fonte de condenação o castigo.

Para essa autora, “o castigo, de maneira genérica, significa a aplicação de um corretivo que pressupõem a transgressão de regras estabelecidas.” (p. 238). Ela enfoca ainda que os dispositivos disciplinares no século XIX eram utilizados para punir condutas consideradas indesejáveis e estas punições se efetivavam por meio da palmatória, utilizada pelos professores, que batiam nas mãos dos estudantes considerados infratores.

No que concerne à realização dos exames, eles eram o momento mais importante do processo de aprendizagem no Lyceu Provincial. Eram revestidos de tamanha importância que contaram, em alguns anos, com a presença do Diretor da Instrução Pública, com membros da Congregação dos professores e até com a presença do Presidente da Província, como foi o caso dos exames ocorridos em 1848, que contaram com a participação do Presidente João Antonio de Vasconcellos, que relatou a sua experiência no relatório do ano seguinte.

Pelas informações que tenho do Lycêo, sei que prossegue ali o ensino com regularidade, é frequentado presentemente por 80 alumnos, como no mappa n. 5. O anno passado assisti aos exames em Novembro, nos quaes se distinguirão alguns moços hábeis. Os exames de Rhetorica não forão completos, por lhes faltar a analyse de alguns exemplares clássicos, latinos, e da nossa lingua, onde o estudante mostrasse praticamente a theoria da arte da oratória: mas essa falta posso crer, que será remediada d’agora em diante, conforme insinuei. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1849, p. 14).

O Capítulo 5, dos Estatutos de 1846, trata dos exames, os quais somente os alunos que tivessem suficiente instrução poderiam fazer:

Ao estudante que não tiver sido contemplado pelo professor para fazer o exame no fim de ano, e que não se julgar para isso suficientemente habilitado, fica permitido recorrer a Congregação que depois de ouvido o mesmo professor, o poderá ou não admitir a exame, conforme as razões que se devem de uma e de outra parte.

Os exames, além de terem o caráter de auferir os conhecimentos acumulados pelos alunos durante um período, serviam também como um momento ritualístico de passagem.

Esse exame será feito perante a Congregação, e os professores examinarão o estudante pelo tempo que quiserem. O dia do exame para premiar será comunicado ao Presidente da Província. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 101).

Art. 49 – Na sala dos atos haverá um assento decente colocado em lugar destinado para o Presidente da Província, quando quiser assistir aos exames, a cujas votações estará presente, querendo. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 104).

Os exames aconteciam sempre no fim do ano letivo e se compunham de provas orais e escritas e se iniciavam sempre pelas primeiras. Os dias de sua realização eram definidos pelo Diretor e pela Congregação, como definia o Art. 63 do Estatuto de 1846: “O Diretor designará os dias de exame para premiar e mandará avisar os propostos.”

A ordem das cadeiras, bem como a listagem, que era elaborada, considerando-se as matrículas mais antigas, era afixada na porta de uma das salas do Lyceu, informando ainda o dia e a hora do exame.

Os pontos das provas eram designados pela Congregação, que era composta pelos professores do Lyceu Provincial. No dia da prova, os pontos eram sorteados e os examinadores começavam as arguições.

Quanto ao tempo das provas, estavam divididos da seguinte maneira,

Art. 36 – Aos estudantes da primeira, segunda e quinta cadeira dar-se-á meia hora para comporem os temas e reverem as traduções, ou as proposições que lhe couberem em sorte; devendo os professores vigiar que eles se não afastem das suas vistas, nem conversem com pessoa alguma durante esse tempo. (PINHEIRO & CURY, 2004, p. 101).

Os exames eram públicos e os alunos eram acompanhados por dois examinadores, presididos pelo professor da respectiva cadeira e com assistência do Diretor. O tempo para cada exame era igualmente dividido pelos examinadores, sendo que não podia exceder uma hora e meia para cada matéria.

Para a realização da avaliação pelos examinadores, eram as portas fechadas e os mesmos votavam secretamente com as letras – A ou R, que significava aprovado ou reprovado, e a decisão era lavrada pelo secretário e assinada por todos.

Conseguiam a “aprovação plena” os alunos que reunissem a seu favor a totalidade dos votos, e “simplesmente aprovado” os que recebessem um voto contra a sua aprovação. No caso de “reprovação” em qualquer uma das matérias, não era permitido que ao aluno fosse admitido a exame sem nova frequência naquela em que havia sido objeto da reprovação, e o mesmo aluno só poderia ser reprovado duas vezes na mesma matéria.

Como sistema de recompensa, no fim dos exames, cada professor indicava ao Diretor quais alunos deveriam ser premiados. O número não poderia exceder a três. Feitas as indicações, ele designava os dias em que ocorreriam as premiações. Em seguida, mandava avisar aos alunos.

Os exames eram realizados perante a Congregação, e os professores tinham o tempo que julgassem necessário, sendo que os de Retórica e Filosofia duravam 3 horas, por serem considerados os mais cansativos. Findo o processo, o Diretor lia o relatório dos trabalhos desenvolvidos durante o ano, e um professor designado pela Congregação apresentava um discurso terminando com a leitura dos nomes dos premiados e a sua distribuição, que consistia em um certificado, assinado pela Congregação, entregue ao estudante pelo Diretor. Esse certificado dava direito ao liceano de ocupar um lugar de honra na sala de aula, conforme ficou determinado no artigo 68 do capítulo 7º do Estatuto de 1846.

Art. 68 – Os prêmios consistirão em um certificado honroso, assinado pela Congregação, que será em presença dela, entregue ao estudante pelo Diretor, e em assentar-se na aula, em que se matriculou em lugar distinto, que se chamará assento de honra.

Art. 69 – Os exames começarão no dia marcado pela Congregação que o regulará de modo que se não estendam além do mês de novembro. (PINHEIRO & CURY, 2004, p.104).

Entretanto, o regime de premiação tinha outros desdobramentos, tais como:

Art. 70 – O estudante premiado não sofrerá os castigos de que trata os artigos 57 e 58, a exceção das repreensões particulares do Diretor: quando porém haja ele cometido qualquer falta pela qual seja necessário maior castigo, o Diretor comunicará ao Presidente da Província para resolver conforme entender conveniente. (PINHEIRO & CURY, 2004, p.104).

Em alguns momentos, esses prêmios eram entregues pelos próprios presidentes de Província, conforme consta no relatório de 1853 do presidente Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque

No dia 7 de Janeiro do corrente anno destribui pessoalmente na sala do Lyceo os premios determinados no Regulamento vigente pelos estudantes que mais aplicação e adiantamento mostrão durante o anno lectivo. Forão premiados os estudantes Belarmino Acurcio Cavalcante de Albuquerque, em Latim; José Thomaz Ferreira Neves Junior, em Francez; e Epaminondas de Souza Gouveia, em Geographia. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1853, p.11).

Vale ressaltar, também, que nesse íterim foi normatizada, também, a certificação escolar secundária, como condição necessária para uma futura inserção sócio-profissional dos egressos do Lyceu Provincial. Todavia, muito antes da sua validação, para o acesso as faculdades do Império, os exames do Lyceu Provincial tinham grande repercussão na Cidade da Parahyba, por serem altamente reprovadores. Em 1852, Gonçalves Dias, em seu Relatório, anotou que, dos 102 matriculados, 94 não foram aprovados (DIAS, 1852, *apud* MENEZES, 1983, p, 237).

Com a falta do recurso coativo, abolido em 1849, os professores passaram a se utilizar dos exames como recurso disciplinador.

5.3- Os egressos do Lyceu: o cumprimento do papel social e cultural que lhes foi atribuído

O ensino secundário público, na Província paraibana procurou manter o *status* de formador da elite. As famílias Albuquerque Maranhão, Costa Maxado, Gomes da Silveira, Carneiro da Cunha, Borges da Fonseca, Souza Rangel, Chaves, Vasconcelos, entre outras, estiveram sempre presentes no processo de organização da instrução pública paraibana. Todavia, outros agentes vinculados à elite foram formados pelo Lyceu e se inseriram no mundo político e social, como presidentes de província,

deputados, diretores da instrução pública, médicos, padres, integrantes da burocracia provincial e professores do próprio Lyceu Provincial. Tentamos percorrer o itinerário de alguns desses homens¹⁰⁹, após sua passagem pela Instituição. (ver Anexo quadro nº VII)

Conforme vimos afirmando ao longo de todo este estudo, a passagem pelo Lyceu Provincial garantia a possibilidade de as famílias abastadas sócio-economicamente manterem-se no poder, uma vez que, com o diploma ali conseguido, o acesso a esses espaços de poder seria facilitado. Esse aspecto pode ser ilustrado, a partir da exposição realizada pelo Inspetor da Alfândega, José Lucas de Souza Rangel, que havia matriculado os seus dois filhos: Francisco Lucas de Souza Rangel e Jozé Lucas de Souza Rangel Filho, no Lyceu. Vejamos:

Aqui cumpre fallar de uma espécie, que é própria deste artigo, e vê a ser: Sendo preenchidos na Thesouraria de Fazenda os Logares vagos da Contadoria por meio de concurso, no qual o aspirante se mostra habilitado em contabilidade e escripturação, pareceria muito conveniente que o mesmo se adoptasse na Adminstração de rendas, vistas as boas razões, em que se funda esta disposição geral, e da mesma sorte que se desse acesso, quando este podesse ter lugar pela falta de qualquer dos empregados, na classe dos escripturarios, ficando ao arbítrio dos Srs. Presidentes o tirarem qualquer dos concurrentes, que, tendo sido approvados, lhes fossem apresentados em proposta pela respectiva Repartição; ou talvez fosse mais conveniente que as pessoas, que para o futuro se houvessem de empregar na Administração de Rendas, tamsomente fossem tiradas d'entre aquelles, que tivessem um diploma passado pelo Lyceo Parahibano; desta maneira, ao passo que adquiríamos empregados com habilitações precisas para occupar os diversos lugares da Repartição, estimulávamos a mocidade a freqüentar o único estabelecimento literário que temos na Província; mas em qualquer dos casos seria muito conveniente que se desse aos novos empregados uma garantia de perduralidade nos empregos.
(PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1845, p. 77).

Dentre os ex-alunos do Lyceu Provincial, aqui relacionamos alguns nomes e as suas atividades. Vejamos: um Secretário da Diretoria da Instrução Pública, João

¹⁰⁹ Para chegarmos à identificação desses homens procedemos da seguinte maneira. De posse de algumas listas de matrículas, realizamos o cruzamento dos nomes nelas existentes com as informações acerca das suas atividades políticas e intelectuais. A título de exemplo, nos cadernos de matrícula, as informações eram organizadas como no excerto: “Aos quinze dias de fevereiro de mil oito centos e quarenta e cinco na Secretaria do Lyceu d’esta cidade compareceu Francisco Lucas de Souza Rangel, filho de José Lucas de Souza Rangel; de idade de dezesseis annos; natural desta Província, apresentou despacho do Sr. Director mandando que fosse matriculado n’esta aula de Philosophia, como requeria em sua petição e justa a qual se achava certidão de exame de Latim pela requerida cadeira e conhecimento do despacho o imposto de três mil e duzentos reis; para constar levarei o referente termo, que vai por elle assinado comigo. Secretario. José Lourenço Meira de Vasconcelos, Francisco Lucas de Souza Rangel.” Documento pertencente ao Arquivo Público Estadual Waldemar Bispo Duarte. Caixa: 23, Ano: 1845.

Cavalcante de Albuquerque Vasconcelos Junior; dois Padres, Leonardo Antunes Meira Henriques e Angelo Baptista Avondano; um Amanuense (escriturário) do Governo da Província, Rufino Olavo da Costa Maxado; um Médico, Antonio da Cruz Cordeiro, que atuou no Colégio de Educandos Artífices; dois professores públicos com atuação no interior, Mathias Carlos de Araujo e Graciliano Fontino Lordã, o segundo foi professor público das localidades de Cuité, em 1867, em Fagundes, em 1869-1871, em Pedra Lavrada, em 1880, e fundador de uma escola noturna em Campina Grande, em 1873; um Professor substituto do Lyceu Provincial, Rufino Olavo da Costa Maxado; dois Professores do Lyceu Provincial, Ivo Magno Borges da Fonseca, Leonardo Antunes Meira Henriques e vários deputados provinciais: Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos, Antonio Bezerra Carneiro da Cunha Junior, Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, Antonio Felipe de Albuquerque Maranhão, Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti, Epaminondas de Souza Gouveia, Francisco Lucas de Souza Rangel, Francisco Pinto Pessoa César, Francisco Xavier de Andrade Jr, Graciliano Fontino Lordão, Ivo Magno Borges da Fonseca, João de Mata Correia Lima, Joaquim Ignácio de Lima e Moura, Leonardo Antunes Meira Henriques, Manoel Juvenal Rodrigues da Silva, Olynto José Meira, Theodolino Antonio da Silveira Ramos.

Dentre os egressos do Lyceu, um dos que mais nos chamou a atenção foi Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Cavalcanti, já mencionado anteriormente. Encontramo-lo matriculado na cadeira de Filosofia em 1845, aos 15 anos.

Diogo Velho, como era mais conhecido, nasceu na Fazenda Chaves, município de Gurinhém, em 9 de novembro de 1829. Foi vice-presidente da Província em 1868, com menos de 40 anos de idade. Foi presidente das províncias do Piauí, de 5 de novembro de 1859 a 1º. de maio de 1860, do Ceará, de 27 de agosto de 1868 a 24 de abril de 1869, e de Pernambuco, entre 1870 e 1871. Assumiu, também, o Ministério da Agricultura (1858), do Comércio e Obras Públicas e o Ministério da Justiça, além de dirigir o Ministério dos Estrangeiros, na década de 1870. Foi responsável pela construção da Estrada de Ferro Conde d'Eu na Província da Parahyba do Norte, que ligava Cabedelo a Alagoa Grande, e pela extensão da linha telegráfica de Recife à Cidade da Parahyba.



Imagem: III
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque
Fonte: (SILVEIRA, S/A, p, 41).

Monarquista ardoroso, foi senador durante o Segundo Reinado, tendo tido atuação muito importante como parlamentar. Foi também Comissário Geral do Império, na Exposição Universal de Paris, além de ser o autor de uma monografia que apresentava os primeiros anos da república brasileira intitulado: *Notice generale sur les principales lois promulgués au Brésil de 1891 a 1894*.¹¹⁰ Teve uma atuação pioneira ao marcar o primeiro registro fonográfico do Brasil, em 1889, após uma amostra de sua voz ser gravada em um disco cilíndrico. Por atuação em favor do Império Brasileiro, foi condecorado com os títulos de Cavaleiro Grã-cruz da Ordem de Cristo de Portugal e da Ordem de Vila Viçosa.

Outro aluno do Lyceu Provincial que ganhou notoriedade foi Antonio Alfredo da Gama e Mello, nascido na Cidade da Parahyba, no dia 1º. de outubro de 1849. Destacou-se como político, filósofo e escritor. Gama e Mello fez os seus estudos fundamentais em escolas particulares da capital, bacharelando-se em Direito pela Escola do Recife, em 1873. Foi contemporâneo de Castro Alves, Cardoso Vieira, e Tobias Barreto. Tornou-se um grande filósofo, destacando-se na oratória. Com atuação no jornalismo. foi fundador do jornal *A República*, periódico que pregava o sentimento de

¹¹⁰ Infelizmente, não conseguimos localizar nenhum exemplar dessa obra.

justiça e de igualdade dos cidadãos. Herdou do pai a vocação para as línguas clássicas, e a cadeira no Lyceu Provincial, sendo seu substituto, por meio de concurso na cadeira de Latim. Lecionou, também, Retórica.



Imagem: IV
Antonio Alfredo da Gama e Mello
Fonte: (SILVEIRA, S/A, p, 41).

Enveredou na política partidária, exercendo o cargo de 1º vice-presidente da Província, nomeado por Carta Imperial, de 19 de abril de 1880, tendo assumido a Presidência da Província interinamente por cinco vezes, de 15 de maio a 10 de junho de 1880, de 3 de setembro a 20 de outubro de 1880, de 4 de março a 21 de maio de 1882, de 2 de novembro a 9 de novembro de 1882, e de 17 de abril a 7 de agosto de 1883. Foi também presidente do estado da Paraíba, de 22 de outubro de 1896 a 22 de outubro de 1900. Morreu em plena luta pelos direitos republicanos. (PEREIRA, 2000 p. 6-8).

Contemporâneo de Gama e Mello, Manoel Pedro Cardoso Vieira também teve provavelmente uma pequena passagem como aluno do Lyceu Provincial, todavia não conseguimos chegar à data de quando foi seu aluno nas fontes consultadas para este estudo. É provável que tenha cursado o Lyceu entre as décadas de 1850-1860, uma vez que foi aprovado nos exames para a Faculdade de Direito do Recife, em 1866, aos dezesseis anos.



Imagem: V
Manoel Pedro Cardoso Vieira
Fonte: (MARTINS, 1979, p. 9)

Manuel Pedro Cardoso Vieira, homem negro, nasceu em janeiro de 1848, na localidade da Jacoca, antigo distrito do atual município do Conde, no litoral sul da Parahyba do Norte. Seus estudos iniciais foram na residência dos pais que, posteriormente, se transferiram para a capital com o intuito de dar melhores condições para continuidade dos estudos do filho Cardoso Vieira. Segundo Martins (1979, p. 26), seu biógrafo,

Como acadêmico – testemunhou Cícero Brasiliense de Moura a Álvaro de Carvalho – revelou-se inteligência superior, orador elegante, de agressividade fora do comum, de par com orgulho que tocava à empáfia. Conhecedor das línguas francesa e inglesa, em que era muito versado, lia abundantemente e desordenadamente, os autores mais notáveis de ambas as literaturas, e sua paixão por elas levava-o corresponder com alguns amigos ou colegas nos idiomas de sua preferência.

Companheiro de Tobias Barreto e Joaquim Nabuco na Faculdade de Direito de Recife, participou de forma ativa do movimento chamado condoreirismo¹¹¹, na poesia.

Em 1871, voltou à Parahyba do Norte, onde iniciou carreira na advocacia, no jornalismo e no magistério, oferecendo aulas particulares de matemática. Em 1872, houve a jubilação¹¹² dos professores do Lyceu Provincial das cadeiras de Latim, Inglês e Retórica, que foram postas a concurso autorizado pelo Regulamento de 11 de março de 1852. O então presidente da Província, Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, designou os professores Thomás de Aquino Mindello e João Antonio Marques como os examinadores, para a prova de Latim. A prova do concurso foi marcada para as 11 horas da manhã do dia 15 de abril de 1872.

As provas para o preenchimento de vagas no Lyceu Provincial, geralmente, ocorriam em um sala do Palácio da Presidência. Para a prova de Retórica foram designados os professores Thomas de Aquino Mindelo e o Padre Leonardo Antunes Meira Henriques. No dia 1º de junho, saíram as nomeações de Antonio Alfredo da Gama e Mello, para a cadeira de Latim, e de Cardoso Vieira, para a cadeira de Retórica.

Outro egresso do Lyceu Provincial que teve importante papel da política paraibana e chegou a governar a Província em vários momentos foi Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, agraciado com o título de Barão do Abiay.

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha nasceu em Alhandra, em 31 de agosto de 1813-31 (?). De família tradicional na história política paraibana e importante na vida do próprio Lyceu Provincial, uma vez que seu pai o Comendador Manuel Florentino Carneiro da Cunha, que assinou a lei de criação da Instituição.

Depois de seus estudos iniciais no Lyceu Provincial, continuou-os na Faculdade de Direito de Olinda. Seguindo os passos de seu pai, ingressou no Partido Conservador,

¹¹¹Condoreirismo ou condorismo é uma parte de uma escola literária da poesia brasileira, a terceira fase romântica, marcada pela temática social e pela defesa de idéias igualitárias. As décadas de 60 e 70 do século XIX representam para a poesia brasileira um período de transição. Ao mesmo tempo que muitos dos procedimentos da primeira e da segunda geração são mantidos, novidades de forma e de conteúdo dão origem à terceira geração da poesia romântica, mais voltada para os problemas sociais e com uma nova forma de tratar o tema amoroso. Fugindo um pouco do egocentrismo dos ultrarromânticos, os condoreiros desenvolveram uma poesia social, comprometidos com a causa abolicionista e republicana. Em geral, são poemas de tom grandiloquente, próximos da oratória, cuja finalidade é convencer o leitor-ouvinte e conquistá-lo para a causa defendida. O nome da corrente, condoreirismo, associa-se ao condor ou outras aves, como a águia, o falcão e o albatroz, que foram tomadas como símbolo dessa geração de poetas com preocupações sociais. Identificando-se com o condor, ave de voo alto e solitário, com capacidade de enxergar a grande distância, os poetas condoreiros supunham ser eles também dotados dessa capacidade e, por isso, tinham o compromisso, como poetas-gênios iluminados por Deus, de orientar os homens comuns para os caminhos da justiça e da liberdade. (COCHAR & CEREJA, 2005).

¹¹² O mesmo que aposentadoria nos dias atuais.

elegendo-se deputado provincial para a legislatura de 1856-1857. Retornou à Assembléia Legislativa em 1862, quando já era considerado um dos maiores próceres de seu partido, à época, liderado na Província por seu tio Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, e, com a morte deste, ocorrida em 1870, Silvino ascendeu à chefia da referida agremiação política.



Imagem: VI
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, Barão do Abiahy.
Fonte: (SILVEIRA, S/A, p, 15).

Foi deputado provincial durante várias legislaturas na Parahyba do Norte e presidente das províncias da Parahyba, de 16 de abril a 11 de junho de 1869, de 17 de outubro de 1873 a 10 de abril de 1876, do Rio Grande do Norte, de 22 de março de 1870 a 11 de janeiro de 1871, de Alagoas, de 28 de maio de 1871 a 22 de dezembro de 1872, do Maranhão, de 4 de março a 4 de outubro de 1873. (SILVEIRA, s/d, p. 15)

No exercício da presidência da Província do Rio Grande do Norte, permaneceu de 22 de março de 1870 a 11 de janeiro do ano seguinte. Terminada a Guerra do Paraguai, recebeu festivamente os primeiros voluntários da pátria que regressaram dos palcos da guerra e chegaram a Natal, a bordo do vapor ‘Marcílio Dias’, na manhã de 2 de agosto de 1870, entre aclamações, versos e flores.

Também foi inspetor da alfândega da Parahyba do Norte, do Amazonas e do Maranhão. Além de Delegado de Polícia, promotor público e secretário do governo, foi também diretor da instrução pública e procurador fiscal da Fazenda paraibana e foi membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambucano. Exerceu, quase de modo vitalício, a chefia do Partido Conservador da Parahyba e dedicou grande parte de

sua vida ao jornalismo indigenista, de quem foi incentivador, tendo fundado o jornal *A Imprensa* e o *Jornal da Parahyba*. De reconhecida cultura jurídica, advogou para as empresas Wilson L. Cia e a Estrada de Ferro Conde D'Eu. Falecido em 1892, a ele deve-se a iniciativa dos trabalhos da primeira linha de Telégrafos, ligando a Cidade da Paraíba do Norte a Recife.

Além de Diogo Velho, Gama e Mello, Cardoso Vieira e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, outros liceanos dos anos de 1840 galgaram altos cargos na Província, ainda jovens, efetivando, portanto, os objetivos esperados pela elite local.¹¹³ Vejamos: Angelo Baptista Avondano, Antonio Bizerra Cavalcanti, Antonio Borges da Fonseca. Deputados republicanos: Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, Antonio José de Rodrigues Chaves, Artur Achilles dos Santos, Eugenio Toscano de Brito, Ivo Magno Borges da Fonseca, Jozé Lucas de Souza Rangel, Antonio de Aguiar Botto Menezes, Francisco Seráphico da Nóbrega, Eugenio Toscano de Brito, Irineu Joffily, Jozé Lucas de Souza Rangel, Augusto dos Anjos e Álvaro Lopes Machado.

A década de 1860, teve Luís Ferreira Maciel Pinheiro (1839-1889), um dos primeiros ex-lyceanos a se destacarem na cidade do Recife, como um dos líderes de sua geração de 1865. Advogado e jornalista, estudou na Faculdade de Direito do Recife, tendo sido contemporâneo de Castro Alves, Tobias Barreto, Martins Júnior e Fagundes Varela. Com a eclosão da Guerra do Paraguai, alistou-se como voluntário, indo lutar pela pátria. Era partidário da causa republicana, e lutou pela queda do regime imperial, falecendo seis dias antes da proclamação da República. Dirigiu *O Futuro*, jornal científico-literário que tinha como redatores Castro Alves e Martins Júnior. Dirigiu, também, *A Província*, jornal abolicionista que teve como um de seus redatores Joaquim Nabuco. E, finalmente, fundou e dirigiu o jornal *O Norte*, juntamente com Martins Júnior.

¹¹³Segundo Durkheim (2008, p. 77), “a sociedade é um ser psíquico que possui uma maneira especial de pensar, de sentir e de agir, diferente daquela que é característica dos indivíduos que a compõem” e caberia à escola e ao professor – um adulto –, a função principal de apresentar essa sociedade às crianças, adaptando-as e formando cidadãos capazes de contribuir para uma harmonia social. Para o referido sociólogo, amparado em toda uma visão positivista – que afastava as concepções abstratas e metafísicas – a educação não era um elemento para a mudança social, e, sim, pelo contrário, um elemento fundamental para a conservação e funcionamento do sistema social.



Imagem: VII
Maciel Pinheiro

Fonte: Disponível em: <http://paraibanos.com>

Os anos 1870-1880, em função da validação dos exames do Lyceu Provincial, pela Lei 5429, de 20 de outubro de 1873, foi o período em que ocorreu um afluxo significativo de ex-liceanos em direção à capital pernambucana, onde exerceram a função catedrática em algumas instituições de ensino. Entre esses egressos do Lyceu Provincial estiveram os irmãos Brás Florentino Henrique de Souza (1825-1870), José Soriano de Souza (1833-1895) e Tarquínio Bráulio de Souza. Os três se tornaram lentes catedráticos da Faculdade de Direito de Olinda, criada por Decreto Imperial, em 11 de agosto de 1827.

Brás Florentino Henriques de Sousa, nascido em 1825, foi aluno do Lyceu Provincial, provavelmente na década de 1840. Em virtude da paixão por uma jovem pernambucana, com quem depois veio a se casar, abandonou os estudos eclesiásticos e matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, em 1846. Graduou-se em 1850 e, no ano seguinte, conquistou o título de doutor. Foi nomeado professor da mesma faculdade, em 1855, ano em que se tornou redator no Diário de Pernambuco, indicado por Nabuco de Araújo. Iniciou-se no magistério jurídico na cadeira de Direito Criminal, vindo a ser aclamado como um dos nomes mais importantes da área dos estudos criminais durante o Império. Teve um papel crucial na formação do Direito Penal Brasileiro.

Lecionou também Hermenêutica, Processo Civil e Processo Criminal como professor substituto, além de Direito Natural. Após cinco anos na carreira docente, veio

a pedir transferência para a cadeira de Direito Civil, da qual se tornou titular, lecionando, no terceiro e no quarto anos. Mudou-se para a Corte, em 1865, para participar da Comissão de revisão do esboço do Código Civil, elaborado por Teixeira de Freitas, afastando-se, assim, das atividades docentes. Em maio de 1869, foi nomeado Presidente da Província do Maranhão, cargo no qual veio a falecer, no ano seguinte, aos 45 anos de idade. Além de toda a sua contribuição como professor, jornalista e político, Braz Florentino foi também um dos fundadores do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.

Produziu vários trabalhos, entre eles: *O Comércio a Retalho* (artigos publicados no Diário de Pernambuco), 1854; *Código Criminal do Império no Brasil*, 1858; *Lições de Direito Criminal*, 1860; *Código de Processo Criminal de Primeira Instância do Império do Brasil*; nova edição, 1860. *Do Poder Moderador*: ensaio de Direito Constitucional; 1864. *Estudo sobre o Recurso à Coroa*, 1867; *Da abolição da escravidão*, por Mr. G. de Molinari (tradução), 1854; *Tratado dos dois preceitos da caridade e dos dez mandamentos da lei de Deus*, por S. Tomás de Aquino (tradução), 1860. Notícias de publicação de obra intitulada *Flor Acadêmica*, oferecida à Virgem do Bom Conselho. Teses, discursos e outras produções ligadas à carreira acadêmica, entre elas a sua tese de doutoramento com o tema relacionado ao Direito de Família, de 1851. Escreveu, também, sobre esse mesmo assunto: *O casamento civil e o casamento religioso*, 1859; *Parecer sobre o projeto do Código Civil* elaborado por Teixeira de Freitas, 1865.

Segundo Beviláqua, (1927, p. 147), o *Poder Moderador*¹¹⁴ é o trabalho, sem contestação, mais erudito e mais lógico, como aplicação dos princípios e como

¹¹⁴ Para Carvalho, “O Poder Moderador era um enxerto do absolutismo, introduzido na Carta Constitucional de 1824, outorgada por D. Pedro II. Zacarias tinha apenas um grande tema, sobre o qual escrevera um livro, a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador. Era um assunto de amplo alcance que envolvia um complexo problema de interpretação do texto constitucional e tinha a ver com o funcionamento prático da separação de poderes. Os intérpretes conservadores, Pimenta Bueno, Brás Florentino, Uruguai, insistiam, com base na Constituição, em que os atos do Poder Moderador não estavam sujeitos ao endosso dos ministros, que apenas os autenticavam. Zacarias, baseando-se no modelo inglês de parlamentarismo, queria dar força ao Conselho de Ministros diante do Chefe de Estado. As consequências práticas dessa alteração eram grandes para o imperador e para os ministros. A se aceitar a tese de Zacarias, nem o imperador poderia exercer tão livremente o Poder Moderador, nem os ministros poderiam esconder sua responsabilidade por trás do manto imperial” (Disponível em: http://www.brazil.ox.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0003/9327/WP87-murilo.pdf)

O trabalho escrito por Brás Florentino foi reeditado várias vezes, a mais recente edição é de 1978, em co-edição do Senado Federal com a Editora da Universidade de Brasília, com introdução de Barbosa Lima Sobrinho.

desenvolvimento da tese da Constituição Monárquica, do que o livro de Zacarias de Goés e Vasconcelos, *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*.

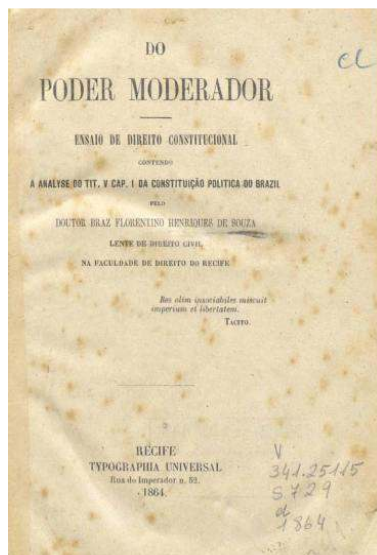


Imagem: VIII

Capa do livro *Do Poder Moderador*, de Brás Florentino Henrique de Souza, 1864.

Fonte: Disponível em: <http://bibliotecadireito.com.br/>

Segundo Aguiar (1997, p. 79), mesmo aqueles que o combateram no campo das ideias o respeitavam, como Aprígio Guimarães que, ao concluir seu rito fúnebre, disse

Reputávamo-lo dos melhores lentes, e talvez, no futuro, o melhor lente da Faculdade de Direito. Isso sem embargo de nossas dissidências, francamente anunciadas, em muitos pontos científicos [...] Víamos nele o mais lógico e terrível apóstolo das doutrinas autoritárias, na Cadeira do Direito. Neste terreno, era o adversário que mais gigantesco nos parecia. A nossa luta havia de ser perpétua. Nunca, porém, desconhecemos, no ilustre adversário, a grande aptidão intelectual, a assombrosa tenacidade no estudo, a grande riqueza de ilustração. [...]

O segundo dos irmãos egressos do Lyceu Provincial, que ocupou a Congregação de professores da Faculdade de Direito do Recife, foi Tarquínio Bráulio de Souza, que integrou a turma de 1857 e se tornou companheiro de seu irmão, Brás Florentino. Foi um dos signatários do manifesto com o título de *Prospecto*, de dezembro de 1864, e animador de seu órgão especial (*A Esperança*, que circulou semanalmente de maio de 1865 a maio de 1867). Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1857, doutorando-se em 1859. A 31 de março do ano seguinte, ingressou no magistério da

Faculdade, como substituto. Foi professor de Filosofia no Ateneu de Natal e de Direito Eclesiástico na Faculdade do Recife e, mais tarde, professor da Escola Naval, no Rio de Janeiro, e, como tal, capitão-de-fragata honorário, além de lente fundador da Faculdade Livre de Direito, no Rio de Janeiro. Deputado Provincial no biênio 1858-1859 e, posteriormente, Deputado Geral pelo Rio Grande do Norte na 15ª legislatura (1872-1875), na 16ª (1877), na 18ª (1881-1884), na 20ª (1886-1889). Foi um dos chefes conservadores de prestígio na Província e entrou duas vezes em listas tríplexes para o Senado. A exemplo de seus irmãos, defendeu ativamente os bispos na famosa Questão Religiosa, em 1874, razão pela qual recebeu um título honorífico da Santa Sé.

O mais novo dos irmãos lyceanos, José Soriano de Souza, também foi lente da Faculdade de Direito do Recife. Formou-se em Medicina, pela Faculdade do Rio de Janeiro (1860), e em Filosofia, pela Universidade de Louvain, Bélgica.

Soriano de Souza concorreu em concurso para o Ginásio Pernambucano com Tobias Barreto, já na época uma figura muito ilustre. No entanto, obteve a cadeira de Filosofia da escola, fato que criou um clima de intensa hostilidade entre as duas famílias. É considerado o introdutor no Brasil da Nova Escolástica. Entre as suas obras, consta um *Compêndio de Filosofia*, de 1867, que foi adotado nos seminários brasileiros, e ainda o *Compêndio de Filosofia, ordenado segundo o Dr. Angélico, S. Tomás de Aquino*, publicado no Recife, também em 1867; *Lições de Filosofia Elementar, Racional e Moral*, editado no Recife, em 1871, e finalmente *Elementos de filosofia do direito*, Recife, também em 1880.

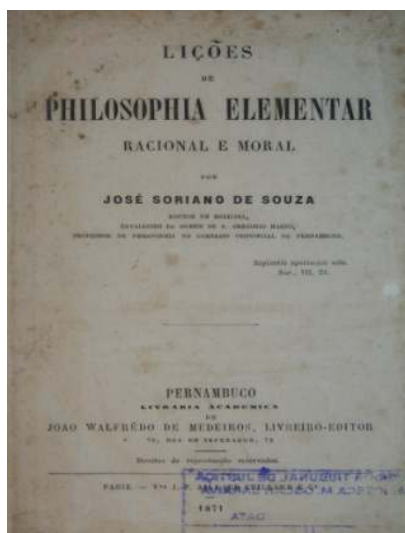


Imagem: IX
Capa do livro Lições de Philosophia Elementar, de
José Soriano

Fonte: Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br>

Segundo Coutinho (2009, p. 2), “Seus compêndios de filosofia foram, por muitos anos, os adotados nos liceus do Norte, antes da República, representando, no gênero didático, o que de mais sólido e profundo se escreveu sobre filosofia, no Brasil.”

Outros trabalhos de sua autoria publicados foram: *Ensaio Médico-Legal*, 1ª edição, 1862, Recife, e uma 2ª edição, em 1870, publicado em Paris; *Apontamentos de Direito Constitucional*, Recife, 1883; *Pontos de Direito Romano*, sob o pseudônimo de Vico, Recife, em 1884, e *Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional*, Recife, em 1893.

Como podemos verificar, não foram poucos os homens letrados que o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte formou, especialmente nos seus primeiros 40 anos de existência. Assim sendo, consideramos que a referida instituição logrou sucesso em relação aos seus objetivos que eram, especialmente, o de formar homens que viessem a ocupar a estrutura administrativa da Província da Parahyba do Norte bem como do próprio Império, e contribuir para o processo de formação e consolidação do Estado Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos problemas que enfrenta o pesquisador da História da Educação no Oitocentos, no Brasil, e no caso específico da Província da Parahyba do Norte, quando adentra a esse período, se refere à situação das fontes. Assim, ao analisar o movimento de constituição do ensino secundário na Parahyba do Norte, com foco no Lyceu Provincial, nos anos de 1836 – ano de criação dessa Instituição – e 1884 – ano em que é convertido em Escola Normal – o nosso maior obstáculo foi referente às fontes disponíveis, uma vez que essa Instituição não nos legou um arquivo com seus registros para que pudessemos adentrar em seu cotidiano.

Dessa forma, para tal, utilizamos de fontes documentais, impressas, e iconografias. Desse *corpus* documental, os relatórios e falas de presidentes de Província, dirigidos à Assembléia Legislativa da Província, foram por nós os mais utilizados, uma vez que, por meio deles, pudemos problematizar as estratégias discursivas adotadas para a normatização do ensino secundário na Província. Inicialmente, nossa atitude foi a de dominar as fontes empíricas de base documental para, a partir delas, iniciar o processo de construção das estruturas formais e conceituais que nos permitissem uma análise da Instituição, no quadro de ensino secundário paraibano ainda em construção.

Assim, pudemos constatar que o processo de institucionalização e de normatização do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte, no Lyceu Provincial, manteve algumas similitudes, mas houve também algumas diferenças com relação aos seus congêneres espalhados pelo Império Brasileiro.

Apesar de estarmos focados neste período, procedemos a incursões a períodos anteriores a 1836, com a finalidade de clarificar a compreensão da temática abordada. Atendendo ao fato, de que o Lyceu Provincial teve como base, e herdou alguns mestres do antigo Curso de Humanidades, criado em 1831, assim, consideramos que aquele primeiro ensaio, no que se refere à organização do ensino secundário na Província, foi parte integrante da memória da Instituição, neste estudo privilegiada.

Ao fazermos esse percurso de retorno a 1831, ou seja, aos primórdios da organização do ensino secundário na Província da Parahyba do Norte, constatamos que não existiam instituições secundárias organizadas e mantidas sob a égide do poder público. Existiam apenas sob sua égide, e em alguns casos mantidas por particulares, algumas Aulas Avulsas de Latim, espalhadas pelas localidades mais importantes do

interior, fato que levava a maior parte dos integrantes da elite local a buscar a formação de seus filhos fora da Província. A história do ensino secundário paraibano teve um momento muito significativo quando foi criado o Curso de Humanidades, em 1831. No entanto, o impulso para que esse nível de ensino se desenvolvesse na Província foi dado a partir da publicação do Ato Adicional de 1834, que descentralizou a administração da educação no Brasil, que passou a ser de atribuição também das Províncias.

O processo de constituição do ensino secundário na Província sofreu ainda interferência da situação política e econômica do momento de formação e de afirmação do Estado brasileiro. Assim, temos que a primeira metade do século XIX foi o período de origem de políticas mais substanciais destinadas ao ensino secundário. Durante largo período de sua história, a instrução pública secundária da Província sofreu, para se consolidar, devido a questões econômicas, políticas, climáticas e sociais, que obstaculizaram a estruturação de uma instrução secundária nos moldes do Colégio de Pedro II, criado na Corte, em 1837, um ano depois do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.

No raiar daquele século, a Província paraibana passou por momentos de agitação política, uma vez que esteve envolvida nas lutas da Independência, participando de forma atuante do momento de formação e afirmação do Estado Brasileiro. Foi neste período de afirmação política das elites locais que ocorreu a criação do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte, que se apresentou como a ponta de lança do processo de organização do ensino secundário na Província.

A criação do Lyceu Provincial, como constatamos, em meio aos problemas do período regencial, esteve inserida no processo do chamado *pacto imperial*, estabelecido entre as elites provinciais com o poder central. Todavia, em terras paraibanas, ocorreu uma precedência das idéias do grupo conservador, articuladas aos interesses da elite local, que vislumbrou a criação da Instituição e, com isso, uma oficialização do ensino secundário na Província, uma vez que não houve, na Parahyba do Norte, um empenho para que fossem criados colégios nos moldes do setor particular, conforme ocorreu em muitas outras províncias brasileiras. Na Parahyba do Norte, o Lyceu Provincial se sobrepôs às tentativas de instalação de instituições secundárias particulares, sobrevivendo como a mais importante instituição de ensino secundário da Província até a década de 1880.

O Lyceu Provincial foi criado com o objetivo de formar a elite local, aliada ao poder central do Império e a uma camada intermediária, que fosse capacitada para o

trabalho na administração provincial e foi o foco de formação dos seus integrantes locais, para sua posterior inserção no jogo político nacional e provincial.

Entre essas lideranças políticas, conservadores e liberais que iriam governar a Província e participar do poder em nível nacional, durante maior parte do século XIX, saíram do Lyceu homens, como Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Cavalcanti, Eugenio Toscano de Brito, Ivo Magno Borges da Fonseca, os filhos do Barão de Maraú, José Teixeira de Vasconcelos, Padre Leonardo Antunes Meira Henriques, Manuel Maria Carneiro da Cunha, Manoel Pedro Cardoso Vieira e os irmãos Souza, entre outros. Todos esses indivíduos estiveram fortemente presentes na vida política da Província durante boa parte do século. Foram eles alguns dos indivíduos capazes de inter-relacionar “os vários grupos políticos, econômicos e sociais” em apoio aos interesses do Império.

O período compreendido entre 1836 a 1873, foi, aqui, por nós considerado como a primeira fase do Lyceu Provincial. Esses anos iniciais da Instituição foram os de sistematização do ensino oferecido pelo Lyceu e de sua consolidação como a mais importante, no que tange ao ensino secundário da Província, e teve como pontos marcantes a elaboração dos seus primeiros Estatutos, os de 1837 e 1846, e a luta pela equiparação ao Colégio Pedro II.

Várias foram as razões das dificuldades encontradas para o funcionamento do Lyceu Provincial, e de seus congêneres no período imperial. Dentre aquelas, a principal foi a não equiparação ao Colégio Pedro II, que retirava dos mesmos a competência de auferir o grau de bacharel. Não sendo as aprovações conferidas pelos liceus provinciais reconhecidas como suficientes para o ingresso nas Academias, deixava de existir uma razão forte o suficiente para que esses jovens concluíssem os estudos nas Províncias, os quais preferiam, muitas vezes, concluir seus estudos na Corte, ou nas Províncias sedes das Faculdades, onde facilmente obtinham certificados de aprovação. Por isso, a luta pela equiparação se tornou um importante movimento para garantir a sobrevivência dessas instituições.

No entanto, com seu currículo de caráter propedêutico, o Lyceu Provincial não conseguia atender às necessidades do trabalho e não possibilitava àqueles que o frequentassem o ingresso nas Academias do Império, levando à argumentação de alguns dirigentes locais em favor de sua extinção. Essa argumentação, no entanto, como pudemos perceber, não conseguiu romper os fortes vínculos simbólicos que a Instituição já havia criado na sociedade paraibana do período.

Analisando os diversos programas da Instituição, pudemos perceber que, efetivamente, o Lyceu Provincial não se pautou, durante a maior parte do período aqui estudado, ao Colégio Pedro II. O não reconhecimento do ensino praticado no Lyceu Provincial da Parahyba do Norte e de seus congêneres pelo Império Brasileiro, de certa forma, acabou levando a um desinteresse por parte dos alunos em cursar um longo e improfícuo curso, que não os habilitava diretamente para o ensino superior, o que levou a uma diminuição em alguns anos dos alunos ali matriculados. Os esforços empreendidos pelo Lyceu Provincial na busca de qualificar os seus programas, como o tempo demonstrou, foram acontecer apenas na década de 1870.

A busca pela equiparação do Lyceu Provincial ao Colégio Pedro II teve mais intensidade e visibilidade na década de 1860, quando o pleito foi constantemente lembrado pelos presidentes de Província. No entanto, essa questão não estava nas mãos do poder provincial, a solução teria que partir do poder central, ou seja, da Corte. Nessa década, o Lyceu Provincial contava com vários de seus ex-alunos nos principais postos administrativos da Província. Os dirigentes provinciais recrutavam seus auxiliares no professorado lyceano, sendo que a maioria dos políticos que se dirigiam ao Parlamento, na Corte, também mantinha fortes vínculos com a Diretoria da Instrução Pública e com o Lyceu Provincial. Dessa forma, ocorreu, não raras vezes, de um mesmo homem letrado ocupar simultaneamente a direção de mais de um órgão público, como foram os casos de Manrique Victor de Lima, Manoel Porfírio Aranha e Diogo Velho que ocuparam ao mesmo tempo da diretoria da instrução pública e a direção do Lyceu Provincial.

Com relação a pretensão de dar um suporte didático para o Lyceu Provincial, a década de 1860 ainda contou com a reforma, oficializada pela Lei n. 178, de 30 de novembro de 1864, empreendida pelo Presidente Sinval Odorico de Moura, que criou cadeiras de Literatura Nacional, substituiu a cadeira de Trigonometria pela de “Partidas dobradas com aplicação no comércio” e instituiu um diploma, assinado pelas mais altas autoridade da Província e especialmente destinado aos alunos que obtivessem aprovação em todos os anos. Com essa ação, no ano seguinte, o Lyceu viu o número de matriculados aumentar significativamente. No entanto, o que de fato a elite paraibana aspirava era ao bacharelado.

Nessa década também multiplicam-se as solicitações dos diretores da instrução pública, bem como dos presidentes da Província paraibana, para que os exames

prestados no Lyceu Provincial fossem validados pela Corte, ou melhor, pelo Colégio Pedro II, ao mesmo que pediam o fim das Aulas Avulsas de Latim.

A primeira reivindicação foi concretizada em 2 de Outubro de 1873, com a publicação do decreto nº 5429. A segunda, ou seja, o fim das Aulas Avulsas levou ainda mais 4 anos, isto é, em 1877. Fato esse, que muito provavelmente foi influenciado, em virtude da crise econômica que fora em parte provocada pela grande seca ocorrida naquele ano. Segundo Menezes (1983), os anos de 1870 foram, para todas as Províncias do Norte, uma década de duros castigos climáticos, sendo a de 1877, “arrasadora”.

A publicação do decreto 5429 deu início a um segundo período na história do Lyceu Provincial e resultou num aumento das matrículas, de 46, em 1873, para 114, em 1874, e, em 1876, esse número saltou para 313. Afluíram para o Lyceu Provincial jovens de províncias próximas, como a do Rio Grande do Norte, a do Ceará e a de Pernambuco. Esse movimento cessou em 1877, por um aviso circular que determinou o fim dos exames gerais de preparatórios em todas as províncias, com a alegação de abusos na realização das provas.

Esse período que começou a ser propício ao Lyceu, mesmo com fim dos exames gerais de preparatório se encerrou em 1884, quando os liberais ao assumirem o poder na Província da Parahyba do Norte, o convertem em Escola Normal. Esse acontecimento foi um duro golpe para a Instituição, que havia atravessado a maior parte do século como a única instituição educacional secundária da Província.

Esses conjunto de problemas acima mencionados, afetaram, sobremaneira, a instrução pública na Parahyba do Norte, que chegou à década de 1880 eivada por um desejo de grandes reformas que deveriam afetar boa parte da administração pública. Esse surto reformista, propalado pelos liberais, acolheu a idéia, há muito discutida na Província, da necessidade de criação de uma escola normal, medida já tentada em 1874, pela Lei 564, de 28 de setembro, quando foi criada no Lyceu uma cadeira de ensino normal. Assim sendo, podemos considerar que foi no auge reformista que o Lyceu Provincial foi afetado e convertido em Escola Normal, em 1883.

Essa medida de caráter político foi uma tentativa de dar uma nova configuração ao ensino secundário na Província, partindo de todo o capital simbólico granjeado pelo Lyceu Provincial durante seus quase 50 anos de história, uma vez que a nova Instituição funcionaria com o mesmo professorado e com toda infra-estrutura que havia se constituído ao longo dos anos. Assim, pela Lei Provincial nº 761, art. 1º, de 7 de dezembro de 1883, foi autorizada a conversão do Lyceu Provincial em Escola Normal

de 2 graus. Este foi o único período de sua história em que o Lyceu Provincial perdeu seu título de mais importante Instituição de ensino da Província. No entanto, essa mudança se caracterizou por circunstâncias especiais, uma vez que o Lyceu Provincial de fato não foi extinto, continuando a funcionar sob outra denominação. Comprendemos que ele apenas acolheu em seu interior a Escola Normal. Houve, na realidade, uma ampliação da cadeira normal dentro do Lyceu, com a introdução do professor da cadeira de Pedagogia, que foi ministrada por Gama e Mello.

Menezes (1982, p. 131), descreve em seu trabalho que nesse período de transição de Lyceu para Escola Normal, foi matizado por divergências internas entre o professorado, entre os funcionários, além da perplexidade e resistência dos alunos.

A conversão do Lyceu Provincial teve o seu fim com a publicação da resolução provincial de 11 de novembro de 1885, que, autorizada pela Lei nº 799, de 11 de novembro de 1885, restaurou a Instituição sob a denominação de Lyceu Parahybano, com funcionamento independente da Escola Normal e sob a direção de um reitor designado pelo presidente da Província e escolhido entre os professores.

Nessa nova configuração do Lyceu, foi nomeado para reitor o professor Thomaz de Aquino Mindello. Para a cadeira de Ciências físicas e Naturais, foi nomeado Eugenio Toscano de Brito, e para a de História, o bacharel Ernesto Augusto da Silva Freire. Para a cadeira de Geografia, o professor Thomaz Mindello; para a de Filosofia, Leonardo Meira e para a de Latim, Trajano Pires de Hollanda Cavalcante.

A reforma que trouxe de volta o Lyceu foi conduzida pelo Presidente Herculano de Souza Bandeira, que, em 1886, publicou também os novos regulamentos da Instituição, nos quais definiu que, a partir daquele momento, o quadro curricular seria constituído pelas seguintes cadeiras: 1ª, Língua Nacional; 2ª, Língua Francesa; 3ª, Língua Inglesa; 4ª, Língua Latina; 5ª, Matemática Elementar; 6ª, Geografia; 7ª, Retórica e Poética; 8ª, Filosofia Racional e Moral; 9ª, Elementos de Ciências Físicas e Naturais, e 10ª, História Geral, do Brasil e da Parahyba. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1886).

Em seu Relatório, o presidente Herculano de Souza Bandeira teceu algumas críticas à conversão do Lyceu Provincial em Escola Normal, ao afirmar que:

Principiei restaurando o Lyceu, e restituindo-lhe o verdadeiro e antigo caracter de estabelecimento de instrucção secundaria, o qual nunca deveria ter perdido na letra da lei. Cumpro confessar aliás, que tal era a força da verdade que, si o Lyceu perdeu o velho nome para receber

impropria designação, as aulas continuaram a ser como d'antes de ensino secundario. Não se applicaram nunca os professores a preparar mestres com suas lições. Dava-se flagrante contradição entre a lei e a sua execução. O character rigorosamente novo que recebeu agora o Lyceu foi o de um instituto independente, com direcção propria. Na antiga organização o director geral da instrucção accumulava funções manifestamente incompatíveis. Ao mesmo passo que superintendia a instrucção primaria publica e particular, serviço bastante para absorver a actividade de um especialista, incumbia-lhe também a direcção immediata da denominada Escola Normal, com seus dois estabelecimentos distinctos e materialmente separados. PARAHYBA DO NORTE, Relatório, 1886).

O Lyceu Provincial foi, então, restituído em 1885, dando início a um terceiro período da sua história e sua força teria sido suficiente ainda para criar uma nova Instituição, sua tributária, a Escola Normal, que se iniciava baseada em seus Estatutos e composta, na sua maior parte, pelo corpo docente lyceano.

Em que pese a existência de dados a partir de 1884, essa fase do Lyceu Provincial merece uma análise mais aprofundada, que não nos foi possível proceder neste momento, mas que, no entanto, podem vir a ser considerados como futuros desdobramentos do tema por nós aqui estudado.

O trabalho ainda apontou que havia poucas similaridades entre os planos de ensino do Colégio de Pedro II e o Lyceu Provincial, no entanto, no que se refere aos compêndios utilizados, percebemos que, em alguns casos, se adotavam os mesmos, o que demonstra haver uma homogeneidade na formação cultural das elites, como afirmou Arriada (2007, p. 328), ao se referir ao Lyceu D. Afonso, no Rio Grande do Sul.

O conteúdo ministrado no Lyceu Provincial, como no Pedro II e no D. Afonso, era baseado no estudo da Antiguidade Clássica, com grande influência do ensino de Latim, a partir de autores, como Virgílio, Tácito, Horácio, Cícero, etc. Tais leituras tinham uma função fundamental na formação dos alunos, por meio dos exemplos de conduta e dos princípios morais e éticos. Como nos congêneres espalhados pelo país, as disciplinas humanistas tiveram, no Lyceu Provincial, sempre um enorme espaço nos seus programas de ensino, sendo que o ensino de Latim esteve presente em todos eles, com a maior carga horária ao longo dos cursos.

O *corpus* documental por nós utilizado nos permitiu inferir alguns aspectos intrínsecos da instituição, como a identidade de alguns professores, alunos, horário, disciplinas, castigos, exames, prêmios e o papel desempenhado no disciplinamento

pelos outros agentes controladores etc. Foi a partir da criação do Lyceu Provincial que se configurou a formatação e a escolarização do ensino secundário na Província e se criou toda uma organização da instrução pública, com o inevitável surgimento da Diretoria da Instrução Pública (1849), sendo que, a partir desse momento, todos os atos praticados nesse campo não passavam despercebidos.

Verificamos que os corpos dirigentes do Lyceu Provincial e da Diretoria da Instrução Pública, uma vez que ambas estavam em alguns momentos interligados, eram, na sua maioria, compostos por membros dos partidos políticos, o Liberal e o Conservador. Esses eram nomeados por seus vínculos partidários e tinham forte atuação na sociedade e reconhecimento da população, como constatamos na leitura dos relatórios.

A partir das listas de matrículas do Lyceu, percebemos que boa parte dos seus alunos provinham da elite e dos segmentos intermediários da sociedade paraibana. No Lyceu, estiveram os alunos submetidos a um forte controle da Instituição que não dispensou os castigos, mesmo a palmatória tendo sido abolida na Província em 1849.

Ao Lyceu e aos seus professores, coube salvaguardar os bons costumes e os nomes das famílias da “boa” sociedade paraibana, que deveria ser composta de homens cultos e moralmente bem educados. Quanto a isso, nos foi possível constatar ao longo deste estudo um número expressivo e significativo de filhos da elite paraibana que passou pelos bancos escolares do Lyceu.

Finalizando este trabalho, esperamos que o desvendamento dos dois primeiros períodos da História do Lyceu Provincial, considerados por nós, na história da Instituição, os mais importantes – uma vez que foi quando se processou a formatação e a consolidação do mesmo – possa ter dado conta da reconstituição de uma parte da rica memória histórica relativa ao ensino secundário na Província da Parahyba do Norte.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas*. Convergência Lusíada, v. 21. Rio de Janeiro, 2003.
- ADÃO, Aurea. *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses*. Organização administrativa e pedagógica (1836-1860). Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982.
- _____. *As políticas educativas nos debates parlamentares: o caso do ensino secundário liceal*. Lisboa/Porto: Assembléia da República/Afrontamento, 2002.
- _____. *A regulação da convivência e da disciplina dos liceus oitocentistas: o discurso normativo*. Lisboa: Centro de Estudos/Observatório de Política de Educação e de Contextos Educativos (Cadernos de Educação-2) 2001.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massangama; São Paulo: Cortez, 1999.
- AGUIAR, Aguiar. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Paulo; Ateliê Editorial, 1997.
- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP, MEC, 1989.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. *Biblioteca Pública: avaliação de serviços*. Londrina, PR: EDUEL, 2003. 288 p.
- ALMEIDA, Maurílio Augusto de. *Diogo Velho, Em Síntese*. (Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti. Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, 8 de junho de 1977. Paraíba: Tipográfica Chaves, 1977.
- _____. *O Barão de Araruna e sua prole*. João Pessoa: s/e, 1978.
- _____. *Presença de D. Pedro II na Paraíba*. Recife: s/e, 1975.
- ALVES, Claudia Maria Costa. 1989. *A reforma de 1847 no quadro da instrução imperial: significado da criação do Liceu Provincial de Niterói*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense*. Traços de uma História. Aracaju: ADGRAF Gráfica e Editora, 2005.
- ARRIADA, Eduardo. *A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público*. Porto Alegre: PUC-RS, 2007 (Tese de doutorado).
- ALVES, Gilberto. *O pensamento burguês no seminário de Olinda (1800-1836)*. Ibitinga, SP: Humanidades, 1993.
- ANDRADE, Antonio Banha de. *A Reforma Pombalina dos estudos secundários (1759-1771)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981-1984.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. *A educação exilada*. Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica 2000.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. *Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (Tese de Doutorado 2010).

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: UNB, 1963.

AZEVEDO, João Lúcio. *O marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004

BARROS, Eudes. *A Paraíba e a Independência*. (Conferência pronunciada dia 27/julho no Teatro Santa Roza, de João Pessoa, a convite da Comissão Estadual do Sesquicentenário da Independência Nacional.) João Pessoa: Imprensa Universitária, 1972.

BARROS, Eudes. *A Paraíba e a Independência*. (Conferência pronunciada dia 27/julho no Teatro Santa Roza, de João Pessoa, a convite da Comissão Estadual do Sesquicentenário da Independência Nacional.) Imprensa Universitária, 1972.

Barroso, João. *Os Liceus: organização pedagógica e administração (1836 1960)*. Lisboa: Junta Nacional de Investigação Científica e Fundação Calouste Gulbenkian. Coleção Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas (2 volumes),1995.

BARROSO, Gustavo. *O Liceu do Ceará*. 2º Volume de Memórias. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, s/d.

BERNARDELLI, Kelen Cristina Costa Alves. *História do Liceu de Uberlândia*. MG- 1928 a 1942. (Dissertação de Mestrado, 2007).

BEVILAQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927. v. 2. p. 147.

BINZER, I. (1994). *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1994.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção história da educação).

BOGDAN, R. e BILKEN, S. *Investigação qualitativa em Educação*. Coleção Ciências da Educação, Nº12. Porto: Porto Editora, 1994.

BOSCHI, Caio César. *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 4 (7): 100-111, 1991

BOUDON, Jacques-Olivier. (Sous la direction). *Napoléon et les lycées*. Enseignement et société em Europe au début du XIX siècle. France: Nouveau Monde Éditions/Fondation Napoléon, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *La distinción: critério y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus Humanidades, 1988.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 2001. (Coleção Memória e Sociedade).

_____. Estrutura, habitus e prática. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 337-361

_____. Sistemas de enseñanza y sistemas de pensamiento. In: SACRISTAN, J. Gimeno. GÓMEZ, A. Perez. (org) *La enseñanza: su teoría y su práctica*. Madrid: Akal/Universitaria, 1985.

BREZINKA, W. *Conceptos básicos de La Ciencia de La Educacion, Análisis, Crítica y Propuestas*. Barcelona: Editorial Herder, 1990.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales. 1929-1989. *A revolução da historiografia francesa*. Trad: Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. Humanidades, 1988.

_____. *O que é História Cultural*. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Tradução de Plínio Dentzien, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARDOSO, Teresa Fachada Levy. As aulas régias no Brasil. In: STEPHNOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil: séculos XVI-XVII*. Petrópolis: Vozes, 2004, v. 1.p. 179-191.

CARVALHO Rômulo de. *História do Ensino em Portugal*. Desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar Caetano. 3ª Edição. Serviço de Educação e Bolsas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. O ensino liceal. In: SERRÃO, Joel. (dir), *Dicionário de História de Portugal*. Vol II/E-MA, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

CARVALHO, Adalberto Dias de. *Epistemologia das Ciências da Educação*. Porto: Edições Afrontamento, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
_____. *Dom Pedro II*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007

CARVALHO, Laerte R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. Boletim da USP, F.F.C.L. História e Filosofia da Educação, nº 1, São Paulo, 1952.

CASPARD, Pierre. *[Pour une histoire des disciplines scolaires:]* Introduction. Histoire de L'éducation, Paris, nº 38. 1988.

CASTANHA, Andre Paulo. O Ato adicional de 1834 na história da educação brasileira. In: Revista Brasileira de Historia da Educação/SBHE N.11- Jan./Jun,Campinas-SP:2001, p.170-195.

COMPÈRE, Marie-Madeleine; SAVOIE, Philippe. (Sous la direction). *L'établissement scolaire: des colleges d'humanités à l'enseignement secondaire, XVI- XX siècles*. Paris: Institut National de Recherche pédagogique. Nº 90, mai, 2001.

COMPÈRE, Marie-Madeleine. *Du Collège au Lycée (1500-1850)*. Paris: Éditions Gallimard, 1985.

COMPÈRE, Marie-Madeleine; CHERVEL, André. Les humanités dans l'histoire de l'enseignement français. In: *Les Humanités Classiques* (Sous la direction de Marie-Madeleine Compère et d'André Chervel). Paris: Institut National de recherche pédagogique, nº. 74, mai 1997.

COMPÈRE, Marie-Madeleine; NOGUÈS, Boris. La direction d'établissement dans les collèges de l'université de Paris sous l'Ancien Regime. In: COMPÈRE, Marie-Madeleine; SAVOIE, Philippe. (Sous la direction). *L'établissement scolaire: des colleges d'humanités à l'enseignement secondaire, XVI- XX siècles*. Paris: Institut National de Recherche pédagogique. Nº 90, mai, 2001. 352

CORREIA, Antonio Carlos da Luz. *Na bancada do alquimista: as transformações curriculares dos ensinos primários liceais em Portugal (1860-1960)*. 2005 (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação da Universidade de Lisboa. História da Educação. Lisboa.

CORREIA, Luis Antunes Grosso. *A recita do liceu*. Rodrigues de Freitas/D. Manuel II. 1932-1973. Porto: Porto Editora, 2002.

- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- COEUR, M. L. *Os liceus da cidade: o exemplo parisiense (1802-1914)* Educar, n. 22, . Curitiba: Editora UFPR, 2003.
- CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- CHARLOT, Bernard. *A relação com o saber nos meios populares: uma investigação nos liceus profissionais de subúrbio*. Tradução de Catarina Matos. Porto, Legis Editora 2009.
- DALLABRIDA, Norberto. *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: O Liceu Provincial 1860-1890*. UFBA, Salvador, BA, 1992, (Tese de Doutorado).
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O lugar das elites regionais*. Revista USP, São Paulo, p. 116-133, junho/agosto 2003.
- _____. “Entre o centro e a província: as elites e o poder legislativo no Brasil oitocentista”. Almanack Braziliense, n. 01, maio/2005, p. 80-92. Revista eletrônica disponível pelo site www.almanack.usp.br.
- _____. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo, SP: Globo, 2005.
- DÓRIA, Escragnolle. *Memória-Histórica do Colégio Pedro II: 1837-1937*. 2ª edição. Brasília, DF: INEP, 1997.
- DURKHEIM, Emile. *A evolução pedagógica*. Tradução de Bruno Charles Magne Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- _____. *As formas elementares de vida religiosa*. Paulinas, 1989.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 5ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1991.
- _____. ESTRELA, Maria Teresa. *Une étude sur l'indiscipline en classe*. Lisboa: INIC, 1986.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1978.
- FARIAS SEGUNDO, M. B. *Conjunto urbanístico educacional: proposta de recuperação de um espaço moderno*. 1999. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003
- FASSÒ, Guido. *História de la Filosofía del Derecho*, tradução castelhana de José F. Lorca Navarrete. Madrid: Ed. Pirámide, 1978, tomo 1.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FERNANDES, David. *UFPB – 50 anos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

FERNANDES, António Manuel de Souza. *A centralização burocrática do Ensino Secundário*. Evolução do Sistema Educativo Português durante os períodos Liberal e republicano (1836-1926). Braga: Universidade do Minho, 1992.

FERNANDES, Rogério; FELGUEIRAS, Margarida. MENEZES, Maria Cristina. (org) *Questionar, a sociedade, interrogar a História, (re) pensar a educação*. (Coleção Ciências da Educação, nº 18), Porto: Ed. Afrontamentos; Universidade do Porto, 2004.

FERNANDES, Rogério. MAGALHÃES, Justino. *Para a História do ensino liceal em Portugal*. Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894.1895). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Braga: 1999.

FRAGATA, Julio S. J. *Noções de metodologia para a elaboração de um trabalho científico*. Porto: Livraria Tavares Martins. 1967.

FRAGO, Antonio Viñao. História de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Anped. Set/Dez, 1995.

_____. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. Contemporaneidade e Educação. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), Rio de Janeiro, nº 7, 2000, pp. 93-110.

_____. & ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GARCIA, Maria Nieves Gómez. Introducion a La História de La Educación Secundária. In: *História de La Educación, Revista Interuniversitária*, nº 17, Ediciones Universidad de Salamanca.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Historiografia didática e pesquisa no ensino de História*. In: Anais X Encontro Regional de História-ANPUH. *História e Biografias*. Rio de Janeiro: UERJ. (2002)

_____. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920). In: *Anais II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e Memória da Educação brasileira*. Natal. 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 3-24.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. *Joaquim da Silva*. Um empresário ilustrado do Império. Bauru: EDUSC, 20017.

GOMES, J. F. *Para a História da Educação em Portugal*. Porto: Porto Editora. 1995.

GOMES, J.F. Situação actual da História da Educação em Portugal. In: GOMES, J.F.; FERNANDES, Rogério e GOMES, Rui. *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte. 1988.

GOMES, Joaquim Ferreira. *O Marques de Pombal e as Reformas do Ensino*. 2ª ed. Coimbra: INIC, 1989.

GARCIA, Maria Nieves Gómez. “Introducion a La História de La Educación Secundária”. In: *História de La Educación, Revista Interuniversitária*, nº 17, Ediciones Universidad de Salamanca.

GOMES, Paulo Alexandre Parreira do Nascimento. *A disciplina de História e o seu ensino nos liceus de Portugal de 1895 a 1968*. 2005 (Dissertação Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de Lisboa. História da Educação. Lisboa.

GONDRA, José Gonçalves. SCHNEIDER, Omar (org) *Educação e instrução nas províncias e na corte imperial. (Brasil, 1822-1889)*. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).

GOUVÊA, Maria de Fátima S. *O império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2008

_____. Política provincial na formação da monarquia constitucional brasileira. Rio de Janeiro, 1820-1850. *Almanack Braziliense*, n. 07, maio/2008, p. 119-137. Revista eletrônica disponível pelo site www.almanack.usp.br. Acesso em 12/02/2010.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do séc XIX, Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

HAIDAR, *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Editora da USP; Editorial Grijalbo, 1972.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart (org.) *Representation. Cultural Representation and Signifying Practices*. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997.

_____. Quem precisa de identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. (org) Liv Sovik, Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: 3ª ed., Paz e Terra, 1992.

HOMERO. *Odisseia*. Trad. Odorico Mendes; org. Antônio Medina Rodrigues, pref. Haroldo de Campos. São Paulo: Ars Poética; EDUSP, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. (dir.). In: _____ *História geral da civilização brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1976, t. II, v. 1.

JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec-FAPESP, 2005.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 09-43, 2001.

JULIA, Dominique. *La culture scolaire comme objet historique. The Colonial experience in education: historical issues and perspectives*. [Vol.1 da Supplementary Series da Paedagogica Historica: International Journey of the History of Education], Gent: C. S. H. P. 1995.

JÚNIOR, Azemar dos Santos Soares. *Corpos Hípidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912 a 1924)*. João Pessoa, PB: UFPB. (Dissertação de Mestrado 2011)

JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da Cunha. *O Imperial Colégio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

KIDDER, D.P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. São Paulo: Livraria Martins Editora S.A., 1943. 2v

KIRSCHNER, Teresa Cristina. *Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

LACOMBE, Lourenço L. *A educação das princesas*. Anuário do Museu Imperial, v,7, 1946.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: LE GOFF, Jacques et alii. *Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi. v. 1)

_____. (Org.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

_____. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 1992.

_____. (org). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Tradução de Terezinha Marinho, 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEITE, Angelo Filomeno Palhares. *A formação da cultura filosófica escolar mineira no século XIX – uma filosofia de compendio: um estudo sobre a disciplina de filosofia no Liceu Mineiro (1854-1890)* (Dissertação de mestrado, PUC-MG, 2005).

LELIEVRE, Claude. *Histoire des Institutions Scolaires. (depuis 1789)*. Série Histoire. Natan Pédagogique, 1991.

LÉON, Antoine. *L'Histoire de l'éducation Aujourd'hui*. Paris/Lausanne: Unesco/Delachaux & Nestlé. 1984.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. *Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello e a cidade: espaços de difusão dos ideais modernos (1916-1935)*. João Pessoa: UFPB/PPGE, 2010. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Guaraciane Mendonça de. A infância desvalida na Parahyba do Norte: o Colégio de Educandos Artífices (1865-1874) In: Antonio Carlos Ferreira Pinheiro (Org.); FERRONATO, C. J. (Org.). *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial*. 1. ed. Joao Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. .

LIMA, Oliveira,. O movimento da Independência.. 6. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LOBÃO, Carlos. *Liceu da Horta: Memória Institucional*. Horta: Maiadouro e Câmara Municipal da Horta, 2004.

LORENZ, Karl Michael; VECHIA, Ariclê. O debate ciências *versus* humanidades no século XIX: reflexões sobre o ensino de ciências no Collegio de Pedro II. In: NETO, Wenceslau Gonçalves; BLANCK, Maria Elisabeth; NETO, Amarílio Ferreira (org.). *Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (século XIX e XX)*. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil, v. 4).

LUCIANO, Fabia Liliã. Gênese e expansão do magistério público na província de Santa Catharina nos anos de 1836-1889. Campinas, SP: UNICAMP. (Tese de Doutorado 2001)

MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1912.

MARTÍNEZ, S. A; BOYNARD, Maria Amélia de Almeida Pinto ; GANTOS, Marcelo Carlos . *Arquitetura, escola e memória: o edifício do Liceu de Humanidades de Campos*. Cadernos de História da Educação (UFU), v. 5, p. 161-174, 2006.

MAGALHÃES, Justino. Linhas de investigação em História da Educação e da Alfabetização em Portugal – Um domínio do conhecimento em renovação. In: *História, Sociedade e Educação no Brasil*”. *Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas*. Campinas: UNICAMP- FF.P.55-67. 1996.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

_____. *Tecendo nexos: histórias das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime*. Braga: Instituto de Educação da Universidade do Minho. s/d.

_____. *Contributo para a História das Instituições Educativas – entre Memória e o Arquivo*. Braga. (texto policopiado). s/d. s/l. s/a.

_____. *História, Educação e Utopia*. Braga. Universidade do Minho. (texto policopiado). s/d. s/a.

_____. *História da Educação: história das instituições escolares e das práticas educativas*. Relatório para provas de agregação apresentado à Universidade do Minho Braga; Instituto de Educação e Psicologia [exemplar policopiado]. s/d. s/a.

MAGALHÃES, Thereza Cochar; CEREJA, William Roberto. *Literatura brasileira – diálogo com outras literaturas e outras linguagens*. Editora Atual. 3º Ed. 2005.

MARQUES, Fernando Moreira. *Os liceus do Estado Novo*. Arquitetura, Currículo e Poder. Lisboa: Editora Educa, 2003. (Coleção Educa História, N° 9).

MARSON, Isabel Andrade de. *Revolução Praieira*. Resistência liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

MARTINS, Eduardo. *Cardoso Vieira e o Bossuet da Jacoca*: Notas para um perfil bibliográfico. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979.

MARIANO, Serioja, Gente Opulenta e de Boa Linhagem: Família Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824), Tese de Doutorado, Recife, UFPE. 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Pistas para entre-ver meios e mediações*. Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. Prefácio à 5ª. edição castelhana incluída na reimpressão.

MATOS, Sérgio. *História, Mitologia, Imaginário Nacional*. A história no curso dos Liceus. (1895-1939). Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema – A formação do estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: *Almanack Braziliense*, n. 01, maio/2005, p. 8-26. Revista eletrônica disponível pelo site www.almanack.usp.br. Acesso em 28/05/2010.

MATOS, Sérgio. *História, Mitologia, Imaginário Nacional*. A história no curso dos Liceus. (1895-1939). Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MELLO, José Baptista de. *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

MENEZES, José Raphael de. *História do Lyceu Parahybano*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1982.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e as províncias* (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro-RJ: Jorge Zahar, 2003.

MURASSE, Celina Midori; FARIA FILHO, Luciano Mendes; PERIOTO, Marcilia Rosa. (Orgs) *O Império em debate: Imprensa e educação no Brasil Oitocentista*. Maringá: EDUEM, 2010.

NASCIMENTO, Isabel Moura [et all.] *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007.

NEEDELL, J. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NÓBREGA, Humberto. Coriolano de Medeiros – notas para a sua biografia, *In: Revista do IHGP*. vol. 22, 1979.

_____. *De Convento a Palácio*. Edição Correio das Artes. Joao Pessoa-PB, A União Editores, 1965.

NÓVOA, Antonio. *Le temps de professeurs*. Analyse sócio-historique de La profession enseignante au Portugal (XVIII-XIX siècles), 2 vol. Lisboa: INIC, 1987.

_____. *As organizações escolares em análise*. Lisboa-PT:Publicações D. Quixote. Instituto de Inovação Educacional. Nova Enciclopedia, 1999.

_____. *Histoire & Comparasion* (Essai sur l'Éducation). Lisboa: Educa, 1998.

_____. Apresentação. *In: VETCHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário. *Revista Brasileira de Educação- ANPED*, n. 14, maio/set. 2000.

Ó, Alarcon Agra do. Relatos de Males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. *In: Ó, Alarcon Agra do et al. A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural*. 2ª. ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

Ó, Jorge Ramos do. *O governo de si mesmo: Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Porto: EDUCA, 2003 (Coleção: Educa-Ciências Sociais)

OLIVEIRA, Elza Régis de, A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799), Fortaleza, ETENE, 1985.

OLIVEIRA, Maria Izabel B. de Moraes. *Um catecismo ao Príncipe cristão*. Umarama: Akropolis, v. 16, n. 1, p. 11-23, jan./mar. 2008.

PALMEIRA, Balila. *Barão do Abiahy: sua vida, sua obra, seus descendentes*. João Pessoa: s/e, 1986.

PEREIRA, Joacil de Britto. *Paraíba: Nomes do século. Gama e Mello*. João Pessoa: Editora A União, 2000 (Série História, n. 2)

PETITAT, André. *A Produção da Escola, produção da Sociedade: Análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Tradução de Eunice Grumam. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

_____. Entre história e sociologia: uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia. *In: Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, 1992. 6 (Dossiê: História da Educação).

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas, SP: Autores Associados; Universidade de São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

_____. O “Ato Adicional de 1834” e a instrução na Província da Parahyba do Norte: momentos de incertezas e inseguranças institucionais (1834 - 1840). In: *Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2008b. (CD-ROM).

_____. Lyceu Provincial da Parahyba do Norte; escolarização secundária e projetos instrucionais em disputa (1836-1885). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MADEIRA, Maria das Graças de Lóiola (orgs.) *Instituições escolares e escolarização no Nordeste*. São Luís: EDUFMA; João Pessoa: Universitária – UFPB; Café & Lápis, 2011. (coleção Tempos, memórias & histórias da educação, v. 1).

_____. *Um roteiro histórico educacional na cidade de João Pessoa* (e textos e imagens). João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

_____. A instrução pública e particular na província da Parahyba do Norte (1840-1860). In: *Anais III Congresso Brasileiro de História da Educação*. A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba: 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. FERRONATO, Cristiano. (orgs) *Temas sobre a instrução no Brasil Imperial*. (1822-1889). João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

PINTO, Ana Teresa Lima Santa Clara da Cunha Mendes. *Os caminhos da construção da escola*. Sobre a implementação do Liceu de Lisboa (1836-1860). Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Sampaio da Nóvoa. Lisboa, Maio de 2002.

PINTO, Ana Teresa Lima Santa Clara da Cunha Mendes; NÓVOA, Antonio. (Coord) *Liceus de Portugal*. Histórias, Arquivos, Memórias. Porto: Edições Asa, 2003.

PORTUGUES, Ernesto. *Seminário de Nossa Senhora da Conceição*. Aspectos histórico-pedagógicos. Braga: Oficina de São José, 1998.

PRETO, Júlio Manso, *Manuel da Silva Passos*: Notícia Biográfica. Lisboa, s/e, 1874.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 13. ed. São Paulo: Autores Associados, 1993.

RIBEIRO, Vania Mondego. *A implantação do ensino secundário público maranhense: Liceu Maranhense*. São Luís: UFMA, 2006. (Dissertação de Mestrado).

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra da Paraíba do Oitocentos*. População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RODRIGUES, Cláudio José. *Profissão: professor secundário*. Estudo histórico-sociológico de uma categoria profissional. João Pessoa: Ed. Universitária, 1980.

RODRIGUEZ, Walfredo. *Roteiro Sentimental de Uma Cidade*. 2ª. Edição. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura – A União Editora, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou Da Educação*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. *A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o movimento Higienista (1854-1912)*. João Pessoa-PB:UFPB, 2009. (Dissertação de Mestrado)

SALES, Andréa L. Porto e MAIA, Doralice Sátyro. Cidade da Parahyba: Transformações no uso das ruas (século XVIII a 1889). In: *Revista Cadernos do LOGEPA - Série Texto Didático Ano 02, Número 4* - Jul/Dez de 2003.

SANTOS, Martins dos. *Liceu Salvador Correia. Angola*. Luanda: Edições dos Serviços de Publicações do Comissariado Provincial. 1969.

SANTOS, Paula Martini dos. ANAIS LEGISLATIVOS: Possibilidades e limites dessa fonte de pesquisa para a História da Educação. In: *Pesquisa histórica: Retratos da Educação no Brasil*. s/d. s/l. s/a.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. MACEDO, Maurides. CABRERA, Olga. MELO, Orlinda Carrijo. (org) Instituições Educativas. Histórias (re) construídas. Goiania-GO: Editora da PUC Goiás, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil* – o papel do Congresso Nacional na Legislação do ensino. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1978.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: O projeto das elites brasileiras para a formação de professores. (www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../TqNibGjL.doc Acessado em: 01/09/2011)

SCOCULGIA, Afonso Celso. MACHADO, Charliton José dos Santos. (Org) *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Memória da Educação).

SILVA, Ligia Maria Tavares da. *Parahiba*. Uma cidade esquecida no Império do Brasil (1822-1859). Niteroi, RJ: UFF, 2007. (Tese de Doutorado)

SILVA, Lourdes. *A instrução secundária nas aulas públicas anexas aos Liceus e no ensino particular. (1844-1859)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 2002. (Coleção Memórias da Educação).

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Poder e Política na Paraíba: Colônia e Império, In *Estrutura de Poder na Paraíba*, João Pessoa, UFPB, (Coleção Temática da Paraíba, vol. 4), 1999.

SOBRINHO. *Anotações para a História da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. VALDEMARIN. Vera Teresa. *A cultural escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados; UNESP/FCLAr, 2005. (Coleção educação contemporânea).

_____. Inovação educacional no século XX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. Cadernos CEDES, São Paulo, ano XX, n. 51, p.9-28, nov. 2000 a.

_____. A renovação do currículo do ensino Secundário no Brasil: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960). *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.1, pp.72-90, Jan/Jun 2009.

SOUZA, Antonio Candido de Mello. “*A civil Servant in the Brazilian Monarchy: a Study of the limits of Administrative Power*”. Portuguese Studies, nº 4 (1988), 117-75, p. 117-9).

SOUZA, Braz Florentino Henriques de. *Lições de Direito Criminal*. Ed. fac-simile. Brasília: Senado Federal, 2003.

SOUZA, Tiago Oliveira. *A instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Trabalho de conclusão do curso de licenciatura em historia, Universidade Federal da Paraíba, 2010. João Pessoa: Laborhis.

STRAUBE, E.C. *Do Liceu de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná: 1846-1993*. Curitiba: Fundepar, 1993.

SUCUPIRA, N. O Ato adicional de 1834 e descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 55-67

SCHWARTZ, Lilian Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, 1998.

TOLEDO, Maria. Aparecida. L. T. *A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905)*. São Paulo, SP: PUC-SP. (Tese de Doutorado 2005).

TORRES, Leonor. *Liceu de Póvoa do Varzim*. Os actores, as estruturas e a instituição. (1904-2004). Um estudo monográfico por altura do Centenário da Instituição. Póvoa do Varzim: Editora da Câmara Municipal de Póvoa do Varzim, 2006. Dissertação de Mestrado.

VAINFAS, Ronaldo. (Org) *Dicionário do Brasil Imperial. (1882-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VASCONCELOS, Maria Inez Bandeira de. *Liceu Piauiense (1845-1970): Desvendando aspectos de sua história e memória*. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí (Dissertação de Mestrado, 2007).

VASCONCELOS, M. C. C. *A casa e os seus mestres: a educação doméstica como uma prática das elites no Brasil de oitocentos*. Rio de Janeiro, RJ: PUC-Rio, 2004. (Tese de Doutorado)

VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

VIANA, Luis. *A Mocidade Portuguesa e o Liceu*. Lá vamos contando... (1936-1974). Lisboa: Educa, 2002.

VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. 4ª edição. Recife, Fundaj, Editora Massangana, 1990

XAVIER, Emmanuelli. *L'homme n'est pas la mesure de l'homme*. Paris: Presses de La Renaissance, 1998.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Poder político e educação de elite*. 3.ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANELLI, Maria Inês. *A criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias*. Cuiabá, MT: UFMT/IE, (Dissertação de Mestrado, 2002).

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.

FONTES

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. (Org) *Pequeno dicionário dos Escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX*. João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>. Acessado em: 25/11/2011.

HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Paraíba – 1639. (Publicada na Crônica do Instituto Utrecht). João Pessoa: A União, 1982

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e Permanência no Brasil. (Províncias do Norte)*. São Paulo; Livraria Martins, 1943.

LEITE, Serafim S.I., História da Companhia de Jesus no Brasil, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1943, vários tomos.

MONTEIRO, Frederico Mindelo Carneiro. Depoimentos biográficos, Gráfica Olímpia. João Pessoa, 1938.

RAMOS, Aduino. *Testamentos do Barão e da Baronesa de Marauí*. João Pessoa. 1998.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO, Vol. II, 2. Parahyba 1910.

JORNAIS:

O SOLÍCITO, 27 de julho de 1867.

UNIÃO, 26 de março de 1936.

LEGISLAÇÃO

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. *Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial*. Brasília, DF: MEC/ INEP, 2004. CD-ROM (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Discurso recitado no dia da abertura do Lyceo, 2 de março de 1846. Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte, do Estado da Paraíba. FUNESC. Cx. 024b de 1846

DOCUMENTOS EM MEIO ELETRÔNICO

Center for Research Libraries. Global Resorches Network: <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Acesso em: 24/11/2011.

Revista Eletrônica Almanack Braziliense: www.almanack.usp.br. Acesso em: 24/11/2011.

Google Books: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR> Acessado em: 22/07/2011.

RELATÓRIOS, MENSAGENS, FALAS, DISCURSOS E OFÍCIOS DOS PRESIDENTES, DIRETORES E INSPETORES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE:

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que excelentíssimo, Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Doutor Joaquim Teixeira Peixoto d' Albuquerque installou a 1.^a Sessão da 2.^a Legislatura d' Assembléa Legislativa Provincial no dia 24 de Junho de 1838. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, o Dr. João José de Moura Magalhaens, abriu a segunda sessão da 2.^a legislatura da Assembléa Legislativa da mesma Província em o dia 16 de Janeiro de 1839. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1839. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte, Francisco Xavier Monteiro da Franca, installou a segunda sessão da terceira legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1.^o de Outubro de 1840. Pernambuco, Typ. Imparcial de L.I.R. Roma, 1841. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Discurso recitado pelo excelentíssimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, Presidente da Província da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de Agosto de 1843. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório que á Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte apresentou na sessão ordinária de 1844 o excellentíssimo Presidente da mesma Província, Agostinho da Silva Neves. Pernambuco, Typ. de M.F. de Faria, 1844. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Presidente, o tenente coronel Frederico Carneiro de Campos, em Maio de 1845. Pernambuco, Typ. de Santos & Companhia, 1845. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da mesma Província, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em Maio de 1846. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1846. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1.^o de Agosto de 1848. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1848 <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.^o de Agosto de 1849. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Asembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentíssimo Presidente da Província o Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque em 3 de Maio de 1852. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo Vice-Presidente da Província o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire na abertura da sessão ordinária em 5 de Agosto de 1853. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo presidente da Província, o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária em 5 de Maio de 1854. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1854. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição feita pelo Exm. Presidente da Província da Parahyba do Norte o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello no acto de passar a administração da Província ao Exm 2.º Vice-Presidente o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire em 7 de Junho de 1854. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentíssimo vice-presidente, o dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855, Typ. De José Rodrigues da Costa, 1855.

PARAHYBA DO NORTE. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província o Doutor Antonio da Costa Pinto Lisboa em 5 de Agosto de 1856. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório recitado na abertura da Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente da Província, o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de Agosto de 1857. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1857. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição feita pelo Doutor Antonio da Costa Pinto da Silva na qualidade de Presidente da Província da Parahyba do Norte no acto de passar a administração da Província ao excellentíssimo Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha em 9 de Abril de 1857. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 20 de Setembro de 1858 pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório com que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Barão de Mamanguape recebeu do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da Província da Parahyba do Norte a 17 de Março de 1861. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 31 de Maio de 1862, pelo Presidente, Dr. Francisco Araujo Lima. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1862. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição com que o Exm.Sr. Dr. Simbal Odorico de Moura passou a administração da Província da Parahyba ao Exm. Sr.Dr. Felisardo Toscano de Britto em 2.º Julho de 1865. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.º Vice-Presidente, Exm. Snr. Dr. Felisardo Toscano de Britto, em 4 de Agosto de 1865. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1865. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.º Vice-Presidente, Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito, em 3 de Agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório com que o Exc. o Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1.º Vice-Presidente passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa em 11 de Junho de 1869. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 2 de Outubro de 1869, pelo Exm. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Presidente da Província Venancio José d'Oliveira Lisboa em 1 de Fevereiro de 1870. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Dr. Venancio José d'Oliveira Lisboa, em 17 de Fevereiro de 1870. Parahyba, Typ. Conservadora, 1870. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição feita pelo Exm. Sr. Presidente da Província da Parahyba do Norte, Dr. Venancio José d'Oliveira Lisboa, ao passar a administração da mesma ao Exm. Senhor Senador Frederico de Almeida e Albuquerque em 24 de Outubro de 1870. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte em Sessão Extraordinária pelo Exm. Sr. Presidente da Província Senador Frederico d'Almeida e Albuquerque, em 7 de Dezembro de 1870. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 16 de Outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 7 de Junho de 1872. Parahyba, Typ. Conservadora, 1872. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Exposição com que o Exm. Sr. Presidente Senador Frederico de Almeida e Albuquerque passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao 5º Vice-Presidente Exm. Sr. Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 23 de Abril de 1872. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Offício com que o Exm. Sr Vice-Presidente Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Presidente dr. Heraclito d'Alemcastro Pereira da Graça em 25 de Junho de 1872. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de Agosto de 1874 pelo presidente, Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de Agosto de 1877. Parahyba do

Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1878. <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 06/02/2012.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de Agosto de 1877. Parahyba do Norte, Typ. Liberal Parahybana, 1878. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba em 21 de Setembro de 1881 pelo Presidente Dr. Justino Ferreira Carneiro. Parahyba do Norte, Typ. do "Liberal Paraibano," 1882. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla que o exm. Sr. presidente, Dr. José Ayres do Nascimento, dirige á Assembléa Legislativa da Província da Parahyba, por ocasião da abertura da segunda sessão ordinária da 14.^a Legislatura em 4 de Outubro de 1883. Parahyba, Typ. do Commercio, 1883. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório com que o Exc. Sr. Dr. José Basson de Miranda Osorio passou a Administração d'esta Província ao 1.^o Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello no dia 17 de Abril de 1883. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Officio com que o Exm. Sr. Dr José Ayres do Nascimento passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. Antonio Sabino do Monte. 1884. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

PARAHYBA DO NORTE. Falla com que o exm. Sr. Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, Presidente da Província, abriu a primeira sessão da 26.^a Legislatura da Assembléa Provincial da Parahyba em 1 de Agosto de 1886. Parahyba do Norte, Typ. Liberal, 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em 24/11/2011.

IMAGENS

Acervo Fotográfico Humberto Nóbrega

Acervo Fotográfico Stuckert Filho

Acervo Professor Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

Acervo do Autor

Biblioteca do Direito: <http://bibliotecadireito.com.br/> Acesso em: 04/03/2010

Biblioteca Digital Jurídica: <http://bdjur.stj.gov.br> Acesso em: 04/03/2010

Brazilian Studies Programme. University of Oxford: <http://www.brazil.ox.ac.uk/> Acesso em: 04/03/2010

Fundação Joaquim Nabuco: <http://www.fundaj.gov.br> Acesso em: 04/02/2012

GooglesMaps: Disponível em <http://maps.google.com.br/> , Acesso em: 04/02/2012

Ketterer Kunst: <http://www.kettererkunst.com> Acesso em: 04/03/2010

Liber Rarus: <http://www.liberrarus.com.br/> Acesso em: 04/03/2010

Museu Mariano Procópio: <http://www.pjf.mg.gov.br/mapro/museu/historico.php> Acesso em: 04/03/2010

Portal Europeana: <http://www.europeana.eu> Acesso em: 04/03/2010

Portal Paraibanos: <http://paraibanos.com/joaopessoa/portal.htm>. Acesso em: 04/03/2010

QUADRO I

**Legislação sobre o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte
(1832-1883)**

Número da Lei	Data de publicação	Objeto da Lei
Decreto de 3 de Outubro de 1832		Determina que Professor da Cadeira de Geometria ensine também Álgebra até equações do segundo grão, e Trigonometria rectilinea:
Lei nº 11	24 de março de 1836	Cria o Lyceu Provincial da Parahyba do Norte.
Lei nº 13	19 de abril de 1837	Autoriza a instalação e sanciona os Estatutos
Lei nº 18	27 de Março de 1839	Determina que a Matrícula dos Estudantes das Aulas do Liceu terá seu rendimento aplicado para a compra de livros para a Biblioteca Pública do mesmo Liceu.
Lei	23 de março de 1839	Modificação no regulamento do Lyceu.
Lei nº 17	1840	Modificação no regulamento do Lyceu.
Lei nº 8	8 de novembro de 1841	Modificação nos Estatutos: Diminuição das matérias, melhor escolha dos compêndios, disciplina mais severa.
Lei nº 9	23 de janeiro de 1843	Autorização para a modificação dos Estatutos.
Lei ° 7	4 de junho de 1846	Autoriza Novos Estatutos para o Lyceu.
Resolução nº 26	26 de fevereiro de 1846	Publicação dos novos estatutos.
Lei n. 5	28 de Maio do 1846	Determina contratação de professor para a Cadeira de língua Inglesa
Lei nº 17	5 de julho de 1847	Determina que a Congregação do Lyceu designe na última reunião de cada ano letivo os compêndios do ano seguinte e as disciplinas de cada uma das respectivas cadeiras revogando o artigo 89 dos estatutos.
Lei nº 5	23 de setembro de 1848	Revoga o artigo 9º da Resolução de 26 de fevereiro de 1846 e autoriza o Diretor do Lyceu a nomear pessoa que substitua o bedel em suas faltas.
Lei nº 12	27 de setembro de 1851	Autoriza o Presidente da Província a redigir novo regulamento para o Lyceu, separando as cadeiras de Retórica e Poética da de Geografia, Cronologia e

		História.
Lei nº 17	6 de julho de 1852	Aprovou com pequenas alterações a reforma realizada pelo regulamento de 11 de março de 1852.
Decreto Imperial nº 5.429	Outubro de 1876	Autoriza o Lyceu a ter exames validos para os cursos superiores de todo o país.
Lei n. 633	26 de Julho de 1877	Suprimiu a cadeira do ensino normal do Lycêo
Lei n. 636§ 1.º do art. 25	26 de Julho de 1877	Joaquim Ignacio de Lima e Moura, da cadeira do ensino normal do Lycêo
Lei nº 761	7 de dezembro de 1883	Autorizou que o Lyceu fosse suprimido e criou a Escola Normal de dois graus, com a publicação do regulamento nº 30, de 30 de julho de 1884.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO II

Legislação sobre as Aulas Avulsas públicas (1841-1877)

Lei Provincial	Objetivo
Lei Provincial n. 3, de 19 de Maio de 1835, e art. 12, da Lei de 28 de novembro de 1841.	Fixa em 400\$00 o ordenado dos professores de Latim das vilas de Pombal e Villa do Brejo da Areia.
Leis Provinciais de 8 de Novembro de 1842.	Suprime diversas cadeiras de Latim.
Lei Provincial de 6 de agosto de 1838	Provisão vitalícia do Professor Amaro Gomes dos Santos na cadeira de Latim da Villa de Souza
Lei Provincial de 27 de janeiro de 1843.	Suprime diversas cadeiras de Latim e do ensino primário.
Lei Provincial de 19 de maio de 1835,	Criação e extinção de diversas cadeiras de Latim e do ensino primário.
Lei Provincial de 8 de novembro de 1841.	Criação e extinção de diversas cadeiras de Latim e do ensino primário.
Lei Provincial n. 3, de 19 de maio de 1835, e art. 12, da Lei de 28 de novembro de 1841	Regulamentação dos ordenados dos professores das cadeiras de Latim e do ensino primário.
Lei Provincial de 27 de julho de 1842	Provisão vitalícia do Professor Joaquim José Henriques da Silva na cadeira de Latim da Villa do Brejo da Areia
Lei Provincial de 19 de Julho de 1844.	Recria a cadeira de latim da Villa de Souza
Lei Provincial de 19 de julho de 1844	Autorização para recriação da aula de Latim da Villa de Souza.
Lei Provincial de 22 de agosto de 1848	Provisão vitalícia do Professor Manoel Luiz dos Santos na cadeira de Latim da Villa do Pombal
Lei Provincial n. 27, de 12 de novembro 1856	Autoriza a presidência a suprimir uma das cadeiras de Latim de Souza ou de Pombal, e a jubilar o professor da de Pombal, achando-se a de Souza regida por professor interino, em razão de haver falecido o professor proprietário.
Lei Provincial de n. 27, de 12 de novembro de 1858	Autoriza a presidência da Província a suprimir uma das cadeiras de latim de Souza ou de Pombal, e a jubilar o professor da de Pombal, achando-se a de Souza regida por professor interino, em razão de haver falecido o professor proprietário.
Lei Provincial de n. 155, de 1864	Autoriza a aposentadoria do Professor de Latim da cidade de Areia, Joaquim José Henriques da Silva, e nomeia interinamente para substituí-lo o cidadão José Francisco Alves Gama, proposto pelo Diretor.
Lei Provincial n. 216, de 9 de outubro de 1865	Criação de uma cadeira de Latim na Vila de Piancó
Lei Provincial n. 545, de 9 de outubro de 1865	Criação de uma cadeira de Latim na Vila de Souza,
Lei de 20 de fevereiro de 1865	Nomeia José Berardo dos Santos Leal para a cadeira de Latim da cidade de Areia
Lei Provincial n. 559, de 18 de setembro de 1874	Restabelecimento na cidade de Souza de uma cadeira de Latim.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO (III)

Diretores da Instrução Pública da Província da Parahyba do Norte (1848-1887)

1848	João Leite Ferreira
1850	João do Rego Moura
1855	Manrique Victor de Lima
1856	Manrique Victor de Lima
1857	Manrique Victor de Lima
1858	Henrique de Beaurepaire Roham (Partido Liberal)
1859	Manrique Victor de Lima
1861	Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti. (Partido Conservador) (Posse em 10/02/1861),
1862	Manoel Porfírio Aranha
1862	Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque Visconde de Cavalcanti (Partido Conservador)
1863	Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque Visconde de Cavalcanti (Partido Conservador)
1864	João Florentino Meira de Vasconcellos
1865	João Leite Ferreira Junior
1865	Frutuoso da Solidade Segismundo Fr.
1866	Frutuoso da Solidade Segismundo Fr.
1867	Padre João do Rego Moura
1868	João Leite Ferreira Junior (Partido Liberal)
1869	Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, Barão do Abiahy, (Nomeado em 1868) (Partido Conservador)
1870	Silvino Elvidio Carneiro da Cunha Barão do Abiahy (Nomeado em 1868) (Partido Conservador)
1871	Joaquim Moreira Leite
1872	Manrique Victor de Lima
1873	Manrique Victor de Lima
1874	Manrique Victor de Lima
1875	Manrique Victor de Lima
1876	José Evaristo da Cruz Gouveia (Nomeado em 18 de setembro de 1875)
1876	Antonio de Souza Gouveia (Partido Liberal)
1877	Antonio de Souza Gouveia
1878	Antonio de Souza Gouveia
1879	Antonio de Souza Gouveia
1880	Antonio Bernardino dos Santos
1881	Ivo Magno Borges da Fonseca
1882	Ivo Magno Borges da Fonseca
1883	Eugenio Toscano de Britto
1884	Eugenio Toscano de Brito
1885	Samuel Tertuliano Henriques
1886	Samuel Tertuliano Henriques
1887	Samuel Tertuliano Henriques

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO IV

Diretores do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte (1837-1888)

1837	Bento Bandeira de Mello Caheté/Vice-Diretor Manuel Caetano Velloso
	Antonio Alfredo da Gama e Filho
1842	Antonio da Trindade Antunes Meira
1843	Antonio da Trindade Antunes Meira
1844	Antonio da Trindade Antunes Meira
1846	Manrique Victor de Lima
1849	João do Rego Moura Pe
1850	João do Rego Moura Pe
1850	Manrique Victor de Lima
1851	Manrique Victor de Lima
1852	Manrique Victor de Lima
1853	Manrique Victor de Lima
1860	Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, Visconde de Cavalcanti.
1886	Thomaz de Aquino Mindello
1887	Thomaz de Aquino Mindello
1888	Thomaz de Aquino Mindello

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO (XIV)

PROFESSORES DO LYCEU PROVINCIAL DA PARAHYBA DO NORTE

PROFESSORES	ANO ¹¹⁵ /DISCIPLINA
Adriano Francisco Ferreira Neves	1842
Antonio Borges da Fonseca	1842
Antonio Thomaz Carneiro da Cunha Junior	Professor da cadeira de Inglês (1881)
Antunes Meira	Professor da cadeira de Latim
Bento Correia de Sá	Professor da cadeira de Latim, vindo da cidade Pombal
Carlos Coelho	Professor da cadeira de Lógica e Psicologia
Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti	Professor substituto (Falecido em 1848)
Diogo Velho Cavalcanti	Ex-aluno e Professor
Domingos Álvares Vieira (Padre)	Professor da cadeira de Filosofia Racional e Moral (1840)
Emanuel de Miranda Henriques	Professor da cadeira de Biologia e Ciências Naturais
Enéas de Arrochelas Galvão	Professor da cadeira de Retórica e Poética, nomeado em 1875.
Ernesto Augusto da Silva Freire	Professor da cadeira de História
Eugenio Toscano de Brito	Professor das cadeiras de Trigonometria, Pedagogia, Ciências Físicas e Naturais, Geografia, Álgebra, Biologia e História Natural e Diretor da Instrução Pública.
Felizardo Toscano de Brito	Passou no concurso para professor de Retórica e Poética do Liceu, nomeado em 2 de março de 1838, pelo presidente Basilio Quaresma Torreão Junior, após brilhante concurso que lhe deu notoriedade e relevo nos meios culturais da Província e um dos líderes do Partido Liberal.
Florentino Barbosa	
Francisco Alves de Lima	Professor da cadeira de Francês
Francisco Lucas de Souza Rangel	Professor substituto de Professor das cadeiras de Francês, Inglês, Geometria e Filosofia.
Francisco Soares de Figueiredo (Cônego)	Professor da cadeira de Latim
Francisco Xavier Junior	Professor da cadeira de Latim e de Português
Fructuoso da Soledade Segismundo (Fr.)	Professor da cadeira de Inglês (1840) e Francês, 1864
Ivo Magno Borges da Fonseca	
João Antonio Marques	Professor da cadeira de Francês, 1860
João do Rego Moura (Pe)	Professor da cadeira Filosofia e Moral (1842/1843/185/1864)
João Gomes da Almeida	Professor das cadeiras Latim e de Português (1842)
João Pereira Castro Pinto	Professor da cadeira de Matemática
Joaquim Antonio de Medeiros:	Professor. Jornalista.
João Antonio Marques.	Professor da cadeira de Francês e substituto da cadeira de Inglês
José Gomes Coelho	Ex-aluno e Professor do Liceu.
José Ignácio de Brito Machado (Pe)	Professor da cadeira Latim
Joaquim Ignacio de Lima e Moura	Professor da Escola Normal do Lyceu
José Joaquim de Lima Junior	Professor da cadeira de Desenho
José Lourenço Meira	Professor substituto
José Antonio Lopes da Silveira (Pe)	1842

¹¹⁵ Esta rubrica se refere ao ano em que o nome do professor foi identificado na documentação consultada.

Joze Bento Meira de Vasconcelos	Substituto (1842)
Leonardo Antunes Meira Henriques (Pe)	Professor de Francês e de Filosofia, ex-aluno do Lyceu, examinador de Francês de 1842 a 1845, Professor de Filosofia do Liceu e de Teologia do Seminário de Olinda (1849). Deputado Provincial a partir de 1858. Ex-aluno do Liceu (Chefe do Partido Conservador)
Leonardo Meira	Professor da cadeira de Filosofia
Lima (Pe)	Professor de Português
Lindolfo Herculano Marinho Falcão.	Professor da cadeira de Gramática Inglesa, 1848
Lindolfo José Correia das Neves (Pe)	Professor das cadeiras Filosofia, Álgebra e Português, de 1860 a 1890. Delegado especial do Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte nos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império realizados na capital da Parahyba, em 1879. Deputado Provincial em 1850 e 1858. Deputado da Câmara Geral, de 1864 a 1870
Maciel Pinheiro	Professor
Manoel Caetano Veloso	1837/1842
Manoel Pedro Cardoso Vieira:	Professor das cadeiras de Retórica, Geometria e Português do Lyceu. Deputado Geral pelo Partido Liberal
Manoel Tavares Cavalcanti	Professor da cadeira de História Universal e História do Brasil no Lyceu. Jornalista e Político
Manrique Victor de Lima	Professor da cadeira de Aritmética e Geometria (1842)
Manuel Porfirio Aranha	Professor da cadeira de Retorica, Poética e Geografia (1842)
Matheus Augusto de Oliveira	Professor da cadeira de Inglês
Mathias Freire	Professor das cadeiras de Geografia e Diretor do Liceu. Jornalista
Maximiniano Inojosa Varejão	Professor da cadeira de Português
Odilon Coutinho	Professor da cadeira de Geografia
Oscar de Oliveira Castro	Professor das cadeiras de Ciências Físicas e Naturais. Escritor
Otacílio Camelo Albuquerque	Professor da cadeira de Álgebra, História Natural, Física, Química. Escritor. Aluno e Jornalista
Pedro Anizio Bezerra Dantas	Professor da cadeira de Latim.
Rufino Olavo da Costa Machado	Professor substituto
Sá Benevides	Professor da cadeira de Física e Química
Sabino Coelho	Professor. Século XIX
Severiano Antonio da Gama e Mello	Professor da cadeira Latim (1849) (1851) e da cadeira Normal
Antonio Alfredo da Gama e Mello	Professor da cadeira de Latim (1872)
Thomas Mindello	Professor da cadeira de Geografia (1852)
Trajano Pires de Hollanda Cavalcante	Professor adjunto da cadeira de Latim, vindo da cidade de Souza.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO VI

Funcionários do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte

Carlos Auxencio Monteiro da Franca	Secretário (1862/1863/1864/1865/1866/1867/1868)
Claudiano Bezerra Cavalcante	Secretário (1846/1849/1851/1852)
Gervazio Victor da Natividade	Porteiro (1842/1843/1844/1845) Secretário (1857/1858/1859)
João Braulio de Andrade Espinola	Secretário
João Pereira de Oliveira Feitosa	Ajudante do bedel
José Gomes Pessoa	Bedel e bibliotecário (1837)
Joaquim Pavão de Vasconcellos	Bedel 1864
José Lourenço Meira de Vasconcelos	Secretário (1844/1845)
José Luiz do Rego Luna	Amanuense
José Vieira Coelho	Amanuense
Jozé Clementino Pessôa de Albuquerque.	Contínuo
Manoel Antonio Carvalho Costa	Porteiro
Rufino Olavo da Costa Maxado	Secretário (1850 /1851/1852/1853)
Thomas de Aquino Mindello	Secretário (1854/1855/1856)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

QUADRO VII

Alunos do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte 1844-1867

ALUNOS	ANO E IDADE	CADEIRA MATRICULADA	FILIAÇÃO	ORIGEM
André de Albuquerque Maranhão	1843 (17 anos)	Filosofia Latim	André de Albuquerque Maranhão ¹¹⁶	Província da Parahyba do Norte
Antonio Felipe de Albuquerque Maranhão ¹¹⁷	1843 (25 anos)	Filosofia Latim	André de Albuquerque Maranhão	Província da Parahyba do Norte
João Alves Sanches Massa	1843 (21 anos)	Filosofia Latim	Antonio Galdim da Silva	Província da Parahyba do Norte
João Baptista Ferreira de Mello	1843 (19 anos)	Filosofia Latim	Lourenço Ferreira de Mello	Província da Parahyba do Norte
João da Matta Corrêa	1843 (14 anos)	Filosofia Latim	José Maria Corrêa	Província da Parahyba do Norte
José Gonsalves de Medeiros	1843 (18 anos)	Filosofia Latim	João Gonsalves de Medeiros	Província da Parahyba do Norte
Manoel Simplicio Jácome Pessoa Junior	1843 (17 anos)	Filosofia Latim	Manoel Simplicio Jácome da Veiga Pessoa ¹¹⁸	Província da Parahyba do Norte
Mathias Carlos de Araujo ¹¹⁹	1843 (17 anos)	Filosofia Latim	Manoel Ignacio de Andrade	Província da Parahyba do Norte
Rufino Olavo da Costa Maxado ¹²⁰	1843 (17 anos)	Filosofia Latim	José da Costa Maxado ¹²¹	Província da Parahyba do Norte
Zeferino Aureliano de Figueiredo e Mello	1843(26 anos)	Filosofia Latim	Manoel de Christo Mello	Província da Parahyba do Norte
Xavier Bizerra	1844 (20 anos)	Latim Filosofia	Manoel Fernandes	Província da Parahyba do Norte
Adelino Antonio de Lima Ferreira	1844(15 anos)	Latim Filosofia	Antonio Thomaz de Luna Freire ¹²²	Província da Parahyba do Norte
Amaro Gomes da	1844(18 anos)	Latim	Joaquim Gomes	Província da

¹¹⁶ Comissário da Instrução Pública. Deputado Provincial nas legislaturas de 1835-37, 1838-1839, 1842-1843, 1844-1845

¹¹⁷ Deputado Provincial na legislatura de 1854-1855.

¹¹⁸ 1º Secretário da Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, 1843. Deputado Provincial nas legislaturas de 1835-37, 1838-39, 1840-41, 1842-43, 1844-1845

¹¹⁹ Professor Público na localidade de Caipora em 1867.

¹²⁰ Amanuense (escriturário) do Governo da Província 1880.

¹²¹ Deputado Provincial nas legislaturas de 1842-1843, 1844-1845

¹²² Deputado Provincial nas legislaturas de 1838-1839, 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845 e Presidente da Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte, 1843.

Silveira		Filosofia	da Silveira	Parahyba do Norte
Angelo Baptista Avondano ¹²³	1845 (22 anos)	Retórica	Thomázia Maria de Mello	Província da Parahyba do Norte
Antero Manoel de Medeiros	1844(14 anos)	Latim Filosofia	Manoel de Medeiros Furtado	Província da Parahyba do Norte
Francisco José Junior	1844(14 anos)	Latim Filosofia	Francisco José Meira ¹²⁴	Cidade da Parahyba
João Severiano Carneiro da Cunha	1844(14 anos)	Latim Filosofia	Diôgo Soares de Albuquerque	Província da Parahyba do Norte
Joaquim Ribeiro da Costa	1844 (13 anos)	Latim Filosofia	José Ribeiro da Costa	Província da Parahyba do Norte
Joaquim Ribeiro Pessoa de Lacerda	1844(16 anos)	Latim Filosofia	Antonio Ribeiro Pessoa de Lacerda	Província da Parahyba do Norte
José Francisco Pereira _____	1844 (19 anos)	Latim Filosofia	José Francisco Pereira	Província da Parahyba do Norte
José Ribeiro da Costa Junior	1844(15 anos)	Latim Filosofia	José Ribeiro da Costa	Província da Parahyba do Norte
Olynto José Meira ¹²⁵	1844(15 anos)	Latim Filosofia	José Balduino Meira de Vasconcelos ¹²⁶	Província da Parahyba do Norte
Antero Manoel de Medeiros	1845 (15 anos)	Filosofia	Manuel de Madeiros Furtado	Província da Parahyba do Norte
Angelo Baptista Avondano	1845 (22 anos)	Filosofia	Thomázia Maria de Mello	Província da Parahyba
Antonio Fernandes Teixeira	1845 (22 anos)	Latim Filosofia	João Fernandes Teixeira	Província da Parahyba do Norte
Antonio Jozé Gomes	1845 (16 anos)	Latim Filosofia	Antonio Jozé Gomes de Farias	Cidade da Parahyba
Auezir Sallatiel Carneiro da Cunha	1845 (15 anos)	Latim Filosofia	Manuel Florentino Carneiro da Cunha	Província da Parahyba do Norte
Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque ¹²⁷	1845 (15 anos)	Filosofia	N/D	Província da Parahyba do Norte
Francelino Coelho Vianna	1845 (21 anos)	Latim Filosofia	N/D	Província da Parahyba do Norte
Francisco Lucas	1845 (16 anos)	Latim	José Lucas de	Província da

¹²³ O encontramos como Padre em um anúncio de jornal de 1862 “Vende-se uma parte do sitio Mussuré pertencente ao pa-|dre Angelo Baptista Avondano; quem o pretender com-|prar dirija-se a esta typographia que se dirá com quem se [[]rata”. O Publicador, 16 de setembro de 1862.

¹²⁴ Representante da Câmara Municipal da Cidade da Parahyba, 1835.

¹²⁵ Deputado Provincial nas legislaturas de 1854-1855, 1856-1857, 1858-1859

¹²⁶ 2º Secretário da Assembléia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, 1839.

¹²⁷ Visconde de Cavalcante. Deputado provincial nas legislaturas de 1854-1855, 1856-1857

de Souza Rangel ¹²⁸			Souza Rangel ¹²⁹	Parahyba do Norte
Francisco Pinto Pessoa Cezar ¹³⁰	1845 (17 anos)	Latim Filosofia	Joab Nepomuceno Corrêa Cezar	Província da Parahyba do Norte
Francisco Xavier de Andrade Jr.	1845 (20 anos)	Latim Filosofia	Francisco Xavier de Andrade	Província da Parahyba do Norte
João Baptista Pereira de Carvalho	1845 (16 anos)	Filosofia	José Fluotônio de Carvalho	Província da Parahyba do Norte
João José Pachêco d'Aragão	1845 (15 anos)	Filosofia	Henrique José Pacheco de Aragão	Província da Parahyba do Norte
João Rodrigues Chaves	1845 (14 anos)	Filosofia	Pedro Rodrigues Fernandes Chaves ¹³¹	Província da Parahyba do Norte
José Lourenço da Silva Pinto Filho	1845 (18 anos)	Latim Filosofia	João Pinto Monteiro da Silva	Província da Parahyba do Norte
José Vicente Pereira de Carvalho	1845 (15 anos)	Filosofia	José Antonio de Carvalho	Província da Parahyba do Norte
Joze Lourenço de Souza Pinto	1845 (18 anos)	Latim Filosofia	João Pinto Monteiro da Silva	Província da Parahyba do Norte
Jozé Lucas de Souza Rangel Filho	1845 (17 anos)	Latim	José Lucas de Souza Rangel	Província da Parahyba do Norte
Julio da Costa Cirne	1845 (20 anos)	Latim Filosofia	Thomaz Cirne	Província da Parahyba
Leocadio Rodrigues Chaves	1845 (16 anos)	Latim Filosofia	N/D	Província da Parahyba do Norte
Luiz da França de Souza Falcão	1845(17 anos)	Latim Filosofia	Maria Rodriguez de Jesus	Província da Parahyba do Norte
Luiz da Veiga Pessoa Cavalcante de Albuquerque	1845 (17 anos)	Filosofia	Manuel Simplicio Jacôme Pessoa	Província da Parahyba
Trajano de Figueiredo Lima	1845 (22 anos)	Latim Filosofia	Manuel Francisco de Figueredo	Província da Parahyba do Norte
Adelino Antonio de Lima Ferreira	1844(15 anos)	Francês	Antonio Thomaz de Luna Freire ¹³²	Província da Parahyba do Norte
Adelino Bizerra Cavalcanti	1846	Latim	Antonio Thomaz de Luna Freire	Província da Parahyba do Norte
Alvaro Nestor	1846	Latim	N/D	Província da

¹²⁸ Deputado provincial nas legislaturas de 1854-1855, 1856-1857.

¹²⁹ Representante da Câmara municipal da Cidade da Parahyba e um dos fundadores do Partido Conservador e o primeiro presidente da Assembléia Legislativa da Província em 1835.

¹³⁰ Deputado provincial nas legislaturas de 1850-51, 1852-53, 1854-55, 1856-57, 1858-59, 1862-63

¹³¹ Presidente da Província em 1841.

¹³² Deputado provincial nas legislaturas de 1838-1839, 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845

d'Almeida e Albuquerque				Parahyba do Norte
Amaro Gomes Coutinho Cezar	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba
Angelo Baptista Avondano	1846 (23 anos)	Retórica	Thomázia Maria de Mello	Província da Parahyba do Norte
Antonio Bizerra Cavalcanti	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Antonio da Cunha e Vasconcelos	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Antonio Henriques d'Almeida Jr	1846	Latim Francês Filosofia	N/D	Cidade da Parahyba
Antonio José de Rodrigues Chaves Junior	1846	Latim	N/D	N/D
Antonio José de Souza	1846	Latim	N/D	N/D
Antonio Manuel de Medeiros	1846 (20 anos)	Latim Filosofia	Manoel de Medeiros Furtado	Província da Parahyba
Antonio Paulino Delfim Henriques	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Antonio Teixeira de Vasconcelos	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Augusto Cavalcanti d'Almeida e Albuquerque	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Belarmino Peregrino da Gama e Melo	1846 (19 anos)	Latim Filosofia	José de Mello	Província da Parahyba
Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti	1846	Latim Filosofia	N/D	Cidade da Parahyba
Domiciano Nunes de Souza Rangel	1846	Latim	N/D	N/D
Epaminondas de Souza Gouveia ¹³³	1846 (15 anos)	Latim	N/D	Cidade da Parahyba
Feliciano Baptista Monteiro de Melo	1846	Geometria	N/D	N/D
Feliciano Jose Lopes	1846	Latim	N/D	Cidade da Parahyba
Filippe da Cunha Ribeiro	1846	Latim	N/D	N/D
Francisco Antonio da Costa	1846	Latim	N/D	N/D
Francisco Antonio Fernandes Jr.	1846	Geometria	N/D	N/D
Francisco Antonio Gonçalves de	1846	Latim	N/D	N/D

¹³³ Deputado Provincial nas legislaturas de 1864-1865, 1866-1867.

Medeiros				
Francisco Clementino de Vasconcelos	1846	Latim	N/D	N/D
Francisco José Maia Junior	1846,	Retórica	N/D	Cidade da Parahyba
Francisco Lucas de Souza Rangel	1846 (17 anos)	Filosofia	José Lucas de Souza Rangel	Província da Parahyba
Francisco Serafim de Miranda	1846 (15 anos)	Latim	N/D	Província da Parahyba
Francisco Xavier de Andrade Jr. ¹³⁴	1846 (26 anos)	Retórica	Francisco Xavier de Andrade	Província da Parahyba do Norte
Frederico Justo d'Almeida e Albuquerque	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Henrique Agnello Brayner	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Hermínio Jose Pereira	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba
João Baptista de Carvalho	1846 (17anos)	Filosofia	José Theotonio de Carvalho Silva	Província da Parahyba
João Baptista Pereira de Carvalho	1846 (17 anos)	Filosofia	N/D	Província da Parahyba
João de Mata Correia Lima ¹³⁵	1846	Geometria	N/D	Província da Parahyba do Norte
João Jose Ferreira França	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
João José Pachêco d'Aragão	1846 (16 anos)	Filosofia	Henrique Jose Pacheco de Aragão	Província da Parahyba
João Licinio Velloso	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba
João Lucas de Souza Rangel	1846 (18 anos)	Filosofia	José Lucas de Souza Rangel	Província da Parahyba
João Luiz Rangel Jr	1846 (18 anos)	Francês Latim Filosofia	João Luis Rangel	Recife
João Monteiro de Franca e Vasconcelos	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
João Rodrigues Chaves	1846 (15 anos)	Retórica	N/D	Província da Parahyba do Norte
Joaquim Ignácio de Lima e Moura ¹³⁶	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte

¹³⁴ Deputado Provincial nas legislaturas de 1850-1851, 1852-1853

¹³⁵ Deputado Provincial nas legislaturas de 1854-1855, 1856-1857

¹³⁶ Deputado Provincial nas legislaturas de 1876-1877, 1888-1889

Jose Antonio Baptista Junior	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
José Bento dos Passos Lima	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
José Carneiro Monteiro	1846 (17 anos)	Latim Filosofia	Moacir Antonio Carneiro Monteiro	Província da Parahyba
José d'Oliveira Diniz	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
José Feliciano Correa Cabral	1846 (20 anos)	Latim Filosofia	Antonio Correa Cabral;	Província da Parahyba
José Lourenço da Silva Pinto Filho	1846 (18 anos)	Latim Filosofia	João Pinto Monteiro e Silva	Província da Parahyba
Jose Luiz Pereira	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
José Maria Xavier de Andrade	1846 (19 anos)	Filosofia	Francisco Xavier de Andrade	Província da Parahyba
Jose Martins da Silva	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba do Norte
Joze Carneiro Monteiro	1846 (17 anos)	Filosofia	N/D	Província da Parahyba
Joze d'Avila Bitancourt e Neiva	1846	Geometria	N/D	N/D
Joze Feliciano Correia de Cabral	1846 (20 anos)	Filosofia	N/D	Província da Parahyba
Joze Lourenço de Souza Pinto	1846 (18 anos)	Filosofia	N/D	Província da Parahyba
Jozé Lucas de Souza Rangel Filho	1846	Filosofia	Jozé Lucas de Souza Rangel ¹³⁷	Província da Parahyba
Joze Maria Xavier de Almeida	1846	Filosofia	N/D	N/D
Joze Rodrigues Chaves	1846	Latim	N/D	N/D
Joze Soares e Neiva	1846	Geometria	N/D	Província da Parahyba
Joze Tarcino Monteiro de Melo	1846	Geometria	N/D	Província da Parahyba
Joze Vicente Pereira de Carvalho	1846	Francês	N/D	Província da Parahyba
Julio da Costa Lima	1846	Retórica	N/D	Província da Parahyba
Leocadio Rodrigues Chaves	1846	Filosofia Retórica	N/D	Província da Parahyba

¹³⁷ Deputado Provincial nas legislaturas de 1835-1837, 1838-1839, 1840-1841, 1842-1843, 1844-1845

Leonardo Antunes Meira Henriques ¹³⁸		N/D	N/D	Província da Parahyba
Leonardo Bizerra Cavalcanti Junior	1846	Latim	Leonardo Bizerra Cavalcanti ¹³⁹	Província da Parahyba
Leocadio Rodrigues Chaves	1846 (17 anos)	Retórica	N/D	N/D
Luis da Veiga Pessoa Carneiro (?)	1846	Geometria	N/D	N/D
Luis de França de Souza Falcão	1846 (17 anos)	N/D	N/D	N/D
Luis Francisco Vasconcelos	1846	Latim	N/D	N/D
Luiz da França de Souza Falcão	1846	Filosofia	N/D	Província da Parahyba
Luiz José de Oliveira Diniz Jr.	1846	Latim	N/D	N/D
Manoel da Fonseca Souza	1846	Latim	N/D	N/D
Manoel de Moura Rezende Junior	1846	Latim	N/D	N/D
Mathias da Gama Cabral de Vasconcelos	1846	Retórica	N/D	N/D
Nelson Lustosa Cabral	N/D	N/D	N/D	N/D
Olegário Selecto Cirne	1846	Latim	N/D	N/D
Plínio Augusto Cavalcanti de Albuquerque	1846	Latim	N/D	N/D
Severiano Tranquilino de Lima	1846	Latim	N/D	N/D
Silvino Elvidio Carneiro da Cunha ¹⁴⁰	N/D	N/D	Manuel Florentino Carneiro da Cunha ¹⁴¹	Província da Parahyba
Simplicio Narciso de Carvalho	1846	Latim	N/D	Província da Parahyba
Thomaz Fluminense Bandeira Xavez	1846	Geometria	N/D	N/D
Vicente Borges Gurjão	1846	Francês	N/D	N/D
Vicente Ferreira da Costa	1846	Latim	N/D	N/D
Francisco Serafim de Miranda	1847 (16 anos)	Latim Filosofia	Maria Magdalena	Província da Parahyba
João José Pachêco	1847	Filosofia		Província da

¹³⁸ Padre e deputado provincial nas legislaturas de 1858-59, 1860-61, 1862-63, 1870-71, 1872-73, 1874-75, 1876-77, 1886-87, 1888-89

¹³⁹ Deputado provincial nas legislaturas 1838-1839, 1842-1843, 1844-1845, 1850-1851, 1852-1853

¹⁴⁰ Barão do Abiahy, Presidente de Províncias, entre estas a Parahyba do Norte, Diretor da Instrução.

¹⁴¹ Deputado líder do grupo conservador, sendo o fundador do Partido Conservador na Província.

d'Aragão				Parahyba
Antonio Bezerra Carneiro da Cunha Junior ¹⁴²	1848 (19 anos)	Latim Filosofia	Antonio Bezerra Carneiro da Cunha	Cidade da Parahyba
Antonio José Lins	1848 (19 anos)	Filosofia		Cidade da Parahyba
Claudiano Joaquim Bezerra Cavalcanti ¹⁴³	1848 (20 anos)	Latim Francês Filosofia	Leonardo Bezerra Cavalcante ¹⁴⁴	Cidade da Parahyba
Feliciano Caliope Monteiro	1848 (16 anos)	Latim Francês Filosofia	João Sabino Monteiro de Mello	Cidade da Parahyba
Antonio da Cruz Cordeiro ¹⁴⁵	1849 (17 anos)	Latim Francês Filosofia	João da Cruz Cordeiro	Cidade da Parahyba
Feliciano Jose Lopes	1849 (20 anos)	Latim Francês Filosofia	Antonio José Lopes	Cidade da Parahyba
Epaminondas de Souza Gouveia	1850 (19 anos)	Latim Francês Filosofia	Ignacio de Souza Gouveia ¹⁴⁶	Cidade da Parahyba
Laudelino Tertuliano Marinho Falcão	1850 (18 anos)	Latim Francês Filosofia	Manuela Florentino de Assis	Cidade da Parahyba
Antonio da Cunha Xavier de Andrade	1851 (20 anos)	Filosofia	Francisco Xavier de Andrade	Província da Parahyba
Epaminondas de Souza Gouveia	1851 (20 anos)	Latim Francês Filosofia	Ignacio de Souza Gouveia	Cidade da Parahyba
Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques ¹⁴⁷	1852 (17 anos)	Filosofia	Luzia Inocencia da Luz	Cidade da Parahyba
Antonio Henriques d'Almeida Jr	1852 (21 anos)	Latim Francês Filosofia	Antonio Henriques de Almeida ¹⁴⁸	Cidade da Parahyba
Benjamim	1852		Maria _____	Cidade da Parahyba
Felippe da Cunha	1852 (22 anos)	Filosofia	Antonio _____ Viriato	Cidade da Parahyba
Ismael Victor Pereira	1852 (20 anos)	Filosofia	Antonio Victor	Cidade da Parahyba
João Fernandes Lima	1852 (20 anos)	Filosofia	Francisco Andrade Lima	Cidade da Parahyba
Elias Frederico de Almeida de	1853 (17 anos)	Filosofia	Frederico de Almeida	Província da Parahyba

¹⁴² Deputado Provincial nas legislaturas de 1884-1885, 1886-1887.

¹⁴³ Deputado Provincial nas legislaturas de 1858-1859, 1860-1861, 1862-1863, 1870-71, 1872-73, 1874-75

¹⁴⁴ Deputado Provincial nas legislaturas 1838-1839, 1842-1843, 1844-1845, 1850-1851, 1852-1853

¹⁴⁵ Médico do Colégio de Educandos artífices da Parahyba do Norte.

¹⁴⁶ Representante da Câmara Municipal da Cidade da Parahyba.

¹⁴⁷ Deputado Provincial nas legislaturas de 1862-63, 1870-1871, 1872-1873, 1874-1875

¹⁴⁸ Deputado Provincial nas legislaturas de 1840-1841, 1846-1847, 1848-1849, 1864-1865

Albuquerque ¹⁴⁹			Albuquerque ¹⁵⁰	
Frederico de Almeida Albuquerque Junior	1853 (18 anos)	Filosofia	Frederico de Almeida Albuquerque ¹⁵¹	Província da Parahyba
Theodolino Antonio da Silveira Ramos ¹⁵²	1853 (22 anos)	Filosofia	Antonio Francisco Ramos	Cidade da Parahyba
Antonio José Baptista	1854 (18 anos)	Filosofia	José Antonio Baptista	Província da Parahyba
Antonio José Lopes	1854 (20 anos)	Filosofia	Antonio Lopes	Cidade da Parahyba
Francisco de Assis da Silva	1854 (18 anos)	Filosofia	Joanna Maria do Carmo	Cidade da Parahyba
Francisco Tavares Franco	1854 (19 anos)	Philosophia	José Tavares d'Andrade	Cidade da Parahyba
José Thomas Ferreira Neves Júnior	1854 (18 anos)	Filosofia	José Thomas Ferreira Neves	Província da Parahyba
Alípio Antonio José d'Ávila Bitencourt	1856 (18 anos)	Filosofia	Francisco José d'Ávila Bitencourt	Mamanguape
Francisco de Assis Pereira Rocha Junior	1856 (19 anos)	Filosofia	Francisco de Assis Pereira Rocha	Província da Parahyba
João Pinto Monteiro Silva Junior	1856 (19 anos)	Filosofia	João Pinto Monteiro e Silva	Cidade da Parahyba
João Soares de Pinho	1856 (15 anos)	Filosofia	Antonio Soares Pinho	Cidade da Parahyba
Thomás Lourenço da Silva Pinto	1856 (18 anos)	Filosofia	João Pinto Monteiro e Silva	Cidade da Parahyba
João Cavalcante de Albuquerque Vasconcelos Junior ¹⁵³	1857 (20 anos)	Filosofia	João Cavalcante de Albuquerque Vasconcelos	Cidade da Parahyba
Joaquim Germano Ramos	1857 (19 anos)	Filosofia	Joaquim Germano Ramos	Província do Rio Grande do Norte
Joaquim Moreira Lima Junior	1857 (17 anos)	Filosofia	Joaquim Moreira Lima ¹⁵⁴	Cidade da Parahyba
Antonio de Mello Rogers	1858 (21 anos)	Filosofia	Ricardo Roges	Cidade da Parahyba
Feliciano Aniceto de Albuquerque Henriques	1858 (17 anos)	Filosofia	João José Henriques	Cidade da Parahyba
Ivo Magno Borges da Fonseca ¹⁵⁵	1859 (19 anos)	Filosofia	Gregório Magno Borges da Fonseca ¹⁵⁶	Cidade da Parahyba

¹⁴⁹ Deputado provincial nas legislaturas de 1868-1869, 1870-1871, 1872-1873

¹⁵⁰ Comendador, 1.º Vice-Presidente da Província 7 de Outubro de 1853.

¹⁵¹ Deputado Provincial nas legislaturas de 1835-1837, 1840-1841, 1862-1863, 1876-1877

¹⁵² Deputado Provincial na legislatura 1874-1875

¹⁵³ Secretário da Diretoria da Instrução, 1860 -1862.

¹⁵⁴ Diretor da Instrução Pública 1871.

¹⁵⁵ Diretor da Instrução Pública, 1880-1883 e Juiz de Direito da Comarca de Borborema a partir de 1883. Deputado Provincial nas legislaturas de 1866-1867, 1878-1879.

Luis Ignacio de Moura	1859 (19 anos)	Filosofia	Manoela Ramalho	Cidade da Parahyba
Antonio Mamede Cabral de Vasconcelos	1862 (18 anos)	Filosofia	Tenente Coronel Nicolas Valentino de Vasconcelos	Cidade da Parahyba
Graciliano Fontino Lordão ¹⁵⁷	1862 (19 anos)	Filosofia	Agueda Inocência dos Martírios	Cidade da Parahyba
João Baptista Regueira Costa	1862 (16 anos)	Filosofia	José Nicolau Regueira Costa	Província de Pernambuco
Manoel Coêlho Bandeira de Mello	1862 (19 anos)	Filosofia	Gregório Magno Borges da Fonseca	Cidade da Parahyba
Guilherme Rogers	1863 (21 anos)	Filosofia	Ricardo Rogers ¹⁵⁸	Cidade da Parahyba
Manoel Juvenal Rodrigues da Silva ¹⁵⁹	1863 (19 anos)	Filosofia	José Pedro Rodrigues da Silva	Cidade da Parahyba
João Hamilton	1864	Filosofia	João Hamilton ¹⁶⁰	Cidade da Parahyba
Antonio de Souza Gouveia Filho	1865	Filosofia	Antonio de Souza Gouveia ¹⁶¹	Cidade da Parahyba
Francisco José Meira Junior	1865 (21 anos)	Filosofia	Balduino José Meira	Cidade da Parahyba
João da Silva Guimarães Ferreira	1865 (21 anos)	Filosofia	Joaquim da Silva Guimarães Ferreira	Cidade da Parahyba
José Pedro Baptista Gonsalves	1865	Filosofia	Luis de França Gonçalves	Cidade da Parahyba
Antonio Alexandrino Ribeiro Lima	1866	Filosofia	Antonio Alexandrino Lima	Cidade da Parahyba
Eugenio Augusto de Magalhães Silva	1866	Filosofia	Frederico Augusto Neiva ¹⁶²	Cidade da Parahyba
Antonio Joaquim de Vasconcelos	1867	Filosofia	João Francisco de Vasconcelos	Cidade da Parahyba
José Maria Corrêa das Neves	1868	Filosofia	Comendador Pe. Lindolfo José Corrêa das Neves ¹⁶³	Cidade da Parahyba

¹⁵⁶ Professor de Primeiras Letras da Cidade de Bananeiras, 1845.

¹⁵⁷ Professor Público das localidades de Cuité, 1867, Fagundes em 1869-1871, Pedra Lavrada, 1880 e fundador de uma escola noturna em Campina Grande em 1873. Deputado provincial nas legislaturas de 1882-1883, 1884-1885, 1886-1887, 1888-1889

¹⁵⁸ Professor público de primeiras letras.

¹⁵⁹ Deputado provincial na legislatura de 1874-1875

¹⁶⁰ Professor de Geometria do Lyceu, 1879,

¹⁶¹ Administrador do Consulado Provincial e Diretor da Instrução Pública em 1876 e Deputado Provincial nas legislaturas de 1848-1849, 1864-1865, 1866-1867, 1868-1869.

¹⁶² Deputado Provincial na legislatura de 1840-1841

¹⁶³ Comendador, Professor do Lyceu Provincial, Secretário de Governo, Deputado e jornalista.

Ademar Victor de Menezes Vidal	N/D	N/D	N/D	N/D
Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos ¹⁶⁴	N/D	N/D	N/D	N/D
Antonio Bernardino Santos Neto	N/D	N/D	N/D	N/D
Antonio Elias Pessoa	N/D	N/D	N/D	N/D
Francisco Coutinho de Lima Moura	N/D	N/D	N/D	N/D
José Américo de Almeida	N/D	N/D	N/D	N/D
José Gomes Coelho	N/D	N/D	N/D	N/D
José Rodrigues de Carvalho	N/D	N/D	N/D	N/D
Orris Soares	N/D	N/D	N/D	N/D

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações coletadas em: Arquivo Público Estadual Waldemar Bispo Duarte, Caixa 23 Ano 1845

¹⁶⁴ Deputado Provincial nas legislaturas de 1878-1879, 1880-1881

QUADRO VIII

Relação dos alunos do Lyceo que fizeram requerimento ao reitor para inscreverem-se nas matérias colegiais (1884 e 1886) (incompleto)

Outubro 25		
52	Josué Emygdio Nasco de Toledo. Requerendo para inscrever-se em Geometria	como requer
53	Pedro César Cav. de Alb. Idem idem em Arithimetica	Idem
54	Idem, idem em geometria	Idem
55	Bernardino Cand. de Alm ^{da} alb. idem em Geometria	
27		
56	Antonio de C ^o de An ^c Moura. Idem em inglez	Idem
57	Candido (...) de Pinho. Idem em Historia	Idem
1884		
Outubro 27		
58	Germano Monteiro da Franca, requerendo para inscrever-se em Historia	Como requer
59	João Casado de Almeida Nobre, idem em portugues	Idem
60	João de Andrade Pereira Borba, idem em inglês	Idem
61	Idem, idem em philosophia	Idem
62	Idem idem em Geographia	Idem
63	Idem, idem em Historia	Idem
64	Francisco de Paula Meira Henrique, requerendo para inscrever-se em francez	como requer
65	Idem, idem em ingles	Idem
66	Manoel Ferreira Dias, idem idem em latim	Idem
67	Augusto Camara Correia de Sá, idem idem em Latim	Idem
68	Idem, idem em Algebra	Idem
69	João da Mata Pessoa de Oliveira, idem em Arithimetica	Idem
70	João Pereira Dias requerendo para inscrever-se em Geometria	como requer
71	João da Mata Pessoa de Oliveira, idem em Portugues	Idem
72	Antonio Soares de Pinho Junior, idem em Philosophia	Idem
73	José Joaquim Toscano de Brito, idem idem em Francêz	Idem
74	Ivo Pessoa de Oliveira, idem em Arithimetica	Idem
75	Elyseu Pereira de Paula, idem em Geographia	Idem
76	José Jeremias de Lima Botelho, requerendo para inscrever-se em Latim	Idem
77	Augusto Camara Correia de Sá, idem idem em Geometria	Idem
78	Ricardo Filipe da Rocha, idem em philosophia	Idem
79	Idem, idem em historia	Idem
80	Alfredo J. do Nascimento, idem em francez	
81	Idem, idem em História	Idem
82	Porfirio José Rodrigues Chaves, requerendo para inscrever-se em latim	Idem
83	Antonio Dias Pinto J. idem idem em Geometria	Idem
84	Antonio Fernandes de Ramalho, idem em Arithimetica	Idem
85	Mano Ayres Ramos, idem em Rhetórica	Idem
86	Antonio Hortêncio C (...) idem em latim	Idem
87	Idem, idem em Geometria	Idem
88	Candido Soares de Pinho, requerendo para inscrever-se em ingles	Idem
28		
89	Clíodom (...) em portugues	Idem
90	Eduardo de Souza Castro, idem idem em portugues	Idem
91	João Luiz dos Santos Coelho, idem em Ingles	Idem
92	Idem, idem em Geographia	Idem

93	Francisco Pinto Pessoa Jr. Idem idem francez	Idem
94	Manoel Carlos de Gouveia Filho, requerendo para inscrever-se em Philosophia	Idem
95	Alfredo Saluzard Ahupp, idem idem em Ingles	Idem
96	Joaquim Leopoldo Carv. Idem idem em Portugues	Idem
97	Idem, idem em Latim	Idem
98	Antonio da C ^o de Andrade	Idem
99	Januncio Salustiano de Nobrega F ^a , idem idem em Latim	Idem
100	Januncio Salustiano de Nobrega F ^a , requerendo para inscrever-se e, historia	Idem
101	Odilon (...) Ramos, idem em Latim	Idem
102	Francisco Alves da Nobrega da Cunha, idem em Portugues	Idem
103	Idem, idem em Ingles	Idem
104	Augusto da S ^a Pers Ferreira, idem em Geometria	Idem
105	Alfredo Rodrigues Vianna, idem em Francez	Idem
106	Alfredo Ro ^s Vianna, requerendo para inscrever-se em Arithimetica	Idem
107	Idem em história	Idem
108	Edmundo de Oliveira, idem em Philosophia	Idem
109	Francisco José Rabello Filho idem em Arithimetica	Idem
110	João Baptista de Vasco ^s Maia inscreva-se idem idem em Latim	inscreva-se
111	Idem, idem em Arithimetica	Idem
112	Idem, idem em historia	Idem
113	Manoel (...) requerendo inscrever-se em Francez	inscreva-se
114	Idem idem em Arithimetica	Idem
115	Jeronimo Ribeiro Rosado, idem em portugues	Idem
116	Idem, idem em Geometria	Idem
117	Baldanio J ^o Meira (?) idem em francez	Idem
118	Adalgicio Cabral de Albuquerque Vasconcellos, idem em Arithimetica	Idem
119	Antonio Augusto de Hollanda da Costa, requerendo para inscrever-se em Geometria	inscreva-se
120	Idem, idem em Philosophia	Idem
121	Agostinho Clementino de Borja Castro, idem em portugues	Idem
122	Rodolpho Ribeiro Pessoa de Lacerda, idem em Arithimetica	Idem
123	Gustavo Mariano Soares Pinho, idem em Geometria	Idem
124	Idem, idem em philosophia	Idem
Outubro 29		
125	Eduardo Marcos de Araujo, requerendo para inscrever-se em latim	Idem
126	Idem, idem em Geometria	Idem
127	Idem, idem Geographia	Idem
128	Idem, idem philosophia	Idem
129	Idem, idem em História	Idem
130	José Carlos Pereira Pinto, idem em Arithimetica	Idem
131	Antonio Carmello Soares, idem em Portugues	Idem
132	Antonio Carmello Soares, requerendo para inscrever-se em Latim	inscreva-se
133	Adolpho Eugenio Soares Filho, idem em latim	Idem
134	Idem, idem em história	Idem
135	João Ant ^o Fernandes de Carvalho, idem em Arithimética	Idem
136	Zozimo Pereira Soares, idem em Portugues	Idem
137	João Baptista Lins de Albuquerque, idem em portugues	Idem
138	Carlos Fran ^{co} de Assumpção Carv ^o de Alb. requerendo p.a inscrever-se em história	inscreva-se
139	Arthur Martiniano de Oli ^a e Sá, idem em francez	Idem
140	Idem, idem em Arithimetica	Idem
141	Manoel Florentino Carneiro da Cunha, idem em Francez	Idem
142	Idem, idem em História	Idem
143	Benjamim Pereira de Souza, idem em portugues	Idem
144	Manoel Ferreira Dias, requerendo para inscrever-se em Portugues	Idem

145	Antonio Dias Pinto (?) idem em latim	Idem
146	Olavo Bezerra Cavalcante, idem em ingles	Idem
147	Idem idem em philosophia	Idem
148	Augusto Cabral de Alb. Vas ^{los} , idem em Arithimetica	Idem
150	João (...) requerendo para inscrever-se em Arithimetica	Idem
151	Idem, idem em Geographia	Idem
152	Idem, idem em historia	Idem
153	Miguel Machado da S ^a , idem em portugues	Idem
154	Joaquim Gomes da Silveira, idem e arithimética	Idem
155	Alfredo da S ^a , Pers Ferreira, idem em Arithimetica	Idem
156	Pedro Paulo Pereira de Brito, requerendo para inscrever-se em Geometria	Idem
157	José Antonio dos Santos Leal, em francez	Idem
158	Idem, idem em portugues	Idem
159	Olimpio Agnello de Souza Vianna, idem e, portugues	Idem
160	Idem, idem em francez	Idem
161	Idem, idem em história	Idem
162	Abdias Freire Mariz Maracajá, idem em portugues	Idem
163	Abdias Freire Mariz Maracajá, requerendo para inscrever-se em latim	Idem
164	Ignácio Freire Mariz Maracajá, idem em portugues	Idem
165	Idem, idem em latim	Idem
166	Manoel Cotegipe Milanez, idem em arithimetica	Idem
167	Idem idem em latim	Idem
168	Joaquim Lucas de Souza Rangel, idem em ingles	Idem
169	Idem, idem em francez	Idem
170	Benjamin Pereira de Souza, requerendo para inscrever-se em arithimetica	Idem
171	João Antonio Fernandes de Carv, idem em portugues	Idem
172	Francisco Ferr ^a da S ^a Machado, idem em Geometria	Idem
173	Idem, idem em philosophia	Idem
174	Agostinho Clementino de Borja Castro, idem em latim	Idem
175	Francisco José Rabello Filho, idem em philosophia	Idem

1886
Janeiro 30

106	Francisco de Mello Castro, requerendo ao Sn. Comendador (?) Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Portugues	
107	O mesmo idem idem em Geometria	Idem
108	José Calisto Corrêa	
109	Manoel Cavalcante de Albuquerque (...) idem em Arithimetica	Idem
110	Rugério Ferreira da Silva, idem idem em Geographia	Idem
111	O mesmo idem idem em história	Idem
112	Joaquim Guimarães de Oliveira Lima, requerendo ao Sn. Comendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Latim	Idem
113	O mesmo idem idem em francez	Idem
114	Idem idem em Arithimetica, digo Zozimo Ferreira Soares	Idem
115	Manoel José Oliveira idem idem em arithimetica	Idem
116	O mesmo idem idem em Geometria	Idem
117	José Maria Vergana, idem idem em latim	Idem
118	José Francisco de Lima Mindello, requerendo ao Sn. Comendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em portugues	Idem
119	O mesmo idem idem em Arithimetica	Idem
120	João Dias de Menezes, idem idem em latim	Idem
121	O mesmo idem idem digo José Dias de Menezes idem idem em	Idem

	Latim	
122	José Mario Verjaro Filho idem idem em portugues	Idem
123	(?) Baptista dos Santos, requerendo ao Sn. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Geometria	Idem
124	O mesmo idem idem Geographia	Idem
125	Joaquim (...) Pereira de Brito, idem idem em Geographia	Idem
126	O mesmo idem idem em Geometria	Idem
127	Idem idem em Philosophia	Idem
128	Idem idem em História	Idem

1886
Janeiro 30

	Janeiro 30	
129	José Carlos Pereira de Brito, requerendo ao Snr Commendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Geographia	Matricule-se
130	O mesmo idem idem em história	Idem
131	João Cavalcante de Albuquerque Vasconcellos, idem idem em Geometria	Idem
132	João Fabrigas J. Pla Junior, idem idem em Geographia	Idem
133	João Ferreira Dias, idem idem em Geographia	Idem
134	Joaquim Gomes da Silveira, idem idem em Geographia	Idem
135	Maximiano Maia Vinagre, requerendo ao Snr. Comendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Geographia	Matricule-se
136	José Franca de Foncêca, idem idem em Geometria	Idem
137	Rodolpho Bernardino dos Santos, idem idem em Geometria	Idem
138	Afonso Joaquim Teixeira, idem idem em Geometria	Idem
139	Manoel Noberto Polasi, idem idem em Geometria	Idem
140	José Joaquim Toscano de Brito, idem idem em Geometria	Idem
141	Heraclito Cavalcante Carneiro Monteiro, requerendo ao Snr. Comendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Arithimetica	Matricule-se
142	Adolpho Camará Correia de Sá, idem idem Arithimetica	Matricule-se
143	Alcebiades Cavalcante de Albuquerque, idem idem em Arithimetica	Idem
144	Maximiano Maia Vinagre, idem idem Arithimetica	Idem
145	Francisco de Paula Mello Castro, idem idem em Arithimetica	Idem
146	Afonso Joaquim Teixeira, idem idem Arithimetica	Idem
147	Adolpho Camará Correia de Sá, requerendo para digo ao Snr. Comendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Ingles	Matricule-se
148	João Baptista de Souza Franca, idem idem Ingles	Idem
149	Rodolpho Bernardino de Santos, idem idem em Inglês	Idem
150	Joaquim Gomes da Silveira, idem idem em Ingles	Idem
151	O mesmo idem idem em Francês	Idem
152	Heraclito Cavalcanti Carnêro Monteiro, idem idem em Francês	Idem
153	Frêderico Cavalcante Carneiro Monteiro, requerendo ao Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Francês	Matricule-se
154	Francisco Antero Moura, idem idem em Francês	Idem
155	João Cavalcante de Albuquerque Vasconcellos, idem idem em Francês	Idem
156	Adolpho Camará Corrêa de Sá, idem idem em Francês	Idem
157	João Baptista de Souza Franca, idem idem em Francês	Idem
158	Vicente Toscano do Rego Britto, requerendo para matricular-se em Portugues	Matricule-se
159	Antonio Emiliano de Mzêda, idem idem em Portugues	Idem
160	Manoel de Mathos Douvado, idem idem em Portugues	Idem

161	Manoel Francisco das Chagas, idem idem Portugues	Idem
162	Adolpho Ferreira Nobrega, idem idem em Portugues	Idem
163	Ponidonio Hermillio Ferreira Nesco Milanes, idem idem em Portugues	Idem
164	Alcibiades Cavalcanti de Albuquerque, requerendo ao Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano para matricular-se em Portugues	Matricule-se
165	Francisco Ernesto de Vasconcellos, idem idem Portugues	Idem
166	José Getulio da Silva Frazão, idem idem em Portugues	Idem
167	José Joaquim Toscano de Brito, idem idem em Latim	Idem
168	João Augusto Soares de Pinho, idem idem em Latim	Idem
169	Gustavo de Oliveira e Mello, requerendo ao Snr. Commendador Reitor Lyceo Parahybano para matricular-se em Latim	Matricule-se
170	Manoel Gomes de Araujo Quintelha Folha, idem idem em Latim	Idem
171	Clemente Rozas, idem idem em Latim	Idem
172	Francisco Ernesto de Vasconcellos, idem idem Latim	Idem
173	José Getulio da Silva Frazão, idem idem em Latim	Idem
	Fevereiro 8	
174	Firmo Facundo de Souza, requerendo ao Presidente da Provincia para matricular-se em Francês, o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
175	O mesmo idem idem em Geographia	Idem
176	Francisco Diego Alves Viana, idem idem em Latim	Idem
177	O mesmo idem idem em Latim	Idem
178	José Honorato da Costa Agra, idem idem em Inglez	Idem
179	José Callisto Corrêa Nobrega, idem idem em Inglês	Idem
	1886	
	Fevereiro 9	
180	Manoel Cavalcante de Albuquerque Bello, requerendo ao Presidente da Provincia para matricular-se em Geometria, o Snr. Commendador Reitor Lyceo Parahybano, cumpra-se o despacho da Presidência	Matricule-se
181	Francisco Peregrino de Albuquerque Montenegro, idem idem em Philosophia	Idem
182	O mesmo, idem idem em Geographia	Idem
183	Idem idem idem em História	
	Fevereiro 13	
184	Francisco P. digo José Lourenço da Silva Pinto Junior, idem idem em Arithimetica	Idem
	Fevereiro 15	
185	Appolinário Antunes Meira Henriques, requerendo ao Presidente da Provincia para matricular-se em Latim, o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano, cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
186	O mesmo idem idem em Francêz	Idem
	22	
187	Edmundo do Rego Barros Filho, idem idem em Latim	Idem
188	Manoel Guedes de Mesquita Filho, idem idem em Arithimetica	Idem
189	O mesmo idem idem em Geographia	Idem
	Fevereiro 22	
190	José Carneiro de Mesquita, requerendo ao Snr. Presidente da Provincia para matricular-se em Inglês, o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano, diz cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
191	O mesmo idem idem em Geographia	Idem
	23	
192	Ivo Pessoa de Oliveira, idem idem em Francês	Idem
193	Gregorio Pessoa de Oliveira, idem idem em Portugues	Idem
194	Chamenis Eumiciano da Silva Coelho, idem idem em Portugues	Idem
	Março 2	
195	Godofrêdo Luiz Pereira Lima, idem em Portugues	Idem

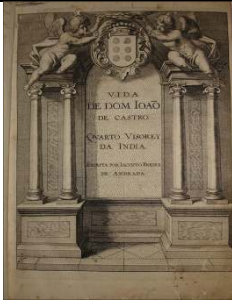
	Março 3	
196	Godofredo Luis Pereira Lima, requerendo ao Snr. Presidente da Provincia para matricular-se em Arithimetica, o Snr. Commendador Reitor di Lyceo Parahybano diz cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
	5	
197	Alfrêdo Gomes de Almeida, idem idem em Latim	Idem
	11	
198	Antonio Pereira de Castro Sobrinho, idem idem em Latim	Idem
199	Sebastião Apollonio de Siqueira, idem idem em Latim	Idem
	12	
200	Messias Pereira de Lucêna, idem idem em Portugues	Idem
	16	
201	Julio Bandeira Vilella, requerendo ao Snr. Presidente da Provincia para matricular-se na aula de Ingles, o Snr Commendador Reitor do Lyceo Parahybano diz cumpra-se o despacho da Presidencia.	Matricule-se
202	O mesmo idem idem em Geographia	Idem
203	Idem idem em Philosophia	Idem
204	João Predigão Bezerra Cavalcanti, idem idem em Latim	Idem
	20	
205	Claudino Alves da Nobrega, idem idem em Latim	Idem
206	O mesmo idem idem em Francês	Idem
	Março 30	
207	Adolpho Alves Sanches Massa, requerendo ao Exmº Presidente da Provincia para matricular-se na aula de Latim, o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano diz cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
	5 de Abril	
208	João Baptista Carneiro da Cunha, idem idem em Portugues	Idem
209	O mesmo idem idem em Francês	Idem
210	Idem idem em Latim	Idem
	16	
211	Antonio Olympio Maria de Vasconcellos, idem idem em Portugues	Idem
212	O mesmo idem idem em Arithimetica	Idem
213	Rufino Ferreira de Araujo Barrêto, requerendo a Sua Ex. ^a para matricular-se em Latim, o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano dis cumpra-se o despacho da Presidencia	Idem
214	O mesmo idem idem em Francês	Idem
215	Antonio Hemergildo Maia de Vasconcellos, idem idem em Latim	Idem
216	O mesmo idem idem em Francês	Idem
217	Francisco de Almeida Braga Filho idem idem Portugues	Idem
	Maio 14	
218	Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, idem idem em Ingles	Idem
	Maio 21	
219	Silvino Elvidio Carneiro da Cunha Filho, requerendo ao Exmº Presidente da Provincia para matricular-se em Português o Snr Commendador Reitor do Lyceo Parahybano dis cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se
220	Honorio Hermitto Carneiro da Cunha, idem idem em Francês	Idem
	Junho 14	
221	Miguel Archanjo da Crus Gouvêa, idem idem em Portugues	Idem
222	O mesmo idem idem em Frances	Idem
	Junho 25	
223	Alfrêdo José do Nascimento, idem idem em Geographia	Idem
	Julho 2	
224	José Antonio Cezar de Vasconcellos, requerendo a S. Ex. ^a o Snr Presidente da Provincia para matricular-se em Geographia, dis o Snr. Commendador Reitor do Lyceo Parahybano cumpra-se o despacho da Presidencia	Matricule-se

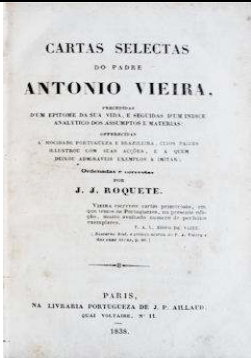
	3	
225	Manoel Noberto Polari, idem idem em Rhetorica	Idem
	5	
226	José Carlos Pereira de Brito, idem idem em Rhetorica	Idem
	16	
227	Alfredo Frederico d'Almêida e Albuquerque, idem idem em Portugues	Idem
	21	
228	João Evangelista Escorel, idem idem em Geographia (...)	Idem

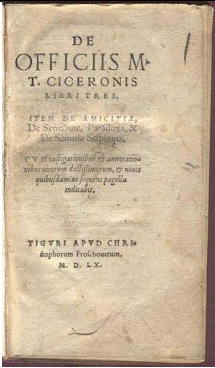
Fonte: (Arquivo Estadual da Paraíba Waldemar Bispo Durte, CAIXA 65, 1884)

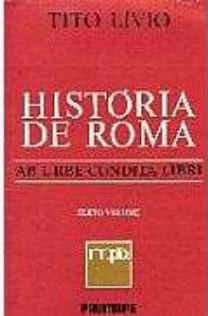
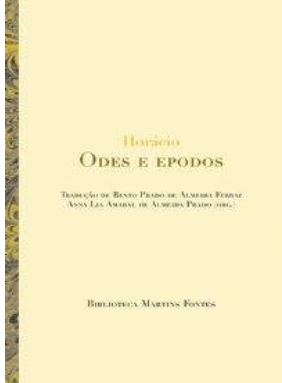
QUADRO IX

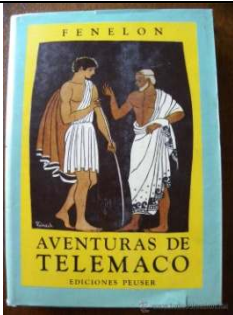
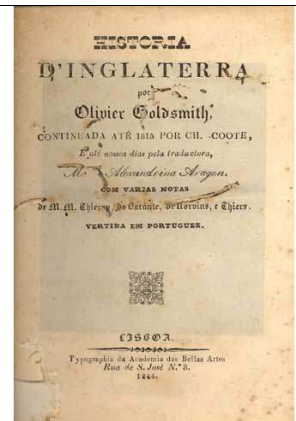
Relação dos livros existentes na biblioteca do Lyceo da Parahyba do Norte no ano de 1853 e breve descrição da obra.

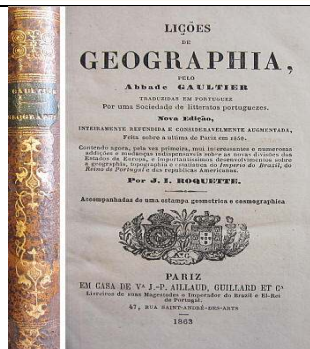
VOLUMES	LIVROS	TITULO E AUTORES.	BREVE DESCRIÇÃO DA OBRA E AUTOR
		Diccionario da lingua Portuguesa, Francisco Solano Constâncio.	O autor nasceu em Lisboa em torno de 1772 e faleceu em Paris em 21 de dezembro de 1846. Era doutor em medicina pela Universidade de Edimburgo, nomeado Encarregado dos Negócios de Portugal nos Estados Unidos da América em 1822, e eleito Deputado às Côrtes Constituintes de 1837, nas quais todavia nunca tomou assento.
		História de D. João de Castro, Freire de Andrade. Lisboa, 1651	Jacinto Freire de Andrade (Beja, 1597 — Lisboa, 13 de Maio de 1657), foi um sacerdote católico, poeta e historiador. A sua obra <i>Vida de Dom João de Castro quarto visorrei da Índia</i> , publicada em Lisboa no ano de 1651, é considerada a primeira biografia escrita em português, tendo merecido múltiplas reedições e a tradução em várias línguas.
		Lusiadas, Luis de Camões. (Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	Luís Vaz de Camões (Lisboa[?], c. 1524 — Lisboa, 10 de junho de 1580) foi um célebre poeta de Portugal, considerado uma das maiores figuras da literatura em língua portuguesa e um dos grandes poetas do Ocidente.

1		Cartas Selectas, Padre Antonio Vieira (1838)	A coleção conhecida possui cerca de 750 cartas, havendo outras por descobrir ou editar, e representa o fruto de um longo trabalho de compilação iniciado logo depois da sua morte. O seu espólio, reunido pelo padre Antonio Maria Bonucci, jesuíta italiano a servir na missão da Bahia, foi entregue ao inquisidor geral de Lisboa, D. Nuno da Cunha, que o repassou posteriormente ao Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, com o qual Vieira manteve importante correspondência.
1		Diccionario da Lingua Latina, Ramalho	
2		Diccionario de várias línguas, Calepinos	Começou a ser publicado em 1502, como um dicionário essencialmente da língua latina. A partir de meados do século XVI, foram acrescentadas outras línguas.
1		Fábulas, Chompré	Tradução de Pedro José da Fonseca, sócio fundador da Academia Real de Ciências de Lisboa, Professor régio de Retórica e Poética na mesma cidade e mais tarde transferido para o Colégio Real de Nobres onde lecionou a mesma cadeira. Teve edições em 1785 e 1836.
2		Gradus ad Parnasum, Anonimo	
1		Novo methodo da grammatica latina. Lisboa: Miguel Rodrigues, 1752. 1ª Edição brasileira de 1848.	António Pereira de Figueiredo (1725-1797) foi um padre português que desempenhou inúmeras atividades, sendo latinista, historiador, canonista e teólogo. Seu trabalho mais importante foi a tradução da Bíblia da Vulgata Latina para a língua portuguesa. Em 1753, publicou o Novo Methodo da Grammatica Latina, propondo uma simplificação metodológica da língua. O trabalho gerou muita polémica na época, uma vez que se distanciava e punha em causa a anterior gramática do jesuíta M. Álvares.
1		Compendio da dita dita, O mesmo	

1		Antonio Rodrigues Dantas <i>Explicação da syntaxe</i> . Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1775	1ª Edição no Brasil publicada em Pernambuco em 1844, pela Typographia de Santos & Companhia. E última edição em 1910 no Rio de Janeiro.
1		Vida dos Homens celebres da Grecia, Cornelio Nepos	Cornélio Nepos ou Nepote (em latim <i>Cornelius Nepos</i> ; Gália, c. 100 a.C. - Roma?, c. 25 a.C.) foi um biógrafo e historiador romano
1		De Officiis, Cícero	O orador e político romano Marco Túlio Cícero foi considerado um dos maiores tribunos do seu tempo. Sua atuação política exerceu grande influência numa fase crucial da história de Roma. Triunfalmente eleito cônsul em 63 a.C., enfrentou a conjuração de Catilina, seu rival derrotado que pretendia tomar à força o poder. Foi essa a origem das famosas <i>Catalinárias</i> , série de discursos que Cícero pronunciou no senado. Neste volume estão também incluídas as <i>Filípicas</i> , assim chamadas em alusão ao título dos discursos de Demóstenes contra Filipe II da Macedônia. Consta aqui, também, a famosa Oração de Marco Túlio Cícero ao povo romano, depois que voltou do desterro, na qual agradece ao Senado pela honra de ter sido chamado à pátria.
3		Orações, Cícero	
1		Cartas escolhidas, Cícero	
3		Fabulas, Phedro (Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	

1		Conspiração de Catilina, Salustio	Caio Salústio Crispo (86-34 a.C.), foi um dos grandes escritores e poetas da literatura latina.
1		História Romana, Tito Lívio	
3		Eneida, Virgílio (Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	
2		Odes Horácio (Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	
2		Dicionário da Língua Franceza Fonseca	
2		Ditos para composição na mesma, Roquete	
1		Glossário de palavras francezas, D. Fr. Francisco de S. Luiz.	

4		Grammaticas da Lingua Franceza Sevene	
1		Dita da dita dita,	
3		Aventuras de Telemaco, Fenelon (Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	François de Salignac de la Mothe, mais conhecido como François Fénelon (6 de agosto de 1651 - Cambrai; jan de 1715) foi um teólogo católico, poeta e escritor francês. É mais lembrado por sua obra Aventuras de Telémaco, uma crítica a monarquia francesa, provavelmente publicado em 1699.
1		Fabulas, La Fontaine	Jean de La Fontaine (Château-Thierry, 8 de julho de 1621 — Paris, 13 de abril de 1695) foi um poeta e fabulista francês. Em 1668 foram publicadas as primeiras fábulas, num volume intitulado "Fábulas Escolhidas". O livro era uma coletânea de 124 fábulas, dividida em seis partes. La Fontaine dedicou este livro ao filho do rei Luís 14. As fábulas continham histórias de animais, magistralmente contadas, contendo um fundo moral. Escritas em linguagem simples e atraente, as fábulas de La Fontaine conquistaram imediatamente seus leitores.
1		Dicionario da Lingua Ingleza, Vieira	
1		Dito para composição na mesma, O mesmo	
1		História da Inglaterra, Olivier Goldsmit	Editora Peytieux, 1825

1		Iliada, Homero	
1		Arithmetica, Pope	
3		Elementos de Algebra, Bezouet	Étienne Bézout (1730-1783) organizou a matriz Aritmética-Geometria-Álgebra, que chegou às escolas no século XIX. A Matemática ganhou autonomia em relação aos conteúdos militares. Os seus livros foram adotados em França e traduzidos em numerosos países.
1		Geometria, Ibero	
1		Geographia, Euclides	
1		Atlas Geographico, Gualtier (Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista)	
1		Atlas dos principaes portos do Brazil, Simencourt	

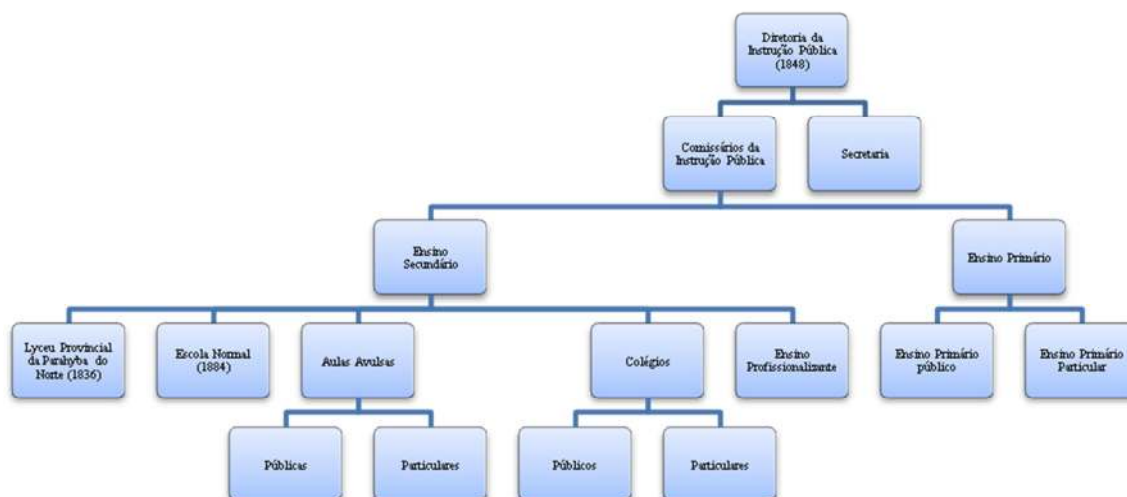
2		Diccionario Geographico do Brazil, Milliet S. Adolfe	Publicado em Paris, pela 'Casa de J. P. Aillaud Editor', em 1845, com tradução feita pelo Dr. Caetano Lopes de Moura, "ornada de um mappa geral do Brazil e de cinco planos das cidades e portos principaes"
1		Discurso sobre a História Universal, Do mesmo	
1		Elementos de Psychologia, Bossuet	
1		Éthica, Jacquier	
4		Obras philosophicas, Job	
7		Ensaio philosophico, Descartes.	
2		Philosophia, Locke	
4		Historia comparada da mesmo, Lasomiguiere(???)	
3		Philosophia, Degerand	
3		Philosophia, Geruzez	
1		Rhetorica, Dugald Stewart	
1		Poetica, Freire de Carvalho	

2		De Oratore, O mesmo	
2		Eloquência Nacional, Cícero	
3		Rhetorica, Lopes Gama	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em <http://www.crl.edu/brazil/provincial> acesso: 23/01/12 e <http://books.google.com/books> e pelo Acervo Biblioteca Pública Estadual Juarez da Gama Batista Acessado em: 22/07/2011.

Organograma III

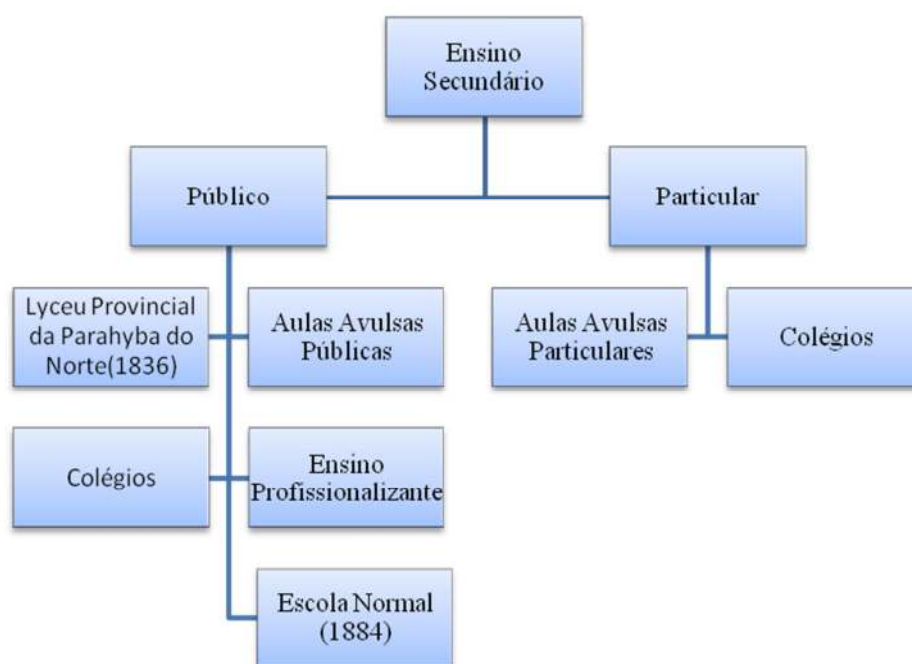
Diretoria da Instrução Pública



Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Organograma IV

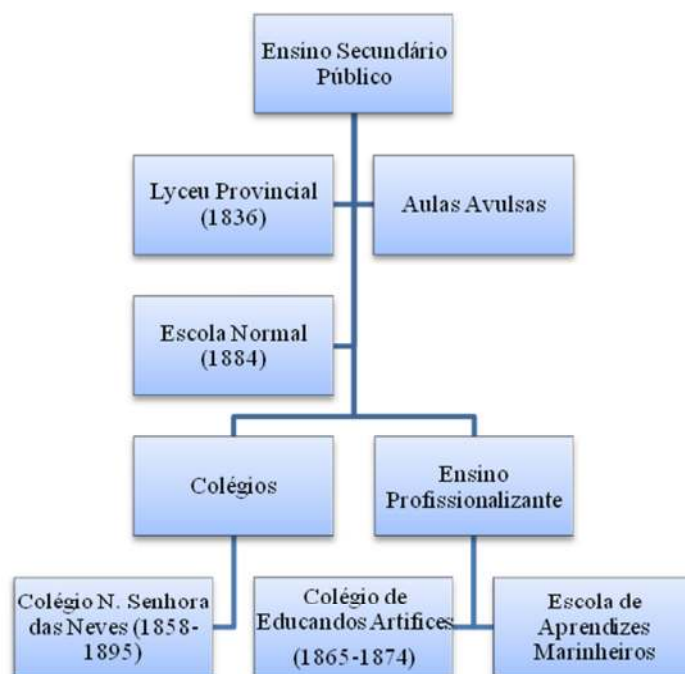
Do ensino secundário



Fonte: Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Organograma V

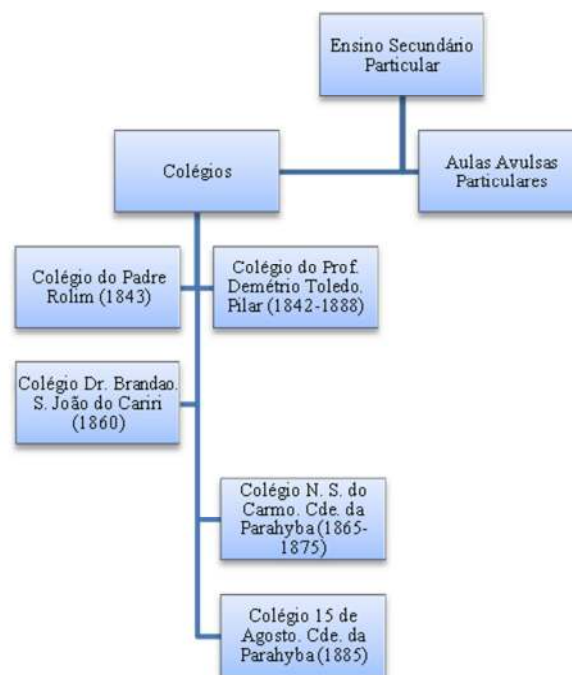
Do ensino secundário público



Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

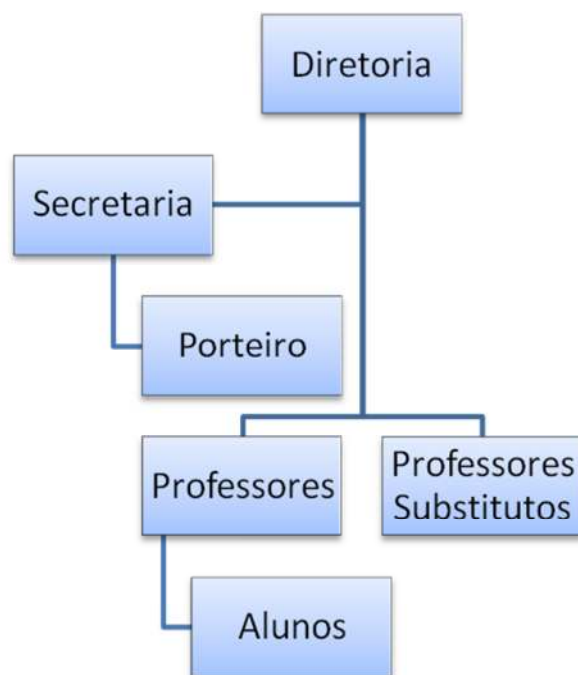
Organograma VI

Do ensino secundário particular



Fonte: Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>

Organograma VII
Do Lyceu Provincial



Fonte: Organograma elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas em:
<http://www.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>